

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Colônia do Sacramento: Comércio e Sociedade na Fronteira Platina
(1716 – 1753)**

Fabrizio Pereira Prado

Orientadora: Profa. Dra. Susana Bleil de Souza

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Daniel Gelman - Instituto Emílio Ravignani/UBA

Profa. Dra. Helga Landgraff Piccollo – PPG em História UFRGS

Profa. Dra. Helen Osório – PPG em História UFRGS

Dissertação apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
História.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2002

RESUMO

O presente estudo analisa a Colônia do Sacramento entre 1716 e 1753 privilegiando questões sociais e comerciais. Através da análise do espaço urbano e de informações sobre o comércio, busca-se inserir a Colônia do Sacramento no contexto regional platino, assim como identificar os vínculos e o papel da povoação nos marcos do Império Português. A importância do comércio na conformação da estrutura urbana e social da cidade, os profundos vínculos entre autoridades e comerciantes, e as estratégias de ocupação portuguesa no rio da Prata recebem especial atenção.

ABSTRACT

This study examines the trade and society of Colonia do Sacramento city between 1716 and 1753. Analyzing the urban space and information about trade activities the author identifies the city connections in the Rio de la Plata region and the role of Sacramento in the Portuguese Empire. The study focus on the importance of the commerce in the configuration of the urban and social structure of the city, the deep ties between the authorities and the commerce as well as the strategies and Portuguese occupation method in the Rio de La Plata region.

APRESENTAÇÃO

Quando as professoras de história da escola primária me ensinaram sobre o Tratado de Madri, sempre imaginei o quão rica e fabulosa deveria ser a Colônia do Sacramento; afinal, apenas uma cidade valia tanto quanto “todo o território dos Sete Povos das Missões”. Naquela época, embora tivesse conhecido as Missões de São Miguel, continuei a não ter idéia de como era Colônia do Sacramento, assim como quase todos de minha geração. Este estudo pretende contribuir para alterar esse quadro.

A Colônia do Sacramento, situada no Rio da Prata, em frente à Buenos Aires, era o limite e o contato entre os Impérios Ibéricos na América meridional. O castelhano podia ser o inimigo, ou o melhor amigo; ser o desordeiro, ou o cunhado. A fronteira não tinha uma linha definida, e acabava mais por integrar do que por separar as pessoas que nela habitavam. Foi quase um século de guerras e convívio pacífico, décadas de disputas e exploração conjunta de territórios que vieram a formar três países independentes politicamente, mas fortemente inter-relacionados – Sacramento é a prova concreta disso.

As raízes coloniais manifestam-se denunciando as marcas de um passado comum. A herança política e cultural Ibérica contribuiu para a formação de sociedades fortemente hierarquizadas e excludentes na América atlântica meridional, nas quais a cultura política predominante ainda é a da obtenção de benefícios pessoais através dos cargos públicos. Entender melhor nosso passado colonial, com suas especificidades, pode vir a contribuir para pensarmos alternativas próprias para a construção de uma sociedade menos desigual, na qual a integração seja mais valorizada que a exclusão.

Este trabalho não foi fruto apenas de meu esforço: quero agradecer aqui a todos os co-autores que, intencionalmente ou não, das mais variadas maneiras, contribuíram para este resultado final.

No que se refere ao financiamento para a realização desta pesquisa, agradeço à CAPES pela bolsa que recebi em Porto Alegre, e pelo custeio de minha estada em Buenos Aires, através do programa CAPES/SeTCIP de cooperação Brasil/Argentina.

Agradeço aos funcionários das diversas instituições e arquivos nos quais pesquisei, especialmente aos do Archivo de la Nación Argentina (que nunca deixaram faltar *legajos*, sem se importarem com a hora), e aos da Biblioteca Rio-Grandense (que permitiram a consulta à Sala Silva Paes e à Sala Abbellard Barreto).

Agradeço também ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na figura da professora Helen Osório, pelo apoio que possibilitou a minha consulta aos microfilmes do Projeto Resgate. À professora Helga Piccollo, muito obrigado pelo acesso aos títulos referentes a Sacramento de sua Biblioteca.

Ao Fábio Kuhn, devo agradecimentos pelo estímulo, por seus comentários e sugestões feitos no decorrer dessa pesquisa, que me ajudaram compreender melhor certos aspectos acerca dos habitantes do Continente. Aos colegas Elisa Garcia, Tiago Gil, Martha Hameister e Rodrigo Weimer: valeu pelo apoio, pelo intercâmbio de informações, idéias, e, principalmente, pela amizade.

Aos amigos João Geraldo (pelo esforço na correção) e Marcelo Fruet (pelo presente insólito da História Topográfica e Bélica): muito obrigado. Com Augusto Canani, tenho uma grande dívida de gratidão, especialmente pelo tratamento dado às imagens, valeu Augusto.

Aos meus pais: muito obrigado pelo apoio dado no decorrer de todo esse longo percurso, sem vocês nada disso seria possível.

No Uruguai, não posso deixar de mencionar ao professor Arturo Bentancour, que me estimulou a seguir adiante em minhas pesquisas. Agradeço também a Omar Moreira pelo incentivo que deu à realização dessa nova pesquisa sobre Colônia.

Na Argentina, *muchas gracias* a Jorge Gelman, pela atenção e amizade dispensadas nas *charlas de miercoles a la tarde*; a Fernando Jumar, pelas conversas, sugestões e trocas de informações sobre os homens e as coisas da Colônia; e a Rodrigo Vergara devo considerações especiais, pela amizade sincera, que aliviou a solidão portenha. A Roberto Schmit, meu sincero agradecimento pela inesgotável paciência, atenção e amizade com as quais me brindou durante minha estada em Buenos Aires.

Finalmente, quero agradecer especialmente aos dois principais reponsáveis pelo incentivo e viabilização deste trabalho: minha orientadora e amiga, Susana Bleil de Souza, que desde a graduação me estimulou a pesquisar e escrever sobre a fronteira; e ao Eduardo Neumann, não tenho palavras para expressar meu agradecimento: pelas idéias, conversas, sugestões e, principalmente, pela amizade. Eduardo, o Prata ainda merece muitas viagens.

Dedico este trabalho à Nanda, companheira das jornadas pelo rio da Prata.

SUMÁRIO

Resumo/Abstract	02
Apresentação	03
Sumário	05
Abreviaturas	08
Pesos, Medidas e Valores	09
Lista de Figuras	10
Lista de Mapas	10
Lista de Tabelas	11
Lista de Gráficos	11
1 – Introdução	12
1.1 - A Representação da Colônia do Sacramento na Historiografia Tradicional	17
1.2 - História e Nacionalismo	19
1.3 - Sacramento na História Nacional Brasileira	20
2 - Entre a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro: a expansão luso-brasileira para o sul dentro dos marcos do Atlântico Português na primeira metade do século XVIII	28
2.1 - O Rio de Janeiro e São Vicente – articulações regionais e vínculos ao Atlântico Português na primeira metade do século XVIII	31
2.1.1 - O Rio de Janeiro e o Prata	32
2.1.2 - São Vicente e o sul	34
2.2 - Os Avanços na Banda Oriental no século XVIII	37
2.2.1 - Entre a Colônia e o Rio Grande	38
2.2.2 - O Campo de Bloqueio na Colônia, a Fundação de Rio Grande e São Miguel	45

3 - A Praça da Colônia do Sacramento e a Banda Oriental (1716-1753)	52
3.1 - Alguns problemas da História urbana colonial americana	54
3.1.1 - Núcleos urbanos coloniais: transformações na historiografia e semelhanças entre as colônias ibéricas	55
3.2 - Uma Praça Portuguesa no Rio da Prata	62
3.2.1 - A primeira experiência 1680-1705	67
3.2.2 - A Reocupação Portuguesa da Nova Colônia do Sacramento em 1716	71
3.3 - Desenvolvimento urbano e expansão de um entorno agrícola 1716-1737	72
3.4 - Os Arrabaldes da Colônia do Sacramento – 1716 a 1735	94
3.5 - O “Grande Sítio” (1735-37)	105
3.6 - O Campo de Bloqueio	108
4 - Sacramento: Um Porto Atlântico na Banda Oriental	116
4.1 - A Região Platina e algumas especificidades: contribuições da historiografia recente	118
4.2 - Os Caminhos e as Mercadorias: as rotas de introdução de mercadorias no Rio da Prata	123
4.3 - Colônia e as Rotas Atlânticas: Rio de Janeiro, Lisboa e Inglaterra	132
4.4 - Autoridade e Comércio na Colônia do Sacramento: contrabando e facções locais	153
4.5 - O Governador e seus aliados: o núcleo do poder em Sacramento	159
5. - Comentários Finais	170
Anexos	174
Referências Bibliográficas	180

Referências Iconográficas

189

Bibliotecas e Instituições Pesquisadas

190

|

|

ABREVIATURAS

AGN: Archivo General de la Nación Argentina, Buenos Aires

AHCMPA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHEX: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro

AHRS: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

AN: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

BR: Biblioteca Rio-grandense, Rio Grande

DH: Documentos Históricos

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro

IHGRS: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGRS: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Doc. : Documento

Cx: Caixa

PESOS, MEDIDAS E VALORES*Peso*

Arroba 14,7 Kg

Medidas de capacidade para secos

Alqueire 36,3 Kg

Moio 2178 Kg (medida equivalente a 60 alqueires)

Comprimento e área

Braça 2,20 metros

Légua entre 5555 e 6000 metros

Palmo 0,22 metros

Pé 0,33 metros

Valores

1 peso 750 réis (1746)

1 cruzado 400.000 réis

1 Conto de Réis 1.000.000 réis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Rio Grande em 1750	81
Figura 2. Vida Interna da Colônia. Gravado de Leoni Mathis de Villar, 1735	82
Figura 3. Prospecto da Cidade. Detalhe da <i>Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento</i> , Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.	84
Figura 4. Alfândega. Detalhe da <i>Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento</i> , Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.	85
Figura 5. Palácio do Governador. Detalhe da <i>Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento</i> , Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca	87
Figura 6. Igreja Matriz. Detalhe da <i>Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento</i> , Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.	90
Figura 7. Colégio da Companhia de Jesus. Detalhe da <i>Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento</i> , Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.	92

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa do Povoamento Luso na costa Atlântica Meridional –1738.	27
Mapa 2. <i>Mapa da ilhas de São Gabriel, situadas no Rio da Prata distando do porto de Buenos Aires sete léguas rumo N e SO, e também se descreve a terra povoada pelos portugueses e a fortaleza que fizeram denominada Colônia do Sacramento, até este Ano de 1692.</i>	70
Mapa 3. <i>Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento</i> , Pe. Diogo Soares. 1731.	75
Mapa 4. Colônia do Sacramento. Mapa Anônimo.s/d [anterior à 1735] (Detalhe) AHEX – Mapoteca.	96
Mapa 5. <i>Planta da Nova Colonia do Sacramento e do seu Territorio elevada Ano de 1752.</i> (Detalhe).	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Colônia do Sacramento – 1722 – Habitantes por Gênero.	77
Tabela 3.2 – Colônia do Sacramento – 1722 – Habitantes.	77
Tabela 3.3 – Colônia – Dízimo do Trigo 1718-1734.	100
Tabela 3.4 – Couros do Curral da Praça	102
Tabela 4.1 – Dízima da Alfândega de Sacramento 1724-1733.	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Colônia do Sacramento – 1722 – Habitantes.	77
Gráfico 3.2 – Produção de Trigo	99
Gráfico 3.3 – Quinto dos Couros	102

1 - INTRODUÇÃO

Nas terras da América Portuguesa do século XVIII, estruturou-se uma sociedade fortemente hierarquizada, escravista, com uma elite mercantil de grande preeminência, centrada especialmente na praça do Rio de Janeiro, inserida às rotas do Império Português e com elas articulada. A elite mercantil fluminense, os mercadores de grosso trato da Colônia, acabava por predominar nos setores de maior rentabilidade, ligados ao comércio marítimo. A sociedade na qual essa elite estava inserida, caracterizava-se ainda por ser uma sociedade de ordens, em que a obtenção de prestígio e poder embasava-se na propriedade de terras e homens. A reprodução auto-confirmatória das estruturas sociais e econômicas de antigo regime eram garantidas através de um importante tráfico negreiro, bem como por uma fronteira aberta permitindo a expansão e a existência de uma miríade de formas não capitalistas de produção.¹

O século XVIII consolidou a economia e a sociedade do Rio de Janeiro nos marcos do mercado Atlântico. As rotas do comércio legal - e principalmente ilegal - com o Prata ocuparam importante papel na expansão das rotas comerciais e nos negócios da elite comercial fluminense². A fundação da Colônia do Sacramento foi a materialização do processo expansionista territorial do Estado lusitano, e comercial das elites mercantis luso-brasileiras, rumo ao prata após 1640³. No século XVIII, Sacramento ocupou papel destacado enquanto porta de entrada de produtos introduzidos por comerciantes luso-brasileiros⁴ e estrangeiros no Prata, bem como fonte de couros e principalmente da prata potosina⁵. Buscava-se assim reestabelecer, no Império Atlântico Português, a lucrativa carreira Rio da Prata – Rio de Janeiro – Luanda, onde a primeira localidade era a fonte da

¹ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Sette Letras. 1993. p13.

². FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. 1993. p 34

³ Acerca da forte presença comercial de mercadores luso-brasílicos em Buenos Aires ver o clássico trabalho de CANABRAVA, Alice Pifer, *O Comércio Português no Prata*. 1942.

⁴ Utilizamos aqui a expressão luso-brasileiro como sinônimo de “portugueses americanos”, forma de identificação corrente no século XVIII, e atribuída por Simão Pereira de Sá, na *História Topographica e Bélica da Colônia do Sacramento*, aos habitantes e comerciantes da Colônia do Sacramento. Sobre a designação “luso-brasileiro” respaldamos essa utilização também na coleção “História do Império Luso-Brasileiro – 1500/1822”, editada em Portugal. Salientamos ainda a inexistência de um termo próprio para a designação dos súditos portugueses que eram nascidos na América portuguesa e/ou tinham seus interesses preferencialmente vinculados nessa região do Império. Para a América Hispânica o termo “criollo” dá conta dos indivíduos que atuavam com interesses e reizes baseados na América.

⁵ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. p 265.

prata tão necessária no centro da colônia.⁶ É importante observarmos que é a Praça do Rio de Janeiro que a partir de 1680, vai progressivamente controlar as rotas para o rio da Prata, região sempre importante não apenas pela prata, mas pelos mercados de Buenos Aires, Paraguai e do Alto Peru, regiões marginalizadas no abastecimento oficial hispânico. Começava a materialização de um espaço fronteiriço platino na Banda Oriental, uma reprodução das velhas fronteiras Ibéricas, onde portugueses, castelhanos, índios e jesuítas vão habitar concomitantemente.

Na primeira metade dos 1700, a Colônia do Sacramento conheceu significativo crescimento populacional, e uma estrutura urbana militarizada foi construída. A meados do século XVIII a fortaleza militarizada já era o centro de uma vasta região polarizada pela cidade-porto na qual mercadores, camponeses, escravos e índios construíam a fronteira sul do Império Português na América. A cidade atraía pessoas pela segurança, pelo mercado, pela presença da autoridade, da Igreja, pelas festas, além de outros motivos mais conjunturais. Tal impressão se confirma quando inserimos Sacramento em seu contexto regional platino.

A instalação de Sacramento na margem setentrional do Rio da Prata, em frente à Buenos Aires, constituiu-se no primeiro núcleo urbano e de povoamento efetivo por parte de um Império europeu na costa da Banda Oriental. Tal fato provocou mudanças profundas em Buenos Aires. Desde o princípio do século XVII até 1640, as relações entre os portugueses e castelhanos de Buenos Aires haviam sido bastante profícuas. Entretanto, a presença de Sacramento fez com que os antigos laços comerciais e sociais entre lusos e portenhos fossem reativados, repercutindo no desenvolvimento de fortes intercâmbios entre agentes sociais de ambas as margens do Prata. Montoukias observou que, em fins do século XVII, o progressivo desenvolvimento comercial e o aumento da importância econômica e política de Buenos Aires em âmbito regional, coincidiram com o desenvolvimento das relações com a Colônia do Sacramento⁷. Tal constatação modificou a imagem construída pelas historiografias nacionais acerca das disputas coloniais no Rio da Prata.

⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato das Videntes*. São Paulo: Cia. das Letras. 2000. p 81 e 271

⁷ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1988. O autor analisa o papel de Buenos Aires enquanto articuladora regional de toda uma vasta área interiorana que estendia-se até o Alto Peru, com o Atlântico, diretamente, ou pela via da Colônia.

A presença permanente dos luso-brasileiros no estuário platino resultou no que Fernando Jumar definiu como o “complexo portuário do Rio da Prata”. Tal idéia dá conta da realidade de mútuos contatos e relações comerciais e sociais entre súditos portugueses ou hispânicos, apesar dos impedimentos legais. Esses vínculos existentes entre os portos de Buenos Aires e Sacramento (mais tarde inclui-se Montevideú), eram bastante profundos e constituíram uma característica da região. Cada porto ocupava papéis definidos e complementares. Pelo seu caráter de limite político ainda indefinido, a região platina era uma zona com especificidades próprias, onde as possibilidades do “trato ilícito” eram rotineiras na vida de todos os habitantes.

Foi a partir de 1716, com a segunda fundação da Colônia do Sacramento que o complexo portuário consolidou-se e assume seu pleno funcionamento⁸. Ao longo do período, diferentes conjunturas vão definir os papéis e a atuação das elites de Buenos Aires, Colônia e Montevideú. A presença inglesa também era um fator importante no ritmo das relações entre Buenos Aires e Sacramento. Jumar salienta a evolução das relações entre os portos do complexo portuário chamando a atenção para os momentos de acirramento bélico, como foi o caso da “tentativa de asfixia” da Colônia do Sacramento por parte da elite portenha. Tratava-se da exteriorização dos interesses em conflito, da tentativa de alcance de um “ponto de equilíbrio” dentro das atividades de cada cidade no complexo portuário.

Sacramento era responsável pelos contatos diretos com o mercado Atlântico e pela introdução de mercadorias européias e brasileira a baixos preços. Além disso, o porto de Sacramento era melhor para abrigar embarcações maiores, possuía diversas ilhas que facilitavam os descarregamentos e constituía o principal porto para reparos de barcos no Rio da Prata na primeira metade do século XVIII. Entretanto, os luso-brasileiros, a partir de 1735-37, viram-se privados da exploração dos recursos da campanha pela ação bélica do patriciado portenho. Evocando cláusulas diplomáticas do segundo tratado de Utrecht⁹, a elite de Buenos Aires buscou controlar os recursos da campanha oriental. Entretanto, o domínio da elite portenha sobre as redes comerciais com regiões interioranas a tornava dependente do comércio direto com a Colônia. Enfim, é inserida nesse cenário regional

⁸ JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata*. Paris: École des Hautes Études en Science Sociales. 2000. Tese de Doutorado. Cap. II, especialmente pp 86.

⁹ O segundo tratado de Utrecht definia que a área adjacente à fortaleza da Colônia não deveria exceder ao “raio de um tiro de canhão”.

que a Colônia do Sacramento se encontrou ao longo de quase um século. A vida social, econômica e política do núcleo populacional luso-americano estava articulada em função do comércio, marítimo e terrestre, no espaço platino.

Uma característica fundamental para o entendimento da própria formação desse complexo portuário, bem como do processo histórico dos atuais territórios do Uruguai, Argentina e Brasil (o estado do Rio Grande do Sul especialmente), é de que se tratava de uma região de fronteira múltipla. Castelhanos e portugueses conviviam com distintos grupos autóctones, bem como com os missionários jesuítas, que constituíam outro foco de interesses. Assim, a região platina da primeira metade do século XVIII era ao mesmo tempo um limite, uma separação. Mas era também o ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre portugueses, espanhóis, jesuítas, índios Tape, Mínuanos, Charruas, entre outros. Enfim tratava-se de um espaço fronteiro aberto, uma região que nesse momento incorporava-se ao mundo ocidental inserida em sociedades de Antigo Regime, como era o caso dos Impérios Ibéricos da primeira metade do XVIII.¹⁰

O objetivo do presente estudo é, através da análise do significado do espaço urbano e das principais atividades desenvolvidas na Colônia do Sacramento (notoriamente o comércio), aprofundar o conhecimento sobre os grupos sociais presentes na cidade, seus interesses, o tipo de sociedade que se organizou, e a inserção regional que Sacramento e seus habitantes possuíram. A partir de documentos burocráticos, mapas e cartas de governadores e mercadores, podemos perceber a estruturação de uma cidade mais complexa e rica do que a retratada pela historiografia tradicional. Dentro da noção do Império Português e da fronteira aberta que era a região platina, procuraremos discutir o significado social e comercial do espaço urbano da Colônia do Sacramento que segundo nos parece, transcendia em muito a noção de “ninho de contrabandistas”.

O primeiro capítulo tem como objeto identificar e analisar as estratégias lusitanas no processo de incorporação da região platina às rotas do Império Atlântico Português. Buscamos entender as ações levadas adiante no período como um conjunto de medidas articuladas, reflexo de interesses profundamente imbricados de diferentes grupos luso-brasileiros e da Coroa portuguesa, interesses muitas vezes complementares. Para tanto buscamos identificar e compreender os interesses e formas de atuação utilizadas pelos

¹⁰ Ressaltamos que ao utilizar a noção de fronteira não estamos referindo-nos à noção desenvolvida por F. Jackson Turner em seu célebre ensaio sobre o “Significado da fronteira na História Americana”, pois tal autor utiliza o conceito referindo-se aos limites de um Estado nacional moderno.

agentes sociais ao longo do processo de integração do Rio Grande e da Banda Oriental especialmente entre 1716 e 1753. Tal avanço territorial foi estimulado pela Coroa e levado a cabo, com a ação, apoio, e interesses pessoais de particulares e autoridades locais através de suas redes extensas e mobilizadoras de fidelidades pessoais pelos diversos setores sociais. Esses grupos também nutriam fortes interesses em garantir o comércio com Buenos Aires (e o constante ingresso de prata pelo porto do Rio de Janeiro), assim como em ocupar os territórios, em nome de El Rei, da porção sul do atual estado do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental. Nesse processo pode-se identificar duas frentes de avanço para o sul: uma desde o Rio de Janeiro por mar, fundando Sacramento e Rio Grande, e outra por terra, resultando na fundação de Laguna e Viamão, efetuada principalmente por paulistas.

O segundo capítulo busca analisar o espaço urbano da Colônia do Sacramento, principalmente os aspectos demográficos e sociais, na primeira metade do século XVIII. Nesse capítulo, privilegiam-se os aspectos do desenvolvimento de Sacramento na Banda Oriental e os contatos e as rotas terrestres que se estendiam nas campanhas orientais. As informações acerca da demografia, das atividades produtivas e da ocupação territorial explicitam os profundos vínculos e conexões, existentes à época em Sacramento, entre a estrutura administrativa, comercial e o desenvolvimento do núcleo urbano, ressaltando as diferentes conjunturas e arranjos de forças na região durante o período.

Finalmente no terceiro capítulo, abordamos o comércio realizado no Rio da Prata, tanto em nível regional, com Buenos Aires e Montevideu, como em nível inter-regional, com as rotas que conectavam Sacramento aos portos do Brasil e Europa. Nesse momento, buscamos analisar em detalhe os caminhos e os gêneros do comércio lícito e ilícito, bem como os homens que atuavam nesses circuitos. Através da trajetória pessoal de alguns homens de negócios e de autoridades, pode-se perceber a forma e os métodos de articulação das elites locais nas empresas comerciais. Autoridades e comerciantes confundiam-se em um mercado em que a política e as relações pessoais eram fatores primordiais a serem levados em consideração. Em Sacramento, a aliança entre autoridade e comércio foi a responsável por uma estabilidade política que durou quase três décadas.

O recorte temporal ora proposto, 1716-1753, justifica-se em função de ter sido nesse período que a Colônia teve maior crescimento populacional e urbanístico, assim como foi um período em geral de convívio relativamente pacífico com os castelhanos (embora após 1735 o acesso à campanha tenha sido consideravelmente restringido). Mil setecentos e dezesseis marca o princípio da segunda reocupação portuguesa (segundo

Tratado de Utrecht) e, até fins da década de quarenta (quando iniciam-se as negociações do Tratado de Madri), não se acenava com a entrega, por parte de Portugal, para a Espanha, da cidade. Entre 1716 e 1735, a ocupação da campanha e arredores da praça foi intensa, e dificilmente os agentes sociais consideravam a praça um Domínio provisório da Coroa lusa. Não obstante, depois dos anos de guerra de 1735-1737, inicia-se um novo período na ocupação portuguesa e na produção de bens agropecuários, ao mesmo tempo em que se torna claro aos habitantes da cidade que a sua existência sob o domínio do Rei Português não é inabalável, perpétua. Mesmo assim, a cidade continuou com uma agitada vida comercial, embora mais dependente do comércio com os castelhanos para o abastecimento.

Entretanto, é necessário, antes de seguirmos adiante nesse estudo, analisar a produção historiográfica já existente sobre Sacramento. Especificamente as representações criadas pelas historiografias tradicionais dos três países sul-americanos dos quais Sacramento integra a História nacional (com uma ênfase no caso brasileiro) e que foram a base da maior parte das narrativas e análises históricas posteriores desenvolvidas no século XX.

1.1 - A Representação da Colônia do Sacramento na Historiografia Tradicional

As historiografias brasileira, argentina e uruguaia da primeira metade do século XX foram marcadas, em grande medida, pelo nacionalismo. Os trabalhos acerca de temas coloniais foram produzidos na primeira metade dos 1900 em diante sob a forma de narrativas factuais cronológicas, nas quais a preocupação com a historicização da pátria através do resgate de acontecimentos de um tempo imemorial foi uma constante. Assim, a representação da história colonial, anterior a formação do Estado-Nação (período colonial), assume, no trabalho de muitos historiadores tradicionais, um sentido predeterminado a ajustar-se às fronteiras políticas do país, ao mesmo tempo em que se descrevia a heroicidade dos antepassados.

No que tange à representação da Colônia do Sacramento na historiografia tradicional¹¹, os principais trabalhos que se detiveram sobre o tema possuíam uma abordagem político-diplomática.

Na Argentina, a historiografia nacionalista da primeira metade dos 1900 ressaltou sempre a Colônia do Sacramento como parte do descaso da Coroa Espanhola para com a região do Prata, vendo na existência da Colônia a própria história do fracasso da política espanhola para suas colônias platinas, sempre ressaltando o nefasto contrabando existente entre a Colônia e Buenos Aires¹². A produção posterior, de uma maneira geral reiterou essa visão.¹³

Já a história nacionalista uruguaia viu na Colônia um foco de resistência primitiva ao invasor luso-brasileiro (tão temido na história política uruguaia ao longo do século XIX), pois, desde a época dos Charruas, esses já lutavam contra a penetração luso-brasilica na Banda Oriental¹⁴. Sacramento recebe atenção também em episódios específicos da história nacional.¹⁵ Enfim, de forma geral, a Colônia do Sacramento raramente recebeu atenção específica nas narrativas históricas da República Oriental.

É curioso que, depois de praticamente cem anos de domínio lusitano, quase um século de colonização de “americanos-portugueses” na cidadela, a produção historiográfica brasileira tenha sido quase que exclusivamente de narrativas político-militares e quantitativamente reduzida. Embora exista extensa produção acerca do Rio Grande do Sul que cite a Colônia do Sacramento de forma periférica, são poucos os autores que dedicam atenção específica ao tema. Os trabalhos feitos acerca da Colônia foram realizados por intelectuais que atuaram visando à construção de uma identidade regional rio-grandense, assim como uma identidade nacional brasileira. Tais processos implicaram na construção ou reelaboração de uma história comum¹⁶, centrada nos limites territoriais do Estado: uma história para a consolidação da nacionalidade. Os demais estudos realizados pela

¹¹ Utilizamos a acepção do conceito a partir das considerações presentes no trabalhos de FALCON, Francisco História e Poder IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINÍAS, Ronaldo *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1998. Cap. III.

¹² TORRES REVELLO, José. *Historia de la Academia*. V. 3, pg 378 ss

¹³ JUMAR, Fernando. 2000. P 40.

¹⁴ BAUZÁ, Francisco. A Independência Nacional. IN: DEVOTO, Pível. *A questão da Independência Nacional*, Montevideo: Col. Clássicos Uruguaios.

¹⁵ JUMAR, Fernando. 2000. P 40.

¹⁶ OLIVEN, Ruben. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes. 1992 cap. II.

comunidade de historiadores brasileira não alterou significativamente a linha interpretativa inaugurada por Capistrano de Abreu e desenvolvida por autores como Jonathas da Costa Rego Monteiro e Moysés Vellinho, que buscaram legitimar a unidade territorial brasileira.

Foram autores como Capistrano de Abreu¹⁷, Jonathas Rego Monteiro¹⁸ e Moyses Vellinho¹⁹ que dispensaram atenção à Sacramento na primeira metade do século XX. Pela envergadura das obras realizadas e seus ecos na produção historiográfica brasileira, consideramos serem os trabalhos desses autores fundantes da representação de Sacramento sedimentada pela historiografia tradicional. Colônia é vista como um “ninho de contrabandistas”, um avanço territorial português. O alto custo de manutenção com o território servia de justificativa para sua perda.

1.2 - História e Nacionalismo

O sentido atual das palavras nação e pátria no ocidente, ligando uma sociedade e seus indivíduos a um território, um estado soberano a uma cultura comum, tem suas origens no século XVIII e está intrinsecamente ligado à modernidade. A nação é criada pelos nacionalismos e necessita da existência prévia de um aparato estatal burocrático moderno, que muitas vezes é o instrumento principal da promoção de uma homogeneização cultural e lingüística responsáveis pela viabilização de uma identidade nacional.²⁰

A produção historiográfica brasileira em questão é exemplo do esforço intelectual dos autores em conectar os elementos do passado colonial, visando à legitimação das fronteiras políticas atuais do território brasileiro. Assim, a tarefa ficcional realizada pelos

¹⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982

¹⁸ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Livrarias do Globo, 1937. II Tomos; e *A Restauração do Rio Grande*. IN: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1979.

¹⁹ VELLINHO, Moysés. *Fronteiras*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973

²⁰ Benedict Anderson, Eric Hobsbawn, Ernest Gellner e Anthony Smith, dentre outros, mesmo a partir de diferentes concepções teóricas, sustentam que a nação é uma comunidade abstrata, que pressupõe a existência prévia de um Estado moderno, com fronteiras territoriais limitadas e definidas. ANDERSON, Benedict. *Comunidade imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993. SMITH, Anthony. *La Identidad Nacional*. Buenos Aires: Rama, 1991.

historiadores tradicionais está na organização da narrativa em função de um interesse específico²¹, neste caso: a construção da nação e de uma identidade nacional. Tal historiografia buscou justificar a perda territorial lusitana em 1777 frente a alteridade hispânica. Entretanto, a nação, em seu sentido moderno atual, não possuía existência na sociedade do século XVIII, período em questão. Dessa forma, buscar analisar Sacramento e a realidade colonial brasileira através do suporte da história centrada na nação e na pátria constitui um anacronismo²², e, para além, esse engano acaba por negar outros aspectos da história das sociedades, como a integração comercial e social numa região onde as fronteiras políticas nacionais não existiam.

As narrativas político-militares foram privilegiadas nessa historiografia, não apenas por possuírem um arsenal documental legitimador, para os critérios da comunidade historiográfica da época, mas também por centrar seu foco narrativo nas ações do Estado e nos heróis de tempos imemoriais da nação, contribuindo assim para a construção de um panteão cívico. Além disso, a história militar é eficiente definidor do que está dentro e fora da sociedade, assim a afirmação identitária passa também pela identificação da alteridade.

Finalmente, ressaltamos que o problema da discussão da historiografia tradicional e sua produção historiográfica acerca de Sacramento não reside na veracidade ou não das representações propostas, mas sim nas omissões e lacunas que não foram contempladas pelas narrativas político-militares, nas quais o resgate das atuações heróicas dos “velhos lusos” frente a alteridade hispânica receberam preferência.

1.3 - Sacramento na História Nacional Brasileira

Os três autores selecionados atuaram na primeira metade do século XX, momento de construção e consolidação de uma história nacional no Brasil. Capistrano de Abreu foi um dos primeiros historiadores dedicado à escrita de uma história pátria. Rego Monteiro privilegiou a imortalização dos heróis pátrios da história nacional. Moysés Velinho, embora tenha produzido sua obra na década de 1970, atuou ativamente na primeira metade

²¹ BOMENY, Helena *Encontro Suspeito: História e Ficção*. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro 33 (1), 1990. 99

²² Os historiadores tradicionais acabam por não historicizar o conhecimento produzido, incorrendo em problemas como os que referimos. François Bedarrida. *As Responsabilidades do Historiador Expert* IN: BOUTIER, Jean. *Passados Recompuestos* Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1998. p. 151

do século, visando a construção identitária regional e nacional, sendo a obra em que a vertente lusitanista da historiografia rio-grandense aparece melhor acabada.²³

É importante levarmos em consideração que a conjuntura histórica de produção desses trabalhos era de construção da identidade nacional brasileira, especialmente após o golpe de 1930 e o Estado Novo, momento em que surgem os trabalhos de Rego Monteiro e período de atuação intelectual e política de Moysés Vellinhohinho. Ambos estavam diretamente vinculados às forças políticas em cena e, embora busquem no testemunho documental o respaldo para uma pretensa objetividade, a conotação política e identitária de suas obras é patente.

Capistrano de Abreu realizou extensa obra de levantamento e transcrição documental junto à biblioteca nacional no final do século XIX e início do XX, visando à constituição de uma memória nacional. Além disso, foi o responsável por edições e revisões da *História Geral do Brasil*, de Varhagen. Em suma, trabalhou pela escrita da história pátria, buscando reconstruir o passado da nação²⁴. Fortemente influenciado pelo empirismo, Capistrano de Abreu mesclou a precisão documental com os sentimentos inspirados pela conjuntura histórica em que vivia, traduzidos na preocupação em legitimar a independência, embora buscasse reconstituir os “fatos tais como aconteceram”.²⁵ Em *Capítulos da História Colonial*²⁶, de 1907, Capistrano de Abreu explora o universo histórico brasileiro de sua descoberta à 1800, tratando do descobrimento das regiões e da formação dos limites do Brasil do início do século XX. Procura encontrar no período colonial as origens da nação.

A Colônia do Sacramento recebe atenção na narrativa quando o autor trata da formação da fronteira sul, da expansão lusitana rumo à bacia do Prata. O enfoque da narrativa é político-militar. Capistrano de Abreu define o significado e o sentido da

²³ Vellinhohinho, em 1980, falando sobre sua obra revela sua intencionalidade e portanto sua posição justificativa dos limites territoriais atuais do Estado brasileiro: “Sempre defendi o princípio da unidade nacional. Este pensamento é constante em tudo que tenho escrito”. GUTTREIND, Ieda. *A historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: EdUFRGS. 1998. p 43.

²⁴ RODRIGUEZ, José Honório. Introdução. IN: ABREU, Capistrano de. 1982.

²⁵ RODRIGUEZ, José Honório. Introdução. IN: ABREU, Capistrano de. 1982. p. 31

²⁶ ABREU, Capistrano de. 1982.

povoação em função do Rio Grande do Sul, esvaziando o papel histórico específico da empresa colonizadora lusitana no Prata:

“A fundação da colônia do Sacramento devia servir de ponto de partida para um povoamento que, partindo do Prata, iria ter à beira mar. Este plano falhara, restava o plano contrário: estabelecer-se na marinha, estender-se pelo interior até chegar às águas platinas, em outros termos: povoar o rio de S. Pedro, mais tarde chamado Rio Grande do Sul.”²⁷

A sociedade que em Sacramento estruturava-se é representada de maneira simplificada e pejorativa:

“Este ninho (a Colônia do Sacramento), antes de contrabandistas que de soldados, foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gaúchos, os gaudérios, originários da margem esquerda do Prata, famosos durante várias décadas e ainda não assimilados em todos à civilização”²⁸

A noção de “ninho de contrabandistas” buscava minimizar o tamanho e a expressão da empresa luso-platina. A omissão deliberada da importância regional de Sacramento, por parte do autor, é derivada do fato de Sacramento ser a única colônia portuguesa na América que não integra o território brasileiro contemporaneamente.

Não bastando reduzir a importância demográfica da Colônia, Capistrano identifica a cidade enquanto “berço” do gaúcho “mau”, da margem esquerda do Prata, distinto do gaúcho rio-grandense. Finalmente, é importante salientar que não há uma periodização do quase um século de história protagonizado por Sacramento sob domínio luso-brasileiro. Capistrano de Abreu refere-se à cidadela privilegiadamente acerca de sua história dos feitos militares e diplomáticos lusitanos, buscando explicar a conformação de limites do Brasil do momento em que escrevia.

Partindo de uma ótica nacional, a representação de Capistrano é negativa acerca do caráter do contrabando. Este aparece como um problema político: delito, crime. Ou seja, atribui-se ao passado os valores contemporâneos, sem contemplar-se as práticas, o significado social, cultural, econômico, e até mesmo político do contrabando dentro do quadro das relações na região e das monarquias ibéricas ao longo do período em questão.

²⁷ ABREU, Capistrano de. 1982. p 173.

²⁸ ABREU, Capistrano de. 1982. p 173.

Essa linha historiográfica criou raízes entre os historiadores brasileiros. Nas décadas seguintes, houve o incremento da produção historiográfica nacionalista, especialmente no que se refere à produção ligada à comunidade de intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (bem como o do Rio Grande do Sul). A comunidade intelectual reiterou a representação da Colônia do Sacramento inaugurada por Capistrano de Abreu. Preocupados com a formação de uma passado comum, enaltecedor dos heróis antepassados, a Colônia foi inserida nas narrativas nacionalistas da história do sul e da fronteira. Foi o Cel. Jonathas da Costa Rego Monteiro quem maior atenção dedicou à Colônia, na obra de dois tomos intitulada “A Colônia do Sacramento”²⁹, bem como nos estudos acerca da “Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul”. Em suas obras a representação de Sacramento foi aprimorada e ganhou maior complexidade. Rego Monteiro, ao contrário de Capistrano de Abreu, buscou valorizar a heroicidade dos lusitanos de Sacramento, afinal tratava-se do passado de *“uma Gente que em lides contínuas fixou os limites Sul do Brasil, riscados a golpes de espada e pontas de lança por entremeado sangue luso-brasílico”*³⁰.

Justificar a perda territorial da Colônia, legitimando a conformação atual do território, ressaltando o lado heróico-militar dos luso-brasílicos são intenções subjacentes ao longo da representação histórica e na organização da narrativa de Monteiro. Acerca do Tratado de Madrid, quando Portugal pela primeira vez admite a perda territorial do porto platino, escreveu:

“Reconheceu a corte de Espanha que a retirada dos portugueses do Prata não podia ser feita sem uma compensação. (...)A marcha dos portugueses para o Sul (...) certamente foi o motivo dominante para fazerem a troca da Colônia por grandes territórios”³¹

A perda de Colônia surge justificada pela troca dos “grandes territórios” das missões, à época ocupadas pelos jesuítas, e que viriam a ser incorporadas décadas mais tarde aos domínios luso-brasileiros. Dessa forma, a descrição da tomada de Sacramento pelos castelhanos pelas armas em 1776, e as considerações sobre o Tratado de Santo Ildefonso (que oficializa a perda territorial) seguem na mesma linha interpretativa: “Pelo

²⁹ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. Esta obra foi financiada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1937.

³⁰ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. p 03

³¹ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. p 470. T. I

Tratado de Santo Ildefonso ficou Portugal definitivamente sem a Colônia do Sacramento e sem as Missões do Uruguai, perdeu território ao Sul”.³² E logo adiante:

“Foi este Tratado imposto pela força , ficando a Espanha com a parte do Leão, e como todos os Tratados em iguais condições, não foi reconhecido pelas gentes do Rio Grande do Sul, que em lutas sucessivas, e tomadas de territórios, que já na época consideravam lhes pertencer, levaram a fronteira a outros pontos mais meridionais, que com ligeiras modificações, são os limites atuais do Brasil com a República do Uruguai.”³³

A questão do contrabando aparece de forma sutil ao longo da obra de Monteiro, entretanto, não altera o sentido pejorativo já presente em Capistrano de Abreu:

“Não pudera a Colônia do Sacramento resistir aos abundantes e meticulosos recursos de Cevallos. Tardamente lhe chegaram os socorros do Rio de Janeiro, e em vez de promover a juntada de recursos para uma reação, em auxílio da Administração, veio esse ganancioso comércio que tinha na Colônia ubérrima teta, donde lhe jorrava a prata advinda do contrabando, que ele explorava sem ter os percalços , inconsciente à desgraça pública e política que essa tomadia acarretava.”³⁴

O contrabando aparece também em sua dimensão política através da ótica nacionalista. Embora a quantidade e a diversidade de documentos transcritos e editados, visando corroborar a narrativa, permitam perceber uma dimensão mais ampla do significado do comércio legal e ilegal na praça, tal possibilidade não se desenvolve, em prol da narrativa dos eventos militares.

Por outro lado, ao privilegiar os conflitos bélicos, acabou-se por ressaltar os altos custos de manutenção da praça pela Coroa, uma vez que tais custos tornavam-se ampliados em momentos de assédios militares. Tal característica corrobora a justificativa da “troca” de territórios, ou seja, a formação da fronteira nacional.

Moysés Vellinhinho foi quem apresentou a versão mais aprimorada da historiografia sobre a qual se forjou a identidade regional rio-grandense em obras do princípio da década de 1970. Em sua obra *Fronteira*, a Colônia do Sacramento surge novamente representada em função dos limites do Rio Grande do Sul. O diferencial

³² MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. p. 474 T. I

³³ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. p 475 T. I.

³⁴ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande. IV Volume. 1979. p.77.

introduzido por Vellinhinho está no fato de que a atividade comercial e a questão geopolítica do condomínio do Rio da Prata aparecem com maior importância.

O comércio de couros e o contrabando (que recebe adjetivos de “intenso e rendoso”) aparecem como atividades dos habitantes da Colônia, ao mesmo tempo em que o autor denuncia a cumplicidade dos súditos castelhanos na prática ilícita³⁵. Dessa forma, a questão do comércio, legal e ilegal, assumem, ainda que de modo tímido e impreciso, uma dimensão econômica e social, indicando um comércio lucrativo e que envolvia súditos de os ambos reinos (os grupos indígenas não são mencionados).

Sobre a questão da perda territorial, Vellinhinho privilegia o aspecto geopolítico desta, entendendo o Tratado de 1777 como a perda definitiva por Portugal do condomínio da navegação fluvial do rio da Prata, sem, no entanto, abdicar do recurso justificatório da “troca” de Sacramento pelo território das missões:

“O Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1º de outubro de 1777, veio pôr termo às hostilidades. A Coroa portuguesa perdia para sempre a Colônia do Sacramento e portanto o condomínio do Rio da Prata, após quase um século de obstinada resistência. As antigas Missões Orientais continuariam sob o senhorio de Espanha, cortando assim o Rio Grande em duas metades. Mas a aguerrida gente continentina inconformada aproveitaria a trégua para afiar suas armas: aguardaria o momento para a esplêndida arrancada de 1801.”³⁶

Dessa forma, a representação tradicional de Sacramento é marcada pela justificativa da formação da fronteira sul, e sua história ganha significado em função do território do atual Rio Grande do Sul. Os autores abordados projetam a nação e as fronteiras atuais ao passado colonial, quando tais estruturas políticas e identitárias ainda não existiam. Devido ao caráter político-militar das narrativas, questões econômicas, sociais, urbano-demográficas, aparecem apenas de forma subjacente através do *corpus* documental reproduzido por Jonathas da Costa Rego Monteiro. Fruto disso é a representação da fronteira enquanto um limite de separação com existência imemorial.

³⁵. “... a Colônia do Sacramento com seu comércio de couros e outros efeitos da rês e o intenso e rendoso contrabando de prata e ouro que ali fermentava com a cumplicidade das próprias dependências do domínio espanhol, numa surda provocação ao fisco de Buenos Aires”. VELLINHIO, Moysés. 1973. p 25. O contrabando surge como “provocação”, tendo sua dimensão criminal relativizada em relação as perspectivas eminentemente negativas até então representadas na historiografia.

³⁶ VELLINHIO, Moysés. 1973. p 190.

A produção historiográfica acadêmica produzida no Brasil sobre a questão, em linhas gerais, não foge desse esquema explicativo. Os trabalhos de Heloisa Belloto,³⁷ de Moniz Bandeira³⁸, bem como a recente dissertação de Alvaro Gomes Neto³⁹, centram sua abordagem em questões diplomáticas e geopolíticas, sem incorporar outros aspectos da realidade histórica da cidade.

No início da década de 1990, houve a tentativa por parte de empresas de comunicação e bancos privados de converter Sacramento na capital histórica do Mercosul. O relançamento da *História Topographica e Bélica da Colônia do Sacramento*, de Simão Pereira de Sá, e a realização de um documentário sobre a cidade foram os frutos dessa tentativa. Contudo, tais iniciativas não modificaram a imagem construída pela historiografia tradicional.

A imagem que os textos criam da Colônia do Sacramento ainda é construída a partir de uma ótica nacionalista, explícita ou implicitamente. A representação de uma cidadela de contrabandistas, onerosa e problematicamente belicosa, utilizada como instrumento de barganha pelo território das missões, é recorrente na historiografia. Tais características não ofuscam o valor das importantes contribuições ao conhecimento histórico da cidade e da região que a produção historiográfica tradicional proporcionou. Os trabalhos de transcrição e publicação de fontes por alguns autores também merecem reconhecimento⁴⁰.

³⁷ BELLOTO, Heloisa. *Opus Cit.*

³⁸ BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. Nesse importante trabalho, Bandeira analisa a expansão territorial brasileira rumo ao sul relacionando-a com a conjuntura político-econômica do capitalismo do séc. XVIII, utilizando-se de fontes diplomáticas brasileiras, lusitanas, inglesas e holandesas, e desenvolvendo uma análise acurada da presença de comerciantes e produtos ingleses em Sacramento.

³⁹ GOMES NETO, Alvaro de Souza. *Expansão Portuguesa na Região Oriental do Prata*. Porto Alegre: PUC-RS, 1997 (Dissertação inédita).

⁴⁰ Capistrano de Abreu foi responsável pela transcrição de inúmeros manuscritos sobre Sacramento existentes na Biblioteca Nacional. Jonathas da Costa Rego Monteiro publicou um volume inteiro de documentos transcritos em sua obra.

Mapa 1. Mapa do Povoamento luso na costa Atlântica meridional – 1738.

Mapa do povoamento luso na costa Atlântica meridional - 1738



2 - ENTRE A COLÔNIA DO SACRAMENTO E O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: A EXPANSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA O SUL DENTRO DOS MARCOS DO ATLÂNTICO PORTUGUÊS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

*“A fundação da Colônia devia servir de ponto de partida para um povoamento que partindo do Prata ia ter a beira mar. Este plano falhara; restava o plano contrário”.*⁴¹

A fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e sua primeira fase de ocupação, até 1705, significou, para Portugal e suas colônias americanas, o reestabelecimento da lucrativa rota Rio de Janeiro–Rio da Prata que desde os primórdios do século XVII – durante a União Ibérica, garantia o ingresso da prata potosina na América portuguesa, e dos couros de bovinos⁴².

A reocupação portuguesa da Colônia do Sacramento, em 1716, buscou consolidar não apenas um baluarte comercial, mas também desenvolver a ocupação territorial, visando o acesso aos rebanhos da região. A fundação de Sacramento, associada ao avanço de paulistas para o sul, às tentativas frustradas de ocupação de Montevidéu e à fundação do presídio de Jesus Maria José (futura vila de Rio Grande), e os avanços na Banda Oriental (fundação do forte de São Miguel no fim de 1737), constituíram etapas de um avanço contínuo para o sul, que partia de duas frentes de colonização. Uma desde o Rio de Janeiro, que materializou-se na fundação de Colônia, na tentativa de fundar Montevidéu, e na criação de Rio Grande. Outra desde São Paulo, representada pela fundação de Laguna e pelo avanço para o sul da expedição de João de Magalhães em 1725. Essas duas frentes atendiam a interesses complementares da Coroa e dos grupos locais, interessados em terras e acesso aos rebanhos (movel principal do avanço desde São Paulo), além do acesso à prata potosina escoada para a América portuguesa pelo comércio e aos couros (principais atrativos para a manutenção da Colônia do Sacramento). As duas frentes articuladas

⁴¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e Os caminhos antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: EdUNB. 1982.p 173

⁴² Para a presença luso-brasileira no Rio da Prata na primeira metade do século XVII ver, Alice Piñer. *O Comércio Português no Prata*.1940. Sobre a segunda metade do XVII há o excelente trabalho de MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1986.

constituíram a estratégia luso-americana de avançar sobre as terras do sul durante a primeira metade do século XVIII.⁴³

O presente capítulo tem como objeto identificar e analisar as estratégias lusitanas na primeira metade do século XVIII, em sua expansão rumo ao sul enquanto um conjunto de medidas articuladas, reflexo de interesses profundamente imbricados, complementares em diversos fatores, de grupos luso-brasileiros e da Coroa portuguesa. Para tanto, buscamos definir os interesses e as formas de atuação utilizadas pelos agentes sociais ao longo do processo de integração do Rio Grande e da Banda Oriental especialmente entre 1716 e 1753⁴⁴.

Através da documentação oficial lusitana e hispânica, e de correspondências e informes de particulares (padres, militares e homens de negócios) buscamos delinear as estratégias projetadas e as políticas implementadas pela Coroa lusitana na primeira metade do século XVIII. Tal avanço, entretanto, ainda que fosse estimulado pela Coroa em grande medida, contou de forma igual, senão superior, com a ação, apoio e interesses de particulares e de autoridades e seus grupos familiares sociais locais, com suas redes extensas e mobilizadoras de fidelidades pessoais pelos diversos setores sociais⁴⁵. Esses grupos também nutriam fortes interesses em garantir o comércio com Buenos Aires (e o constante ingresso de prata pelo porto do Rio de Janeiro), assim como em ocupar territórios, em nome de El Rei, da porção sul do atual estado do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental (garantindo acesso aos rebanhos da região, que forneciam couro e animais para as Minas). A ação dos particulares era convertida muitas vezes, a despeito do interesse desses nas questões, em “favores” ao monarca e por isso seus autores pleiteavam e recebiam direitos, privilégios e mercês Reais. Ao longo do período, podemos vislumbrar adaptações em uma estratégia levada adiante pela Coroa lusa, que fora delineada com base na experiência adquirida durante o século XVII⁴⁶. As adaptações nessas “estratégias”

⁴³ JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlantique au Rio de la Plata* Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales. 2000 Tese de Doutorado. Inédita. p 76.

⁴⁴ Optamos por esse período pela marca da reocupação lusitana da Colônia do Sacramento, e 1753, por ser o momento concreto de inflexão das políticas lusitanas na região, reflexos do Tratado de Madri (1750).

⁴⁵ Sobre a formação de uma elite senhorial no Rio de Janeiro, bem como as estratégias desse grupo em relação a sua manutenção, reprodução e formas de ingresso às redes de fidelidades pessoais estabelecidas, ver: FRAGOSO, João. *A Nobreza da República. Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. 2000 (mimeo). Este artigo foi publicado na revista Topóis, número 1, da UFRJ. Rio de Janeiro. 2001.

⁴⁶ Os relatórios de Francisco Ribeiro e Sebastião da Veiga Cabral representaram as informações que pautaram a reocupação portuguesa na Banda Oriental e orientaram suas políticas desde o Rio de Janeiro para

refletiam as disputas em uma fronteira aberta, cenário de muitos interesses divergentes⁴⁷. Ao mesmo tempo, as estradas que ligavam a região às Minas foram sendo definitivamente abertas⁴⁸, consolidando a integração da região sul como abastecedora de animais para a florescente região aurífera.

Tal política, entretanto, não pode ser entendida isoladamente; somente faz sentido em função de uma estrutura maior, vinculada não apenas ao espaço interno da América Portuguesa, mas também ao Comércio Atlântico português.

A primeira metade do século XVIII é marcada pelo auge mineiro, que acarretou num crescimento da demanda por homens, animais, alimentos, e fez com que o porto do Rio de Janeiro assumisse a preponderância no comércio Atlântico na Colônia, culminando com sua conversão em capital do Vice-Reino na segunda metade do século XVIII. Tal crescimento de importância política e comercial, operado na cidade no período, estava intimamente ligado ao controle das rotas negreiras com a costa da África, à produção de minérios e produtos agrícolas para exportação, e o controle das rotas do Rio da Prata (outra fonte permanente de entrada de metais). Concomitantemente, as minas necessitavam de animais e alimentos, especialmente nesse período de *boom* das Gerais, em que a alta produção mineira significava uma concentração demográfica sem precedentes na América lusitana. Tal região passou a demandar progressivamente mais alimentos e animais para transporte, assim intensificando rotas de circulação, criando novos espaços e integrando novas regiões no interior da Colônia. O avanço vicentino para o sul, nesse momento, foi destinado em grande medida à incorporação de rebanhos, mostrando-se representativo desse quadro.⁴⁹

a região platina. RIBEIRO, Francisco. *Informação*. [1703] Sala Abeillard Barreto – Biblioteca Rio-Grandense. CABRAL, Sebastião da Veiga. *Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento* [1713]. Montevideu: Imprensa Nacional. Apartado da Revista do Inst. Histórico e Geográfico do Uruguai, 1965. T. XXIV.

⁴⁷ A fronteira que apresentava-se na região era palco de atuação de portugueses, jesuítas, espanhóis além de outras parcialidades indígenas. Existiam, portanto, diversos agentes sociais com diferentes interesses, tornando o cenário mais complexo do que apenas uma bipolaridade entre lusos e hispânicos. Para tal questão ver NEUMANN, Eduardo. *A fronteira tripartida: índios, espanhóis e lusitanos na formação do Continente do Rio Grande*. Niterói: XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2001.

⁴⁸ O primeiro caminho terrestre entre a Laguna e a Colônia do Sacramento de que possuímos informação data de 1703, “Como Viajar, por terra, da Colônia do Sacramento a Laguna” redigido por Domingos da Filgueira. IN: CESAR, Guilhemino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande*. Porto Alegre: Edufrgs. 1998. Em princípios da década de 1730 estará aberta uma estrada ligando Laguna a Curitiba, feita por Christóvão Pereira.

⁴⁹ Os vicentinos já tinham avançado para o sul na primeira metade do século XVII fazendo constantes incursões predadoras de índios das missões jesuíticas, as chamadas Bandeiras de Caça aos Índios.

2.1 - O Rio de Janeiro e São Vicente – articulações regionais e vínculos ao Atlântico Português na primeira metade do século XVIII

A sociedade luso-brasileira que se estruturou nas terras da América Portuguesa era escravista, fortemente hierarquizada e com uma forte elite mercantil. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o grupo dos comerciantes na América adquiriu grande importância na economia colonial. No século XVIII, o porto do Rio de Janeiro passa progressivamente à frente do porto de Salvador em importância comercial na América lusitana, período em que a cidade fluminense esteve inserida e articulada de forma privilegiada às rotas do Atlântico Português. A elite mercantil fluminense, os mercadores de grosso trato da Colônia, acabava por predominar nos setores de maior rentabilidade, ou ligados ao comércio marítimo⁵⁰. A reprodução das estruturas sócio-econômicas de Antigo Regime eram garantidas por um importante tráfico negreiro, bem como por uma fronteira aberta que permitia a expansão e reprodução dessas estruturas em novas áreas.

Dessa forma, as ligações entre as colônias lusitanas na América e na África assumiam papéis fundamentais na própria reprodução e viabilização dessa sociedade, articulando um complexo sistema comercial lusitano no Atlântico sul. O comércio envolvendo Portugal, África e Brasil⁵¹ não reduzia-se ao esquema triangular, no qual teoricamente a Metrópole ocuparia o papel de intermediário entre suas colônias, garantindo assim o “exclusivo colonial”. De acordo com as conjunturas econômicas e os movimentos sazonais de correntes oceânicas, as rotas comerciais cobriam cinco percursos: Portugal – Angola – Brasil – Portugal, Portugal – Brasil – Angola- Portugal, Portugal – Brasil – Angola – Brasil – Portugal, Portugal- Brasil – Angola – Prata, e Brasil – Angola – Brasil.⁵² Tais circuitos comerciais nos permitem vislumbrar a importância das rotas estabelecidas diretamente entre as colônias, de forma que Portugal não se constituía em um intermediário

⁵⁰ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura- Acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p 23. Fragoso alerta para o cuidado com o conceito de “exclusivo” colonial que devemos tomar ao pensar na transferência de capitais para a Metrópole. Leve-se em consideração a debilidade da Metrópole em fornecimento de gêneros manufaturados, bem como pela permissividade de estrangeiros navegar para as sua colônias, e de estas poderem realizar contatos diretos entre si, sem a interferência da metrópole.

⁵¹ A utilização de “Brasil”, nesse momento, não refere-se ao Estado Nacional brasileiro, ou à unidade geográfica que hoje conhecemos como o Brasil, mas, referimo-nos ao Estado do Brasil, uma unidade administrativa do Império Português que abarcava a costa atlântica da América. O Estado do Maranhão e Grão-Pará, era a unidade administrativa das capitanias da região amazônica no período.

⁵² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes*. São Paulo: Cia das Letras. 2000, p. 248.

entre Brasil e África, senão o contrário. No século XVIII, o Rio de Janeiro assume claramente esse papel. O controle das rotas negreiras e das rotas para o Prata constituíram um dos fatores a dar suporte à uma elite comercial pujante, que praticamente será a intermediária nas relações entre Portugal e Angola⁵³.

2.1.1 - O Rio de Janeiro e o Prata

A fundação da Colônia do Sacramento foi a materialização do retorno lusitano ao prata após 1640⁵⁴. Tal empresa visava a reestabelecer os fortes vínculos comerciais existentes durante o período da União Ibérica. A presença portuguesa no prata, nessa nova etapa, com a fundação de um presídio militar, estava vinculada especialmente ao Rio de Janeiro, cidade de onde partiram os principais esforços humanos e financeiros para o estabelecimento da Colônia platina. A Coroa lusitana visava, com a empresa, a reativar o comércio entre suas colônias e a região, reestabelecendo as vias de acesso à prata potosina – metal tão necessário à economia lusa em crise, com uma forte escassez de metal, sentida especialmente em suas colônias da costa do Brasil.

A Colônia do Sacramento respondeu às necessidades e pressões da Coroa e de grupos influentes da sociedade colonial, com a finalidade de restabelecer no comércio Atlântico Português a carreira Rio da Prata – Rio de Janeiro – Luanda, onde a primeira região era a fonte de metais, nomeadamente a prata, tão necessária à economia do centro da Colônia.⁵⁵ A fundação de Sacramento é apontada por C.R. Boxer como uma das estratégias da Coroa lusa contra a escassez crônica do metálico na segunda metade dos 1600, na colônia, que causava constante desvalorização monetária no Brasil⁵⁶. Boxer ainda revela que os planos para o retorno dos luso-brasilícos ao prata já vinha sendo seriamente debatido pela Coroa sob pressão de grupos locais do Rio de Janeiro, sendo sugerida até

⁵³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. P. 54.

⁵⁴ Acerca da forte presença comercial de mercadores luso-brasilícos em Buenos Aires ver o clássico trabalho de CANABRAVA, Alice Pifer. *O Comércio Português no Prata*. São Paulo: FdUSP. 1942. Nesse estudo Canabrava mostra a existência durante a primeira metade dos 1600 os fortes intercâmbios comerciais realizados entre Buenos Aires e as colônias portuguesas da costa do Brasil, especialmente a Bahia e o Rio de Janeiro. Além disso aborda a existência de uma forte comunidade de comerciantes de origem lusitana (e judaica) estabelecida em Buenos Aires e cidades do interior como Tucumán. "O porto de Buenos Aires assemelhava-se no meado do XVII, a uma colônia lusitana, tal o coeficiente da população portuguesa lá radicada". p. 122 ss. e p. 165.

⁵⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. p. 81 e 271.

⁵⁶ BOXER, Charles. 2000. p. 265.

mesmo a invasão de Buenos Aires, em períodos anteriores, como a única forma possível de acesso à prata circulante pela região⁵⁷.

A experiência do estabelecimento na margem setentrional do Prata, entre 1680 e 1705, permitiu aos comerciantes do Rio de Janeiro adquirirem novas experiências e maiores informações sobre a região platina que acabaram norteando as políticas implementadas ao longo do período subsequente da ocupação da Colônia depois de 1716.

O século XVIII consolidou a economia e a sociedade do Rio de Janeiro nos marcos do mercado Atlântico. As rotas do comércio legal - e principalmente do ilegal - com o Prata ocuparam importante papel na expansão das rotas comerciais e nos negócios da elite comercial fluminense⁵⁸. No Rio de Janeiro, desde o século XVII, já se estruturava uma elite que controlava as principais rotas do tráfico Atlântico de negros. O principal comércio controlado pelos fluminenses foi aquele realizado com a costa Africana. Açúcar, cachaça e tabaco eram exportados para Angola, de onde se importavam escravos. Assim a elite mercantil carioca controlava e garantia a reprodução social da sociedade em questão. As rotas comerciais ligando a África ao Brasil acabavam por permitir o contato direto entre portos da costa brasileira e portos da África, tal circunstância permitiu um espaço para crescimento político e econômico das elites que se constituíram nos portos brasileiros, com especial ênfase no Rio de Janeiro.

A descoberta das minas na região das Gerais alterou substancialmente a posição e as possibilidades da sociedade fluminense. A praça carioca, na primeira metade do XVIII era marcada por ativas exportações de metal, pelas introduções de escravos, e pelo grande número de engenhos produzindo açúcar e aguardente. Além disso, os comerciantes do Rio de Janeiro controlavam as redes de introdução de mercadorias para as regiões interiores da Colônia. Dessa forma, o capital mercantil acabava predominando em diversos setores da economia colonial, incluindo o crédito.

É dentro desse panorama que devemos compreender as políticas e estratégias levadas a cabo na primeira metade do século XVIII, especialmente após 1716. A presença lusitana na Colônia do Sacramento, com forte vínculos com o Rio de Janeiro, cumpria agora um

⁵⁷ Salvador Correa de Sá aventou tal possibilidade durante o domínio holandês de Angola, como único meio de acesso à prata da região, uma vez impossibilitado o comércio negreiro. Sobre as tentativas de invasão de Buenos Aires, ou os planos para tanto ver especialmente BANDAIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro – O papel do Brasil na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 37.

⁵⁸ FLORENTINO, Manoel e FRAGOSO, João. 1993. p. 34 .

papel mais complexo dentro de uma política lusitana de expansão territorial, visando ao controle de mercados, ao acesso à produtos da região e a incorporação espacial de uma região de fronteira aberta.

2.1.2 - São Vicente e o sul

A sociedade estruturada em São Vicente e São Paulo utilizava, durante o século XVII e princípios do XVIII, a mão-de-obra indígena, sob as diferentes características legais que possibilitassem tal exploração⁵⁹. O relativo isolamento de São Vicente nos períodos anteriores deram espaço à formação de uma sociedade em que a produção de alimentos e a busca pelos indígenas como as bandeiras enquanto expedições em busca de riquezas e de mão-de-obra indígena (especialmente durante o período de dominação holandesa na costa africana, quando os bandeirantes paulistas buscavam índios para suprir a falta de braços negros)⁶⁰. Foram também as bandeiras que acabaram por descobrir as Minas (Gerais) no fim do século XVII e posteriormente as do Mato Grosso.

Não podemos esquecer que o espaço platino fora freqüentado, na primeira metade do século XVII, pelos bandeirantes paulistas. Seguindo os caminhos indígenas que ligavam a região de São Vicente à bacia do Paraná, em diversas oportunidades as bandeiras chegaram às Missões jesuíticas, situadas na Banda Oriental do Uruguai, e levaram aprisionados grandes quantidades de indígenas. Essas bandeiras foram definitivamente rechaçadas depois da batalha de Mbororé, na qual os índios missionários impuseram uma significativa derrota militar aos paulistas.

Somente no fim do século XVII os vicentinos, em busca de terras e rebanhos, voltaram a avançar para o sul, dessa vez ao longo da costa atlântica, sob o amparo da Coroa lusitana, que estimulava o avanço da fronteira. A materialização dessas disposições refletiram-se na a fundação de São Francisco do Sul, em 1664, culminando com a fundação de Laguna, em 1684. Sob o comando de Domingos Brito Peixoto e seu núcleo familiar, avançou a colonização portuguesa para o sul, constituindo-se Laguna o último porto no

⁵⁹ Mesmo com a existência de legislações anti-escravização indígena, existiu a "Administração", que possibilitava aos luso-brasileiros a utilização desse contingente humano. Ver MONTEIRO, John. *Os Negros da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

⁶⁰ Ao longo do século XVII São Paulo constituiu-se enquanto um centro irradiador da conquista, lançando bases de diversas povoações no interior do planalto. Tal movimento era reflexo das bandeiras. SHWARTZ, Stuart. "Estruturas Econômicas e Sociais: O Brasil Colonial". In: BETHA, Leslie (org.) *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 390.

caminho entre Sacramento e o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que significava o acesso à Vacaria do Mar, os campos de Tramandaí. A exploração extensiva dos recursos, característica das empresas lusitanas, fazia com que existisse a necessidade de um constante avanço da fronteira. Assim, não apenas os interesses da Coroa lusa impulsionaram para o sul, mas também o interesse dos próprios grupos sociais na manutenção e reprodução dessa sociedade.

O descobrimento das Minas, no final do XVIII, alterou o papel e as possibilidades dos paulistas, ou vicentinos, dentro do quadro da economia e sociedade colonial. Enquanto descobridores das jazidas, tentaram não apenas explorar a mineração, mas também obter privilégio nessa atividade – no que foram frustrados pela derrota na dita Guerra dos Emboabas⁶¹. Dedicaram-se também a busca de novas minas, culminando com o descobrimento de novas jazidas na região do Mato Grosso. Articulado à esses movimentos houve o incremento da produção de alimentos para o mercado interno (inclusive no próprio espaço mineiro) e o fornecimento de gêneros de abastecimento como gado cavalari, bovino e muiar⁶².

Com a estruturação do pólo mineiro nas Gerais, os vicentinos vão avançar progressivamente para o sul em busca de rebanhos, ao passo que vão criar um espaço, entre São Vicente e as Minas, voltado à produção de alimentos para a crescente demanda interna⁶³. Tal sociedade acabava por possuir características sociais e econômicas marcadamente diferenciadas das do Rio de Janeiro no mesmo período. Ocupavam papéis distintos dentro da Colônia portuguesa na América meridional.

⁶¹ A “Guerra dos Emboabas” foi um conjunto de enfrentamentos opondo os paulistas aos luso-brasileiros de outras regiões pelo acesso à exploração mineira. Os paulistas, como descobridores pleitearam sua exclusividade, mas viram-se derrotados. Para maiores informações ver BOXER, Charles R. 2000. p. 87.

⁶² O período estudado foi marcado pelo auge da produção Mineira. Entre 1726-34 foram enviadas oficialmente 7.500 kg de ouro. Entre 1735-39, exportou-se 10.673 kg de ouro – ápice da produção da região no século XVIII. Entre 1750-54, a quantidade enviada para Portugal foi de 8.780 kg. Estas cifras atingem em 1795-99, a quantia de 3.249 kg. RUSSELLWOOD, A. J. R., O Brasil Colonial: o ciclo do ouro. IN BETHEL, Leslie. 1998. Enfim, o período de desenvolvimento mais acelerado é justamente o período do avanço para o sul.

⁶³ BOXER, Charles. 2000. p. 71. Informa não apenas da formação de um complexo agrícola para produção de alimentos, mas de rotas de contrabando de gêneros de abastecimento. Por outro lado, alerta para as técnicas de utilização do solo de forma extensiva, que demandava a contínua expansão da fronteira em busca de mais terras cultiváveis.

Em 1703, Domingos da Filgueira registrou uma instrução para seguir um caminho por terra entre Colônia e Laguna – estava sedimentada a ligação entre Sacramento e o restante da América portuguesa por terra⁶⁴.

Mas foi somente na primeira metade do século XVIII que se buscou avançar e povoar efetivamente os campos de Tramandaí, no mesmo momento em que, após o restabelecimento da Colônia do Sacramento, tentou-se a fundação de Montevidéu desde o Rio de Janeiro. Essa iniciativa de estabelecimento nos campos ao sul de Laguna partiu, com apoio da Coroa, do núcleo familiar do Capitão-mor de Laguna, Brito Peixoto. Mesclavam-se os interesses de particulares com as estratégias delineadas pela Coroa para a América meridional.

A expedição, ou “Frota” de João de Magalhães, como ficou conhecida na historiografia brasileira tal expedição, buscou povoar as terras do Rio Grande de São Pedro. João de Magalhães, comandante da expedição, saiu de Laguna em 1725 visando atingir a margem norte da barra de Rio Grande⁶⁵. Tal expedição atingiu a barra, e, posteriormente, deu origem a um núcleo de povoação próxima ao rio Tramandaí. Nesse momento, interessava a esses conquistadores o acesso aos rebanhos bovinos e cavалares, que a região apresentava, e que eram conduzidos para a região das Minas, e do Rio de Janeiro.

Dessa forma, no fim do século XVII e começo do XVIII, pode-se verificar que, desde São Paulo, estendia-se rumo ao sul uma frente colonizadora, expandindo a fronteira agrícola. As terras e os recursos existentes sobre elas foram o móvel principal desse movimento, que avançava por terra, do norte para o sul, fortemente articulado política, social e economicamente com São Paulo.⁶⁶

Os desígnios da Coroa, nesse momento, iam ao encontro dos interesses dos grupos locais. A expansão para o sul, por terra, desde São Paulo e Laguna, constituía, entretanto, apenas uma faceta das estratégias e interesses lusos rumo ao sul.

2.2 - Os Avanços na Banda Oriental no século XVIII

Como já vimos, a região platina, no decorrer da primeira metade do século XVIII, já era atrativo para o avanço lusitano, tanto desde o Rio de Janeiro diretamente para o Prata, com a Colônia do Sacramento, quanto para o vicentinos, que vinham constantemente avançando por terra para o sul e estabelecendo caminhos entre Sacramento, Laguna e as demais vilas portuguesas na costa do Atlântico. A formação do complexo mineiro nas Gerais, bem como a descoberta das Minas do Mato Grosso, fizeram com que os interesses envolvidos no avanço para o sul adquirissem formas e intensidades diferenciadas daqueles até então envolvidos. Por um lado a região platina mantinha os atrativos da prata e dos mercados da América hispânica, além dos rebanhos, que agora ,além de couro, eram uma mercadoria útil como alimento (carne salgada e gado em pé) e, principalmente, como transporte para o complexo mineiro que se formava. Por outro lado, a presença lusitana no estuário platino garantia a navegação pelo sistema hidrográfico da bacia do Paraná, chave para o acesso por água ao Mato Grosso.⁶⁷ A Coroa lusa justificava tal avanço em termos diplomáticos amparando-se na Teoria das Fronteiras Naturais, segundo a qual entendiam o Prata como sendo o limite geográfico dos domínios de portugueses.⁶⁸

Nesse momento, podemos delinear claramente as duas frentes de expansão atuando na Banda Oriental e no Rio Grande de São Pedro. A primeira, desde o Rio de Janeiro, com interesses claros na manutenção de rotas comerciais e com uma política de incorporação territorial baseada na fundação de presídios militares enquanto núcleos populacionais. A segunda frente avançava por terra, desde Laguna, amparada por paulistas que buscavam o acesso aos rebanhos de gado bovino e cavalar existentes na região⁶⁹.

Essas duas frentes desenvolveram-se de forma articulada e complementar. E as políticas implementadas na região, no período em questão significaram o encontro de interesses entre a Coroa e as elites locais, que sustentaram tal expansão.

⁶⁷ BANDEIRA, Moniz. 1985. p. 54.

⁶⁸ BANDEIRA, Moniz. 1985. p. 55. Além do trabalho de BIASI, Susana. *Conflictos hispano portugueses en el Plata*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

⁶⁹ JUMAR, Fernando. 2000. p. 76 ss.

2.2.1 - Entre a Colônia e o Rio Grande

Quando da restituição da Colônia, em 1716, a Coroa lusa já possuía diversas informações sobre a região, fruto da experiência anterior de ocupação da Colônia, até 1705. Os informes do sargento-mor Francisco Ribeiro, de 1704⁷⁰, e a Descrição Corográfica e Bélica da Colônia do Sacramento, publicada em 1713⁷¹, em Portugal, de autoria do ex-governador da praça Sebastião da Veiga Cabral, constituíram ricas fontes de informação sobre a região e as possibilidades nela existentes para a Coroa lusitana e seus súditos.

Tais escritos possuem muito de similar, e sendo significativo que os dois autores tivessem atuado juntamente na Colônia do Sacramento. É relevante também que o Informe de Francisco Ribeiro tenha sido enviado ao Conselho Ultramarino sob as recomendações de Sebastião da Veiga Cabral⁷². O conteúdo de tais obras, além de exaltar os recursos naturais da região enquanto ao clima e a riqueza de bovinos, mencionavam a importância dos mercados ao qual se podia ter acesso pela região. Além do já conhecido mercado portenho, e da prata que por aí escoava, sublinhava-se a importância das Missões jesuíticas, do mercado de erva mate e da possibilidade, em caso de uma ocupação efetiva, de avançar por rotas terrestres até o Alto-Peru, permitindo assim o comércio direto para a obtenção da prata⁷³.

Alertava ainda para as possibilidades, não apenas de exploração dos bovinos (couro e gado em pé) e das cavahadas (para serem conduzidas às Minas), mas igualmente para a produção de gêneros agrícolas, como trigo e até mesmo linho-cânhamo. Justificava todos esses projetos prevendo “*grande utilidade q’a Real Fazenda tirará daquelas terras com contracto dos couros e dízimo dos frutos cultivados.*”⁷⁴

Para lograr sucesso nas empresas propostas, Veiga Cabral aconselhava a fundação de uma série de povoações e fortificações além da Colônia do Sacramento. Alentava a

⁷⁰ RIBEIRO Francisco. [1703].

⁷¹ CABRAL, Sebastião da Veiga. Opus Cit.

⁷² O prefácio à *Informação* de Francisco Ribeiro traz diversas informações sobre a autoria e a originalidade das idéias expostas por Ribeiro e Cabral. O que fica indubitável é que os dois escritos possuem praticamente o mesmo conteúdo, sendo o segundo mais completo. Utilizaremos aqui, portanto, preferencialmente os escritos de Veiga Cabral. É importante, entretanto, registrar a existência de tal *corpus* de idéias mais ou menos articuladas desde 1704, quando ainda ocupava-se a Colônia.

⁷³ CABRAL Sebastião da Veiga. 1965. p. 60 e ss.

⁷⁴ CABRAL Sebastião da Veiga. 1965. p. 70.

fundação de uma fortaleza e povoação na barra do Rio Grande, outra em Maldonado, visando ao controle das campanhas da Banda Oriental, bem como ao da entrada do estuário platino. A povoação a ser instalada no Rio Grande de São Pedro teria comunicação por terra com Laguna, permitindo o trânsito terrestre de homens e animais. Acenava-se ainda com a invasão e incorporações das missões jesuíticas (incluindo a população indígena), baseada na fundação de fortins e guardas subindo o rio Paraná.⁷⁵ Esses territórios deveriam compor, segundo Cabral, um Estado aparte do Brasil, como o Grão Pará, e deveria ter sua capital e Governador Geral na Colônia do Sacramento “*pela boa disposição que tem para comunicação*” além de estar “*quazi a vista de Buenos Aires*”⁷⁶.

Devemos ter cuidado ao considerar a viabilidade e factibilidade da execução das medidas propostas pelo ex-Governador da Colônia do Sacramento. Sebastião da Veiga Cabral escreveu essa descrição com o propósito de convencer o Monarca e seu Conselho Ultramarino dos benefícios de manter a Praça onde havia sido Governador e onde havia mantido seus interesses por quase meia década. Sabemos que havia indicado ao conselho Ultramarino o nome do sargento-mor Francisco Ribeiro para o cargo de governador da Colônia antes de sua saída e reiterava tal indicação quando da reocupação, em 1716⁷⁷. Entretanto, o Conselho Ultramarino o preteriu nessa ocasião. Além disso, Sebastião da Veiga Cabral discorre largamente sobre minas de prata que existiriam na região, das quais tinha informações (ainda que imprecisas) de sua suposta localização. Tais minas jamais foram encontradas, de forma que fica a dúvida sobre o real grau de veracidade dos relatos apresentados a esse respeito⁷⁸.

A despeito dos possíveis exageros contidos nas descrições e prognósticos para a ocupação da Banda Oriental e de Rio Grande, tal conjunto de informações teve eco dentro do planejamento das ações da Coroa na região, no período subsequente; ao mesmo tempo em que refletia os interesses de grupos luso-brasileiros nas oportunidades existentes naquela fronteira meridional da América portuguesa.

A reocupação da Colônia, em 1716, vai marcar o início de um novo momento para o desenvolvimento das políticas lusas na região. As estratégias levadas a cabo sob impulso

⁷⁵ CABRAL Sebastião da Veiga. 1965. p. 137, 138 e 139.

⁷⁶ CABRAL Sebastião da Veiga. 1965. p. 139.

⁷⁷ RIBEIRO, Francisco. [1703] Prefácio.

⁷⁸ CABRAL Sebastião da Veiga. 1965. p. 50.

da Coroa, amparada nos interesses de particulares na região, acabaram por evidenciar que grande parte das medidas propostas por Sebastião da Veiga Cabral converteram-se em diretrizes políticas para a ocupação dos territórios do Rio Grande de São Pedro, Maldonado e para as atividades agropecuárias na Colônia.

Na obra, não há referência à ocupação de Montevidéu de forma prioritária. Entretanto, essa intenção já existia por parte da Coroa Portuguesa desde fins do século XVII, sendo que, no período em que o próprio Sebastião da Veiga Cabral era o governador da Colônia, iniciaram-se os preparativos para a fortificação da referida baía. Entretanto, foi o próprio Cabral que desaconselhou a fortificação de Montevidéu se esta fosse feita em detrimento de recursos para a Colônia. Os acontecimentos decorridos em função da Guerra de Sucessão de Espanha fizeram com que tais planos não fossem levados adiante.⁷⁹ Em 1705, os castelhanos tomaram a Colônia.

A partir das referidas obras, podemos vislumbrar que já estavam articuladas as linhas gerais de atuação a serem desenvolvidas pela Coroa a partir de 1716. Se excetuarmos o avanço sobre as Missões, proposto por Cabral, veremos que as demais diretrizes propostas pelo ex-Governador da Colônia, somadas à disposição da Coroa de fortificar Montevidéu, constituíram em linhas gerais as estratégias que, no decorrer do período, vão pautar os interesses luso-brasileiros na região.

Entretanto, esses projetos acima descritos não contavam com os fatores externos como os interesses da Coroa Espanhola, dos grupos locais portenhos, dos jesuítas e demais povos indígenas presentes na região. Assim, durante a primeira metade do XVIII, podemos observar a adaptação de tais políticas às conjunturas do momento. Embora não desenvolvidas rigidamente de acordo com os projetos existentes quando da volta lusa à região, os objetivos principais não foram alterados: manutenção do comércio com Buenos Aires e acesso aos rebanhos da Banda Oriental.

É importante salientarmos que tal processo de avanço lusitano para o prata, por meio de fundações de fortificações e povoações, provenientes do Rio de Janeiro, foi uma das frentes rumo ao sul. Paralelamente e de forma complementar avançaram os vicentinos desde Laguna.

⁷⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (adiante AHU-ACI-CU-012) – Colônia do Sacramento. Docs. 26 e 27.

A presença lusitana na Banda Oriental, originada desde o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, é marcada por duas fases distintas. A primeira, entre 1716 e 1737, foi o momento em que se reocupou a Colônia do Sacramento e a partir dela se expandiu um entorno agrícola com uma produção agrária bastante diversificada, ao mesmo tempo em que os luso-brasileiros da Colônia exploravam os bovinos da Banda Oriental, mais além do entorno da Colônia. Esse momento marcou também as tentativas frustradas de fundação e ocupação de Montevideu por parte dos portugueses. Todos esses esforços provinham do Rio de Janeiro, principal cidade relacionada à Colônia no mundo luso-atlântico no período. A segunda fase é caracterizada pela perda do entorno agrícola da Colônia do Sacramento, a partir de 1737, é marcada pela manutenção da Colônia enquanto um porto comercial, pela fundação de Rio Grande e a subsequente fundação do forte de São Miguel, e da guarda do Chui, buscando garantir o acesso aos rebanhos e à região de Castilhos.

A partir de 1716, buscou-se estabelecer na Colônia do Sacramento, não apenas um baluarte comercial, mas um baluarte populacional, capaz de resistir às pressões castelhanas que por mais de uma vez, haviam causado a tomada da Praça. Assim, nos anos subsequentes, a coroa lusa promoveu a imigração de casais de agricultores das Ilhas de Madeira e Açores, além de casais provenientes de Trás-os-Montes. A coroa também encarregou-se da distribuição de sementes de diversos grãos, especialmente de trigo, para o início da produção local⁸⁰. Posteriormente, quando a produção tornou-se de maior vulto, introduziu-se a cobrança do dízimo do trigo.

Tentou-se também, em 1725, a introdução do linho-cânhamo no entorno agrícola da Colônia, tendo o Governador recebido dois alqueires⁸¹ de sementes em bom estado. Sabemos que foram plantados, porém de sua produção não há notícias, e tal experiência foi única na Colônia, de forma que tudo indica que foi fracassada⁸².

Funcionava ainda um contrato de arrematação dos quintos dos couros exportados pela Colônia. Tal contrato garantia a cobrança do quinto real não apenas dos couros

⁸⁰ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 44 e 48. Sobre a participação ativa do Governador no fornecimento e aquisição de trigo para semear em na Colônia por conta da Real Fazenda. 1719.

⁸¹ Um alqueire equivale a 36,6 kg.

⁸² AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 140. 1725

produzidos pelos habitantes da Colônia, mas igualmente dos couros adquiridos junto aos Castelhanos. Tal contrato já funcionava em 1699 com as mesmas diretrizes.⁸³

Nesse período, a ocupação da campanha por parte dos luso-brasileiros estendia-se por léguas adentro, onde possuíam propriedades, além de realizarem incursões por todo o território visando à exploração do couro. Entre 1728 e 1735 as autoridades castelhanas relataram a presença de diversos elementos luso-brasileiros, incluindo os homens de negócios Christóvão Pereira de Abreu e Domingo Fernandes, realizando courama na região de Castilhos e Maldonado, local dotado de portos naturais, favoráveis ao atraque de embarcações para carregar couros ou ainda descarregar mercadorias⁸⁴.

Ademais dessa expansão agrícola estimulada pela Coroa, a Colônia do Sacramento cumpria o papel principal de porto comercial, pelo qual se introduziam gêneros na outra banda, e de porta de entrada da prata vinda por diferentes caminhos, desde o Alto Peru até Buenos Aires. A entrada de prata era um atrativo por demais importante para a manutenção da cidade portuária platina. Não obstante o auge mineiro, o grande mercado existente na região e a experiência anteriormente acumulada, somados à pressão britânica, faziam de Sacramento um ponto de grande interesse para a Coroa lusa e para os mercadores do Rio de Janeiro – era uma fonte constante de prata e couro. Ao mesmo tempo que era mercado para gêneros manufaturados, açúcar, aguardente, fumo e escravos. É importante ressaltarmos que os vínculos políticos, sociais e econômicos de Sacramento, no período estavam intimamente associados ao Rio de Janeiro, pois, com o controle sobre as rotas com a Colônia, estava garantida à comunidade de comerciantes daquela cidade a posição de polarizadora das exportações do ouro e da prata americanas, dos metais das Minas Gerais e de Potosí. No Prata, ainda, encontrava-se mercado para açúcar e aguardente, produzidos pelos engenhos locais, e para o fumo baiano também.⁸⁵

Nesse primeiro momento, até o princípio do “grande sítio” de 1735-37, a presença lusa no estuário platino era encarada de forma duradoura e definitiva. Reflexo disso foi a tentativa de fundação de Montevideu em 1723. Por meio do estabelecimento de outra povoação luso-brasileira, próxima a Sacramento por mar e terra buscava-se controlar o

⁸³ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 110. 1721

⁸⁴ Archivo General de la Nación – Argentina (adiante AGN). Sala IX 2.4.1 -Informes do comandante de Montevideo - 13/VII/1728; 27/IX/1730; 14/VI/1735; 08/01/1735.

⁸⁵ JUMAR, Fernando. 2000. p. 77 ss.

excelente porto natural na entrada do Rio da Prata, bem como garantir o acesso à campanha da Banda Oriental.

Complementarmente, verifica-se no ano de 1724 a expedição de João de Magalhães, que desde Laguna avança para o Rio Grande de São Pedro, com finalidades colonizadora. Em 1728 há referência a um estabelecimento embrionário na margem norte da Barra de Rio Grande (localidade onde atualmente se situa São José do Norte) visando ao controle do passo de animais – é o movimento realizado do norte para o sul, pelos paulistas, ou Lagunistas⁸⁶.

Entretanto, a fundação de Montevidéu não foi bem sucedida. A reação das forças portenhas, apoiadas pelos índios Tape das missões, malograram as intenções da Coroa Portuguesa por meio de uma ofensiva bélica destinada à Colônia e à Montevidéu simultaneamente. O resultado foi a ocupação castelhana com posterior fortificação da baía de Montevidéu, vindo a dar origem a um presidio militar que serviu de base para o núcleo populacional do que viria a ser a cidade de *San Felipe de Montevideo*.

Durante a segunda metade da década de 1720 e primeira metade da década de 1730, os luso-brasileiros, apesar de não possuírem Montevidéu, procuraram avançar na campanha o máximo possível, buscando consolidar caminhos existentes na Banda Oriental, coureando gado desde Sacramento e conduzindo tropas de gado em pé para o Rio Grande e Laguna.⁸⁷ Ou seja, durante esse período, o entorno agrícola da Colônia e o acesso à campanha da Banda Oriental estavam sem impedimentos. Desenvolveram-se atividades agrícolas e comerciais ao mesmo tempo que se realizava a abertura de caminhos. Foi um momento de conciliação dos interesses da Coroa (pela prata, pelos couros, e pelos territórios), com os interesses dos homens de negócios que mantinham interesses na praça da Colônia (no comércio e nos rebanhos)

O acesso à campanha facilitava a obtenção de couros, além do próprio comércio terrestre. Antes mesmo de 1737, ano da fundação de Rio Grande, os homens da Colônia do Sacramento já andavam pela franja norte da Banda Oriental até o Rio Grande. Nesse

⁸⁶ Utilizamos o termo “Lagunista” referente aos habitantes de Laguna no período, em geral pessoas vindas de São Paulo, portanto ainda fortemente vinculadas aos valores e às práticas sociais vicentinas, como a utilização de mão-de-obra indígena e a constante conquista de fronteiras abertas na exploração dos recursos naturais. Nas fontes castelhanas são referidos como “Laguneros”, indicando que mesmo os hispânicos reconheciam a especificidade dos habitantes de Laguna.

período, consolidaram-se os caminhos pela Banda Oriental e pelo Rio Grande de São Pedro⁸⁸.

A Coroa buscava, por outro lado, nesse período, obter o máximo de informações sobre a região. Em princípios da década de 1730, fora enviada para Colônia do Sacramento a chamada "Missão dos Padres Matemáticos". Esta tinha como finalidade realizar não apenas fortificações militares, mas fazer um levantamento cartográfico preciso da região da Banda Oriental. Tratavam-se de Diogo Soares e Domingos Capaci, dois jesuítas cartógrafos e engenheiros militares. Foi Diogo Soares quem recolheu preciosas informações e realizou importantes cartas e plantas da Colônia do Sacramento e da Banda Oriental no período. Não pretendemos aqui fazer uma análise profunda da obra desse padre matemático, entretanto, a missão que o trouxe à região é indicativo das intenções políticas de Portugal em mapear a região, além de coletar informações sobre os caminhos desde o Rio Grande rumo a Laguna e São Paulo⁸⁹. A produção cartográfica dos Padres, segundo Jaime Cortesão, trazia implícito um disfarce oficial para o avanço luso, uma vez que ainda era, teoricamente, vigente o célebre Tratado de Tordesilhas⁹⁰. Os mapas confeccionados por Diogo Soares para a região possuem suas coordenadas de longitude com o ponto 0° como o Rio de Janeiro⁹¹. Ou seja, através da cartografia, a Coroa lusa buscava encobrir e regulamentar o avanço efetivo que havia realizado rumo ao estuário platino. A missão dos Padres Matemáticos demonstrou a preocupação de Portugal com a incorporação territorial da região aos demais territórios lusos na América, não obstante fosse ainda uma região em disputa.

Podemos perceber que, embora a Coroa Lusitana tenha apresentado interesse na ocupação da região, a ação de particulares, movidos por interesses vinculados às suas redes de relações pessoais, e a identificação desses interesses com os da Coroa, naquele período, nos mostram uma adaptação prática da estratégia inicial. Ainda que falhada a tentativa de

⁸⁷ Além dos documento já citados do AGN, na nota 32, é significativa a travessia realizada por Christóvão Pereira com mulas na barra de Rio Grande em 1725. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (adiante RIHGB), LXIX, p. 307 e 308.

⁸⁸ JUMAR, Fernando. 2000. p 81 ss.

⁸⁹ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956, p. 22 e 23. Christóvão Pereira prestou informações a Diogo Soares sobre os caminhos ligando o Prata ao centro da Colônia. RIHGB LXIX, p. 307.

⁹⁰ O tratado de Tordesilhas, de 1494 estabelecia o meridiano de fronteira entre Portugal e Espanha perto de onde situaria-se hoje Laguna.

⁹¹ CORTESÃO, Jayme. 1956. p. 12.

ocupação de Montevidéu, o comércio de Sacramento e os couros e rebanhos da Banda Oriental pareciam estar garantidos pelo substancial avanço na campanha em torno de Sacramento, bem como pela exploração da campanha nas regiões mais internalizadas da Banda Oriental como Castilhos, Maldonado, Chui até as margens do Rio Negro.⁹²

Assim, mesmo em regiões distantes do centro da colonização portuguesa na América, essa fronteira aberta que se apresentava, constituía-se em uma possibilidade para angariar recursos, poder e prestígio junto ao centro da Colônia (nesse caso preferencialmente o Rio de Janeiro) e mesmo junto ao Rei e ao seu Conselho Ultramarino. A ação desses homens, que atuavam articulados à sociedade fluminense desde Colônia do Sacramento, avançando pela Banda Oriental e Rio Grande era a personificação do avanço lusitano. As inicitavas da Coroa eram complementadas pela atuação calcada nos interesses particulares desses conquistadores, convertidos, muitas vezes, em autoridades militares. Tais ações constituíram-se em favores à Coroa na ocupação dessa fronteira, motivo pelo qual tais homens obteriam privilégios, mercês reais e poder.

2.2.2 - O Campo de Bloqueio na Colônia, a Fundação de Rio Grande e São Miguel

Entre 1735 e 1737, a Colônia do Sacramento permaneceu sitiada por tropas castelhanas. O período mais crítico do cerco, entretanto, foi entre 1735 e 1736. Nesse momento, houve a destruição e arrasamento do entorno agrícola e das construções situadas fora dos muros do presídio. A população que vivia em torno da Colônia ou recolheu-se para dentro da fortaleza ou, como muitos, retirou-se para o interior da Banda Oriental, Buenos Aires, ou até mesmo para a barra do Rio Grande. O cerco castelhano à Colônia, no fim de 1736 encontrava-se “*muy fraco e se compoem a mayor p.te de paizanos saleridados*”⁹³. Mesmo assim, o bloqueio dificultava sobremaneira o abastecimento da praça, pois o acesso à campanha via-se barrado.

⁹² Nesse momento os luso-brasileiros ocupavam a campanha de forma praticamente soberana. Embora se constituísse em uma fronteira aberta, não respeitavam o conceito de jurisdição espanhola. As atuações de Christóvão Pereira são ilustrativas disso: segundo relato de Simão Pereira de Sá sobre a apreensão por parte das autoridades espanholas de 80 carros com couros de Christóvão Pereira, este teria juntado homens e buscou os castelhanos na campanha, e à força recuperou seus couros e carros, deixando os guardas espanhóis inclusive sem fardas. Tal afronta reflete, em certa medida, o grau de controle ou direito que os homens de negócio luso-brasileiros julgavam possuir na região. Além disso, em 1736 Christóvão está preparando charque às margens do Rio Negro, no interior da Banda Oriental. SA, Simão Pereira de. *História Topographica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcaño 17. 1993 [1737]p. 57.

⁹³ ABREU, Christóvão Pereira de. Carta para Gomes Freire de 02/11/1736. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. V.104 – separata. 1946.

Tal perspectiva ameaçava não apenas o controle e acesso aos rebanhos da Banda Oriental, que desde Colônia agora pareciam ser impossíveis de serem mantidos, mas até mesmo a presença comercial lusa na própria cidade portuária. Tais fatos foram contornados, entre 1737 e 1738, com o desenvolvimento de estratégias que visavam manter os interesses tão caros à Coroa e aos particulares que se aventuravam nessa fronteira aberta.

Como vimos, em fins de 1736, os habitantes da Colônia lograram amenizar o sítio estabelecido pelos castelhanos. A esses interessava, primordialmente, impedir o acesso luso à exploração da campanha, especialmente, às *faenas* e corambres⁹⁴. Dessa forma, em 1737, ainda antes do armistício, que chegou no rio da Prata em setembro de 1737, a Colônia principiava a adaptar-se a uma nova estratégia de abastecimento, não mais contando com uma produção luso-brasileira de seu entorno agrícola e de trocas facilitadas com castelhanos no interior da campanha. Iniciava-se um período no qual o comércio responderia não apenas pela obtenção da prata e do couro, mas também pelo abastecimento de gêneros alimentares como trigo, aves, carnes, porcos vivos, etc. Tal estratégia principiou a ser desenvolvida em 1737 e foi ganhando maior incremento com o decorrer dos anos. A busca por gêneros em Buenos Aires terminava por constituir-se a justificativa da presença constante de lanchas luso-brasileiras na cidade, possibilitando o comércio ilícito aos olhos de Espanha. No decorrer do período, de 1737 em diante, tal comércio vai ser constante.⁹⁵ Tal momento marca uma inflexão da estratégia lusitana. A Colônia do Sacramento, a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível-moeda de troca por territórios de Espanha⁹⁶.

Entretanto, não podemos imaginar um enclave luso-brasileiro na Banda Oriental. A existência de caminhos ligando Colônia ao Rio Grande e Laguna, e a fundação de Rio Grande, em fevereiro de 1737, vai criar uma área de trânsito luso-brasileiro na Banda Oriental.

⁹⁴ O acesso aos rebanhos e ao couro, constituiu um “ponto de equilíbrio” nas hostilidades entre castelhanos e luso-brasileiros. Os grupos buenaireses impuseram seu controle sobre tais recursos, a partir desse momento. JUMAR, Fernando. 2000. p 366.

⁹⁵ AGN – Colônia do Sacramento 3.8.2. É abundante a quantidade de passaportes para luso-brasileiros irem comprar víveres na cidade, bem como as reclamações do Governador sobre os “abusos” praticados pelos referidos em relação ao comércio ilícito.

⁹⁶ JUMAR, Fernando. 2000. p 81 e 82.

As condições do referido armistício de 1737 são fundamentais para entendermos a estratégia lusa na ocupação da Banda Oriental, que retoma a execução de velhos planos, já alentados por Sebastião da Veiga Cabral, para a ocupação do território. Entretanto, a conjuntura era outra, e adaptações foram necessárias. O referido armistício previa a cessação das hostilidades entre os súditos das duas coroas Ibéricas, e a situação militar devia ficar tal qual estivesse no dia da chegada da notícia do tratado na região⁹⁷. Ou seja, o princípio da posse pelo uso estava começando a ser implementado no âmbito das negociações diplomáticas ibéricas.

Tal perspectiva política norteou a estratégia portuguesa na região. A vinda da Expedição de Silva Paes, desde o Rio de Janeiro, em princípios de 1737, com ordens para auxiliar a Colônia, reocupar as ilhas de São Gabriel, retomar Montevidéu e fundar uma fortaleza no Rio Grande de São Pedro com a maior rapidez possível é um indicativo das intenções lusas⁹⁸. Mal havia sido aliviado o forte assédio bélico castelhano sobre a Colônia, as diretrizes da Coroa já indicavam para outras alternativas de ocupação da Banda Oriental. Uma vez garantido o porto da Colônia, buscava-se o controle dos rebanhos e dos caminhos entre a região e o centro da Colonização luso na América. Tais movimentos foram coordenados, principalmente, desde o Rio de Janeiro.⁹⁹

A tomada das ilhas de São Gabriel foi efetivada pela referida expedição; a tomada de Montevidéu não chegou a ser tentada pois julgou-se que demandaria muito tempo e recursos, e a fundação de uma fortificação no Rio Grande tinha prioridade. Finalmente, em Fevereiro de 1737, Silva Paes desembarcou na barra do Rio Grande de São Pedro. Christóvão Pereira e Domingo Fernandes, que haviam avançado com os preparativos de Laguna, o esperavam¹⁰⁰. Esses dois homens possuíam interesses na região havia anos e mobilizavam uma extensa rede de influências. Some-se ainda que Pereira já fora arrematador dos quintos dos Couros da Colônia do Sacramento, além de grande exportador do produto. Ali construiu-se a fortificação de Jesus Maria José, núcleo inicial da vila de

⁹⁷ MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Ed. Do Globo, 1937, p. 330.

⁹⁸ MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. 1937. p. 259.

⁹⁹ Tanto Sacramento quanto Rio Grande estava subordinadas política e administrativamente ao governo do Rio de Janeiro.

¹⁰⁰ SA, Simão Pereira de. 1993. p. 160, assim como FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação de Rio Grande*. RIHGRS. Porto Alegre. 1933. p. 50. Christóvão Pereira contava com homens recrutados entre São Paulo e Laguna e armas, quando da recepção ao desembarque de Silva Pais na Barra do Rio Grande.

Rio Grande. Tal fato pode ser considerado o encontro das duas frentes de expansão lusa, a que provinha diretamente do Rio de Janeiro e a que articuladamente descia por terra, desde Laguna rumo ao Rio Grande.

A notícia do referido armistício de 1737, o Tratado de Paris, chegou na Colônia do Sacramento somente em setembro do mesmo ano, preconizando “deixar as coisas tal qual como estão”. Dessa forma, perdia-se o acesso direto desde Sacramento para a campanha oriental, ou ao menos via-se o mesmo dificultado pela formação do chamado Campo de Bloqueio, que se estabeleceu na franja em torno da Colônia regulando todo o acesso terrestre à cidade lusa. Por outro lado, iniciava-se a ocupação do Rio Grande de São Pedro, visando ao avanço para o sul, adentrando na Banda Oriental. Pelos termos do tratado, Portugal justificava essa nova empresa.

O interesse na fundação do forte de Jesus Maria José, no Rio Grande foi duplo: ao mesmo tempo em que se garantia o acesso por terra entre a Banda Oriental e o centro da colonização lusa no Brasil, garantindo o trânsito terrestre de animais, pessoas e mercadorias, buscou-se garantir o controle sobre as regiões e os rebanhos da Banda Oriental. Em outubro e novembro de 1737, Silva Paes, desde Rio Grande, avançou para o sul e fundou o forte de São Miguel, no Chuí. A fundação precoce dessa fortaleza visava sobretudo ao controle da região de Castilhos e Maldonado, já conhecidas dos habitantes da Colônia como zona de courama e de portos privilegiados como indicava o próprio Silva Paes:

“dei muitas graças a Deus que tanto a tempo eu tivesse disposto a minha viagem e conseguindo deixar debaixo das guardas e de fortalezas para Sua Majestade o melhor terreno que em toda a pampa, e de onde se proveiam de gado e de courama, não só os da Colonia como os mesmos castelhanos”¹⁰¹.

Através do fragmento acima transcrito também podemos perceber a clara intencionalidade na rapidez do estabelecimento das novas posições. Buscava-se deliberadamente utilizar o princípio da posse pelo uso, ou do “que as coisas fiquem no estado em que se encontram”, como aparece nos documentos referentes a esse tratado. Ou seja, a coroa lusa, bem como os principais grupos sociais lusitanos na região, buscava garantir não apenas o comércio de Sacramento, mas o acesso aos rebanhos, para courama e

¹⁰¹. Carta de Silva Paes 1/11/1737. Apud: FORTES, João Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação de Rio Grande. RIHGRS. Porto Alegre. 1933. p 98.

tropas de gado em pé. Buscava-se explorar um constante trânsito de comunicação entre a Colônia e o Rio Grande.

João Borges Fortes registra que, já em 1738 e nos anos seguintes, estabeleciam-se transações entre os castelhanos e os lusos de Rio Grande envolvendo animais. Ao mesmo tempo em que registravam-se *arreadas* de gado promovidas pelos homens que transportavam a correspondência entre os Governadores da Colônia do Sacramento e o forte de Jesus Maria José.¹⁰²

As guardas de Montevideú também produziram informações úteis dentro dessa perspectiva, referindo em diversos momentos a intensa comunicação existente entre a Colônia e o Rio Grande por terra, bem como a constante presença de luso-brasileiros realizando courama na região de Castilhos. Em 1743 o comandante de Montevideú, em uma carta para o Governador de Buenos Ayres comenta a presença do conjunto de povoações portuguesas na Banda Oriental, de Colônia até o Rio Grande:

“Mui señor mio, aunque V.S. me tenga por ymportuno, puedo dejar de haser presente a V.S. [...] el objeto, de quitar ese corral que llaman Colonia (...) como asimismo los reductos del Rio Grande, contruidos de faxina y arena (menos el de San Miguel que es de piedra(...)) pues Portugal enriquece por la Colonia, y españa enpobrese, pues los 25 navios que la arrivan cada un año, llevan hasta dies millones de pesos, y vesse esta provincia tão ynfeliz que es menester que benga el cituado del [p...] para mantener la tropa del Rey; por la Colonia ba el t|he|soro à Portugal y por el Rio Grande, todas cavalladas, ganados, granos en riqueza siendo el Brasil, y aqui peresiendo”¹⁰³

Ainda que possamos julgar superestimados os dados apresentados pelo comandante de Montevideú, em princípios da década de 1740, pois tinha a intenção de convencer o Governador de Buenos Aires a investir militarmente contra os núcleos luso-brasileiros, a informação básica sobre a existência dos vínculos comerciais descritos podem servir como uma aproximação às atividades que efetivamente se desenvolviam. Tais atividades, entretanto, estavam condicionadas de acordo com os movimentos e as condições dos mercados às quais estavam vinculadas.

¹⁰² FORTES, João Borges. 1933. p. 103

¹⁰³ AGN Sala IX 4.1.2. Carta de Diego Cardozo ao Gov. de Buenos Ayres. 17/01/1743

Podemos perceber, nesse momento, mais uma vez a coincidência de interesses da Coroa e dos particulares e que o somatório desses interesses levaram adiante tais empreitadas. Homens como Christóvão Pereira e Domingos Fernandes, empenharam-se pessoalmente, mobilizando suas redes de contato e influência pessoal no auxílio dos desígnios Reais de manter o acesso e o controle daquelas áreas que eles próprios já conheciam e nas quais possuíam interesses arraigados. Nesse momento, a experiência anterior já lhes havia garantido informações abundantes sobre as possibilidades econômicas e políticas que encerravam o domínio da franja norte da Banda Oriental, entre Rio Grande e Sacramento.

Enfim, a ocupação luso brasileira na Banda Oriental mantinha, sob outras bases e condições o comércio com Buenos Aires (prata e couro comprados aos castelhanos), ao mesmo tempo em que se garantia o acesso direto aos rebanhos na Banda Oriental, com o suporte de Rio Grande e São Miguel. A estratégia lusa estava adaptada ao novo momento, onde a continuidade territorial e o *uti possidetis* passam a fazer parte do vocabulário diplomático ibero-americano¹⁰⁴.

Reflexo desses novos marcos teórico jurídicos, foi o famoso Tratado de Madri, ou tratado de Permuta, como também ficou conhecido na historiografia. O acordo entre as Coroas Ibéricas foi fruto de uma longa gestão diplomática e previa a troca de Sacramento pelas sete reduções jesuíticas estabelecidas ao oriente do Rio Uruguai. Para a permuta ocorrer, o território missioneiro deveria estar desocupado. O tratado de Madri acabou nunca sendo efetivamente implementado. Podemos especular sobre as possíveis causas de tal fracasso. A guerra guaranítica e o pequeno empenho pela parte portuguesa para a efetivação da permuta são explicações plausíveis, que se não esgotam a questão, lançam alguma luz. A Guerra Guaranítica, como é conhecida na historiografia brasileira, foi fruto da resistência dos índios Tape em abandonarem a região que consideravam seu território¹⁰⁵, bem como as estâncias e os ervais que nela existiam. Nesse confronto, tropas castelhanas e luso-brasileiras enfrentaram a resistência indígena.

Entre 1753 e 1755, Gomes Freire de Andrada, governador Geral do Rio de Janeiro, estava em Colônia do Sacramento tratando da demarcação de limites, junto ao encarregado de Espanha, o Marques de Valdelirios. Durante essa expedição (da qual participa

¹⁰⁴ Susana Biasi. 1984.

¹⁰⁵ NEUMANN, Eduardo. "Frontera y identidad: conflictos luso-guaraníes en la Banda Oriental – 1680/1757". *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, dez. 2000.

Chritóvão Pereira, que também vai à Colônia), vão ser concedidas sesmarias na região ao Sul de Rio Grande, próximo ao Chuí, ao Taim e a Castilhos Grande – o nordeste da Banda Oriental. Tal política de distribuição de terras para particulares era levada a cabo concomitantemente à demarcação de limites e à Guerra Guaranítica. Parte desses sesmeiros eram pessoas vinculadas ao comércio de gado com o centro da colônia (com destaque para o gado muar e cavalar).

Se por um lado a Coroa demonstrou formalmente, com o Tratado de Madri, a intenção de abandonar Sacramento, ficava claro o valor que a praça passou a possuir enquanto moeda de troca por territórios de Espanha na América. Ao mesmo tempo, buscou-se intensificar e consolidar a ocupação da franja nordeste e norte da Banda Oriental. Tal presença, no decorrer dos períodos seguintes acabou por sedimentar vínculos sociais e políticos que marcariam a história da região até mesmo depois do surgimento da República Oriental do Uruguai.

3 - A PRAÇA DA COLÔNIA DO SACRAMENTO E A BANDA ORIENTAL (1716-1753)

*“Este ninho, antes de contrabandistas
que de soldados, foi talvez o berço de uma
prole sinistra, os gaúchos, os gaudérios”*

(Capistrano de Abreu) ¹⁰⁶

A sociedade e a economia do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, consolidou-se nos marcos do mercado Atlântico ¹⁰⁷. A fundação da Colônia do Sacramento foi parte de um processo de expansão comercial e territorial da Coroa e das elites luso-brasileiras rumo ao prata. A experiência de atuação no Prata acumulada durante o período da União Ibérica foi de grande utilidade nesse empreendimento ¹⁰⁸. No século XVIII Sacramento ocupou papel enquanto ponto de conexão entre o porto luso-brasileiros e a região platina ¹⁰⁹. Buscava-se reativar no mercado Atlântico Português as conexões Rio da Prata – Rio de Janeiro – Luanda. Da região platina esperava-se obter couros e prata – artigo sempre importante numa economia com escassez crônica de metal circulante. A partir de 1680, com a fundação de Sacramento, o Rio de Janeiro passou, progressivamente, a controlar parte das rotas para o rio da Prata. Além da prata e do couro, outro atrativo importante da região platina no período eram os mercados de Buenos Aires, Paraguai e do Alto Peru. Essas regiões eram marginalizadas no abastecimento oficial hispânico. A baixa frequência de embarcações oficiais autorizadas a comerciar artigos manufaturados fazia com que tais regiões encontrassem alternativas para o abastecimento. O contrabando surgia

¹⁰⁶ Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982

¹⁰⁷ FRAGOSO, J.L e FLORENTINO, M. 1993. p 34

¹⁰⁸ Acerca da forte presença comercial de mercadores luso-brasílicos em Buenos Aires ver o clássico trabalho de CANABRAVA, Alice Pifer. 1942.

¹⁰⁹ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000. p 265.

como uma opção frente as carências do sistema oficial e constiuía uma atividade rotineira e muito lucrativa no Prata.

Ao longo da primeira metade do século XVIII, o Rio de Janeiro começou a assumir a posição de principal porto envolvido nas transações com a região platina.

Tomava forma um espaço fronteiriço platino na Banda Oriental, uma reprodução das velhas fronteiras Ibéricas¹¹⁰. Portugueses, castelhanos, índios e jesuítas atuaram concomitantemente na região. Com a instalação de Sacramento no estuário platino, no último quartel do século XVII, concretizou-se um avanço português com intenções duradouras na região. Foi o início de uma nova fase na relação entre castelhanos, indígenas e portugueses. Tomava forma o que Fernando Jumar definiu como o “complexo portuário platino”¹¹¹. Tal espaço, ainda que tenha tido suas estruturas construídas no final do século XVI, assumiu novas características com a fundação da Colônia, e atingiu seu ápice durante o século XVIII. Podemos dizer que para Sacramento, o auge de seu desenvolvimento enquanto centro de negócios e poder foi justamente a primeira metade desse século.

Foi entre 1716 e 1753 que a Colônia do Sacramento conheceu seu mais significativo crescimento populacional. Nesse período, houve o desenvolvimento de uma estrutura urbana ordenada. Em meados do século XVIII a fortaleza militarizada era uma cidade-porto, e integrava-se no complexo portuário rio-platense. Mercadores, camponeses, e índios eram agentes que construíam, nesse cenário, a fronteira meridional do Império Português na América. O núcleo urbano atraía as pessoas pela segurança que proporcionava, pelo mercado, pela presença da igreja, da autoridade, pelas festas, entre outros motivos conjunturais.

Nosso objetivo no presente capítulo é analisar o significado do espaço urbano da Colônia do Sacramento na primeira metade do século XVIII. A partir de documentos burocráticos, cartas de governadores e mercadores, mapas (obtidos junto a Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército) e gravuras podemos perceber a estruturação de uma cidade

¹¹⁰ A concepção de fronteira aqui utilizada não deve ser entendida como limite ou região limítrofe entre nações modernas. Fronteiras são regiões que limitam e põem em contato grupos diferentes, étnica, política, linguística, econômica e socialmente, etc. Não obstante, é na fronteira que esses grupos diversos interagem entre si, estabelecendo diversos vínculos com “os outros”.

¹¹¹ Ver a introdução do presente trabalho para uma definição mais rica sobre o “complexo portuário platino”.

mais complexa e rica do que a retratada pela historiografia tradicional. Dentro da noção do Império Português e da região de fronteira aberta e multi-facetada que era a região platina, procuraremos discutir aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais do espaço urbano da Colônia do Sacramento que, segundo nos parece, transcendia em diversos aspectos a noção de “ninho de contrabandistas” construída pela historiografia tradicional.

A existência de um vínculo íntimo entre a estrutura administrativa, o comércio e o desenvolvimento do núcleo urbano é um ponto definidor da presente abordagem.

Mil setecentos e dezesseis marcou o princípio da segunda reocupação portuguesa (devido aos segundo Tratado de Utrecht) e até fins da década de quarenta (quando se iniciam as negociações do Tratado de Madri), não se acenava com a entrega da cidade, por parte de Portugal para a Espanha. Entre 1716 e 1735, a ocupação da campanha e arredores da Praça foi intensa e, dificilmente, os agentes sociais consideravam a praça um domínio provisório da Coroa lusa. Não obstante, após dois anos de guerra (1735-1737), marcados por um severo sítio à cidade, o acesso à campanha foi bastante dificultado pela presença de guardas castelhanas patrulhando a região. Assim, iniciou-se um novo período da ocupação portuguesa e na produção de bens agropecuários. Ao mesmo tempo em que tornou claro aos habitantes da cidade que a sua existência sob o domínio do Rei Português não era inabalável. Mesmo assim, após 1737, a cidade continuou com uma agitada vida comercial, embora dependente do comércio com os castelhanos para o abastecimento.

3.1 - Alguns problemas da História urbana colonial americana

A temática da História urbana como ponto de partida da análise histórica possui vasta tradição na historiografia ocidental. Grande parte desta produção, entretanto, é dedicada a questão da modernização das cidades e seus impactos na sociedade urbana, às reformas urbanísticas do século XIX, ou à força dos ideais sanitários e seus impactos nos diferentes grupos sociais que passam a protagonizar um período histórico onde a cidade adquire cada vez maior importância. O que nos interessa neste momento é, justamente, discutir algumas contribuições historiográficas sobre a questão urbana colonial americana.

Nesse período a cidade ainda não reunia a maior parte da população, localizada ainda em grande parte nas áreas rurais, e a sociedade na qual estavam inseridas podia ser considerada como de antigo regime.

A produção historiográfica acerca da América portuguesa tratou a questão urbana colonial com alguns estigmas. A “vila”, ou os núcleos urbanos do período, não teriam um planejamento, seriam mais produto do acaso, e dos interesses daqueles que construíam as estruturas constituintes da povoação, do que propriamente um resultado pensado e planejado pela Coroa. Ou seja, a cidade, na América portuguesa, não teria um forte sentido de reprodução da ordem social, notadamente hierarquizada, na sociedade em questão. Tal fato constituía uma diferença entre as políticas de colonização e administração das colônias americanas entre as Coroas Ibéricas. Acerca do papel das cidades e vilas na América hispânica, diversos historiadores demonstraram o importante papel que a ordenação do espaço e o convívio urbano possuíam enquanto reprodutores da hierarquia e dos valores. Também destacam-se a importância das cidades enquanto centros comerciais e pontos cruciais para administração e implementação das políticas coloniais.

A Colônia do Sacramento foi uma cidade de colonização luso-brasileira estabelecida na região platina. Constituía a presença material da Coroa portuguesa numa fronteira com os vizinhos ibéricos, a reprodução dos limites do velho mundo no novo. A estrutura urbana da Colônia do Sacramento apresenta sinais de uma cultura, de uma sociedade e do poder em torno do qual ela se organizava. Entretanto, pela sua situação de cidade em uma região de fronteira sem limites claros, as relações sociais e comerciais com os súditos de Castela foram responsáveis por características peculiares, quanto a sua estrutura e à organização da vida urbana em relação a outros núcleos populacionais da América portuguesa.

3.1.1 - Núcleos urbanos coloniais: transformações na historiografia e semelhanças entre as colônias ibéricas

Acerca do significado da vila, ou cidade luso-portuguesa, para a sociedade colonial do Brasil, a obra pioneira de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*,¹¹² lança algumas importantes reflexões. Apesar de tratar preferencialmente das vilas do nordeste brasileiro, sem levar em consideração as experiências fronteiriças do sul da América

¹¹²HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1995.

portuguesa, Buarque de Holanda percebe o importante papel de centro de irradiação (de poder e ideologia que a cidade desempenhava no século XVIII. Entretanto, o autor compartilhava dos pressupostos teóricos de seu tempo, e a partir da noção de um mercado interno reduzido e com forte predomínio dos latifundiários sobre os demais grupos sociais, acabou por retratar a cidade como ponto de passagem do açúcar, entre o engenho e a Europa. A “vila” aparece apenas como uma forma de reunir a população de mais baixa renda dispersa no campo, entre um engenho e outro, assim facilitando a administração colonial para tributação, além de possibilitar maior influência ideológica, deixando esta população próxima da paróquia, ao mesmo tempo que próxima do pelourinho. A cidade colonial lusitana, segundo Sérgio Buarque, era centro de mestiços, negros forros, brancos pobres e prostituição. Existia em função do campo e da economia de exportação¹¹³.

Buarque de Holanda trabalha ainda com a comparação entre o núcleo urbano colonial luso-brasílico e o núcleo urbano colonial hispano-americano. A diferença consistiria que, no mundo hispânico, a cidade era um poderoso centro irradiador de cultura e ordem, e essa ordem refletia-se no próprio traçado racional da cidade. Entretanto, embora também fosse centro de irradiação de poder:

“...a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo.”¹¹⁴

Ronald Raminelli, em estudos mais recentes, retrata com novas cores o quadro dos núcleos urbanos na América portuguesa colonial. A partir de novas fontes e dados, inserido num momento de renovação historiográfica sobre o período colonial luso-americano, o autor aponta que o universo historiográfico vêm modificando essa tradicional visão a respeito da cidade luso-brasileira. Para Raminelli a “vila” teria uma vida social mais efetiva, seria um ponto de confluência, centro de disseminação de informação, ideologias e da materialização do próprio poder estatal e religioso¹¹⁵. O que marca o avanço em relação à visão de Sérgio Buarque reside na dimensão e na influência do poder centrado na cidade.

¹¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995. p. 90 e ss.

¹¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995. p 110.

¹¹⁵ RAMINELLI Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. IN: VAINFAS, Ronaldo (org.) *América em Tempos de Conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992. O autor chama atenção para a maior importância da questão simbólica, já em artigo mais recente, outros elementos se agregam às considerações sobre a

As novas pesquisas apontam para a existência de um mercado interno colonial significativo no século XVIII. Soma-se ainda a constatação da existência de uma elite mercantil poderosa. Esses fatores quando refletidos nas análises acerca da cidade colonial, inevitavelmente conduzem à revisão do papel das vilas e cidades. O núcleo urbano surge enquanto centro de comércio, crédito, sede do poder político, centro religioso: a vila surge com um papel central na estruturação e reprodução da sociedade lusa nas colônias.

Os trabalhos de Nestor Goulart Reis¹¹⁶ são exemplo dessa visão mais complexa da sociedade colonial e do papel das “cidades e vilas” nesse período. O autor busca trabalhar questões simbólicas, econômicas e sociais integrando tais perspectivas para tratar da cidade. Busca alcançar esses objetivos por outros caminhos metodológicos, embasados principalmente por uma visão arquitetônica, retratando na referida obra, cidades e vilas luso-americanas através da iconografia e das plantas feitas por engenheiros e militares lusos.

Através desses registros gráficos, Reis mostra o planejamento e as preocupações que norteavam as autoridades lusas para a estruturação e conformação dos espaços urbanos. Reis também mostra a evolução da cartografia luso-portuguesa que, desde o século XVII, vai, paulatinamente, deixando de ser produtora apenas de cartas e mapas para a orientação no território (com finalidades eminentemente náuticas e militares) para progressivamente, até o século XVIII, assumir contornos de mapas com traços eminentemente concentrados na questão urbanística das cidades. Tal movimento mostra a importância progressiva que a questão urbana assumia para as autoridades coloniais, reflexo da importância dos centros urbanos enquanto reprodutores da ordem e dos valores lusos - especialmente para uma sociedade onde o comércio era a atividade na qual a acumulação acontecia, como reflexo da crescente importância dos grupos sociais urbanos (especialmente os grupos ligados direta ou indiretamente ao comércio) que possuíam um estratégico e, para alguns privilegiado papel na vida social das colônias.

importância social e econômica do núcleo urbano luso-brasileiro: RAMINELLI, Ronald. História Urbana. IN: CARDOSO, Ciro e VAINFAS Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1997. p 200 e 201.

¹¹⁶ O autor possui uma larga trajetória de trabalhos e pesquisa acerca do tema. Destacamos a obra fundamental *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, que apesar de sua abordagem fixar-se nos limites da “história nacional”, constitui uma magistral recompilação de imagens, e traz uma Introdução extremamente lúcida acerca da questão da História Urbana luso-americana atualmente. REIS, N. Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP, 2000

Sobre a cidade colonial hispânica, a obra de José Luis Romero é referencial. No livro *Latinoamerica: las ciudades y las ideas*¹¹⁷ fica explícita a grande importância do núcleo urbano no processo de conquista e irradiação da ideologia hispânica. O planejamento urbano e a forte institucionalização das cidades da América espanhola eram bases para a colonização e o controle das áreas coloniais. O núcleo urbano na América hispânica buscava impor e organizar a cultura e os valores do velho mundo, lançando as bases para a reprodução da sociedade ibérica. O forte planejamento e as obras pretendiam ostentar o poder e a ordem sólida que o Estado imperial buscava representar. Desta forma, o núcleo urbano desempenhava um papel fundamental de centro irradiador da conquista e da dominação hispânica no novo mundo.

Os trabalhos mais recentes privilegiaram o estudo do significado social desse espaço urbano enquanto espaço de reprodução de uma rígida hierarquia social¹¹⁸ numa região de fronteira aberta.

Era na cidade o lugar onde os diferentes grupos raciais, ocupacionais e sociais interagiam. Concomitantemente se reforçava e se reproduzia uma ordem hierárquica social assim como acontecia a mobilidade.¹¹⁹

As cidades eram ainda o centro administrativo e religioso, onde se representava e se aplicava a justiça e, no século XVIII, eram também os principais centros comerciais e financeiros da América Latina. Mais ainda, havia também forte relação entre os comerciantes e a vida mercantil e a estrutura geográfica e física das cidades hispano-americanas¹²⁰ e luso-brasileiras, especialmente nas cidades portuárias. Paulatinamente a elite mercantil foi assumindo refinamentos que se refletiram nas construções, seja de residências ou templos, bem como no estilo de vida.¹²¹ Além disso, desde os tempos

¹¹⁷ ROMERO, José Luis. *Latinoamerica: las ciudades y las ideas* Mexico: Siglo XXI, 1976.

¹¹⁸ SOCOLOW, Susan. Introducción. IN: SOCOLOW, Susan e HOBERMAN, Louise (comp.) *Ciudades y sociedad en Latinoamérica colonial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1993. Fundar cidades nas quais todos os habitantes fossem iguais nunca foi o ideal Ibérico. p.12

¹¹⁹ SOCOLOW, Susan. 1993. p 16

¹²⁰ Os trabalhos de Susan Socolow 1978, *Los Mercaderes de Buenos Aires Virreinal*. Buenos Aires, Ed. De la Flor. 1991, e 1986, *The Bureaucrats of Buenos Aires: Amor al Real Servicio*. Durham: Duke University Press. 1987, embora tratando de comerciantes e burocratas, respectivamente, trabalham muito a questão urbana, assim como o artigo SOCOLOW, S. e JOHNSON, L. Poblacion y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Economico*. V. 20. N. 19. 1980.

¹²¹ LUGAR, Catherine. Comerciante. IN: SOCOLOW, S. e HOBERMAN, L. 1993. p 84 e 85.

coloniais, as cidades eram sinônimo de civilização e cultura, focos de atividades intelectuais e artísticas.¹²²

Estudos realizados no campo da história agrária mostraram a importância da relação cidade/campo, especialmente no período em questão. Todo núcleo urbano depende e faz depender dele uma região agrícola. A relação econômica e demográfica entre esses dois pólos são variadas, e dependem de diversos fatores peculiares característicos de cada região.¹²³ Assim, a área urbana e o entorno agrícola devem ser entendidas de forma complementar, intimamente relacionados. Especialmente em um período onde a população, em sua maioria, habitava no campo.

Para a região platina os estudos vinculados à história agrária também ressaltam a importância desse vínculo: a necessidade de compreensão da cidade e do campo de forma articulada. Os trabalhos de Juan Carlos Garavaglia sobre a economia e a sociedade na província de Buenos Aires no século XVIII surgem sempre matizados por essa relação, em função da preponderância do comércio enquanto atividade privilegiada em termos econômicos no cenário colonial ibero-americano.¹²⁴

Especificamente para a região da Colônia a obra de Jorge Gelman, *Campesinos y Estancieros*, embora trabalhando preferencialmente um período posterior ao proposto neste estudo, ressalta o forte impacto dos núcleos urbanos sobre as áreas agrícolas circundantes e as fortes relações com o mercado que as economias da área tida como rural possuíam, ao longo do século XVIII.¹²⁵

Por outro lado, preocupado mais com a questão “centro-periferia”, o brasilianista Russel Wood, em recente trabalho¹²⁶, analisa os vínculos entre zonas polarizadas e polarizadoras (em diversos aspectos), dentro do Império Português. O autor chama a atenção para a subjetividade desta análise “centro-periferia”, pois tal relação é variável de acordo com o ângulo que o observador assume para a análise. Entretanto, o autor, ao

¹²² SOCOLOW, Susan. Introducción. IN: : SOCOLOW, S. e HOBERMAN, L. 1993. p 19.

¹²³ YOUNG, Erik Van. Haciendo Historia Regional. *Anuario do IEHS* N. 2 Tandil:1987.

¹²⁴ GARAVAGLIA, Juan Carlos. Ecosistemas y Tecnologia Agraria: Elementos Para una Hhistoria Social de Los Ecosistemas Agrarios Rioplatenses (1700-1830) *Desarrollo Económico* v 28 No. 112. Enero-Marzo de 1989.

¹²⁵ GELMAN, Jorge. *Estancieros y Campesinos*. Buenos Aires: Libros del Riel. 1998. Em vários momentos, e especialmente p 40.

¹²⁶ RUSSEL WOOD, A. J. R.. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*. 18 n. 36. São Paulo. 1998.

analisar diversos tipos de polarização econômica e administrativa, lança mão de dois conceitos interessantes no que concerne à análise da Colônia do Sacramento. O primeiro, semelhante a conceitos desenvolvidos por pesquisadores platinos, dá conta da região imediatamente próxima dos núcleos urbanos, os entornos agrícolas, que denomina *umlands*. Por outro lado, utiliza o conceito de *vorland* para dar conta de áreas que são polarizadas por um núcleo comercial e administrativamente, mas que situam-se a grandes distâncias do centro (relativo) e não possuem continuidade territorial. O exemplo que o autor utiliza em seu trabalho para ilustrar uma *vorland*, seria Rio de Janeiro e Angola, esta como *vorland* daquela. Não assumindo os conceitos em seus termos, parece-nos que tais dimensões de relações são úteis pra o entendimento da Colônia do Sacramento e seus vínculos com o restante da América portuguesa de então.¹²⁷

Através dessas referências analíticas buscamos analisar o significado e a importância do núcleo urbano de Sacramento para os habitantes da cidade, e da região por ela polarizada. Propomos abordar a cidade e seu entorno agrícola de forma articulada. Afinal, as fontes que possuímos sobre a cidade referem-se constantemente ao entorno agrícola, e todos os dados que deste possuímos foram produzidos pelas autoridades estabelecidas na “Praça da Colônia”. O conjunto dos documentos consultados para o período indicam essa dependência mútua entre o espaço urbano e a área agrícola da Colônia do Sacramento (especialmente entre 1717 e 1735).

A cidade-porto luso-brasileira era um ponto de confluência dos diferentes agentes sociais da região: índios minuano, charrua entre outros “infiéis”, além de portugueses, espanhóis, padres jesuítas, camponeses e *changadores*. O ambiente urbano era a possibilidade de obter bens do resto do mundo, de troca-los, além de ser a fonte da palavra de Deus e do poder do Rei. Tais circunstâncias alteravam completamente o *modus vivendi* das comunidades que habitavam a região. A cidade, como base material da autoridade, inevitavelmente refletia as relações sociais estabelecidas entre os habitantes dela. Dessa forma, através das construções e das necessidades do crescimento e ocupação da cidade, pode-se ler aspectos dos imaginários sociais, uma vez que a organização espacial e arquitetônica da área urbana reflete as relações simbólicas de poder e as referências culturais com forte peso na sociedade em questão. Os dispositivos de repressão dos grupos

¹²⁷ É importante salientar que tais exercícios de identificação sobre vínculos e relações de centro ou periferia, e de polarização referem-se às relações dentro da América portuguesa. Se incluirmos a América Hispânica tais perspectivas assumem outras dimensões e significados, que não pretendemos tratar neste momento, e que estas categorias explicativas não pretendem explicar.

detentores do poder reservam para si lugar privilegiado no campo simbólico, e a cidade é um espaço privilegiado para sua observação.

Por outro lado, a disposição espacial dos diferentes grupos sociais e sua “inserção” no mundo urbano são índices concretos de condições de trabalho, dos recursos econômicos e possibilidades sociais utilizadas e disponibilizadas na sociedade em questão em diferentes e desiguais graus aos diversos agentes sociais.

É na cidade que os grupos sociais interagem, onde se constroem as representações¹²⁸ de poder através de grandes edifícios, ricas ornamentações, igrejas, ou simplesmente organizando os traçados das ruas. Esses são alguns índices que a cidade contém sobre a sociedade que a ela deu origem e nela viveu. A tarefa a que nos propomos reside justamente em tentar compreendê-los em seus contextos. Através dos mínimos detalhes, de pequenas referências sobre o papel da cidade deixado por cronistas e autoridades ou ainda, através de mapas e desenhos daqueles que viveram na cidade colonial, podemos entrar no universo mental e cotidiano daqueles agentes sociais¹²⁹ da realidade fronteiriça, no extremo sul da América portuguesa.

Dessa maneira, buscamos traçar um breve quadro de referências sobre as possibilidades de abordagem da história urbana colonial, ressaltando as possibilidades de leitura da cidade enquanto fonte, uma espécie de texto.

A Colônia do Sacramento constituiu-se em um núcleo urbano nitidamente fronteiriço: sua posse sempre foi alvo de disputa entre os agentes sociais da região. Como essas características bélicas acabaram por determinar a existência de poucas fontes sobre o período colonial da cidade luso-platina, a própria estrutura e questões centradas na cidade, presentes de forma esparsa em diversos documentos podem esclarecer muito acerca de questões sociais, políticas e econômicas ligadas à Sacramento no período. A cidade funcionava como um pólo de convergência na região, integrada no complexo portuário rio-platense. Especialmente no período entre 1717 e 1735, podemos ver um entorno agrícola,

¹²⁸ O termo representação está sendo utilizado na acepção que a considera um “instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituído-lhe uma ‘imagem’ capaz de repo-lo em memória, e de pinta-lo tal como é”. A relação de representação é entendida como a “relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pela outro porque lhe é homóloga (...)”. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo, *Estudos Avançados* 11(5), jan/abr 1991. p 184.

¹²⁹ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras. 1999. Em cada sociedade a necessidade de distinção é inevitável, criam-se representações, diferenciações, símbolos de poder e riqueza. A partir do entendimento das referências culturais expressas nessa simbologia, pode-se penetrar na sociedade em questão. P. 169 a 175.

uma área polarizada pela Praça comercial e social da colônia, situada em seus arrabaldes. Ao mesmo tempo, assim como de forma mais duradoura, podemos ver que Colônia constituía-se em um pólo comercial, vinculado localmente de forma mais intensa com Buenos Aires, integrada como parte do complexo portuário rio-platense. Por outro lado, estava ligada de forma muito forte com o Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao comércio e à administração: aspectos preciosos na história de Sacramento.

3.2 - Uma Praça Portuguesa no Rio da Prata

Antes de prosseguir este estudo, é necessário definir alguns termos para não prejudicar o sentido que estamos dando às palavras no presente trabalho.

Os termos: núcleo urbano, praça, vila e cidade, atualmente, possuem significado distintos dos que possuíam no século XVIII. Naquela época, também não eram sinônimos necessariamente. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que tanto uma vila quanto uma cidade constituíam, sempre, um núcleo populacional. O grau de urbanização dependia da quantidade de riqueza e interesse da Coroa, ou dos interesses das sociedades locais no que se refere as atividades mercantis, políticas, e da necessidade de ostentação pública do *status*. No presente estudo utilizamos o termo “núcleo urbano”, designando um núcleo populacional com algum órgão de administração da Coroa presente, presença de religiosos e, principalmente, de uma comunidade fixa estabelecida social e economicamente em uma região, congregando uma certa quantidade de indivíduos. Colônia do Sacramento aparece em documentos do período designada preferencialmente como “praça”, mas na cartografia do período é comum a designação “cidade da Colônia do Sacramento”¹³⁰. É necessário esclarecer, portanto, os significados administrativos que implicavam tais distinções.

Praça era uma denominação militar e comercial: um núcleo militarizado, uma cidadela militar com finalidades comerciais ou de colonização (como no caso das feitorias africanas, e de presídios na costa atlântica sul no século XVIII.). A autoridade máxima nesse núcleo de civilização lusa era o Governador. Em muitas de suas funções este tinha similaridades com os governadores de capitanias e sub-capitanias; a principal diferença

¹³⁰ Mapa de Diogo Soares, 1731: “Carta Topographica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento”. Além de um mapa anônimo onde representa a “Cidade da Colonia do Sacramento”. Ambos do AHEX – Mapoteca – Colônia do Sacramento.

eram as áreas de jurisdição que cobriam suas incumbências – um governador de capitânia poderia ter várias vilas sob sua jurisdição. Uma Praça poderia constituir-se numa vila, sem deixar de ser uma Praça no sentido militar e comercial. As transações comerciais designavam, em geral, o local de pagamento como “Praça”¹³¹.

Ao referimo-nos a vila e cidade, para o período, estamos utilizando as acepções administrativas e utilizadas pela Coroa lusitana na época. A vila possuía uma Câmara, com seus oficiais e juizes. Constituíam um canal para grupos locais exercerem poder político, especialmente no século XVIII. A Câmara constituía um poderoso instrumento de poder para os grupos locais e para a Coroa, que via em tal instituição uma forma de controle sobre as autoridades locais. Uma vila podia surgir da evolução de uma comandância militar, uma fortaleza: tal é o caso da vila de Rio Grande.

A cidade compreendia uma vila deveras desenvolvida, que convertia-se em núcleo regional e inter-regional importante, e passava a sediar instâncias jurídicas mais altas, desfrutando administrativamente de maior autonomia.¹³²

Tanto uma cidade quanto uma vila estavam submetidas em termos administrativo, a uma Capitania, ou podiam sediar uma capitania – forma de administração utilizada para controlar grandes territórios, onde se pretendia uma instalação duradoura e relativamente pacífica.¹³³ Tais estruturas administrativas foram as mais utilizadas na América portuguesa, ao menos no Estado do Brasil. Dessa forma, podemos ver que os cartógrafos e demais pessoas que se referiam à Colônia na época enquanto “cidade da Colônia do Sacramento”¹³⁴, não estavam relacionando tal categoria aos termos administrativos, senão,

¹³¹ Designação utilizada no século XVIII com características militares e comerciais. Qualquer lugar fortificado com muros, reparos, baluartes flanqueados, etc. em que se pode defender do inimigo (A praça maior pode ser local de reunião da gente para receber ordens militares – praça de armas. Comercialmente, Praça era o local onde se comprava e vendia, um conceito genérico. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712. Edição Eletrônica preparada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2000. Volume 6, pp 665-666.

¹³² RUSSEL WOOD, A. J. R. 1998. “Para o rei e o colono, um centro era associado a um núcleo urbano. No mundo português isso correspondia à categoria de vila ou cidade. Com exceção de Salvador, que já fora fundada cidade, vilas eram criadas e a ela poderia ser posteriormente outorgado o cobiçado *status* de cidade.” A categoria cidade ou vila era atribuídas, enfim, aos papéis desempenhados enquanto “centros de governo, bispado, comércio, importância estratégica para defesa, crescimento populacional e habilidade de adaptação”. As poucas cidades oficialmente existentes no Brasil colonial situavam-se na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. P 13.

¹³³ HESPANHIA, Antonio Manuel. Arquitetura político-administrativa de um Império Oceânico. Artigo na Internet, Revista Tempo Brasileiro. <http://ceveh.com.br/revistas>. 30 abril 1999.

¹³⁴ Além dos mapas já citados podemos citar um requerimento do vigário da Colônia, onde refere-se à “Fazenda Real da cidade da Colônia do Sacramento”. IHGB – Coleção IHGB Doc. 26. 1746. Bem como o religioso Florian Paucke em sua viagem ao Rio da Prata fala da “cidade” portuguesa. Enfim, tal definição

definiam enquanto cidade devido à estrutura urbana bastante desenvolvida, e visualmente, portanto, Sacramento era como uma cidade em termos estruturais físicos, não obstante não possuísse tal categoria jurídica.

Quando buscamos identificar como poderíamos classificar a estrutura administrativa desenvolvida na Colônia do Sacramento, surgem questões curiosas. No século XVIII apresentou um desenvolvimento demográfico, econômico e político que transcendia o simples presídio militar, possuindo um Governador, a exemplo das capitânicas. Mas Colônia, entretanto, nunca chegou efetivamente a aceder à vila, a possuir uma Câmara: permaneceu sempre subalterna, oficialmente, ao Rio de Janeiro.

Surge a comparação da empresa luso-platina com a experiência das Feitorias nas costas africanas e na Índia, desde o século XVI.

A feitoria respondia a interesses eminentemente comerciais, visando proteger os interesses da Coroa e promover o comércio. Estavam agregadas a sua administração funções comerciais, militares e diplomáticas. Tinha ainda, enquanto fortaleza de “manter relações cordiais ou impor respeito .as populações locais ou potentados que os circundam (caso de S. Jorge da Mina e Sofala)”¹³⁵. Tratava-se de uma empresa dirigida por um capitão trienal, que marcava a presença lusa em territórios não submetidos à Coroa, e visava a inserção lusitana nas redes comerciais existentes, ou o estabelecimento delas. No oriente, as feitorias funcionaram de forma complementar e articulada entre si, e não isoladamente - formavam uma rede. No comando dessa rede índica, situava-se o Vice-rei da Índia. Numa perspectiva mais ampla, o controle das redes comerciais e militar estabelecidas pelas feitorias era realizado através de Lisboa.

Feitoria parece ser uma definição cabível para Sacramento no período entre 1680-89, momento em que a inserção comercial lusa nas redes de comércio garantidas militarmente se dá no seio de um território não controlado por portugueses, e estes restringem-se à presença militar e comercial¹³⁶. Entretanto, a partir de 1690, o conceito já não mais serve para definir a empresa lusa no Prata; Neste principia-se uma política de

escapava às referências jurídico-administrativas do período, assumindo um sentido vinculado à estrutura e desenvolvimentos urbanísticos.

¹³⁵ HESPAÑA, A. M. 1999.

¹³⁶ TULA, Aníbal Riveros. *Historia de la Colonia del Sacramento*. IHGU. Montevideo. s/d, utiliza a expressão feitoria para o momento da primeira reconstrução portuguesa (1682), quando ficaram praticamente reduzidos aos presídios, tal fase se estenderia no entender desse autor até 1689, quando considera o princípio da “conquista do território”. p. 548 e 562.

colonização agrícola com casais ilhéus. Ao analisarmos o século XVIII, veremos que também há uma clara política colonizadora, especialmente entre 1716 e 1737; com uma retração devido à pressão castelhana entre 1737 e 1750, e uma nova expansão na campanha após 1753. Feitorias não possuíam como objetivo a colonização de territórios. Além disso, Sacramento não constituía-se num enclave militar e comercial isolado em terras alheias ao soberano português. Entre Laguna e Sacramento os caminhos existiam desde o século XVII¹³⁷. Um observador castelhano, que escreveu após 1737, denunciava que no início da década de 1720, os portugueses haviam estabelecido

“nucvas poblaciones y casas de campo con todos ganados en las distancias de los caminos, que tenia ya abierto para comunicarse con el Brasil, por onde sacavan tropas de mulas mansas y caballos para el uso y servicio en sus minas”¹³⁸.

Assim, depois de 1737, não se pode ignorar a presença portuguesa efetiva em Rio Grande e na região de Castilhos. Portanto, Sacramento não poderia ser encaixada sem simplificações na forma administrativa e de ação de uma feitoria.

Outro tipo administrativo que pode-se comparar com a Colônia do Sacramento seria o modelo da Fortaleza, também utilizado nos séculos precedentes na expansão do Império luso rumo ao oriente. Tratava-se, segundo Hespanha, de uma fundação estrategicamente localizada em regiões onde a presença européia fosse escassa. Era um estabelecimento meramente militar, e controlado por um capitão, que era nomeado por tempo definido, e seus poderes jurisdicionais abarcavam quase todas as esferas. Entretanto, a progressiva criação de uma burocracia da justiça e fazenda (ouvidores, provedores, etc.), limitou, paulatinamente, o poder dessa autoridade.

Sacramento, também neste caso, a empresa lusa no Prata transcendeu em muito a qualificação de mero estabelecimento militar na qual centra-se o conceito de fortaleza. A colonização oficial promovida em diversas oportunidades com a instalação de colonos provenientes das ilhas (Açores) e de Trás-os-Montes¹³⁹ deixou clara a dimensão política da intenção de ocupação efetiva da área (a ocupação da campanha será abordada neste trabalho mais adiante).

¹³⁷ Já no início do século XVIII Domingos da Filgueira redige as instruções para se ir por terra de Laguna à Sacramento. IN: CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande*. Ed. UFRGS. 1998.

¹³⁸ IHGB – Coleção IHGB. Lata 25 Doc. 02

¹³⁹ A Colônia recebeu casais em 1680, 1716, 1719, 1729.

A existência de um governador militar como a autoridade máxima da Colônia, e não um capitão, pode ser entendida em face da vizinhança de Buenos Aires, na margem oposta do Rio da Prata, onde residia o Governador das Províncias do Rio da Prata, de Espanha. Não se poderia negociar e estabelecer contatos diplomáticos entre duas autoridades com capacidades e status diferenciados¹⁴⁰. A autoridade da Colônia representava o poder real, e a este não convinha fazer-se representar de forma inferior perante autoridades e outros grupos da elite portenha. Em 1725 Vasconcellos utilizava esta preocupação como parte da justificativa ao requerer um aumento de 100% no seu soldo¹⁴¹. Dessa forma, entre a Colônia e Buenos Aires, desde 1680 até 1777, as interlocuções oficiais sempre se deram entre os governadores de uma margem e outra do rio da Prata: uma especificidade que a empresa platina requeria.

Verificamos, portanto, que a experiência luso-brasileira da Colônia do Sacramento, especialmente ao longo do século XVIII, constituiu-se em uma empresa bastante peculiar e específica. A Colônia do Sacramento possuía especificidades próprias, determinadas pela sua localização no extremo sul do *continuum* territorial das demais colônias da América lusitana, numa região onde se faziam presentes diferentes grupos indígenas como Charrua e Minuano, onde reproduzia-se a velha fronteira Ibérica. Soma-se ainda presença da Companhia de Jesus, submetidos temporalmente à Majestade Católica, e os índios Tape organizados nas reduções à oriente do rio Uruguai.¹⁴²

Colônia era uma fortaleza que transcendia essa característica administrativa. A definição de feitoria também parece não dar conta. As iniciativas colonizadoras e de abertura e manutenção dos caminhos com o restante da América lusitana marcam um importante diferencial entre Sacramento e essas duas categorias de ocupação lusa. Por outro lado, Colônia possuía um Governador, sem ser sub-capitania, ou capitania subordinada. E ao passo que possuía uma característica colonizadora definida com a introdução de casais, a distribuição de terras, na forma de datas e sesmarias nunca foi

¹⁴⁰ HESPAÑA. A. M. 1999. O autor refere-se ao caso da Índia, justificando através de tal argumento a elevação de tal região a Vice Reino.

¹⁴¹ “...E Sendo esta praça fronteira aos Domínios de Espanha donde estão concorrendo oficiais e pessoas de distinção da outra banda, não so e preciso iguale o trato ao caracter mas que os olhos pedem...” AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 144. Carta de Vasconcellos de 22/VI/1725.

¹⁴² Para os conflitos decorrentes desse conjunto de interesses, ver NEUMANN. 2001. Para a definição identitária do contingente guarani Tape, ver NEUMANN, Eduardo. Fronteira e Identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. *Revista Complutense de Historia de América*. 26. Madrid. 2000 p 73-92

efetuada. Juridicamente, em termos diplomáticos, a posse da Colônia não superava o “tiro de canhão”¹⁴³.

Parece mais interessante buscarmos compreender a Colônia como uma experiência ímpar: uma empresa adaptada em sua forma administrativa, política, econômica e militar de acordo com as necessidades e o desenrolar dos fatos da região. Apesar da existência de tipos administrativos definidos no Império Português, ele se caracterizava pela diferença dos modelos clássicos de impérios territoriais europeus. Devido à sua descontinuidade territorial, a variedade de realidades e dinâmicas das situações, os modelos administrativos e políticos existentes na Europa surgiam como ineficazes, pois eram concebidos para dominar grandes áreas territoriais, e não territórios dispersos pelos oceanos. Assim o Império Português, eminentemente marítimo, não se estruturou “*sobre um modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições vigentes muito variadas, de acordo com as conveniências (e também com as influências) locais.*”¹⁴⁴ A Colônia deve ser compreendida a partir dessa perspectiva: como adaptação e resposta às necessidades da Coroa e dos particulares que nela atuavam, desde o Reino e desde o Brasil. A região platina constituía um centro demasiado complexo e peculiar, o que exigiu alternativas que a Coroa, por meio de seus Governadores e particulares da Colônia, não hesitou em criar. Comércio terrestre e marítimo, presença eminentemente comercial e de controle dos recursos da campanha. A integração lusitana ao espaço platino exigiu uma empresa onde várias formas de experiências colonizadoras portuguesas parecem se misturar.

A Colônia do Sacramento, portanto, constituiu uma experiência ímpar no Império Português.

3.2.1 - A primeira experiência 1680-1705

Colônia do Sacramento foi fundada em fevereiro de 1680 pelo português D. Manuel Lobo, proveniente do Rio de Janeiro, na margem setentrional do Rio da Prata, em uma baía próxima à ilha de São Gabriel, praticamente em frente a Buenos Aires. O local da

¹⁴³ Cláusula presente desde a primeira reinstalação portuguesa em 1681, bem como em 1717, quanto a definição da área de ocupação campanha: o raio de um tiro de canhão disparado desde Sacramento. Esse limite sempre foi contestado ou burlado pelos luso-brasileiros.

¹⁴⁴ HESPANHA, A.M. 1999.

fundação foi em função de ser um porto natural, junto às ilhas que desde o princípio do século XVII serviam de atracadouro para navios de diversas procedências interessados no comércio ilícito. A fundação da Colônia do Sacramento, pode-se dizer, principiou um monopólio luso sobre aquele porto e ilhas, tão bem situados em relação à navegação dentro do estuário platino.¹⁴⁵ Essa localização era ainda estratégica no que se refere aos canais de navegação para o acesso ao interior do estuário platino. Depois de alcançar a baía de Montevideú, existiam duas possibilidades de avanço até Buenos Aires: a mais perigosa, navegando para oeste desde Montevideú, e posteriormente subindo até Buenos Aires, e a segunda opção para desviar dos perigosos bancos de areia: costear a margem setentrional do estuário, passando em frente à Colônia, depois rumando para noroeste em direção à ilha de Martin Garcia, e finalmente dirigindo-se para Buenos Aires. Essa era a rota mais segura, e esse fato foi amplamente utilizado pelos capitães de navios, práticos, e patrões de lanchas.

Em 1681, praticamente um ano após sua fundação, a Colônia foi tomada pelos espanhóis (guarnições de Buenos Aires, e tropas de guaranis missioneiros). Em 1683 a cidade voltou aos domínios portugueses, através da diplomacia. Estabeleceu-se nesse período uma forte relação comercial entre portenhos e sacramentinos. Zacarias Montoukias demonstra que a presença luso-brasileira na costa setentrional do Rio da Prata de certa forma “democratizou” o acesso ao comércio de gêneros provenientes da Europa e do Brasil, permitindo a participação de grandes e pequenos comerciantes no tráfico no Rio da Prata. O autor mostra, ainda, como o crescimento dessas relações comerciais estão relacionadas ao crescimento e fortalecimento da comunidade mercantil buenairense.¹⁴⁶ Os produtos introduzidos na região pela Colônia constituíam-se basicamente de têxteis, produtos brasileiros (açúcar, fumo, aguardente), e demais manufaturados europeus. Durante o período, a finalidade da ocupação foi privilegiadamente comercial, e as autoridades acabavam por serem os responsáveis pelo principal do comércio estabelecido entre as duas margens do estuário. Fernando Jumar ao estudar o período definiu essa etapa de fins do século XVII, como o período do “tráfico dos governadores”, em vista do controle e exclusividade que este assumiam nas relações comerciais, e de extração dos

¹⁴⁵ MOUTOUKIAS. Zacarias. 1988. O autor alerta para a importância dos refúgios que representavam as ilhas e o porto, como um dos locais mais adequado para efetuar reparos nos navios, impossível de serem realizado na costa buenairense pelas características físicas, com grande acúmulo de sedimento, não possuindo bons portos para embarcações grandes. p 23,24.

¹⁴⁶ MOUTOUKIAS. Zacarias. 1988. Especialmente o capítulo VI. pp 151

recursos da campanha.¹⁴⁷ Tal característica fica mais acentuada se compararmos com a quantidade de atores e agentes engendrados na questão do comércio durante o século XVIII. Apesar da Colônia ter recebido casais povoadores oficiais no período¹⁴⁸, a cidadela não foi palco de um significativo crescimento urbano, assistiu a estruturação de um entorno agrícola próximo à povoação. Em 1704, um novo assalto espanhol sitiou a fortaleza, desalojando os portugueses em 1705, após seis meses de cerco. Na ocasião, segundo as informações do então governador da Colônia, Sebastião da Veiga Cabral, havia uma população entre civis e militares de 1500 pessoas, e uma estimativa de 40 mil rezes abatidas em função da extração de couros e outros produtos derivados.¹⁴⁹ Nos primeiros vinte anos de presença luso-brasileira na Banda Oriental, as atividades da população quanto à participação do comércio e a extração de bens da campanha foram restritas, e suas atividades se assemelhavam a de uma feitoria comercial, salvaguardando as diferenças já mencionadas. Entretanto, ao que tudo indica, tal modelo já apresentava modificações nos primeiros anos do século XVIII.

Após a retirada de 1705, somente uma década mais tarde, em 1715 a Colônia do Sacramento retornou aos domínios portugueses, conforme fora acordado pelo segundo tratado de Utrecht¹⁵⁰. A partir de então tomou maior impulso o plantio de subsistência com a vinda de mais famílias dos arquipélagos (Açores) para colonização efetiva da área, modificando o caráter da Colônia luso-platina. Intentava-se sedimentar um baluarte militar e também populacional¹⁵¹.

¹⁴⁷ JUMAR, Fernando. 2000. Pp 222. O autor mostra o controle exclusivo por parte de governadores lusitanos e castelhanos. Na Colônia destacaram-se no período Cristóvão de Ornelas Abreu, nos inícios da década de 1780, e Francisco Naper de Lancastre, durante a década de 1790.

¹⁴⁸ Especificamente em 1690 chegaram 60 casais com Francisco Naper de Lancastre

¹⁴⁹ CABRAL Sebastião da Veiga. 1965. É sempre importante estarmos atentos a possibilidade de exagero contidos em tais estimativas, posto os interesses em valorizar a empresa luso-platina da qual o autor qual havia sido governador. Sem falar, na aparente falta de rigor na apuração de tais números. Inferimos que tais quantidades sejam representações aproximadas que permitem-nos uma noção acerca da população e da utilização dos recursos da campanha pelos sacramentinos. p 44.

¹⁵⁰ Graças a Inglaterra, a qual também recebeu direitos ao *asiento* de negros, além do direito de comerciar 500 toneladas de mercadorias manufaturadas por ano com as colônias hispânicas. Para mais informações da Espanha na primeira metade do séc. XVIII. Para maiores detalhes acerca da conjuntura econômica do período ver HERRERO, Pedro Perez. *Comércio y Mercado en América Latina*. Madri: Mapaze. 1992.

¹⁵¹ SÁ, Simão Pereira de. *História Topographica e Bélica da Colonia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.[1737].p. 54 - Sebastião da Veiga Cabral, na Relação Corographica, publicada em 1713, também refere a intenção de fazer crescer a população residente como forma de garantir a Colônia.

3.2.2 - A Reocupação Portuguesa da Nova Colônia do Sacramento em 1716

A partir da reocupação portuguesa estabelecida pelo tratado de Utrecht, a Colônia do Sacramento constituiu-se rapidamente em uma cidade com florescente comércio, e com grande número de habitantes. A estrutura física da cidade refletiu tais movimentos, e a disposição espacial dos prédios e das instituições reproduzia e construía uma ordem, reforçava a hierarquia entre os agentes que no espaço urbano atuavam. A cidade rapidamente passou a possuir uma demanda por gêneros agrícolas que a tornava centro comercial para a produção agropecuária de toda a região¹⁵².

É importante salientarmos que a evolução da Colônia do Sacramento foi claramente marcada por dois momentos distintos no que se refere ao seu desenvolvimento urbanístico e de possibilidade de ocupação e utilização direta dos territórios adjacentes. Entre 1716 e 1735, foi o momento caracterizado pela reocupação luso-brasileira e pelo pleno desenvolvimento comercial, urbanístico, agrícola e pecuário. Nesse momento os habitantes lusos constituíram lavouras e ocupavam-se da exploração direta das manadas da Banda Oriental (seja com finalidade de courama ou enquanto tropas de gado em pé para internação por vias terrestres nas províncias do Brasil).

Entre 1735 e 1737, a Colônia encontrou-se sitiada por tropas castelhanas. No auge do sítio, os luso-brasileiros de Sacramento tiveram de alimentar-se com ratos e capim. Em 1737, com o estabelecimento do Campo de Bloqueio, e conseqüente impedimento da Colônia em desenvolver um entorno agrícola próprio, ou seja, onde seus habitantes fossem os produtores, mudou a estrutura urbanística, social, demográfica e espacial dos habitantes dessa cidade luso-platina. Entretanto, não podemos esquecer, que inexistência de um entorno agrícola luso-brasileiro na região, não significou que a região da Colônia do Sacramento fosse independente de um entorno agrícola vinculado às suas necessidades. Sabemos que o abastecimento de Colônia, a partir de 1737 passa a depender do comércio, e de uma forma ou de outra, demandava uma produção agrícola para seu abastecimento. Na Banda Oriental, ou em outra região da província de Buenos Aires, onde produziam-se os gêneros de abastecimento ingressados na colônia como pagamento das mercadorias do comércio ilícito até 1753, ou por mais tempo ainda.

¹⁵² GELMAN, Jorge. *Campesinos y Estancieros*. Buenos Aires: Libros del Riel. 1998. p. 40 e 41.

3.3 - Desenvolvimento urbano e expansão de um entorno agrícola 1716-1737

As cartas do Governador Manoel Gomes Barbosa, de dezembro 1719¹⁵³, contém relações detalhadas da quantidade de habitantes, do número de casas, da natalidade e da mortalidade para o ano que se encerrava. Assim, dentro das trincheira, contavam-se 51 casas de pedra, além do Colégio da Companhia de Jesus, uma casa de couro para os índios, e a casa dos quintos dos couros. As casas distribuíam-se da seguinte forma: 20 moradas de casas na parte norte; 18 moradas de casas, um sobrado, o Colégio da Companhia., e a casa de couros e dos índios localizava-se na “*banda de Buenos Ayres, olhando para a ilha de San Gabriel*”; e na parte sul, 8 moradas de casas. Podemos verificar que a parte norte e a área central, que ficavam “*olhando para as ilhas de São Gabriel*”, eram a mais densamente ocupadas pelas construções, o que se explica por ser a região próxima ao porto e onde, futuramente, se construiriam as casas da Alfândega e do Trem da Alfândega, assim como localizavam-se as casas utilizadas como armazéns. Na parte norte registrou-se 4 vizinhos com propriedade de 2 moradas de casas. Destes, dois estavam designados enquanto mercadores e os outros dois, como militares (o que não quer dizer que não possuíssem interesses ligados ao comércio, pelo contrário).¹⁵⁴.

É interessante verificarmos que poucos anos após a efetiva reocupação da Colônia do Sacramento, já existiam 51 casas de pedra (sem contar o Colégio da Companhia de Jesus). Tais construções eram, para a época um sinônimo de poder e riqueza¹⁵⁵. Entretanto, podemos aventar a possibilidade de que tais casas, em parte, ou em sua maioria, não fossem destinadas à moradia, senão ao armazenamento de mercadorias destinadas ao comércio. Em um núcleo urbano portuário voltado para o comércio, os “gêneros” que ali chegavam, ou por ali eram exportados para o Brasil ou para o Reino, necessitavam de locais seguros de armazenamento, onde ficassem a salvo das intempéries e de animais e insetos que pudessem arruinar os produtos. Tal suposição relaciona-se com a disposição

¹⁵³ AHU-ACL-CU-012- Colônia do Sacramento. Doc. 47. 19/XI/1726, assim como Doc. 56, de 26/XII/1719.

¹⁵⁴ Eram eles: o homem de negócios e Cap. de Ordenanças Jerônimo de Ceuta, o mercador João Nunes, (os dois Homens de Negócio que em 1720 eram tidos como os mais importantes da Colônia) o Mestre de Campo Manoel de Almeida e o capitão Estevão Rodrigues. AHU-ACL-CU-012- 47. As designações militares possuíam maior “status” e muitas vezes o cargo permitia privilégios e vantagens em diversas atividades, até mesmo isenções comerciais, de forma que as designações utilizadas não referem-se tão rigidamente ao ramo de atividade dos sujeitos, senão a inserção jurídica destes na sociedade monárquica lusa.

¹⁵⁵ JUMAR, Fernando 2000. O autor tece considerações nesse sentido. P 295, e ainda: em carta do governador de 19/XI/1719: “...dezesseis ou dezessete que se achão feitas de couros em que vive algum soldado cazado pobre” AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 47.

dessas construções, em sua maioria situando-se em áreas contíguas ao cais do porto¹⁵⁶. Sabemos também que a necessidade de casas aptas para o armazenamento de gêneros chegou a constituir uma fonte de dividendos para aqueles que as possuíam. Por ocasião da chegada de navios, as fontes, em mais de um momento, mencionam as necessidades de aluguel temporário de casas para estocar mercadorias¹⁵⁷.

Os dados acerca de nascimentos e óbitos na Colônia para o ano de 1719 nos mostram a fragilidade das condições de vida dos habitantes da Praça¹⁵⁸. Infelizmente, a pequena magnitude dos números não nos permite tirar muitas conclusões a partir dessas informações.

É importante esclarecermos que os bairros dos casais (as famílias colonizadoras, essencialmente agrícolas, trazidas oficialmente pela coroa),¹⁵⁹ situavam-se fora das trincheiras, organizados em dois grupos: o dos “casais do norte”, mais numerosos e instalados perto da praia, e os dos “casais do sul”, localizado logo após as trincheiras, em direção à campanha, próximos do pequeno rio chamado Riachuelo. Os casais ficavam no extra-muros da Praça, não apenas pela alta densidade de moradas existentes dentro das fortificações, mas também pelo fato de serem colonos lavradores, cuja existência na campanha tornava mais fácil a manutenção de suas roças e cultivos¹⁶⁰, uma vez que não estariam confinados à cidadela durante a noite, quando, acreditamos, as portas da cidade eram fechadas. Por outro lado, a intenção da Coroa em promover a colonização por famílias de lavradores era clara na tentativa de fixar população para ocupação do território, o que por si só explicaria porque os bairros dos casais situava-se fora dos muros, em direção à campanha.

¹⁵⁶ É nesta área de maior concentração de casas de pedra que, em 1731, situa-se a Alfândega e o seu trem (armazém). E em 1749 é nesse local onde os comerciantes requerem a construção de um trapiche e guindaste para facilitar o descarregamento das naus, à exemplo dos existentes no Rio e na Bahia. AHU-ACL-CU-012 Colônia do Sacramento. Doc. 446. 1749. Acerca do aluguel de casa para armezanan mercadorias: AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 176 e 161

¹⁵⁷ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. docs. 176 e 257.

¹⁵⁸ Em 1719 - nasceram 16 crianças, das quais 8 morreram (todas nos casais ilhéus); e sobreviveram, até a o momento da confecção da lista, outras 8 (4 de particulares, e 4 dos casais ilhéus). Além disso, morreram 12 pessoas, sendo que sete dessas eram crianças. - AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento – Doc. 49

¹⁵⁹ A política de utilização de colonos agricultores para consolidar a ocupação territorial era uma política conhecida dos lusitanos na América Portuguesa. Para Sacramento vieram casais das Ilhas dos Açores, e de Trás-os-Montes. Os casais eram também designados os “lavradores oficiais” da Coroa. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento Doc. 86.

Infelizmente as fontes históricas consultadas não forneceram informações sobre o material empregado nas suas construções, nem sobre a densidade de cada bairro.

Para a garantia da cidade, e buscando aumentar a segurança nas adjacências das muralhas, consolidou-se a partir do ano de 1722, sob a administração do hábil governador Antônio Pedro de Vasconcellos¹⁶¹, obras de estruturação e fortificação da Praça. Buscava-se garantir a permanência dos povoadores e a manutenção do comércio, ao mesmo tempo em que verificou-se o surgimento da preocupação com a distribuição espacial das construções, buscando uma organização no traçado da cidade:

“...comessou a augmentar illustremente a Povoação, cingindo a Fortaleza de muralhas mais robustas. Cuidou ao mesmo da fortificação e bem publico, civilizando os moradores, q. contra a necessaria regularidade seguiu na construção dos edificios as propensões do interesse, os affectos da vontade”¹⁶²

Vasconcellos foi o responsável pela regulamentação dos estabelecimentos e construção das ruas dos arrabaldes onde situavam-se os casais, do “norte” e do “sul”.

Em 1722, o Governador Vasconcellos realizou um “mapa geral de tudo que há na praça”, com grande disponibilidade de informações demográficas e ocupacionais, realizado em 24 de outubro desse ano.¹⁶³

Vasconcellos relata que nasceram, em 1722, 41 crianças, e destas, faleceram 11; além disso, morreram entre brancos e escravos doze pessoas. Infelizmente, não se especifica a que grupos de habitantes pertencem, as crianças nascidas e vivas, e nem tampouco os falecidos.

¹⁶⁰ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 47. “dentro das trincheiras que tenho feito não cabem os casais, e no sitio aonde estão [...] por ser mais conveniente para eles por ficarem perto do Ryo” Carta do Gov. Manoel Gomes Barbosa. 1719.

¹⁶¹ Vasconcellos governou a Colônia do Sacramento entre 1722 e 1749, com breves períodos de impedimentos por doenças. Tal longevidade no cargo não era padrão entre os governadores do Império Português, cargo para o qual os mandatos em geral eram de 3 anos.

¹⁶² Sá Simão Pereira de. 1993. p. 56

¹⁶³ AHU-ACL-CU-012 - Colônia Sacramento – Doc. 86. Este documento constitui o levantamento populacional mais completo que possuímos para a Colônia do Sacramento. A documentação paroquial referente à Colônia, infelizmente pode fornecer novos e melhores dados sobre o conjunto populacional. Infelizmente, parte dessa documentação ainda não foi encontrada atualmente nos arquivos, ou disponibilizada para consultas. Informações extraídas dessa documentação podem ser encontradas em RHEIGANTZ, Carlos. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A Contribuição da Colônia do Sacramento. IN: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. 1979. V. II.

Coloca-se ainda que a população estava distribuída em 235 fogos, e 82 casais (povoadores trazidos pela Coroa)¹⁶⁴, registrando as seguintes cifras individuais, de acordo com as categorias correntes na época:

Homens –	639
Mulheres -	172
Meninas -	99
Meninos –	123
Índios -	45
Índias –	16
Escravos –	204
Escravas –	90

Os dados acima são ricos para tecermos algumas análises mais elucidativas acerca das características demográficas dessa sociedade urbana luso-platina dos primórdios dos anos 1720. A partir desses dados podemos chegar a um total mínimo de população de 1388 habitantes no núcleo urbano¹⁶⁵.

O alto contingente masculino¹⁶⁶ pode ser explicado pela questão militar: a concentração de tropas militares implica em efetivos exclusivos de homens. Além, disso, Colônia era uma região distante dos centros mais antigos de colonização, fronteira, zona de guerra, de colonização recentíssima – fatores que não contribuem para aumento de mulheres entre a população.

¹⁶⁴ Casais – são as unidades domésticas oficiais de colonos oficiais trazidos pela Coroa, do Reino ou das Ilhas para povoamento das novas áreas do Império. Fernando Jumar calculou para diversos momentos uma média de indivíduos além do Casal na Colônia do Sacramento, buscando estabelecer uma informação acerca do total médio de pessoas por “unidade doméstica”. Chegou a cifra média de 2,59 indivíduos além do casal por cada unidade. Para tanto, Jumar utilizou-se de informação concernente aos casais fornecidas esparsamente nos anos de 1719, 1720 ou 1721, e 1732. Se utilizarmos tal cifra para o cálculo dos elementos agregados ao “Casal”, nesse momento, 1722, seriam 231 indivíduos, além do casal, com base na média de 2,82 elementos agregados por casal encontrada por Fernando Jumar para 1721. Fernando Jumar, 2000. P 295. A partir daí, podemos chegar a um total estimado de colonos oficiais (ilhéus) de 395 indivíduos, o que representava aproximadamente 28 % do contingente total da população de Sacramento.

¹⁶⁵ Para chegar ao total aqui apresentado, somei as quantidades de homens, mulheres, meninos, meninas, escravos, escravas, índios e índias, conforme sugestão apresentada por Jorge Gelman durante a defesa pública deste trabalho. A fonte entretanto, é confusa pela sobreposição de categorias. Fernando Jumar, em seu trabalho chega a uma estimativa populacional de 1775 habitantes no mesmo período. Jumar computou neste número 403 militares, que em meu entender já constam entre os “homens” apontados por Vasconcellos. JUMAR, Fernando. 2000. p 298. Neste estudo, optei por trabalhar com a utilização do número mínimo da população.

¹⁶⁶ Utilizando a “razão de sexo”, corrente nos estudos demográficos, obteríamos um índice de 268, muito alta, considerada a paridade entre os sexos como o indicador 100.

**Tabela 3.1 – Colônia do Sacramento -
1722 Habitantes por Gênero**

<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>
377	1011

AHU – Colônia do Sacramento Doc. 86

Assim, entre todas as categorias sociais e jurídicas presentes na Colônia, e entre todas as faixas etárias, chegamos à proporção de que 28% da população incluída no levantamento de Vasconcellos era feminina, enquanto os demais 72% era o contingente masculino.

Podemos ordenar a informação de forma a sabermos os pesos relativos na população de escravos, homens livres e índios¹⁶⁷.

Tabela 3.2 – Colônia do Sacramento em 1722

	Livres	Escravos	Índios
Homens	762	204	45
Mulheres	271	90	16
TOTAL	1033	294	61

O que resulta na seguinte proporção no conjunto da população:

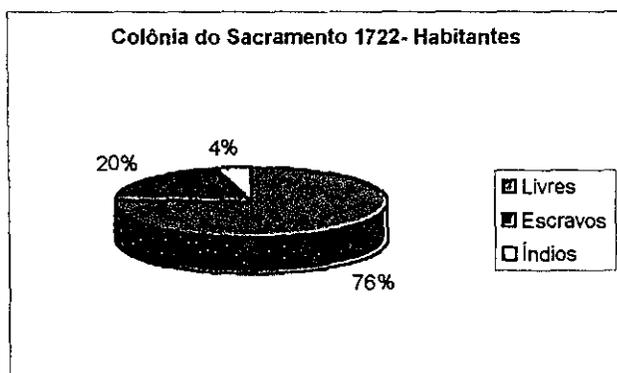


Gráfico 2.1 – Fonte: AHU – Colônia do Sacramento. Doc. 86.

¹⁶⁷ Os índios computados aqui são os trazidos do Brasil pela Coroa com finalidade de trabalho nas obras de fortificação e construção da Praça.

Além dessas informações demográficas, o “Mapa” mostra um quadro funcional da ocupação de parcela dos habitantes, permitindo ver, ao menos parcialmente, quais as atividades que eram mais presentes na população da cidade¹⁶⁸:

Militares -	403
Lavradores -	76
Mercadores -	13
Pedreiros -	17
Cabouqueiros -	07
Oleiros -	04
Espingardeiros -	02
Serralheiros-	02
Torneiros-	01
Carpinteiros-	26
Sapateiros-	09
Alfaiates-	18
Ferreiros-	04
Ourives-	03

Ao todo, o governador apontava 527 “homens capazes de tomar em armas”. A partir desses dados fica claro o predomínio dos ofícios e patentes vinculadas as atividades militares (incluíam-se os oficiais, religiosos, cirurgiões, etc.). O que é facilmente compreendido pela situação de fronteira, e pelo passado belicoso da Colônia. Podemos perceber o alto peso do grupo de lavradores, 76, o que indica a ocupação do território para a produção de alimentos – tal grupo em grande parte deviam constituir os casais. Tal cifra não impede que a agricultura fosse praticada por outros particulares da praça, que não eram exclusivamente lavradores.

O grupo dos comerciantes, representado por 13 sujeitos, não devia resumir-se a isso, posto que muitos militares e autoridades também atuavam no comércio. Entretanto nas listagens oficiais apareciam referidos pelas patentes e cargos que ocupavam pois essas designações exteriorizavam maior *status*.

Os habitantes dedicados aos ofícios mecânicos presentes na praça formam o maior grupo, num total de 93 pessoas qualificadas enquanto trabalhadores nos ofícios referidos, e a maioria destes ofícios presentes são ligados à construção civil e naval(pedreiros e

¹⁶⁸ AHU-ACI.-CU-012- Colônia do Sacramento Doc. 86. Não incluímos nessa relação os militares enquanto um ofício específico, pois sabemos que nessa sociedade as funções militares não eram incompatíveis com outras atividades. Da mesma forma, que esses mercadores aqui listados, em momentos de necessidade estavam organizados sob as companhias de ordenança (uma companhia era específica dos Mercadores) ou serviam à outra unidade militar pegando em armas.

carpinteiros respectivamente). O número de alfaiates surge também bastante elevado, o que pode-se relacionar com a quantidade de militares e mercadores presentes e a conseqüente presença de fardas e roupas que exteriorizam a posição social do indivíduo. Ressaltamos ainda a presença de três ourives na Praça, indicando a necessidade do manuseio com metais preciosos.

Sacramento, com um total mínimo estimado em 1388 habitantes, no princípio dos anos 1720, constituía a única povoação portuguesa oficial mais ao sul de Laguna, um povoado não muito desenvolvido para o período. A povoação de Rio Grande em caráter oficial iniciou-se apenas em 1737. Na falta de dados demográficos que nos permitam uma comparação entre Sacramento e Rio Grande, podemos utilizar as estruturas urbanas representadas por ilustrações do período (Figuras 1 e 2). Em termos de magnitude demográfica, há uma estimativa populacional para o povoado de Rio Grande de São Pedro, em 1744, que aponta a existência de 1400 almas.¹⁶⁹ Entretanto tal dado não origina-se de um levantamento rigoroso levado a cabo por autoridades, mas trata-se em uma estimativa. Tais avaliações nem sempre podem ser consideradas confiáveis de forma integral, pois são apreciações feitas a partir das noções de grandeza do observador, determinadas pela sua experiência anterior em termos de conhecimento de núcleos urbanos e suas respectivas quantidades.

Sacramento, por exemplo, para início da década de 1730, possui duas estimativas de um número total de habitantes. Para 1732, Antonio Rodrigues Carneiro, o então sargento-mor da Praça, numa carta ao Rei, avalia em 3000 habitantes a população da Colônia¹⁷⁰. Em 1735, Silvestre Ferreyra da Silva, escrivão da Colônia, estimava em 2.600 habitantes os moradores de Sacramento¹⁷¹. O problema das estimativas reside precisamente que a diferença entre o número de habitantes chega à 400 moradores – variação de 20% num curto período de tempo. O que expõe a fragilidade numérica objetiva dessas assertivas. Contudo, pela falta de fontes acerca dessa questão optamos por reproduzir as estimativas, alertando sempre que tais dados devem servir para fornecer uma idéia aproximada da magnitude desses núcleos urbanos.

¹⁶⁹ Tal estimativa é feita por QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini, *A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande: FURG. 1987. p 69. Entretanto, tal afirmação não baseia-se em fonte primária, senão a autora referencia outros historiadores. Fica-se portanto no aguardo de algum documento confirmatório de tal cifra.

¹⁷⁰ AHU-ACL-CU-Rio de Janeiro Doc. 7286.

¹⁷¹ SILVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da nova Colônia do Sacramento*. São Paulo. 1977. [1748] p. 71.

Já em Vila Rica, na região das Minas em plena época do ouro, em 1740, estimava-se uma população de 20.000 habitantes, constituindo um pólo de atração multidimensional¹⁷². Mais ao sul, Laguna, o último povoado português antes de Sacramento, segundo informações de Aurélio Porto, contava, em 1714, com uma pequena Igreja e “42 casas de pau a pique, cobertas de palha e sem arruamento regular, contendo 300 pessoas de confissão”¹⁷³ – ou seja, 300 adultos. É bem verdade que a reocupação da Colônia proporcionou o incremento de Laguna nos anos subseqüentes, e orientou os interesses desde Laguna para a região dos campos de Viamão. Em 1756, sabemos que a paróquia de Viamão, a meio caminho entre Rio Grande e Laguna, contava com 1116 fregueses.¹⁷⁴

Por outro lado, mais próxima a Sacramento, do outro lado do Rio da Prata, Buenos Aires em 1720 apresentava 9.000 habitantes, e uma estrutura urbana ordenada. Em 1744, Socolow e Johnson consideraram um total de habitantes próximo a 11.600 habitantes na cidade (alertando sempre para as subestimações dos dados produzidos oficialmente), e a estrutura urbana ordenada em uma área de 16 por 9 quadras. Podia-se perceber ainda a existência de 4 zonas: o centro (concentrando o comércio, autoridades civis, militares e religiosas), um subúrbio semi-urbano (zona de artesãos), chácaras, e um entorno agrícola.¹⁷⁵

¹⁷² RUSSEL WOOD. A. J. R. 1998. Multidimensional no sentido de constituir-se um centro de governo, religioso, comercial, importância estratégica para defesa, crescimento populacional e capacidade de adaptação. p 13 e 17

¹⁷³ PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach. 1954. p 411.

¹⁷⁴ AHCMPA – Rol dos Confessados de Viamão. 1756.

¹⁷⁵ JUMAR, Fernando, 2000. P 297. Assim como JOHNSON, Lyman e SOCOLOW, Susan. *Población y Espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII*. Desarrollo Económico. V. 20. N. 79. (outubro-dezembro 1980).

Figura 1 – Rio Grande em 1750.

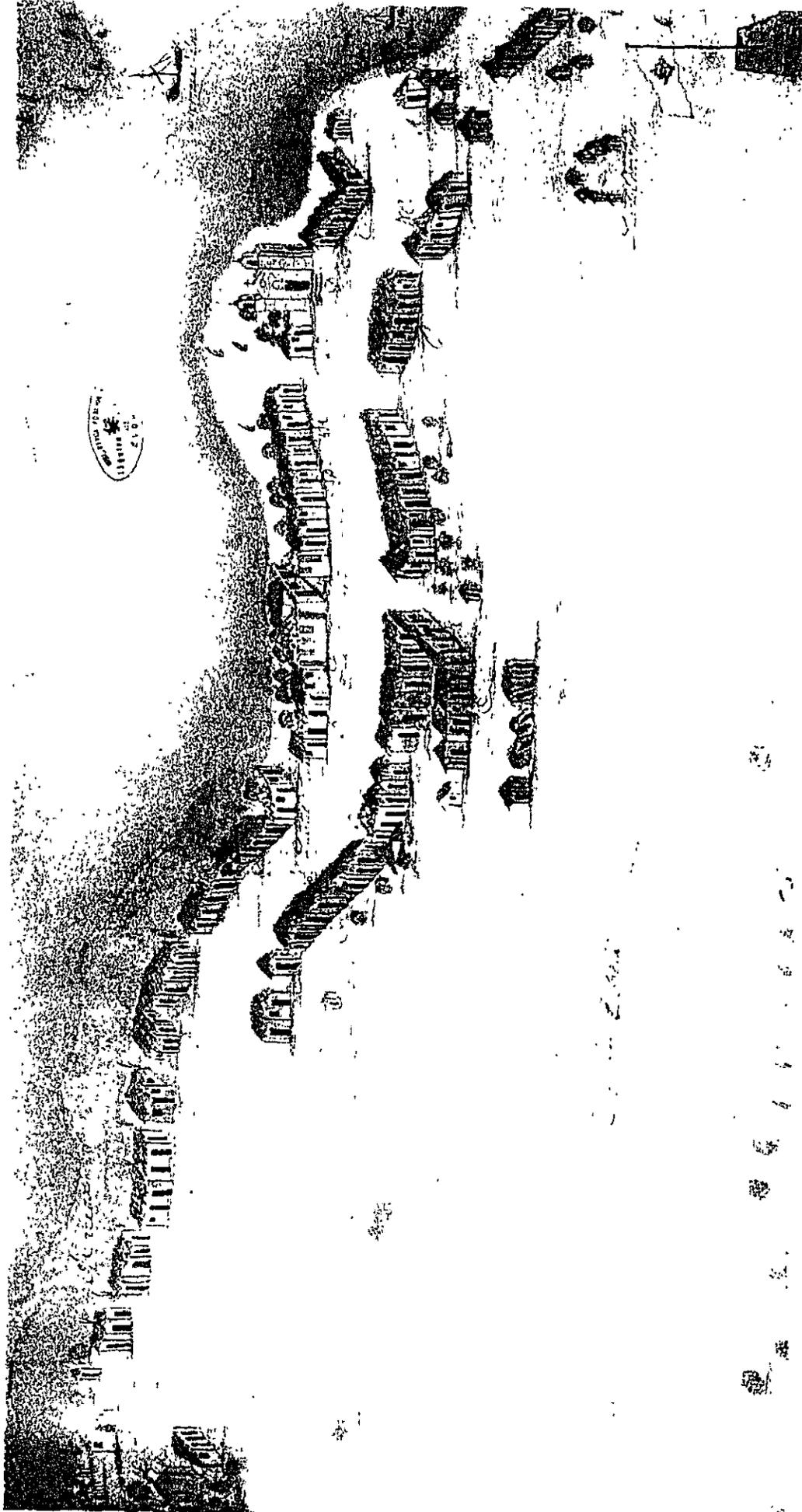


Figura 2 - Vida Interna da Colônia. Gravado de Leoni Mathis de Villar, 1735



Através da Figura 1, podemos ver que Rio Grande, apesar de ser elevada administrativamente a vila em 1748, após uma década de sua fundação não passava de um conjunto de casas - das quais poucas de pedra e com telhas de barro. Havia apenas uma igreja, e a vila contava com poucas estruturas urbanas constituídas. Inferimos, pela gravura, que a concentração demográfica desse núcleo não fosse elevada.

Situação diferente encontramos em Sacramento: em 1731 (pouco mais de duas décadas após a reocupação portuguesa), já possuía uma estrutura urbanística razoável. Ruas calçadas na área interna dos muros da fortaleza, igrejas, casas de pedra, armazéns, e construções administrativas formavam o núcleo urbano da Colônia do Sacramento. Uma praça-maior congregava ao seu redor o Palácio do Governador e a Igreja Matriz.

A diferença existente entre os dois núcleos populacionais oficiais da Coroa lusitana pode ser explicado por ser Sacramento um porto Atlântico, integrado no complexo portuário Rio-platense, constituindo um forte núcleo comercial, bem como de ocupação e utilização da campanha da Banda Oriental (até 1735, ao menos). A estrutura urbanística era resultado das atividades mercantis e do potencial econômico de Sacramento. Apesar da população urbana razoável, de 1388 habitantes, a estrutura da cidade era maior e mais estruturada do que sua densidade demográfica oficial requeria. Por um lado, tal fato explica-se pela necessidade de estruturas mínimas para consecução do comércio, e também para permitir à Coroa o controle e taxação desta e de outras atividades. Por outro lado, a existência de comerciantes, autoridades e um diverso contingente humano co-habitante do núcleo urbano, bem como o constante contato com homens de negócio e autoridade de Buenos Aires, numa sociedade fortemente hierarquizada, acabava por determinar, em certa medida, a ostentação da riqueza, poder e prestígio enquanto forma de diferenciação. Casas, igrejas e benfeitorias eram, muitas vezes, signos desses atributos. Especialmente numa região do Império Português onde não estava dada a possibilidade de tornar-se proprietário de terras (o Rei não tinha autoridade oficial para conceder sesmarias ou datas, devido ao limite de “um tiro de canhão”) – forma característica de diferenciação social e prestígio na sociedade lusa do período. Assim as construções, as patentes militares, ofícios, bem como a pertença à alguma Ordem Religiosa possuíam importância sumamente relevante na vida social da Colônia do Sacramento.

O caráter fronteiriço garantiu a Sacramento não apenas importância comercial (pela proximidade do mercado hispânico), mas também política. Entretanto, um dos principais fatores que acabou por definir a estrutura urbanística militarizada da cidade foi o

comércio. É reveladora a carta do Governador da Colônia ao Vice-Rey, de 1726, justificando a necessidade de aumento das defesas: “...*Fortaleza que principiey o anno passado, na ponta do mar, pela grande necessidade que havia de segurar o Acoradouro e defender que fossem nelle insultados os Navios que aly estiverem ...*”¹⁷⁶ Note-se que a preocupação com a fortificação passa pela defesa do comércio, frente as instabilidades decorrentes da zona fronteiriça.¹⁷⁷

Figura 3 – Prospecto da Cidade. Carta Topographica da Nova Cidade e Colônia do Sacramento. Diogo Soares. 1731 (Detalhe)

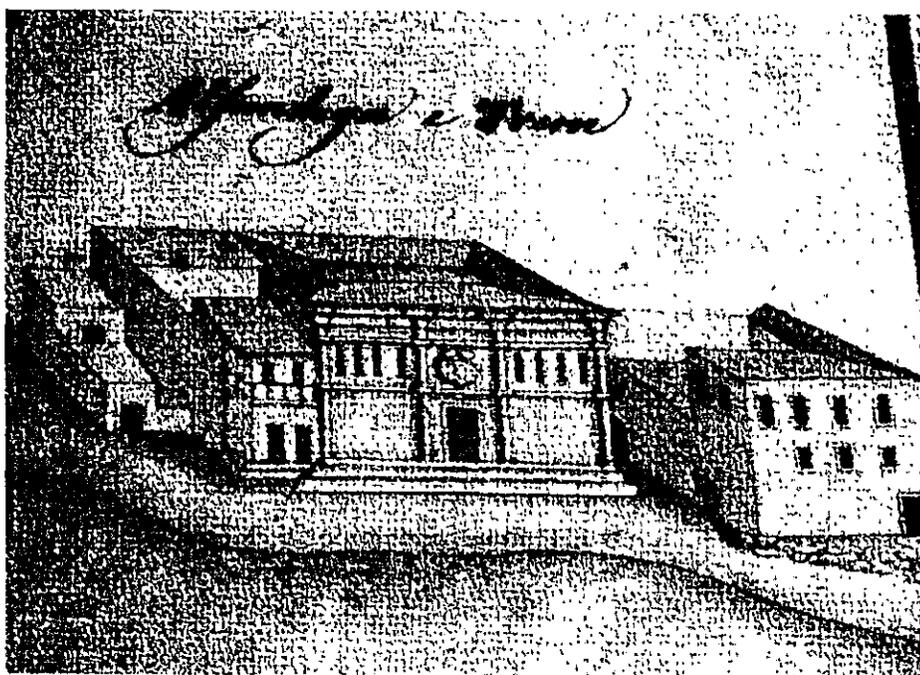


¹⁷⁶ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento* Tomo I. Porto Alegre: Ed. Do Globo. 1937. Doc. 25. p. 77

¹⁷⁷ Seguindo o documento, uma informação sobre os baixos custos das obras: “ a pedra, arca, serventes e agoa ;he não custa nada, e cal muy pouco; por haver descuberto pedra que a faz muy boa, e com os indios se corta a faxina com que se cozem varias fornadas (...)”. Idem. p. 76

Através de desenhos, como os do padre “matemático” Diogo Soares¹⁷⁸ podemos perceber melhor, a grande importância do comércio na conformação das estruturas urbanísticas e arquitetônicas da Praça. As fortificações do porto, os imponentes prédios de alfândega e armazéns, contruídos no final da década de 1720, situavam-se dentro da fortificação revelando a disposição luso-brasileira na proteção e garantia da praça enquanto entreposto comercial.

Figura 4 – Alfândega. Carta Topographica da Nova Cidade e Colônia do Sacramento. Diogo Soares. 1731(Detalhe)



¹⁷⁸ Mapa de Diogo Soares “Carta Topographica da Nova Colonia e Cidade do Sacramento” – Mapoteca do Arquivo Histórico de Exército, todas as ilustrações de construções presentes neste trabalho são detalhes do Mapa feito em 1731.

Na imagem acima, podemos verificar como buscava-se reproduzir o estilo arquitetônico europeu. Construções imponentes para prédios del Rey na fronteira: a Alfândega é a porta de entrada do comércio, o símbolo e materialização do Estado e do poder Real.

Sobre a estrutura urbana Ferreira da Silva ressalta, para 1735, antes do princípio do “Grande Sítio” (que mudaria radicalmente a tendência de ocupação e desenvolvimento da cidade lusa), a existência de 327 casas distribuídas em 18 ruas, 16 travessas, 04 arraiais¹⁷⁹, onde residiam cerca de 2.600 pessoas. Nesse momento as áreas situadas dentro da Fortaleza estavam todas já ocupadas por construções, sendo o arrabalde, ou o entorno da Colônia a zona maior do povoamento.

Segundo as observações de Diogo Soares, em 1730, a praça era um pólo de atração social na Banda Oriental: “tratei logo de tirar a planta desta cidade, considerando e medindo seu terreno, número de famílias e casais, que todo dia crescem e se aumentam”¹⁸⁰. Tal atração não restringia-se apenas ao povoamento formal luso-brasileiro, mas recebia incremento camponeses informais estabelecidos na região para atender a demanda de Colônia¹⁸¹.

É, entretanto, Simão Pereira de Sá quem proporciona uma descrição mais rica da realidade urbano-demográfica da praça. Segundo a observação *in loco* do cronista luso-brasílico, antes do início do “grande sítio” de 1735:

“Achava-se avultada a colonia com trezentos e cinquenta vizinhos (*intra-muros*), um terço de infantaria e duas tropas de Cavalaria de sua guarnição. Oficiais valentes, soldados disciplinados e povo luzido. Para os actos da cristandade superabundavam, além da magnífica Matriz de linda e regia estrutura, um colégio da Companhia, um Hospício dos Capuchos e duas capelas de Santa Rita e São Pedro de Alcântara. Fora dos muros outros vários Templos formozeavam o suburbio com os títulos de N. Sra. Da Conceição, Nazareth e Rosário, todos sumtuosos e ricamente paramentados à custa da devoção de muitos homens particulares.

Estava o arrabalde mais numeroso de moradores que a praça de vizinhos. Vistozo pelos edificios à imitação da Europa, alegre pelas verdes searas de trigos, delicioso pelas hortas, frondosos pomares e grossas fazendas. Passavam de cem mil vacas as existentes nas muitas estâncias (...)¹⁸²

¹⁷⁹ SILVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da nova Colonia do Sacramento*. São Paulo. 1977. P 71.

¹⁸⁰ MONTEIRO Jonathas da Costa Rego. 1937. T. II Doc. 28.

¹⁸¹ GELMAN, Jorge. *Estancieros y Campesinos*. Buenos Aires: Libros del Riel. 1998.

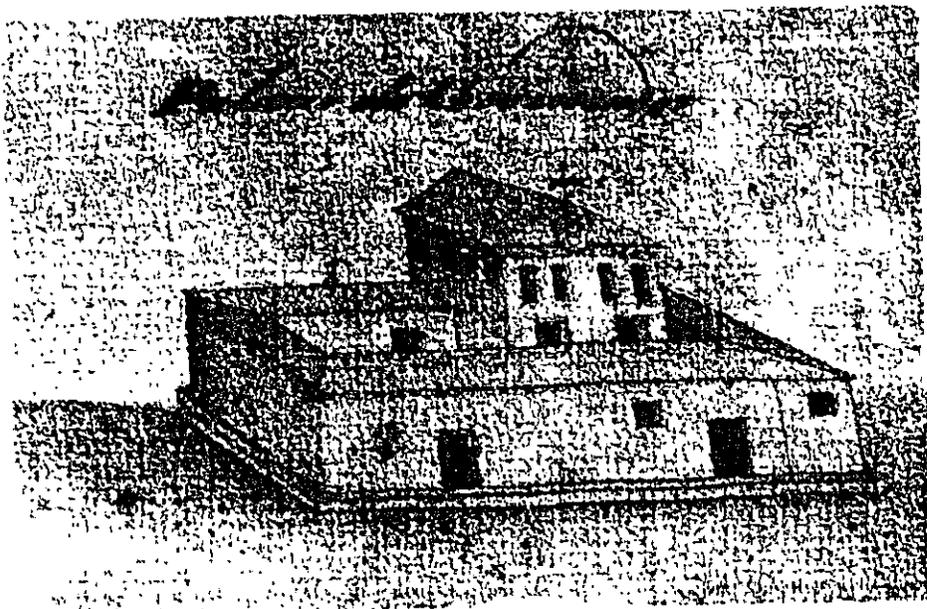
¹⁸² SÁ, Simão Pereira de. *História Topographica e Bélica da Colonia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993. Pg. 58.

Pode-se inferir, a partir das impressões registradas por Simão Pereira de Sá, que a concentração demográfica do núcleo urbano parece ter atingido, foi alta, determinando seu crescimento nos arrabaldes extra-muros. Tal fato foi reflexo de um progressivo crescimento da importância da cidade em diversas dimensões para as comunidades da região. Sacramento possuía uma vida interna agitada, era um pólo de sociabilidade, comércio, prostituição¹⁸³, lugar de obtenção de bebida e tabacos... Colônia, ao longo da primeira metade dos 1700 tornou-se, progressivamente, um centro regional, integrado num complexo comercial maior, da qual constituía apenas uma das partes: era a principal cidade-porto da Banda Oriental. As atividades que desenvolviam-se em Sacramento fez com que a comunidade de “particulares” residentes - autoridades e comerciantes - alocassem seus recursos na construção de templos e edifícios com requintes de Europa, diga-se azulejos e imagens vindas do Reino. Esse era um dos meios para exteriorizar a riqueza e o *status* e assim reproduzir a hierarquia social tão importante na sociedade em questão. A cidade (termo empregado sem sentido jurídico-administrativo) e seus prédios eram uma das possibilidades de reprodução física da hierarquia social na peculiar realidade social da Colônia do Sacramento.

Através da arquitetura, de construções imponentes, buscou-se representar o poder da Coroa e das autoridades. Através de festas e da repressão, e segurança visando a consolidá-lo. O “palácio do governador” constituiu um exemplo disso. Representado num desenho de 1731 de Diogo Soares, destaca-se como uma das melhores construções da praça. O “palácio”, ainda que tímido para os padrões europeus, era a residência do representante do Rei, e portanto, devia possuir uma morada de acordo com seu cargo e *status*.

¹⁸³ MONTEIRO Jonathas da Costa Rego. 1937. T. I p 206. Brites de Mendonça é uma das mulheres com hábitos imorais para o período, que causa furor na Colônia.

Figura 5 – Palácio de Vasconcellos. Carta Topographica da Nova Cidade e Colônia do Sacramento. Diogo Soares. 1731(Detalhe)



O governador era autoridade máxima presente na Colônia. A ele cabiam decisões e ações que implicavam na administração, segurança e abastecimento da Praça. Ele determinava as expedições punitivas e diversas outras funções que cabiam a um “cavaleiro da Ordem de Christo, fidalgo da Caza de Sua Magestade”, como era o Governador Antônio Pedro de Vasconcellos. Símbolo desse poder foi seu palácio, situado em frente a “praça maior” da Colônia.

A existência da autoridade Real garantia aos habitantes de Sacramento condições diferenciadas. A segurança é um dos fatores importantes em uma sociedade de fronteira aberta, onde os ataques de índios e assaltos por grupos de homens “vagos”, eram relativamente frequentes. Entretanto, desde Sacramento organizavam-se expedições punitivas, como a que foi organizada contra um grupo de “ladrões e desordeiros” que causavam diversas desordens nos arrabaldes da cidade.¹⁸⁴ Ou seja, a cidade representava segurança.

¹⁸⁴ AHU-ACL-CU- RJ. doc. 13010. 1718.

O assédio dos índios Tape era um fator de alta intranquilidade, porém essas expedições punitivas cumpriam muitas vezes um papel bastante efetivo, embora não solucionassem definitivamente o problema.

É importante ressaltar que juridicamente Sacramento era um presídio, uma praça militar e comercial, jamais alcançando a condição de vila. Dessa forma, não houve na Colônia uma Câmara (não obstante tal assunto tenha estado em pauta por dois momentos distintos do século XVIII¹⁸⁵), assim como não possuía ouvidores e juizes próprios, como outras cidade de relativa importância na América Portuguesa¹⁸⁶. A autoridade do Governador centralizava o poder na Colônia. Embora o vínculo oficial com o Rio de Janeiro fizesse a estrutura jurídica fluminense estender-se à colônia, na prática, pode-se verificar que a justiça era administrada pelas autoridades militares: o Governador ou oficiais por ele designado¹⁸⁷. Administrativamente, a correspondência do Governador prestando informações e recebendo ordens era quase que direta com Lisboa, com o Conselho Ultramarino. Enfim, a ausência da câmara garantia a forte influência de parte dos grupos locais – especialmente os vinculados ao governador. Se por um lado, a Câmara era o canal de participação dos particulares na política, significava também o controle sobre suas atividades e comportamentos no que se refere às questões pertinentes à Coroa. A figura dos magistrados que acompanhavam a câmara surgia enquanto incômodo para os grupos relacionados intimamente com as autoridades locais, e significavam o controle sobre abusos. Exemplo disso foi, em outra época e em outra região do Império, a resistência por parte de grupos locais da Bahia à instalação da Relação no séculos XV e princípios do XVII¹⁸⁸.

→ ¹⁸⁵ Jumar Fernando relata que a ordem de criação e o magistrado para a criação de uma Câmara na Colônia chegou a ser emitida pelo Rei. Entretanto, o magistrado faleceu a caminho de Sacramento, e posteriormente não se procedeu a criação da Câmara.

¹⁸⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 206

¹⁸⁷ Sobre a administração da justiça o Governador Manoel Gomes Barbosa em 1718 escreveu: “como distância seja grande, e as embarcações poucas, não se podem remeter os autos tão cedo, como requer a culpa, nem vir a sentença com a presteza que requer a execução della; cauza supponho porque se animão a fazer a fuga da praça, a assim me parece dizer a V. Mag. Que aqui se achão dois sargentos maiores e hum comandante, q. estes juntos possam sentenciar estes fogidos, como também os crimes de desobediência que não mereçam pena capital; como roubos leves, e outros crimes que mereçam somente [corroído] (...) porque adonde não há castigo, não há obediência, que hum troco e hum grilhão que são as prizões que aqui há, [...] que em respeito as guardas e as fachinas se possa declarar os castigos que terão os delinquentes.” AHU-ACLCU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 39.

¹⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart. 1979. Cap. I e II.

A presença da autoridade no núcleo urbano permitia que soldados, camponeses e pequenos comerciantes realizassem empréstimos em dinheiro. Utilizando-se de recibos, espécies de notas promissórias escritas documentando o empréstimo, podia-se realizar a cobrança frente as autoridades, visando ao cumprimento dos acordos realizados. Tal é o caso de Antônio da Costa Silva, que em 1753 cobrava junto as autoridades a quantia de 25\$600 rs. Através de um recibo que atestava o empréstimo de dita quantia a José Reinaldo, criado do padre Bartolomeu Pa[r]aguay. As autoridades condenaram o penhor do salário de 6\$000 rs. do devedor até a integralização da dívida.¹⁸⁹

Eram também as autoridades que realizavam diversas festas. Um caso específico de grandes comemorações foi o casamento de Don Joseph com a Infanta Maria Anna. A descrição das festas foi escrita por Antônio Pedro de Vasconcellos em forma de poema, e publicada em Lisboa em 1732. Segundo Vasconcellos, numerosas pessoas vieram à praça para assistir “*Tres comédias en applauso*”. Das comédias cita o nome de duas: “*Las Armas de Hermosura es la primera (...) Sigue-se el Robo de Helena*”. O poema ainda enaltece a grandeza do príncipe e da princesa¹⁹⁰.

O poema traz em si diversas menções aos deuses Apolo, Marte, entre outros da mitologia pagã. Tais referências dizem das influências do renascimento na fronteira rio-platense colonial.¹⁹¹ É curioso, entretanto, que Vasconcellos tenha escrito para Don Joseph em espanhol e não em português. A isso atribuímos mais uma vez a questão fronteiriça numa época onde a nação moderna ainda não era realidade¹⁹².

A Igreja também era responsável pelas festas religiosas. A atividade social cristã de Sacramento era bastante intensa – as confrarias religiosas desfilavam nessas ocasiões, e a ordem do desfile reproduzia as hierarquias sociais. As construções de templos, e a participação na vida religiosa cumpria um papel importante como possibilidade de diferenciação social (especialmente numa povoação onde não havia Câmara). Prova disso

¹⁸⁹ AHRGS. Documentação Fazendária. Lata 01. Maço 02. Tais homens estavam envolvidos na Expedição de Gomes Freire, com finalidade demarcatória.

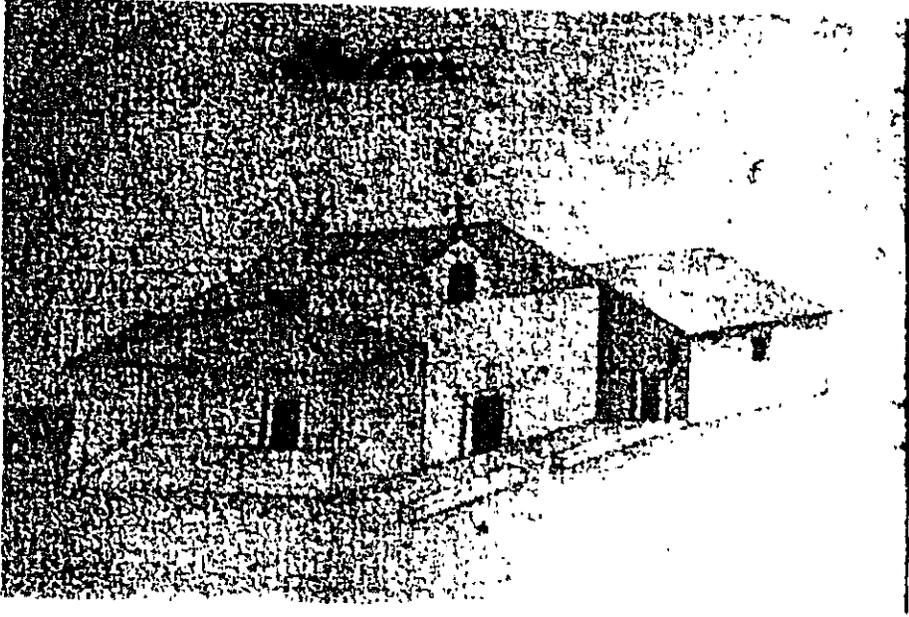
¹⁹⁰ VASCONCELLOS, Antônio Pedro de. *Breve Relación que dá un Tronco das Festas*. 1732. Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁹¹ “Este magnífico heroy, que hijo de Marte nasciendo, logra de Apolo laureles, sin mengua de lo perfecto, para ostentar lo luzido”. VASCONCELLOS, Antônio Pedro. *Breve Relación que dá un Tronco das Festas*. 1732. Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁹² A realidade de Sacramento indica o grau interação entre castelhanos e portugueses, especialmente na fronteira platina. Considerações importantes sobre essa classe de fenômenos são feitas por GRUZINSKY, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi: Revista de História* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em ciências sociais da UFRJ/7 Letras. 2001.

são as constantes solicitações de aumento da Igreja Matriz, que desde 1726 vinha sendo solicitada.

Figura 6 – Igreja Matriz. Carta Topographica da Nova Cidade e Colônia do Sacramento. Diogo Soares. 1731(Detalhe)



No início da década de 1730, o Conselho Ultramarino após avaliar plantas de engenheiros, optou pela construção de outro templo, visando ao aumento da capacidade de fiéis, que na Igreja Matriz era de 150 pessoas. O custo do novo templo fora orçado em 20:760\$ - quantia próxima ao total de gastos na praça no ano de 1726.¹⁹³

Além disso, nas décadas seguintes, foi constante a preocupação com o incremento do aparato religioso, muitas vezes buscando atender os habitantes estabelecidos na campanha. Além da existência de templos nos arrabaldes, na mesma década, pleiteou-se junto ao Conselho Ultramarino o restabelecimento de um hospício criado ainda na segunda ocupação, com finalidade também de ministrar os serviços religiosos até mesmo a castelhanos que habitavam no interior:

“o grande fervor com que desejava aquele povo ver restabelecidos os padres no mesmo hospício e a apresentação que lhe tem feito por ser muito do serviço de Deus sem encontrar o de Vossa Majestade e principalmente sendo o referido sitio fora da praça onde sem os inconvenientes (que dentro se não podem disfarçar) poderão as pessoas que estão estabelecidas em fazenda naquelles arredores ir em ali confessar-se e ouvir missas nos dias de preceita, e também os espanhóis descuidados dos officios divinos andam no campo passando-se 4 a 5 anos, sem que no decurso deles mostrem que são filhos (a igreja, e se Vossa Majestade fosse servido atender a consolação que dará aquele povo, fazendo lhe a mercê que pede e deviam mandar passar as ordens para que o provincial do convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro nomeie quatro religiosos, um leigo e três de missa, todos de vida exemplar e de anos crescidos e que na primeira ocasião se remetam, declarando-se ao mesmo tempo a ele governador a assistência que se lhe há de fazer por conta da Fazenda Real, enquanto á capelinha e hospício, pois no que respeita ao sustento é desnecessário por ser próprio da sua regra o viver de esmolas e estar aquele povo tão farto”.¹⁹⁴

Pode-se notar, não apenas a forte atividade religiosa, mas que a Igreja era fator congregador de castelhanos e portugueses. Não apenas os residentes na cidade, mas desde a cidade, a Igreja avançava na campanha. Os templos adentro na campanha, simbolizavam que a sociedade luso-brasileira avançava pela banda oriental, reproduzindo seus valores e hierarquias.

Havia também um colégio da Companhia de Jesus, destinado à educação dos filhos dos “homens bons” da Colônia. É importante observarmos que a Companhia de Jesus que

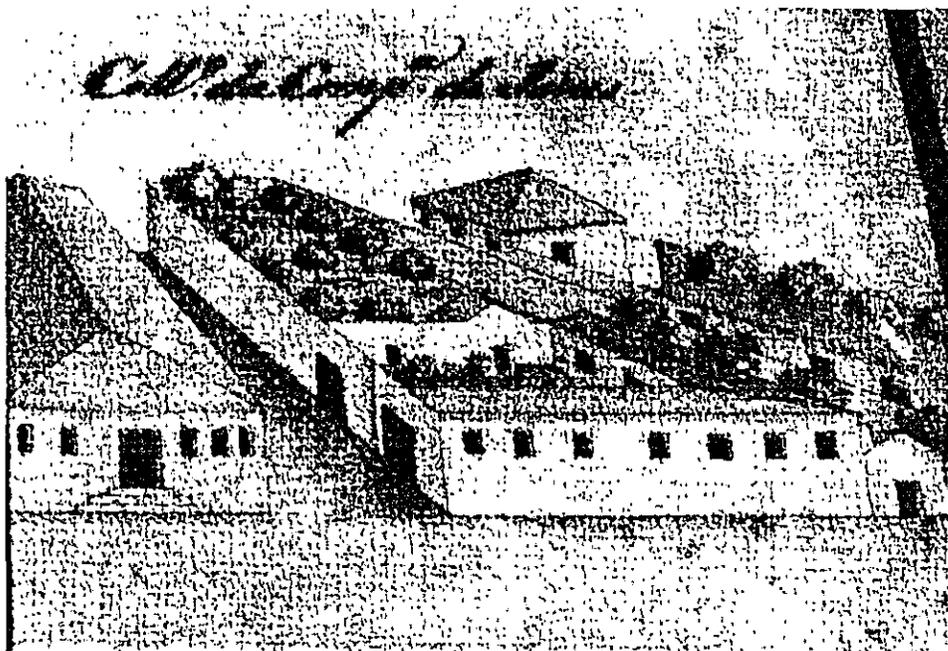
¹⁹³ AIU-ACL-CU- RJ doc. 07617. “Ha necessidade de alargar a Igreja Matriz daquela Colônia ou de se fazer outra nova pelo muito que tem crescido aquele povo.” 1730. Assim como AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento 177.

¹⁹⁴ Documentos Históricos. Ibid p 33 e 34.

atuava na Colônia era submetida ao Rei Português, não possuindo, aparentemente, ligações diretas com os padres das Missões da Companhia de Jesus. Entretanto o mesmo não podemos dizer das ligações entre religiosos da Companhia de Jesus de Buenos Aires. A documentação indica que era contínuo o contato entre os religiosos de ambas Bandas do Rio da Prata.

A arquitetura também buscou legitimar o poder da Igreja e o prestígio da ordem religiosa e seus fiéis, recriando a ordem social através da construção de imponentes edifícios. O Colégio da Companhia foi um deles.

Figura 7 – Colégio da Companhia de Jesus. Carta Topographica da Nova Cidade e Colônia do Sacramento. Diogo Soares. 1731(Detalhe)



A Igreja e a sociedade local, amplamente dedicada ao comércio, vinculavam-se na existência de seis Irmandades na Colônia¹⁹⁵. Tal número é bastante significativo. As irmandades cumpriam, geralmente, uma dupla função na América Portuguesa. Sabe-se da implicação das irmandades no crédito comercial no período. Assim como a pertença a uma irmandade significava prestígio, limpeza de sangue, riqueza, os irmãos eram tidos como os mais beneméritos da sociedade local setecentista.¹⁹⁶ Mas cabe ainda questionar a importância do crédito dentro das estruturas legais do Império português para os mercadores da Colônia, uma vez que a Praça constituía em porta de entrada de prata¹⁹⁷. Ou seja, pode-se vincular o grande número de irmandades como forma de exteriorização da categoria e status social. Afinal, outros signos de distinção social como ser sesmeiro, ou ainda pertencer à Câmara não existiam em Sacramento. A pertença a uma irmandade significava um papel destacado no cenário social.

Nas Minas Júnia Furtado registra uma ornamentação e ostentação de riquezas semelhantes, porém em um contexto marcadamente diferenciado, por ser uma região de extração do metal e situar-se longe de um porto marítimo.¹⁹⁸ Na América Hispânica tal característica também é assinalada. A ostentação e a visibilidade da diferença era um fator importante para a hierarquização social.¹⁹⁹

Assim, os valores da sociedade lusitana, com suas estruturas e símbolos presentes, autoridades e leis se faziam concretas e palpáveis numa fronteira aberta e indefinida, especialmente entre 1717 e 1735. Movidos pelos interesses de particulares, ou articulando estes com os interesses da Coroa, comerciantes e autoridades luso-brasileira atuavam por toda a Banda Oriental.

Até aqui, analisei alguns dados e informações sobre a estrutura urbana e demográfica do núcleo urbano, evidenciando um acelerado crescimento e constituição de uma praça mercantil e militarizada no estuário platino. Esta praça, diferenciava-se de uma feitoria por possuir um entorno agrícola bastante significativo, e por estabelecer um

¹⁹⁵ AHU-ACI.-CU-012 – Colônia do Sacramento Doc. 86; assim como AIJU-ACL-CU-RJ doc 04081. As Irmandades são: do Santíssimo Sacramento, Nossa Sra. Do Pilar, N. Sra. Sant'Anna, do Rosário, de Santo Antônio e Irmandade das Almas. 1722.

¹⁹⁶ FURTADO, Júnia F.. 2000. p 141

¹⁹⁷ Sobre as formas de crédito e pagamento na Colônia voltaremos no capítulo seguinte de forma mais detida.

¹⁹⁸ FURTADO, Júnia. *Homens de Negócio*. São Paulo: Hucitec. 1999. P 97.

¹⁹⁹ SOCOLOW e HOBERMAN. 1993.

comércio direto ativo e duradouro, entre vassallos de ambos Impérios Ibéricos, com ritmos e funcionamentos bastante complexos.

Ao mesmo tempo tais características influenciaram diretamente na urbanização e construção da cidade, que era suporte para a representação do poder monárquico em função das necessidades mínimas de um aparato administrativo. O fato de Sacramento situar-se na fronteira com domínios castalhanos, acentuava a necessidade de ostentação mínima do poder real.

Analisaremos agora, a constituição desse entorno agrícola, durante o período 1716-1735. Se o desenvolvimento do comércio ditou em grande parte o desenvolvimento social e urbanístico da área urbana, foi um movimento articulado a existência de uma expansão de povoamento desde a Colônia rumo a campanha enquanto essa alternativa se apresentou plausível. Por um lado a questão logística da cidadela era resolvida com a ocupação da campanha. Tal movimento era o encontro de interesses de particulares e da Coroa. O domínio da campanha era a exploração direta das manadas: para couro, em primeiro lugar, e para exportação em tropas de gado cavalar principalmente, para o centro da colonização portuguesa; a possibilidade de comercialização de gêneros por terra com a região que hoje correspondem às províncias do litoral argentino; e finalmente a possibilidade de aceder ao cultivo da terra, com finalidades logísticas ou mercantis.

3.4 - Os Arrabaldes da Colônia do Sacramento – 1716 a 1735

A Colônia do Sacramento era um pólo de atração social da Banda Oriental, local onde se obtinha produtos como a cachaça, fumo, panos e diversos outros. Assim como mercado para produtos agro-pecuário, um centro comercial importante para habitantes da campanha, assim como para os das cidades castelhanas.

Segundo a documentação pesquisada, existia uma importante produção agrícola tritícola na região, e na cidade e seus arredores localizavam-se as atafonas e moinhos.²⁰⁰ Em 1718, a primeira colheita de trigo da Colônia foi de 615 alqueires. Destes apenas 65 (10,56%) foi produzido nos casais. Os cinco maiores produtores eram responsáveis por

70% da produção de trigo²⁰¹. O maior produtor era o governador, responsável por 26% do trigo colhido naquele ano. Os demais produtores além de ostentarem patentes militares, sabemos que atuavam como homens de negócio.

Tal produção realizava-se extra-muros, onde situavam-se os dois bairros dos casais do Norte e do Sul, e proliferavam as quintas portuguesas. Na década de 1730 dava-se conta da existência “de humildes choças de mercadores” portuguesas situadas até três léguas adentro na campanha.²⁰² O mapa sem data e sem autor, encontrado no acervo do Arquivo Histórico do Exército dá uma dimensão mais clara da ocupação luso-brasílica da campanha oriental.

²⁰¹ Capitão de Cavalos Leonel da Gamma Belles – 90 alq.; Almoхарife Luis de Almeida -100 alq.; Capitão Estevão Rodrigues – 60 alq.; Jerônimo de Ceuta – 20 alq.; Governador – 160 alq. AHU-ACL-CU-012-Colônia do Sacramento. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento - Doc. 46.

²⁰² SA. Simão Pereira de. 1993. p 55.



A partir do mapa fica clara a dimensão de ocupação da campanha. Se oficialmente existia o limite formal da cidade era de um tiro de canhão, pode-se observar que, na prática, tal limitação não ocorria de fato até 1735, com o início do Grande Sítio. No mapa, podemos identificar 31 estabelecimentos de particulares, aparentemente com produção agrícola e pecuária. Infelizmente, pela recorrência de homônimos não é possível identificar todos os proprietários. Entretanto podemos verificar que desses 31 estabelecimentos, 3 deles eram dos ditos ilhéus (os casais), e pode-se observar que essas propriedades localizavam-se afastadas da cidade, sendo duas no interior da campanha, e o único estabelecimento ilhéu na costa do Rio da Prata situava-se no extremo norte – o estabelecimento na campanha mais afastado da cidade e próximo das patrulhas castelhanas. Os “Macedo” possuíam duas propriedades, os quais podemos identificar como o capitão Macedo Pereira, e seu irmão. O Sargento-mor da praça também possuía propriedades, assim como diversos outros militares. Perto de um moinho situava-se a propriedade de Jerônimo de Ceuta, próspero mercador do início dos anos 1720 na Colônia, que acumulará patentes e ofícios nas décadas seguintes, continuando a viver na Colônia²⁰³. O governador possuía um curral, próximo à costa do Rio da Prata, à Noroeste da Colônia. Enfim, pode-se perceber, a partir da distribuição de propriedades que os ilhéus representavam cerca de 10% dos estabelecimentos. Infelizmente não possuímos dados da área de cada estabelecimento. Mas pode-se perceber que a maior parte dos que são representados no mapa (os 90% restantes) eram de particulares da praça.

No mapa podemos perceber ainda existência de estruturas para o abastecimento da cidade, como currais, a existência de um moinho²⁰⁴ e fornos de cal – localizados próximo ao arraial de Veras - o que em muito facilitava as obras urbanas. A existência de currais nas adjacências da cidade²⁰⁵ informa não apenas da atividade de particulares no que se refere à pecuária, mas também do abastecimento de carne para a população urbana. Além disso, o mapa mostra claramente que já estavam formados diversos caminhos que internavam-se na campanha, e esta, vastamente ocupada por lavouras pertencentes aos

²⁰³ Em 1719, Jerônimo de Ceuta, atua como um dos principais comerciantes da Colônia, e possuía 760 cavalos. AHU-ACL-CU-012-Colônia do Sacramento – Doc. 42.

²⁰⁴ Agrega-se a este moinho, no que diz respeito à produção de farinhas, duas atafonas, que constam no mapa de Diogo Soares.

²⁰⁵ Note-se o curral próximo ao Riachuelo, além de um curral menor, próximo às muralhas da cidade observável no mapa de Diogo Soares.

luso-brasileiros de Colônia. É digno de ressaltar a existência de uma capela, bastante avançada na campanha dedicada a Nossa Senhora da Oliveira.

Acreditamos que, além dos estabelecimentos representados neste mapa, outros existiam para além dessa área: camponeses menos vinculados à cidade e à autoridade lusitana. A ocupação da campanha parece ter sido mais intensa do que a imagem despovoada apontada pela historiografia tradicional. Parece ainda, que a despeito da inexistência de títulos de propriedades, a ocupação efetiva da terra ocorria. Essas informações extraídas das fontes permite-nos inferir a intenção de um estabelecimento aparentemente permanente, com planos de permanência definitiva na área (especialmente pela construção dos templos).

A existência de diversas guardas e patrulhas portuguesas espalhadas pela campanha aparecem como indicativos das constantes instabilidade nas relações com o castelhanos e com os índios Tape, que faziam da cidade alvo de intermitentes assédios. Aconteciam confrontos periodicamente, pois os Tape acreditavam serem os campos da Banda Oriental e parte das “estâncias” das reduções. Assim, foi recorrente o confronto entre Tapes luso-brasileiro e seus aliados nas campanhas entre Sacramento e a barra do Rio Grande. Em diversos momentos os rebanhos de gados (vacum e cavalari) dos habitantes da Colônia foram saqueados pelos Guarani missioneiros.²⁰⁶

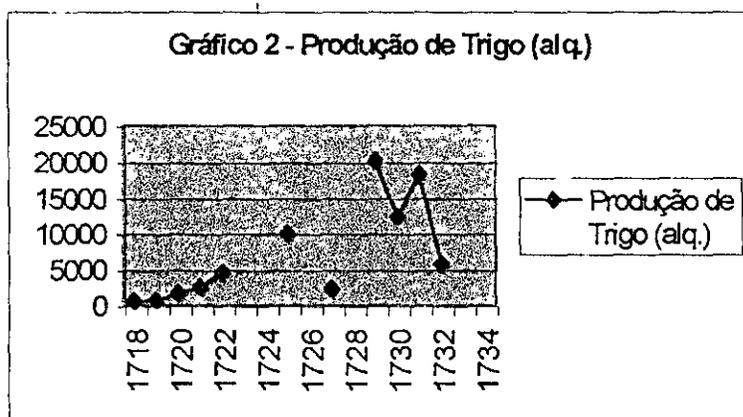
Pode-se observar que, a exemplo da densidade de ocupação da cidade em seus bairros, a costa norte/nordeste é a mais ocupada nos arrabaldes da Colônia, com 25 estabelecimentos. E dessa área, destaca-se a costa do rio da Prata, as praias, e demais zonas com acesso direto ao rio, concentrando 13 das propriedades. Estas situavam-se especialmente nas praias próximas à própria cidade, e a praia próxima do arraial de Veras (próxima à ilha dos Fornos). Tal fato pode estar vinculado com o interesse em possuir estabelecimentos que permitissem o acesso direto à navegação no Rio – e todas as implicações comerciais daí decorrentes, características do comércio rio-platense no período colonial.²⁰⁷

²⁰⁶ AHU-ACL-CU-012 – Sacramento. Doc.42, e Doc. 100. Convém salientar que os Guarani missioneiros consideravam a perspectiva inversa sobre a legitimidade do uso dos rebanhos. NEUMANN, Eduardo. 2000.

²⁰⁷ MOUTOUKIAS, 1988. Moutoukias, Redes Personales y Autoridad Colonial. 1992. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* Paris, mai-juin. 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola. Universidade de Buenos Aires. Facultad de Filosofia y Letras.1998. JUMAR, Fernando 2000. CANABRAVA, Alice.1942. BENTANCOUR. A. *Contrabando y Contrabandistas, Historias Coloniales*.Montevideu: Arca. 1982.

Nesse período, a produção agrícola da Colônia foi bastante diversificada. Através dos registros do governador sobre a produção agrícola, e da cobrança dos dízimos²⁰⁸ podemos dizer algo das espécies cultivadas, bem como das quantidades produzidas para o período. Salientamos, entretanto, que tais estimativas foram elaboradas pela autoridade oficial. Especialmente nos dízimos, podemos encontrar diferenças entre as cifras aqui apresentadas e as efetivamente produzidas, em função do que contemporaneamente chamamos de sonegação. Entretanto, constitui-se em uma das poucas fontes acerca da questão. Pelo cruzamento de informações esparsas, e em confronto com o próprio mapa da área agrícola, acreditamos que o conjunto dos dados possa servir para fornecer uma noção do desenvolvimento agrícola, especialmente a produção tritícola entre 1717 e 1735.

A produção agrícola foi bastante variada no período. Linho, centeio, trigo, pêras, eram produzidas nos arrabaldes da cidade e comercializadas na Praça. No fim da década de 1720 tais produções eram taxadas pelo dízimo. A produção de maior significação quantitativa era o trigo. Pode-se observar, através dos dados acerca da produção e da cobrança do dízimo uma tendência de crescimento da produção. O que é corroborado pela existência de uma razoável quantidade de atafonas e moinhos – estruturas destinadas ao processamento de grão para o fabrico de farinhas.



²⁰⁸ Imposto de 10% sobre a produção agrícola. Vinculado à Igreja, mas em Portugal no século XVIII, devido ao Padroado Régio, era cobrado e administrado pela Fazenda Real. Era a fonte dos gastos eclesiástico.

Tabela 3.3 - Colônia Dízimo do Trigo 1718-1734

	<i>Dízimo do Trigo (\$\$)</i>	<i>Dízimo do Trigo (Alq.)</i>	<i>Produção de Trigo (alq.)</i>
1718			615
1719			740
1720			1640
1721		256,5	2565
1722		460	4600
1723			
1724			
1725		1000	10000
1726	172155		
1727	360375	240	2400
1728	402000		
1729	1292800	2020	20200
1730	742200	1237	12370
1731	876000	1825	18250
1732	450500	574	5740
1733			

AHU- Colônia do Sacramento – Docs. 64,100, 155, 211, 215, 263.

Em 1731 sabemos que o negociante da Praça do Rio de Janeiro, João Rodrigues da Costa, estando na Colônia, arrematou o dízimo do trigo. Após, providenciou que fosse feita farinha do produto arrematado, e enviou a farinha para vender n Rio de Janeiro.²⁰⁹ Tal caso permite-nos vislumbrar o grau de mercantilização da produção agrícola. Não destinando-se somente à venda no mercado local. A produção de Sacramento era em parte exportada.

Sabemos que Rio Grande, em 1787, atingiu uma produção de trigo estimada pelas autoridades em 55.848 alqueires. Parte dessa produção também era destinada a suprir a demanda do mercado fluminense²¹⁰.

²⁰⁹ AHU-ACI.-CU-012- Colônia do Sacramento Doc. 227.

²¹⁰ SANTOS, Corcino M. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul – Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1983. p 97.

O acesso à campanha permitia a exploração direta dos rebanhos, e a conseqüente produção de couros, sebos, charque, línguas em conserva e carne para o abastecimento da cidade, entre outros produto pecuários²¹¹. Possuímos poucas informações sobre a produção de charque e de línguas (prato de luxo para as elites coloniais lusas), e acerca da produção de couros, sabemos que esta não era totalmente realizada pelos portugueses no período. Em diversos momentos tal argumento é utilizado, pela Coroa, para a manutenção da cobrança do quinto dos couros sobre todos os couros exportados pelo porto da Colônia. Sem distinção se eram comprados dos castelhanos, ou produzidos na própria Colônia²¹². Entre 1717 e 1735 homens como Christóvão Pereira de Abreu, Domingos Fernandes de Oliveira, entre outros da Colônia, dedicaram-se à *faenas*, entretanto, não se abstinham de adquirir couros junto aos castelhanos. Fosse para exportar para o Brasil e/ou Portugal, fosse para vender diretamente aos ingleses – a exploração direta da campanha complementava-se com a obtenção de couros pela via comercial. Nesse período, de livre acesso à campanha, pode-se inferir que tenham existido maiores possibilidades de camponeses e outras pessoas menos “ilustres” que os comerciantes e as autoridades participarem dos negócios do couro. Entretanto, as fontes não fornecem maiores informações acerca desse ponto.

Sabemos que em 1726, a existência de gados nas adjacências da Colônia já não abundava, pelo contrário, nesse momento, a importância da relação com os “gentios” e com os castelhanos era ainda maior. O Governador Vasconcellos relata a situação da Colônia em relação ao abastecimento de gado vacum e cavalari :

“Havendo reconhecido as pessoas que negociam na pampa desde que se restituiu esta Praça a diminuição que todos os dias acham no gado bravo, sendo-lhes por este principio preciso levarem muitas vezes carne para comerem no campo, porque andam trinta e mais leguas sem encontrarem nele uma só vaca; quando ao principio eram imensas junto destas muralhas; e segurando se me que em menos de dois anos se extinguirá todo me pareceo justo evitar o danno que este pais padecerá com tão sensível falta. Me resolvi sem perder tempo a comprar a porção de doze mil cabeças e deitalas em algum pasto segurando-as com guardas para da sua produção de manterem os habitadores, o que com cfeito executei. Porém não havendo nestas vezinhanças pastos a proposito para tão grande número se descobrio uma rincão junto do Rio Salso em distância de sette légoas o qual [cu] e os praticos fiz reconhecer e se ajustou ser o mais capaz, assim por ficar entre dois rios mais fácil a sua guarda, como por se lhe não faltar terreno em que pastem, não obstante a grande seca que temos experimentado. (...) Também fiz outra grande despeza na compra de oitocentos cavalos para o serviço da praça por haverem extinto os

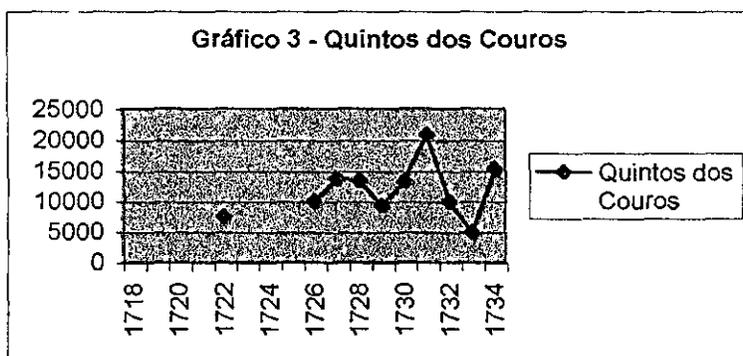
²¹¹ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc 155. Bem como documentação transcrita em Jumar, 2000 p 306.

²¹² Imposto de 20% cobrado sobre os couros exportados da Colônia pela Fazenda Real.

castelhanos na função de Montevideo toda a cavalaria [...] Desta forma conservo a treze meses com bom trato os oitocentos cavalos que paguei a razão de tres mil rs cada um, presso que no presente tempo é mui acomodado por serem os espanhoes, e como taes sofrem mais trabalho e são mais seguros que os do gentio, devendo a minha indústria que dous particulares de Sta. Fee os introduzissem nesta Praça não obstante ser lhes prohibido com graves penas esse comércio.”²¹³

Note-se o importante avanço na campanha, e as profundas ligações com outras regiões castelhanas no que se refere ao fornecimento de cavalos.

Para o final da década de 1720 e princípios de 1730, podemos acompanhar a evolução da percepção dos quintos dos couros exportados da Colônia, salientando que tais cifras dizem mais a respeito do comércio do produto do que sobre produção pecuária realizada no agro da própria Colônia:



Acerca da produção local de couros, podemos saber com certeza a produção anual realizada a partir dos couros das rezes mortas no curral da cidade, o abatedouro que regulava o abastecimento de carne para a população da Colônia. Anualmente, o governador arrematava em praça pública os couros produzidos. Estes eram arrematados por homens de negócio que os exportavam para o Rio de Janeiro e/ou Lisboa.

Tabela 3.4 - Couros do Curral da Praça²¹⁴

Ano	couros	valor em réis
1730	2934	938\$000
1731	3025	713\$135

²¹³ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 158. 1726

²¹⁴ Sobre a resolução de arrematar em praça pública os couros do curral da praça ver AHU-ACL-CU-012 Colônia do Sacramento. Doc. 155. Para as quantidades ver: AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento Docs. 228, 240, 263, 302.

1732		
1733	2810	1:053\$750
1734	2710	1:395\$650
	AHU – Colônia do Sacramento – Docs. 228, 240, 263, 302	

Foi o couro, principalmente, somado a exploração e ocupação bastante avançada da campanha pelos lusos, os motivos que levaram à reação bélica portenha, centrada desde sua elite representada no Cabildo de Buenos Aires. Em 1735, a partir de um incidente diplomático na Europa, inicia-se a mais severa ofensiva militar hispânica (incluindo o contingente Tape) desde 1705. Iniciou-se um cerco que durou quase dois anos, visando coibir a utilização da campanha e exploração direta dos rebanhos da Banda Oriental. O couro surgiu como o “ponto de equilíbrio” nas relações entre os habitantes da Colônia e os de Buenos Aires.²¹⁵ A elite portenha tinha a Banda Oriental como uma espécie de reserva de animais e recursos, que segundo sua ótica, eram um direito exclusivo seu. Aos luso-brasileiros de Sacramento, na ótica dos portenhos, cabia apenas a introdução de gêneros da América Portuguesa e da Europa, mas não, a exploração dos recursos e do território da Banda Oriental.

A relação com os índios minuanos também era uma forma de manter e obter o acesso à campanha e aos produtos nela existentes. Durante esse período, a expansão na campanha significou uma constante e amistosa relação com essa parcialidade indígena. Realizava-se comércio de couros, animais e gêneros da campanha em troca de aguardente, fumo e artigos europeus.²¹⁶

Uma das melhores fontes disponíveis sobre a ocupação da campanha e as atividades desenvolvidas nos arrabaldes da Colônia é um levantamento realizado pelo governador Vasconcellos, nos primeiros dias da ofensiva castelhana. Dá conta dos prejuízos à Coroa e aos particulares da Praça²¹⁷. Tal documento permite-nos vislumbrar um pouco das relações

²¹⁵ JUMAR, F. 2000. cap. IV. O ponto de equilíbrio.

²¹⁶ AGN – Montevideo. Sala IX 2.4.1 – “Los indios minuanes se an acercado a la Colonia y tienen puestos sus toldos en el Rio de Santa Maria chiquita a corta distancia de sus estancias pues me aseguran no aber dies ocho leguas. Y también ce de sierto que dentran y salen a la Colonia y que por dirección del Gobernador an llevado sus toldos alla”. Carta do Camandante de Montevidéo.

²¹⁷ “Extrato das Perdas e damnos executadas pelas Tropas Espanhollas mandadas pelo Governador de Bucnos Ayres D. Miguel de Salsedo nas campanhas e dominios da Prasa da Nova Collonia do Sacramento (cuja Prasa he estabellecida nas terras da Cappitania de S. Vicente) desde 29 de julho do anno proximo passado de 1735 the o prezente que corre de 1736, sendo a maior parte deste saque logrado pelo inimigo no dia 20 de

entre portugueses e castelhanos em termos comerciais, mas principalmente, saber das construções, estruturas e interesses luso-brasileiros existentes fora dos muros da praça, e para além do “raio de tiro de canhão”.

É bem verdade que a relação de Vasconcellos deve conter exageros, nas quantidades ou nas estimativas dos valores que importavam os bens.²¹⁸ Mas as informações são bastantes ricas, e servem para dar uma idéia geral de algumas características da ocupação do entorno da Colônia em meados da década de 1730, quase duas décadas depois da reocupação lusa.

Antônio Pedro de Vasconcellos relata a perda de 85.018 cabeças de gado *vacum* (sendo 20.000 de particulares da praça), 4.000 éguas, 800 cavalos, da Fazenda Real, além de 1578 cavalos, potros, éguas, mulas e machos de particulares. Reclama-se, ainda, a perda de porcos e galinhas na campanha, além de cabeças de gado ovino. Dá conta também, no que se refere à produção agrícola, da perda de 2229,25 alqueires plantados de trigo, diversos legumes e frutos. O governador calcula, um prejuízo mínimo equivalente a 10 vezes à área plantada, e fornece o dado de que as colheitas chegavam alguns anos a 30 ou 40 vezes à área semeada. Tal informação nos diz um pouco da produtividade da agricultura na Colônia do Sacramento. Charles Boxer, referindo-se à Colônia coloca que “a zona rural do Sacramento apresentava atraente quadro de prosperidade, que devia contrastar fortemente com a situação da agricultura e da criação no próprio Portugal”²¹⁹ O documento relatando os prejuízos, foi redigido no ocaso do período ao qual Boxer referia-se, e que constituiu o ápice da ocupação da campanha pelos lusos.²²⁰

A informação dá conta de 240 estabelecimentos destruídos nos arrabaldes, como quintas²²¹, casas, capelas, igrejas, moinhos de vento e de água, olarias e estâncias. Note-se a variedade de construções existentes na campanha, o que implicava em um considerável investimento de particulares (principalmente) nos arrabaldes. Sabe-se que ao menos três

outubro do dito anno de 1735”. Biblioteca Rio Grandense. Documentos Sobre a Colônia do Sacramento. Separata 99 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Oficial. 1945. p 13 a 16.

²¹⁸ JUMAR, Fernando. 2000. Faz alerta neste sentido também. p 311.

²¹⁹ BOXER, Charles. 2000. p 266.

²²⁰ Na Segunda metade houve nova expansão na campanha por parte do luso-brasileiros, mas não foi da mesma magnitude, entre outros motivos pela existência do Real de São Carlos (uma base militar castelhana permanentemente instalada próxima à Colônia) a partir da década de 1760.

²²¹ Muitas delas com casas nobres - pode-se pensar nobre como sinônimo de casas de pedra- com pomares de árvores frutíferas como pereiras, parreiras, vinhas.

dos próprios interesses, e pela defesa dos interesses de El Rey. Tais préstimos converteram-se, oportunamente, em benefícios econômicos e sociais – mercês e favores régios. As introduções de animais e gêneros de abastecimento realizadas pelos índios minuanos também foram consideráveis. Foram o princípio de uma relação de introdução de gêneros pelas margens da vigilância castelhana, que nos anos seguintes iria continuar. Os minuanos tinham interesse no tabaco e na aguardente, além de outros gêneros que os portugueses lhes forneciam pela via da Colônia.²²⁵

Já em finais de 1736, a situação não se colocava tão drástica. E o acesso dos lusobrasileiros aos bens da campanha era garantido por introduções sistemática de gêneros via comércio fluvial, ou ainda com ajuda dos índios minuanos. Com o fim do sítio, em 1737, a situação da praça voltou a uma certa normalidade, entretanto, a utilização da campanha fora significativamente reduzida. Pois a presença de guardas espanholas a poucas léguas de distância tinham a missão de embarçar a ocupação lusitana campanha adentro, especialmente a exploração de couros. Mas também tratando de impedir a entrada de gado em pé e de gêneros de abastecimento. Não obstante o empenho castelhano, existiam pequenas hortas de moradores da Colônia para o cultivo de legumes e hortaliças, mas a produção destas não era suficiente para o abastecimento da praça, devido ao constante dano causado nelas pelas tropas castelhanas, empenhadas em dificultar o abastecimento da Praça por terra.²²⁶

A ofensiva militar agitou também a comunidade de Buenos Aires. Grandes comerciantes e autoridades também prestaram favores ao Rei. Fosse patrulhando o Rio, combatendo em terra, ou fornecendo gêneros e somas de dinheiro para as despesas com a campanha. A campanha de guerra de 1735 a 1737, e sua continuação como o Campo de Bloqueio, nos anos seguintes, tinha custado à Magestade Católica a quantia de 361.989,25 pesos. Destes, o tesoureiro e provedor da expedição de guerra contra os portugueses havia empresado às “*Reales Cajas*” pouco mais de 4.000 pesos, favor pelo qual pleiteou a contratação do Real Direito de Alcabalas para o ano de 1740.²²⁷ Tal pleito é referendado

²²⁵ A relação dos portugueses com os minuanos parece ser ainda mais profunda. Há necessidades de verificar os novos trabalhos sobre a utilização da mão-de-obra indígena, das formas e recorrências para o período. Ao que tudo indica, era mais disseminada e assumia diversas formas.

²²⁶ AGN Sala IX 3.8.2 Em cartas do comandante do Campo de Bloqueio bem como cartas de Vasconcellos ao governador de Buenos Ayres.

²²⁷ AGN – Expedicion a la Colonia contra los Portugueses. Sala IX 4.4.2, IX 4.4.3, IX 4.4.4. Relações de gastos diários ao longo dos anos da guerra e do princípio do Campo de Bloqueio.

pelo Governador Salcedo. Dentre os fornecedores recorrentes de gêneros para a expedição à Colônia podemos encontrar importantes comerciantes de Buenos Aires, alguns até mesmo vinculados ao contrabando em determinado momento, como Fermín Pessoa, Joseph de Echauri, Domingo Gozales, entre outros. O detentor de navios de Registro do Rio da Prata, Francisco de Alzaybar, também prestou inúmeros serviços de defesa e corso contra os luso-brasileiros no rio da Prata. Tais préstimos, também eram convertidos, à seu tempo, em mercês e favores da Magestade Católica.²²⁸

Durante os ataques, a maior parte das estruturas existentes nos arrabaldes da Praça foram destruídas. Muitos casais ilhéus, assim como particulares habitantes da área agrícola transferiram-se para o local onde em 1737 fundou-se o forte de Jesus Maria José, futura vila de Rio Grande. Maria Bertulini Queiroz indica que algumas famílias transferiram-se da Colônia para Rio Grande.²²⁹ Pode-se inferir que muitos habitantes tenham passado a viver na campanha, mais internalizados nas terras das Magestades Católicas – desses não encontramos, até o momento, documentos que nos indiquem seus destinos. Aurélio Porto indica que nesse momento “vários retirantes” de Colônia trasladaram-se para o novo presídio do Rio Grande²³⁰. Enfim, parte da população e das lides agrícolas e pecuária antes vinculadas à Colônia agora passariam a se desenvolver desde Rio Grande. Homens envolvidos no comércio de animais, e na realização de courama, como Domingos Fernandes de Oliveira e Christóvão Pereira de Abreu, vão ser protagonistas do processo fundacional de Rio Grande, sem descuidar os próprios interesses vinculados ao comércio com a outra banda do Rio da Prata desde Colônia.

Até a ofensiva de 1735-1737, a ocupação da Colônia, da campanha, e a exploração dos recursos da Banda Oriental, de forma articulada ao Continente do Rio Grande e o restante das colônias portuguesas na América, parecia como o princípio de uma ocupação permanente. Mas um novo equilíbrio de forças se estrutura durante o período de guerra. Após 1737, Sacramento, até o tratado de Madri, passou a responder quase exclusivamente pelo comércio direto com Buenos Aires: gêneros europeus e do Brasil, por prata e couro, além de mantimentos. Os interesses vinculados ao acesso direto às tropas definiram a

²²⁸ Exemplarmente, Alzaybar quando acusado de comércio ilícito, utiliza seus préstimos na guerra contra Colônia como argumentos para que se silenciassem acerca das acusações, e o Rei efetivamente concede que se calassem para sempre tais acusações. AGN – Reales Cédulas. Tomo 15. Sala IX. 24.7.9. Foja 45. 13/VI/1740.

²²⁹ QUEIROZ, Maria Bertulini. 1987. pag. 58.

²³⁰ PORTO, Aurélio. *História da Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach. 1954. p 406.

instalação de Rio Grande e das guardas do Chuí e de São Miguel. Inicia-se um novo período para os interessados em Sacramento, agora, sem o entorno agrícola. Por outro lado, concentrava-se atenção na região do Rio Grande e a franja nordeste do território agora pertencente à República Oriental do Uruguai.

Com a notícia do armistício, que deixava as coisas tal como estavam quando do recebimento da notícia de paz, a Colônia ficou sem seu entorno agrícola. A elite de Buenos Aires conseguiu, após 1737, restringir a atuação dos luso-platinos da Colônia às atividades comerciais, fazendo gêneros de abastecimento e os couros somarem-se à prata como moeda de pagamento de gêneros adquiridos na Colônia do Sacramento. Entretanto, a região de Maldonado era alvo de uma nova empresa lusa. As fundações de Rio Grande e São Miguel eram reconhecidas como parte do avanço lusitano: uma resposta à perda do acesso direto desde Colônia aos rebanhos da Banda Oriental.

3.6 - O Campo de Bloqueio

A partir da chegada da notícia dos termos do armistício de Paris no Rio da Prata, em setembro de 1737, tem início uma nova fase da Colônia do Sacramento. As forças sitiadas estabeleceram-se com um caráter permanente, estabelecendo o “Campo de Bloqueio” castelhano nos arrabaldes da Colônia²³¹. As patrulhas espanholas tinham por obrigação vedar a exploração da campanha da Banda Oriental pelos luso brasileiros. As condições para o comércio restringiram-se especialmente à via marítima, e o abastecimento também passou a depender, essencialmente, do comércio fluvial com os castelhanos. Todos os contatos deveriam possuir licenças específicas para isso: “passaportes”.²³² As condições de introdução de gêneros, animais, e lenha pela via terrestre passou a ser regulada, embora o rigor de tal “bloqueio” tenha variado com o decorrer do período.

²³¹ AGN – Reales Ordenes. Sala IX 24.10.9. 17 de Mayo 1737.

²³² Os portugueses trocavam mercadorias por carne, farinha, grãos, cordeiros, galinhas, e até porcos vivos eram introduzidos através de lanchas na Praça; segundo as observações de Comm. Bruno Francisco de Zavala, no Campo de Bloqueio. AGN – Sala IX 4.3.1. Assim, os gêneros de abastecimento somavam-se ao metálico e ao couro como moeda de troca pelo “gêneros” comerciados com Buenos Ayres. Também refere essa relação JUMAR, Fernando. 2000. P 375 e anexos.

Sabemos que em 1743, momento em que governou Buenos Aires Domingo Ortiz de Rosas²³³, o bloqueio foi mais efetivo.

Nesse momento, o governador Vasconcellos forneceu uma informação sobre a população existente na cidade, com o acesso à campanha dificultado, "...em reduto tão limitado, sendo preciso manter 1956 pessoas, 1000 famílias (incluindo escravos) e mais militares de que a guarnição se compõe".²³⁴ A cidade, apesar das dificuldades de abastecimento, conseguiu adaptar-se às condições da fronteira, e o comércio não dava sinais de desgaste.

Em 1746, novas instruções foram fornecidas aos guardas do campo de bloqueio, denotando claramente um grau inevitável de utilização da campanha pelos portugueses.²³⁵ A utilização dos arrabaldes acontecia, e a insistência por parte das autoridades castelhanas pela utilização de marcas no gado, e outras formas de controle da ocupação territorial, são índices das introduções e negócios ilícitos que se realizavam nos arrabaldes de Sacramento²³⁶.

Apesar do espaço reduzido, reconstruiu-se de forma ordenada a estrutura urbana após o "Grande Sítio". Designavam-se ainda os dois bairros: do norte e do sul. Não

²³³ Acerca das condições do Bloqueio: AHU-ACL-CU-012 Colônia do Sacramento. Docs. 375 e 379. De 1743. E ainda, foi entre 1743 e 1745, período do dito governador a maior média anual de apreensão de contrabandos pelas autoridades portenhas (109.586 pesos em mercadorias por ano. Entre 1717-34, a média ficou em 17.262 ps. por ano. 1735-42 foi: 18.585ps. 1746-56 teve uma média de 32.882 ps). Tais índices permitem ver o aumento da repressão durante o Governo de Rosas. Fernando Jumar. Opus Cit. 2000 p 360.

²³⁴ MONTEIRO, Jonathas da Costa. 1937. Tomo II pg 130.

²³⁵ AGN – Colônia do Sacramento 3.8.2 [07 de agosto de 1746] Instruções para o Campo de Bloqueio por Francisco Bruno de Zavala : 1º. Que cada uno use solamente de el Yerro y Señal que he registrado sin q otro pueda usar de el 2º. Que ninguno tenga ni dexa su ganado sin errar, y señalar con dicha marca (a fin de evitar que cogiendose algun ganado ó bien en el Real, o en otro paraje, no se averigüe quien lo vendió). El que se halle sin errar se comisara para El Rey como si fuera sin dueño. 3º. Que ninguno pueda vender ni una vaca afuera de este distrito, y q. si el que tiene ganado venda alguna res à otro vecino, que no tenga carne para comer, sea con recivo, y que aya de dar parte en esta guardia, y en pasando el numero de tres rezes que sea partida para criar, y que se obligue en dicha guardia a tener existente dicho ganado = Tambien voy señor tomando razón de cuantas carretas tiene cada uno, y en q las emplea es apero pressiso para una estancia; para acarrear leña maderera, y trigo a los puertos. 4º. Que todos los que tienen Carretas las marquen con su yerro que la que no este con esta circunstancia se agregara a la tropa de el Rey para si extravian lo q. conduzen castigar al dueño, y saber de quien son. 5º. Que no embarazondose a ninguno el que trabaje en faenas de leña, y maderera en estos montes Realengos para el avasto de Buenos Ayres ha de ser con la circunstancia de dar parte y obtener licencia de esta Guardia a fin de tomar razon de los que trabajan para que no la diviertan la que hazen à la Colonia que el no avissare se le comise la leña. 6º. Que ninguno salga de este partido ni para Buenos Ayres ni para el campo ó Montevideo sin expressa licencia y que esta ha de ser manifestando los motivos ante el juez comissionario, y con el Ynforme de el ser justos, que se presente en esta Guardia para que se le conceda, con los que nadie es absoluto para darlas, y sabra ciertamente a lo que van =Estos seis puntos son por aora los que son esenciales para el mejor regimen de estas gentes"

²³⁶ PAREDES, Isabel. *Comercio y Contrabando entre Colonia do Sacramento y Buenos Aires en el Periodo 1739 – 1762*. Buenos Aires. 2001. [dactiloescrito] Capítulo II.

sabemos qual a área em direção à campanha que ocupavam. Em 1749, o governador Vasconcellos determinou que 125 moradores dos bairros deviam enviar um total de 170 escravos a cada dois dias em busca de “cardos e ramos” em locais permitidos pelo bloqueio espanhol²³⁷. Tal listagem dá uma noção da dificuldade de obtenção dos recursos da campanha. Ao mesmo tempo era uma possibilidade da realização de algum comércio, sempre aproveitando as vias oficiais de contato para acobertar o contrabando. Entretanto, tal documento é também uma fonte privilegiada por dizer-nos algo mais sobre a posse de escravos na Colônia, e a própria disposição geográfica dos grupos proprietários dentro do espaço urbano. As ordens de Vasconcellos preconizavam que 63 moradores do bairro norte, dentre os quais 19 com patentes militares ou religiosos, deveriam enviar 90 escravos, em dias alternados com 59 moradores do bairro sul, dentre os quais 23 possuíam patentes militares ou eram religiosos, que enviariam 80 escravos. No bairro norte a maioria era convocada a enviar um ou dois escravos, havendo apenas 2 moradores convocados a enviar 4 escravos, e um convocado a enviar três escravos²³⁸. Não sabemos se o número de escravos solicitado respondia a critérios de proporcionalidade de propriedade, ou às relações pessoais. Acreditamos, entretanto, que em sua maioria levava-se em conta as posses, pois muitos homens ligados intimamente a Vasconcellos enviavam 2 escravos, como o Marechal de Campo Manoel Botelho de Lacerda²³⁹. O número de escravos para irem fazer lenha pode ser indício também da vontade de seus donos de conseguirem licenças para aceder à campanha²⁴⁰. Embora tal fonte não nos forneça um total de escravos desses proprietários, de qualquer forma, o documento informa sobre a disseminação da propriedade escrava dentre a elite local da Colônia do Sacramento.

Pela disposição podemos ver que no bairro norte situam-se menos moradores com patentes militares (19) do que no bairro sul (24), não obstante tenham sido listados mais moradores no bairro norte, e estes tenham sido convocados a enviar maior número de escravos que os habitantes do bairro sul. Pode-se inferir que tal relação se deu em função de ser a área norte da cidade, justamente a zona portuária, o local onde situavam-se as

²³⁷ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. Vol. II pp 137 a 139. Doc. 46

²³⁸ Eram o sargento-mor Domingos Fernandes de Oliveira, Alféres Manoel Pinto Santiago e Pedro Gomes Figueiredo.

²³⁹ Neste documento consta esta patente. Entretanto pelas patentes Reais, Botelho de Lacerda nessa época é Mestre de Campo, o equivalente a Coronel contemporaneamente.

²⁴⁰ Registre-se que entre 1737 e 1753, somente dois comisos foram realizados no Campo de Bloqueio, com a apreensão de mercadorias em 1740 no valor de 876 pesos, e em 1749 o comiso foi de 145 pesos. JUMAR, Fernando. 2000. P 706 e 707.

casas que abrigavam as mercadorias, o cais do porto e a praia da Colônia. Assim verificamos a manutenção, em relação à década de 1720, da concentração de habitantes vinculados às atividades comerciais na área norte da cidade.

O fluxo de navios entre a costa brasileira e o porto platino continuou freqüente, e a exportação de couros fazia com que fosse “rara es la calle que no tiene su pilla de queros”²⁴¹.

Em princípios da década de 1750, sabemos que as festas religiosas e missas contavam com uma imponente paramentação. As irmandades sempre presentes, e os religiosos, ao menos na Igreja Matriz, tocava órgão durante as celebrações.²⁴² Registrou-se também a presença na cidade de variados “músicos e tocadores” para alegrarem as cerimônias religiosas.²⁴³ A descrição do religioso Florian Paucke ilustra bastante bem essa adaptação do modo de vida urbano ao espaço reduzido, bem como a tentativa de reprodução de valores e costumes europeus por parte da elite da cidade. O comércio bem como a autoridade adaptavam-se e reproduziam seus símbolos e signos na fronteira platina do século XVIII. Paucke dá conta da existência de alguns jardins de recreio, na casa dos comerciantes mais prósperos. O religioso também tece considerações sobre um *Te Deum* cantado realizado na igreja Matriz. Relata ainda que em sua estada na cidade foi convidado a um jantar de comida típica portuguesa no Palácio do Governador.

Sobre a estrutura urbana Paulcke relata sua impressão sobre a cidade:

“Es chica y en su mayor parte parte habitada por comerciantes portugueses. Las casas son bajas y edificadas en buen orden. La Plaza es cuadrada y chica. La iglesia parroquial da frente [a ella]; en el centro de la plaza esta la guardia principal a cuyo lado se avecina la residencia del Gubernator. Todas la casas son de muralla. Hacia el lado de la tierra la ciudad esta guarnecida por trincheras de altas murallas y un profundo foso seco abierto [a polvora] en la roca”.²⁴⁴

A possibilidade de estabelecimento nos arrabaldes da Colônia existia, como já vimos, porém cerceada pelas guardas castelhanas. Tal impedimento manifestava-se

²⁴¹ Segundo a descrição do Camandante do Campo de Bloqueyo. AGN Sala IX 4.3.1.

²⁴² AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 11/01/1752 Solicita-se licença para que volte pelo campo de Bloqueio o “único organista” da Colônia, que se encontrava em Buenos Aires. É a preparação para a chegada de Gomes Freire de Andrada por ocasião da demarcação de limites.

²⁴³ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 Cartas de 02/1752.

²⁴⁴ PAUCKE, Florian. *El Silberfluss, Montevideo y la Colonia del Sacramento (1750)* IN: Barros-Lemcz (comp.) *V Centenario en el Rio de la Plata* Montevideo: Monte-Sexto. 1992. p. 75.

“Mui señor mio el oficial de la Guardia prendio a un santafesino q dela Colonia sebino asta las guardias tras de un caballo, y intentando escapar se ledio dos cuchilladas razonables pero no son de peligro. El Gov. de la Colonia me lo ymbio apedir con titulo de bezino q esta cazado en el Río Grande. Le respondi no le podia entregar por ser conocido en este campo por uno delos muchos q traen las guardias en continuo desbello, entrando y saliendo q me era preziso dar parte a V.S. y si nesa circunstancia me es preziso dezir a V.S. lo q dizen los oficiales y soldados q este es el q se llevo de este campo trezientos caballos a el Río Grande que acho otros urtos de caballos en su estanzia es uno [...] muchos delos q se sirven de yr y benir y traer lo que les falta esto es lo que se dize si es asi se puede temer de que se se le da libertad q no deje caballo en este campo y aun aymas de 300 bueros orejanos”²⁴⁷

Pode-se observar que as relações estabelecidas na Banda Oriental no que dizia respeito ao comércio terrestre entre os súditos de Castela e de Portugal, eram bastante complexas e fluidas. Apesar do bloqueio contínuo à Colônia, a partir da cidade estabeleciam-se relações comerciais e articulavam-se negócios com o Rio Grande. O artigo principal do comércio terrestre são cavalos e burros – que indicam uma produção muleira no território do Continente do Rio Grande, vinculado com a demanda da região das Minas. Ressalte-se as articulações na Banda Oriental e em Sacramento, estabelecendo parte dos contatos entre as cidades do litoral e o Rio Grande. Em 1751 protestava o governador de Buenos Aires ao da Colônia de Sacramento sobre desordens e roubo de cavalos realizados por “chasques” portugueses em deslocamento da Colônia para o Rio Grande²⁴⁸. O governador da Colônia replicava que ele estava bloqueado pelas tropas castelhanas, logo, não podia fazer nada. E assim podemos supor a permissão da continuidade dessa forma de apropriação dos rebanhos pelo portugueses.

Tal era a situação da Colônia em relação ao restante da Banda Oriental em fins da década de 1740. A partir da formalização do Tratado de Madri as relações tornaram-se ainda mais fluidas, e menos controladas – especialmente a partir de 1752, com a vinda da expedição de Gomes Freire para a demarcação de limites. O clima de resolução permanente afrouxou o controle castelhano. Nessa época (1753), por exemplo,

²⁴⁷ AGN Campo de Bloqueio. Carta do Comandante. Sala IX 4.3.1 - 9/II/1747. Grifos no textos são meus.

²⁴⁸ AGN Sala IX 3.8.2 03/VI/1751. Tal problemática já era percebida anteriormente. Sobre problemas no tráfegos de chasques entre Rio Grande e Colônia, ver também AGN Sala IX 2.1.4 02/II/1750. Chasque designava os “mensageiros”, vocábulo procedente da língua indígena Quechua.

encontramos solicitações de licenças para a condução de animais desde Colônia para o Rio Grande, especialmente burros.²⁴⁹

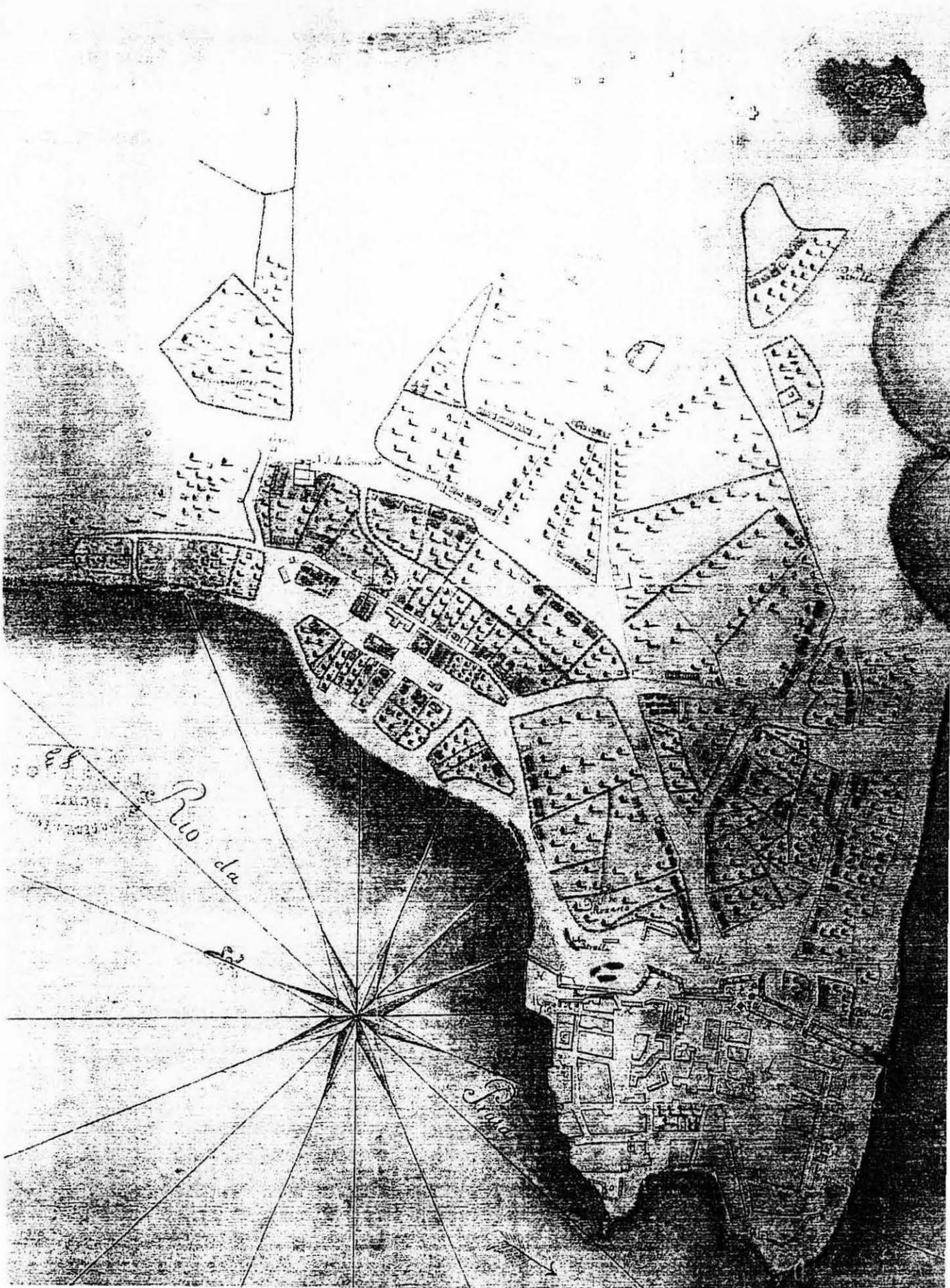
A demarcação de limites e a Guerra Guaranítica acabaram por integrar (sob certo aspecto), as atuações dos exércitos ibero-americanos na região, o que significou um novo avanço português pela campanha, ao longo dos anos 1750. Porém, já não se davam as mesmas conjunturas do período entre 1717-35 – a permanência na Colônia era vista como temporária, ou ao menos, não definitiva.

A Colônia no segundo quartel do século XVIII era uma cidade eminentemente comercial, e seus vínculos com os castelhanos e com Rio Grande eram bastante fortes. A existência da Colônia nesse período atestava os freqüentes contatos entre luso-brasileiros e castelhanos na fronteira platina colonial. Sacramento foi um núcleo importante de atração social, palco da possibilidade de mobilidade social, terra de lavradores, militares, *pulperos*, açorianos e índios. A Praça da Colônia era o principal núcleo da Banda Oriental vinculado ao Atlântico.

Foi o trânsito entre Rio Grande, Sacramento e demais regiões do litoral argentino que, a médio e longo prazo, acabaram por fixar interesses e propriedades de luso-brasileiros na Banda Oriental (especialmente a porção norte-nordeste do atual Uruguai).

²⁴⁹ Em 1753 Christóvão Pereira pede diretamente ao Governador de Buenos Aires, Joseph de Andonagui para passar 18 burros para o Rio Grande –mais uma vez vínculos relacionados à produção muleira nos territórios do Rio Grande. AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.1. 1753

Mapa 5. Planta da Nova Colonia do Sacramento e do seu Territorio elevada Ano de 1752. (Detalhe).



4 - CAPÍTULO III – SACRAMENTO: UM PORTO ATLÂNTICO NA BANDA ORIENTAL

“Como testemunhão as remessas de 650 mil cruzados em prata, cento e dez mil couros que pude examinar pelo livro dos mercadores tem sahido daqui a 3 annos. Não sendo possível averiguar o que levarão daqui os particulares e o que me faz persuadir que o negócio tem sido maior do que se imagina haver que ja em duas ocazzioens houve esta povoação e que nenhuma chegou a décima parte do que hoje, he sendo fundada a cinco annos devendo se o princípio deste aumento a frequencia das embarçaçoens q. aqui vem”

(Antonio Pedro de Vasconcellos, 25 de dezembro de 1722.)²⁵⁰

A Colônia do Sacramento, já nos primeiros anos após sua reocupação em 1716, pela percepção do seu então novo governador, apresentava grandes progressos, lucros, e prósperas atividades. Enfim, a Colônia apresentava um grande desenvolvimento urbano, social e comercial. As impressões acerca do rápido crescimento da povoação não estavam calcadas em dados demográficos, senão baseadas no desenvolvimento comercial evidenciado em Sacramento. Indo ainda mais longe, Vasconcellos atribui o “aumento” da povoação ao tráfego marítimo. Fica explícita a íntima e profunda relação entre o espaço urbano da Colônia e o comércio, nomeadamente o comércio dentro dos marcos do Império Português (demais portos do Brasil, Lisboa...), o comércio direto com outros povos europeus (especialmente os ingleses), e finalmente, o comércio realizado dentro do estuário platino.

²⁵⁰ AHU-ACL-CU-012- Colônia do Sacramento. Doc. 76. Infelizmente, o Livro dos Mercadores, ao qual Vasconcellos se refere, não foi encontrado nos arquivos pesquisados, assim como não obtive informações sobre sua existência atual.

O comércio, enfim, era a razão de ser primordial do núcleo urbano luso-platino. Direta ou indiretamente, todo o corpo social de Sacramento estava ligado ao comércio. As principais autoridades, assim como brancos pobres, índios, escravos e desertores. Todos envolviam-se nos negócios com os castelhanos.

Neste momento, buscamos analisar mais detidamente a questão comercial no que se refere aos contatos através do Rio da Prata. Buscamos identificar os caminhos e mercadorias intercambiadas, bem como as formas que esse tráfego podia assumir, os atores envolvidos. Tais questões acabam por dizer da inserção da cidade dentro do complexo portuário platino, assim como são reveladoras das ligações que dali se estendiam a portos como Rio de Janeiro, Salvador, Lisboa, ou ainda os contatos diretos com os ingleses que freqüentavam intermitentemente o Rio da Prata no período.

A partir das cartas dos governadores da Colônia enviadas à Lisboa e ao Rio de Janeiro, podemos conhecer grande parte das informações administrativas e militares do período. A correspondência trocada entre os governadores de Colônia e Buenos Aires, por outro lado, nos permitem uma visão mais aproximada das relações estabelecidas efetivamente entre os agentes sociais de uma margem e outra do rio. Permite ainda conhecer como as mercadorias efetivamente atravessavam o Rio da Prata, e quem as transportava. A correspondência entre mercadores fornece uma visão exterior do poder, uma perspectiva acerca do “estado geral” da cidade, sua vida social, e da situação do mercado e da política regional.

Através do inter cruzamento dessas fontes acima referidas, assim como com outros documentos e com a bibliografia já produzida a respeito de Sacramento, buscamos aprofundar o conhecimento sobre as rotas do comércio lícito e ilícito entre Sacramento e os outros portos platinos. Essa questão suscita, inevitavelmente, que saibamos mais sobre quem eram esses comerciantes e contrabandistas? como atuavam? que papel desempenhavam na sociedade na qual estavam inseridos? Tais questões tornam-se mais complexas se tomarmos em conta o fato de que o complexo portuário platino é um região de fronteira múltipla, em construção, e um ponto central no panorama diplomático do século XVIII. Dessa forma, buscamos tratar essa região fronteiriça com suas peculiaridades, variáveis ao longo do tempo, para compreender as articulações e conflitos entre as sociedades estruturadas em ambas as margens.

São essas as linhas gerais que conduzem as análises deste capítulo.

4.1 - A Região Platina e algumas especificidades: contribuições da historiografia recente

A representação da historiografia tradicional sobre o passado colonial ibero-americano, especialmente acerca da região platina, era de um espaço geográfico e político dominado pelas oligarquias terratenentes. Estas, controlavam o aparato político local. Entretanto, estavam oprimidas sob o jugo da Metrópole. Em termos econômicos, a visão tradicional acabava por compreender o espaço colonial americano como um apêndice da economia e sociedade européia. As principais obras que cunharam essa visão, em sua maioria foram produzidas na primeira metade do século XX, momento em que tanto na Argentina quanto no Brasil, e Uruguai, houve uma preocupação estatal com a construção de passado pátrio nacional explicativo. Os modelos teóricos mudaram, mas muitas chaves explicativas continuavam as mesmas. Economias agropecuárias exportadoras, baseadas no latifúndio²⁵¹.

A partir da década de 1970, inicialmente no países do Prata e posteriormente no Brasil, surgiram novas pesquisas históricas que partiam de novas fontes e problemas. Para Argentina, Carlos Sempat Assadourian²⁵² demonstrou a existência de um mercado interno no espaço colonial, bem como o funcionamento de redes mercantis vinculando diferentes economias regionais. Dessa forma, o esquema explicativo tradicional via-se contraposto por uma perspectiva onde os agentes sociais das colônias ganhavam substancial complexidade, assim como a sociedade e a economia coloniais. No Brasil, também registrou-se a primeira tentativa de contraposição do modelo explicativo tradicional, entretanto, faltavam ainda pesquisas empíricas que substanciassem uma nova explicação para a sociedade Colonial.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente para Argentina e para região platina, houve a sedimentação dessa nova vertente historiográfica. Trabalhos sobre comércio, economia, e sociedade, como os de Susan Socolow, Juan Carlos Garavaglia, Jorge Gelman, e Zacarias Montoukias consolidaram a visão de uma sociedade mais complexa do que até então se considerava. Diferentes pesquisas foram sendo realizadas, com novas e abundantes fontes exploradas, o que implicou na revisão de todo o modelo

²⁵¹ Sobre as representações da historiografia tradicional, ver a parte 1 deste estudo, especificamente o item 1.2.

²⁵² O trabalho clássico de ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía Colonial -- mercado interno, regiones y espacio economico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. 1982.

historiográfico que dava suporte às interpretações tradicionais. Assim, ao longo dos anos 1980 modificou-se o modelo explicativo da história colonial platina: o domínio das oligarquias agrárias foi matizado. Uma sociedade mais diversificada, com diversos tipos de agentes sociais em interação, economias regionais importantes foram recuperadas, mostrando a grande importância das especificidades e articulações inter-regionais²⁵³. Mas a forte hierarquização social permaneceu como uma característica dessa sociedade agrária, fortemente mercantilizada. A campanha ganhou mais habitantes, enquanto a figura do *gaucho* foi desconstruída²⁵⁴: uma quantidade maior de camponeses, pequenos mercadores, “gente miúda” foi surgindo nas sociedades agrárias coloniais.

A participação e inserção da região platina no mercado Atlântico também foi revalorada. Zacarias Montoukias mostrou no clássico trabalho *Contrabando y Control Colonial en el Rio de la Plata del siglo XVII* que as trocas no interior do estuário platino, o comércio direto com Sacramento e com mercadores e embarcações de outras nacionalidades, as *arribadas forzosas*²⁵⁵, eram peças estruturais no comércio de Buenos Aires. Esses fortes vínculos com o mercado Atlântico permitiu a formação de uma elite mercantil sediada em Buenos Aires, que estendia um predomínio no controle das redes e rotas comerciais com as regiões interiores²⁵⁶.

O comércio entre Buenos Aires e Sacramento, e posteriormente também entre Montevideu, era constante e assumiu, progressivamente no século XVIII, uma significativa

²⁵³ No princípio dos anos 80, Juan Carlos Garavaglia publica seu trabalho sobre a economia da Erva Mate e sua importância na região platina. GARAVAGLIA, Juan C. *Mercado interno y economía colonial*. México:Grijalbo. 1983.

²⁵⁴ Sobre o gaucho, ver a polêmica entre Gelman, Garavaglia, Fradkin e Moreno acerca do assunto no *Anuário do IEHS*, No. 2. Universidad Nacional del Centro. Tandil. 1987. A discussão torna obsoleto tal personagem enquanto chave de explicação histórica. Sobre a campanha da banda oriental, especificamente ver Jorge Gelman, *Campesino y Estancieros*. Buenos Aires: Libros del Riel. 1998.

²⁵⁵ Moutoukias relata a importância desse expediente ao longo do século XVII, motivos alegados para embarcações estrangeiras aportarem em Buenos Aires, normalmente em busca de reparos e víveres. Boa escusa para o comércio ilícito, ou direto.

²⁵⁶ Susan Socolow em 1978 publica seu estudo sobre os comerciantes de Buenos Aires, demonstrando a existência dos “clãs” de mercadores na Buenos Aires colonial, que estruturavam extensas redes comerciais desde Buenos Aires rumo ao interior. Moutoukias, na obra já citada vincula o crescimento do comércio portenho com o aumento do tráfico vinculado ao mercado Atlântico, e o coloca como chave explicativa para o predomínio dos comerciantes portenhos que acediam a prata potosina recolhendo-as em diversas rotas mercantis do interior. Jorge Gelman através dos negócios do grande comerciante Domingo Belgrano Peres também analisa as complexas redes mercantis nas quais o comerciante portenho acabava por concentrar o metálico circulante. Jorge Gelman. *De mercanchifle a Gran Comerciante los caminos del ascenso en el Rio de la Plata Colonial*. La Rabida: Universidad Internacional de Andalucía. Sede Iberoamericana de La Rabida.1996.

importância no total de recursos manipulados pelos atores da região platina²⁵⁷. As cidades de ambas margens do Rio da Prata articulavam-se de forma complementar originando o funcionamento de uma poderosa e estruturada via de acesso ao mercado Atlântico. Ambas cidades, às quais somou-se mais tarde Montevidéu, exerceram papéis complementares, ainda que de forma pouco oficial aos olhos da Coroa de Espanha, no que se refere ao comércio de gêneros e couros entre espanhóis e portugueses. Configurava-se o “complexo portuário” no Rio da Prata, e é justamente nesse momento, a partir da primeira metade do século XVIII, em que o “complexo portuário” funcionou em sua máxima magnitude.²⁵⁸ O comércio aí realizado, entretanto, estava à margem do sistema legal espanhol, e muitas vezes, do próprio sistema legal português.

No que tange ao poder, verificou-se uma preeminência de comerciantes, em detrimento dos terratenentes como grupo predominante na sociedade buenairense do século XVIII. Os grupos urbanos ligados ao comércio e a burocracia, com fortes interesses e vínculos na sociedade local, acabavam por exercer o predomínio na representação política e no controle do crédito. A partir de importantes ligações familiares ou pessoais, vínculos de amizade, sociedade, compadrio, funcionavam diversas redes de fidelidades. Essas redes acabavam por serem a base mesma da origem da influência das elites locais sobre o aparato burocrático. Esse fenômeno, tido por corrupção, inscrevia-se dentro dos espaços e estratégias possíveis para os atores da sociedade em questão. Os espaços existentes dentro das relações entre as Colônias e os Impérios Ibéricos acabavam por permitir muitas variações de acordo com as necessidades e interesses dos grupos locais e da Metrópole. Os trabalhos de Susan Socolow e Zacarias Montoukias²⁵⁹ são especialmente ilustrativos dessa relação simbiótica entre a autoridade metropolitana e as elites locais.

Socolow demonstrou que os burocratas de Buenos Aires antes de 1778, em geral, eram incorporados na sociedade local através do casamento com mulheres de famílias locais. As autoridades mais importantes convertiam-se em aliadas dos mercadores. Essa

²⁵⁷ Sobre o comércio no Rio da Prata colonial são trabalhos importantes, os já citados: MOUTOUKIAS, 1988., SOCOLOW, 1978 (1991), SOCOLOW, S. 1987. GELMAN, Jorge, 1996. Além do trabalho de JUMAR Fernando, 2000, onde Colônia do Sacramento recebe uma significativa atenção. Sobre o comércio platino com o Brasil no século XVII: CANABRAVA, Alice Pifer. 1942. Além do trabalho de JUMAR Fernando, 2000, onde Colônia do Sacramento recebe uma significativa atenção.

²⁵⁸ Fernando Jumar mostra o papel complementar para o comércio das cidades portuárias de ambas margens do estuário platino, definindo o que chamou de “complexo portuário do Rio da Prata”. JUMAR Fernando. 2000. Cap. II.

²⁵⁹ SOCOLOW, Susan. *The Bureaucrats of Buenos Aires. Amor al Real Servicio*. Durham: Duke University Press. 1987. MOUTOUKIAS, Zacarias. 1992.

característica remetia a padrões já existentes no Rio da Prata desde o século XVII, quando os principais postos burocráticos eram comprados pelos mercadores, fazendo esse grupo praticamente indistinguível dos burocratas²⁶⁰. Tal relação entre burocratas e comerciantes foi benéfica para ambos grupos. Aos burocratas era interessante possuir um genro ou um padraço que pudesse suprir fortes conexões locais, e ainda poderia servir eventualmente como parceiro nas relações comerciais dos burocratas, assim como prover a inserção nas redes mercantis e de informação. Os mercadores, por sua vez, tinham interesse em possuir um membro da família que pudesse exercer pressão em questões da lei²⁶¹. Esse tipo de aliança mudou apenas a partir de 1778.

Zacarias Montoukias, no princípio da década de 1990, já observava que tais redes acabavam por ser um recurso deveras utilizado pelos grupos das elites para tratar seus negócios.

“Paralelamente, estas redes son el instrumento por medio del cual los representantes de la Corona organizan cadenas informales de mando político y militar, indispensables para el funcionamiento de las instituciones imperiales. El consenso colonial existe porque las estructuras locales del poder imperial son fuente de autoridade y prestigio. Ellas incrementan la capacidad de los miembros del patriciado de establecer y movilizar las redes y las parentelas”²⁶²

Montoukias também registra para Buenos Aires, na segunda metade do século XVIII, que os funcionários metropolitanos acabavam por integrar-se rapidamente aos grupos da elite local. Mecanismos de “cooptação ou aliança” agiam, no sentido de um duplo movimento, as autoridade se aproximavam das elites locais integrando-as à administração através de cargos e ofícios, estabeleciam relações duráveis com elas e por fim constituía-se um “tecido único de notáveis” – assegurava-se o funcionamento das estruturas formais de poder da Coroa. Estabelecia-se então, um tênue limite entre a lealdade pessoal e a contravenção. Em seu texto, Montoukias narra a trajetória de um grupo de comerciantes e autoridades que controlavam redes de comércio ilícito entre Buenos Aires e Colônia. Os Oficiais Reais²⁶³ de Buenos Aires, principais sustentáculos do

²⁶⁰ Até mesmo o cargo de governador era vendido, até princípios do século XVIII.

²⁶¹ Susan Socolow. 1987. p 260.

²⁶² MOUTOUKIAS, Zacarias.1992. p 03

²⁶³ No período, os dois principais oficiais reais de Buenos Aires era o Tesoureiro das Reais Caixas, e o “Factor”, eram os responsáveis pelas apreensões, taxações e fiscalização alfândegárias. No sistema português, tais postos equivaleriam ao Provedor/Juiz de Alfândega e ao Almoxarife.

poder do Governador, eram considerados os principais elementos de uma empresa de comércio ilícito, que estendia-se até a outra margem do Rio da Prata.

Comércio legal e ilegal misturavam-se no cotidiano das relações no Prata. Comerciantes, autoridades e contrabandistas, confundiam-se, e surgiam relacionados a complexas redes de negócios e relacionamentos, que integravam os portos de ambas margens do estuário de forma estável, articulada e duradoura.²⁶⁴

As relações entre os agentes sociais de Buenos Aires, Colônia do Sacramento, e Montevidéu, para além dos vínculos oficiais permitidos, estabeleciam-se baseadas em redes pessoais de fidelidades e afinidades. Tais redes estruturavam-se articulando comerciantes, autoridades e outros personagens imbricados nas transações dentro do complexo portuário. Essas relações pessoais, acabavam por constituir um dos principais recursos para assegurar o funcionamento das estruturas formais das autoridades metropolitanas. As redes acabavam por sedimentar o poder das autoridades e respaldar politicamente este mesmo poder através de alianças entre as autoridades e grupos pertencentes à elite local.²⁶⁵

Para o Império português, especialmente no que se refere ao Brasil, as novas pesquisas também retrataram uma sociedade bastante mais complexa que retratada pela historiografia da primeira metade do século XX²⁶⁶. A.J.R. Russel-Wood, ao analisar as relações de poder entre Brasil e Portugal, revela um quadro semelhante ao retratado por Socolow e Montoukias para o Rio da Prata. Ao referir-se a “*criolização*” do aparato estatal que ocorreu, gradualmente, no século XVIII, ressalta que a venda dos ofícios foi a via de acesso de proprietários, comerciantes e homens de negócio para participar no governo.

“A maior participação dos colonos no processo de tomada de decisão nos níveis local e regional poderia ser traduzida como um aumento de autonomia. Todos aqueles envolvidos na *criolização* do governo estavam mais motivados pela perspectiva de auto-enriquecimento do que preocupados com o provimento de impostos adicionais ao Erário Régio; por lealdades derivadas de relações de parentesco ou por uma intrincada rede de interesses especiais locais, do que com a existência de um monarca distante; por interesses regionais ou setoriais do que com aqueles ligados à metrópole.”²⁶⁷

²⁶⁴ Para maiores detalhes sobre as redes de autoridade e comércio dentro do estuário platino, ver especificamente os trabalhos já citados de Zacarias Moutoukias, 1988 e 1992; e de Fernando Jumar, 2000, onde o comércio atlântico é analisado de forma minuciosa.

²⁶⁵ MOUTOUKIAS, Zacarias. 1992. p. 9.

²⁶⁶ Ver Capítulo I do presente estudo para um panorama mais detido da historiografia produzida sobre o Brasil desde no último quartel do século XX.

²⁶⁷ RUSSEL-WOOD. 1998. P 08 e 12.

O autor utiliza tal mecanismo de atuação como explicação para a forma de resolução de conflitos de interesse entre colonos e metrópole, o que chama de “autoridade negociada”²⁶⁸. O que significa um Sistema Colonial com uma porosidade endêmica no que se refere ao controle e regulamentação mercantilistas. O século XVIII estava marcado pela “cultura da evasão”²⁶⁹.

Dessa forma, encontramos uma panorama ibero-americano bastante complexo e suscetível às realidades regionais. Entretanto, comércio, autoridade, e contrabando eram alianças correntes nas colônias americanas.

A partir dessas referências, buscaremos analisar e destacar parte da vida comercial e social da Colônia do Sacramento na primeira metade do século XVIII. Sacramento era o ponto de encontro de redes sociais e comerciais dos dois Impérios Ibéricos. Relações oficiais e não oficiais com Buenos Aires e o restante do Atlântico Português, passavam por Sacramento.

Cabe agora, analisar alguns dados sobre os gêneros comerciados, as rotas e a magnitude dos recursos movimentados por Sacramento no complexo portuário rio-platense.

4.2 - Os Caminhos e as Mercadorias: as rotas de introdução de mercadorias no Rio da Prata

Sacramento, a partir de 1717 constituiu-se em um porto Atlântico vinculado ao Império Português. A cidade luso-platina foi responsável por parte da ligação entre o Prata e Atlântico, atuando de forma articulada aos demais portos da região. O comércio marítimo de Sacramento foi a principal atividade e foco de interesse de particulares e da própria Coroa nessa empresa luso-platina.

Se por um lado, portugueses e espanhóis tinham divergências acerca da legitimidade e direito de utilização da campanha oriental – e a elite portenha acreditava que aquelas reservas de gados eram propriedade sua – por outro lado não havia conflitos no

²⁶⁸ GREENE, Jack P. “Negotiated Authorities”. In: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. The University Press of Virginia, 1994.

²⁶⁹ Tais conceitos são reiterados por Russel-Wood no Prefácio de: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). *“O Antigo Regime nos Trópicos”* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. Este livro constitui uma boa compilação dos estudos recentes sobre o sociedade colonial brasileira.

que se referia ao comércio realizado pelo rio. Aos portenhos não importava que os portugueses da Colônia exportassem o couro, o importante é que o acesso direto a esse produto fosse sua exclusividade, tornando o couro uma mercadoria que pudessem utilizar como forma de pagamento, juntamente com a prata, para os gêneros adquiridos pela via da Colônia.²⁷⁰

O projeto lusitano de instalação no Prata, seguia as diretrizes baseadas na experiência anterior de povoamento da cidade, especialmente nas recomendações do ex-governador Sebastião da Veiga Cabral. Era um projeto colonizador calcado em ambições comerciais e territoriais.

O comércio entre Buenos Aires e Sacramento no século XVII foi detidamente analisado por Zacarias Montoukias, e posteriormente por Fernando Jumar na obra já citada neste trabalho. Montoukias apontou que o crescimento de Buenos Aires e Colônia, em termos comerciais e populacionais ocorreu simultaneamente, de forma articulada. Revelou ainda a importância das trocas com os luso-brasileiros para o crescimento da elite mercantil portenha. Fernando Jumar quantificou essa participação e revelou a presença de comerciantes e contrabandistas de todos os estratos sociais atuando no Rio da Prata. Jumar articula as relações entre os portos do estuário platino no conceito já referido de “complexo portuário”.

O estuário platino possui inúmeros portos e enseadas que permitem o acesso de pequenas embarcações. Em ambas margens as condições naturais facilitavam o trânsito sem o controle das autoridades. A margem meridional, com mais praias e partes pantanosas, inundáveis e a margem setentrional mais alta e acidentada, com mais portos naturais, assim como nas dezenas de ilhas existentes (especialmente próximo à costa norte), encontrava-se inúmeras possibilidades geográficas em termos de portos e desembarcadores para as atividades comerciais.

É importante o fato de que a navegação no Rio da Prata era razoavelmente perigosa. A existência de bancos de areia (o do Ortiz e o do Inglês), fazia com que um sem número de embarcações encalhassem ou sossobrassem nas águas platinas. Existiam duas principais rotas que articulavam os portos de Montevideu à Colônia e Buenos Aires.

²⁷⁰ JUMAR, F. 2000. O autor analisa diversos documentos e as ações do cabildo portenho, identificando o couro, e o acesso direto a ele, como o “ponto de equilíbrio” nas relações dos súditos de uma e outra coroa Ibérica. p 467.

A rota que podia ligar diretamente Buenos Aires a Montevideu, mais perigosa e demorada, costeava a atual costa argentina rumando ao Atlântico, e posteriormente aproximando-se da Banda Oriental na altura de Montevideu. A outra possibilidade, era desde Buenos Aires, subir um pouco rumando para a Ilha de Martin Garcia, e depois, Costear a Banda Oriental, passando por Colônia e chegando em Montevideu. Esta última era a rota mais rápida e segura. Mais uma justificativa natural para o contato.

As fontes são ricas em menções de embarcações destinadas ao tráfico ilegal com os lusos encontradas, ou apreendidas nas praias da costa de Buenos Aires. Canoas, chalupas, sumacas, sumaquinhas, botes e lanchas, foram reclamadas pelas autoridades de Colônia, ou leiloadas (postas nas ditas “almonedas publicas”) pelas autoridades portenhas após sua apreensão.²⁷¹ Nessas fontes os principais locais dessas apreensões eram designados como a costa de Buenos Aires, o Riachuelo, a Recoleta, e San Isidro. Especialmente nas décadas de 1740 e 1750. Fernando Jumar analisou a disposição espacial da totalidade das apreensões realizadas pelas autoridades portenhas entre 1700 e 1764. O quadro que encontrou foi o seguinte: em Buenos Aires (sem definição precisa): 304 497 pesos em mercadorias apreendidas; no Rio da Prata um total de 252 992 pesos; na cidade de Buenos Aires: 223 152 pesos, e no Riachuelo 146 086 pesos. San Isidro surge bem mais abaixo, com 25 037 pesos, e a Recoleta mais abaixo ainda com 10 901 pesos. Tais dados devem levar em consideração que somente a partir da década de 1730 pode-se verificar um controle no trânsito de mercadorias por toda a jurisdição de Buenos Aires. Além disso, os incidentes registrados com botes e as apreensões em San Isidro e na Recoleta, começam a ser registrados de forma sistemática a partir de 1745²⁷².

Através de produtos como escravos, aguardente (cachaça), açúcar, ou tabaco brasileiro, até mesmo móveis de jacarandá, pode-se inferir a procedência luso-brasileira das mercadorias. Artigos ingleses também podem ser considerados indicadores da participação de Colônia na rota da mercadoria, especialmente após 1737.

²⁷¹ AGN – Contrabando y Comisos. Legajo 1. Sala IX 11.1.5. Além daí, pode-se ter exemplos das solicitações portuguesas: AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2. especialmente as cartas de 5/VII/1749, 17/IV/1749, estes são os mais ilustrativos, dentre diversos que surgem em diferentes momentos no códice.

²⁷² JUMAR, Fernando. 2000. Para a relação geográfica dos “comisos”, pelas “Cartas Cuentas de los Oficiales Reales ver p. 690 ss. Sobre a jurisdição e definição das mercadorias por sua origem ver p. 258 a 361.

No que se refere à apreensões e reclamações feitas acerca de contrabando e contrabandistas da Colônia no Riachuelo, tal questão é recorrente nas fontes. Principalmente se analisarmos as correspondências entre os governadores. Após 1737, haviam as permissões oficiais para os habitantes da Colônia irem ao Riachuelo buscar víveres em Buenos Aires, o que foi fator que privilegiou o Riachuelo enquanto cenário do comércio - lícito e ilícito. A presença de contrabandistas, na década de 1740, causava “*inquietitud*”, “*alboroto*” e “*escandalo*” em partes da população portenha. Nas palavras do governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui²⁷³. Segundo as descrições, os marinheiros das lanchas portuguesas (que eram proibidos de desembarcar em terras portenhas) saltavam à entrada do Riachuelo com mercadorias. O governador, em uma outra missiva, reclama ostensivamente que

“embarcaciones de particulares pr. q. hacen quantas introduziones pueden con el pretexto qe. vien en por viveres (y traen por marineros pulperos y mercanchifles de esa Colonia) y quando aqui en esta mat. y en otras obramos de Buena fee pr. qe. deve ser assi (...) esocro [...] rectitud de V.S. sera admitido mi suplica. Y para confirmación dello que levo referido remito en esta lancha el parente del capitán de ese puerto, y otro qe. se decomisaron 3 negociantes y ademas de estos, otro que se introduxo aqui por alto con el pretexto de que queria ordenarse”.²⁷⁴

Tal descrição acaba por nos informar, não apenas do modo como podia-se introduzir diretamente as mercadorias, mas também revela o tipos e agentes sociais que praticavam o atravessamento das mercadorias. Pequenos comerciantes, pulperos, vendeiros, patrões de lancha, esses eram os responsáveis por fazer as mercadorias chegarem de um porto a outro no estuário platino.

Sabemos que esse tipo de introdução, com marinheiros portugueses saltando das lanchas que iam obter víveres na entrada dos portos, ocorria também em Montevideu (o outro porto autorizado a fornecer víveres para Colônia após 1737).²⁷⁵

Note-se que nesses casos, tratavam-se de embarcações formalmente autorizadas para buscarem víveres para a Colônia, que utilizavam tal pretexto para realizar as

²⁷³ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2. Carta de 09/VII de 1749.

²⁷⁴ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2. 11/IX/1753. Em outra carta refere às ofensas feitas ao guardas pelo marinheiro que introduziam negros e outros gêneros de comércio, saltando dos botes antes que chegassem ao porto. Andonaegui refere que se tem de conter esses “excessos”. 14/XII/1749.

²⁷⁵ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2. 20/I/1751. Carta relatando o escândalo e prisão do alferes português Francisco Pinto, reincidente na introdução de gêneros da Colônia dessa forma, tanto em Montevideu como em Buenos Aires. Reclama-se dos mercadores, “pulperos” e “mercanchifles” travestidos de marinheiros.

atividades que realmente interessavam a maioria dos agentes sociais envolvidos. O governador de Buenos Aires reclama, na época, que chegavam a se encontrar no porto do Riachuelo até 6 embarcações da Colônia em busca de víveres simultaneamente. O que com certeza não podia ser explicado por questões logísticas.

Também registravam-se as “*arribadas*” de navios portugueses de Colônia em Montevidéu com o pretexto de buscar víveres, e até mesmo de “*arribadas forzosas*” devido ao mau tempo.²⁷⁶

Pelas descrições de Andonaegui, passavam à Buenos Aires dessa forma, “*pulperos*” e “*mercanchifles*”, e mercadores, ou seja, comerciantes de pequeno porte, assim como de médio ou até mesmo grande capacidade comercial. Muitos destes “pseudo-marinheiros” que ingressavam de forma abrupta e perigosa nos porto eram os responsáveis pela introdução dos gêneros, e podemos inferir que ocupassem os papéis menos prestigiosos e rentáveis da empresa do contrabando. Entretanto, sabemos que alguns homens de negócios da Colônia, passavam a Buenos Aires para tratar dos acertos dos negócios, e ao que tudo indica, utilizavam outras estratégias para ingressar na cidade: mais cômodas, seguras e discretas.

Fernando Jumar mostra que já em 1719 os principais homens de negócio da Colônia na época (Jerônimo de Ceuta e João Nunes Ferreira) passavam à Buenos Aires para ajustar os negócios, ao que parece, com relativa tranquilidade²⁷⁷. Já na década de 1740, sabemos que o então Almojarife da Fazenda Real da Colônia, José Pereira da Costa, um vez que estava mudando-se para viver no Rio de Janeiro, solicitou ao governador buenairense que lhe concedesse uma licença para passar à cidade, sob o pretexto de despedir-se de amigos e de seu primo, José de Araújo Gomes, com quem tinha negócios. E dizia que com o “*abizo [do governador] procurarey na ocazião daz vesperas de minha partida chegar e voltar combrevidade, pois nem o tempo me permite demora; e sendo cazo q o ir eu publico lhe sirva a V.S. de alguma objeção, não terey duvida hir oculto e de capa e no aparesser sino de noute aos meus amigos*”²⁷⁸ A licença foi negada, mas parece pouco provável que tal visita furtiva tenha deixado de ocorrer. Afinal, o

²⁷⁶ AGN – Montevidéu. Sala IX 3.4.1. Especialmente 12/XI/1742. Foram encontrados num navio que entrou em refúgio de uma tempestade, negros para vender, aguardente, e panos. Além de carta de 3/V/1750, que exemplifica as buscas de víveres. São dois documentos exemplares dentre outros com teor semelhante constantes do mesmo legajo.

²⁷⁷ JUMAR, Fernando 2000. p 354

²⁷⁸ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 19/XI/1749

cotidiano do disfarce, e a rotina do sigilo pareciam fazer parte do *modus operandi* dos comerciantes do Rio da Prata.

Não eram apenas os portugueses que buscavam motivos oficiais e pretextos para manter relações com os “vizinhos” do Prata. As lanchas corsárias (encarregadas pelo Rei de patrulhar o rio contra o contrabando, normalmente pertencente aos detentores de Navios de Registro) foram em mais de uma vez surpreendidas transportando contrabando de Colônia²⁷⁹.

Outra forma de introdução, que encontramos menos registros nas fontes pesquisadas, mas ao que tudo indica, constituiu-se numa estratégia utilizada ao longo de todo o período, foi a transferência de mercadorias com escalas nas ilhas, especialmente a de Martín Garcia. Estas introduções, ao contrário das formas anteriormente referidas, não possuíam nenhum pretexto formal que justificasse as relações entre portugueses e castelhanos. A partir das confissões de contrabandistas²⁸⁰, podemos ver de perto, em todos os passos o processo de introdução de mercadorias de uma partida pequena, envolvendo relativamente uma quantia modesta de pesos em mercadorias. O contrabando havia sido apreendido em Las Barracas, praticamente no Riachuelo. Os então oficiais reais Alonso de Arze e Francisco Sorarte relataram que foram apreendidos 4 volumes contendo em seu interior panos, papel, luvas e outros gêneros para comércio. O inquérito envolve mais de uma dezena de confissões e depoimentos, e fornece uma rica descrição de um circuito de contrabando, envolvendo quantidades relativamente modestas de mercadorias e dinheiro.

Nicolas Careense, um genovês, que confessou ser o dono do principal do dinheiro investido (o total da compra eram 1.500 pesos, dos quais Careense já integralizara 700 pesos)²⁸¹. Ele havia passado para a paragem de Las Hermanas, na Banda Oriental, próximo à Colônia, para fazer lenha, juntamente com outras pessoas que, teoricamente, não estavam inteiradas de suas segundas intenções. Uma vez na Banda Oriental, Careense foi a

²⁷⁹ AGN – Montevideo. Sala IX 3.4.1 – Especialmente a carta de 15/XI/1742. Encontrou-se açúcar brasileiro e tecidos à bordo das lanchas do registro de Buenos Aires. Foram presos um marinheiro e dois patrões de lancha.

²⁸⁰ AGN – Contrabando y Comisos. Legajo 1. Sala IX 11.1.5. Especialmente Auto de 18/VII/1720. O legajo contém diversos processos similares.

²⁸¹ Segundo Thomás Eyguzen, outro contrabandista associado a Nicolas Careense, “lo que le motivo a la introducción de dichos generos fue por ser una cossa de tan poco valor y por su vez si la podía valer esta diligencia para remediar en parte alguna de sus necesidades”. 01/VIII/1720. Sala IX 11.1.5. Entretanto, tal declaração está subestimando o valor relativo da quantia de 1.500 pesos, ou 700, como fora a quantia paga, perfaziam um considerável quantia de dinheiro no período. O equivalente a aproximadamente 4 contos de réis.

Sacramento e acertou a compra com um “Don Cristóbal”. Após, os gêneros adquiridos foram transportados e escondidos com couros em um local de Las Hermanas. Posteriormente, os envoltórios foram transportados a Martín Garcia, onde também permaneceram algum tempo ocultos. Após, foram transportados para uma embarcação ancorada no Porto de Buenos Aires, com uma lancha. E finalmente, da embarcação atracada no porto se conduziria à terra firme. Foi justamente nessa última fase que os contrabandistas foram surpreendidos pelos guardas da Coroa. No final da questão, o bote em que fora apreendido o contrabando e as mercadorias foram à “pública almoneda”. Quanto a Nicolas Careense, e outro contrabandista Francisco Valentin foram condenados ao desterro, e a não mais voltarem às colônias de Sua Magestade Católica.

O caso, acima narrado, ilustra a complexidade de operações envolvidas no tráfico, ao mesmo tempo que indica a participação de pequenos comerciantes, marinheiros, patrões e outros agentes sociais da “arraia miúda” no circuito do comércio direto com Colônia. Retrata também, que as operações de transporte e internação, quando não envolviam diretamente um pretexto oficial, ou uma autoridade, podiam demorar dias para cruzarem o Rio da Prata e serem efetivamente internadas em Buenos Aires. Também há indícios da forma de pagamento: metal, neste caso. Mas também deixa registrada uma relação de crédito, por parte de Nicolas Careense com o referido “Don Cristóbal”, que permite que Nicolas fique em débito em mais de 50% do valor total da compra. Isto sugere, por um lado, que Nicolas estivesse conectado à uma empresa mais ampla de atravessamento de mercadorias, onde redes de compromissos pessoais garantissem o pagamento das pendências²⁸². Por outro lado indica a possibilidade do fácil acesso ao crédito nas transações dentro do próprio Rio da Prata. Talvez ambas hipóteses fossem verossímeis para a época. Parece que tanto pequenos como grandes comerciantes, patrões de lanchas, guardas e marinheiros ocupavam papéis específicos nas empresas do contrabando.

A forma de pagamento de cada um desses agentes nas empresas do contrabando, provavelmente variava de acordo com a importância de sua função²⁸³, ou a inserção e

²⁸² Abordaremos especificamente a questão dos esquemas de contrabando e das redes de autoridade e vínculos pessoais relacionados mais adiante neste estudo.

²⁸³ GELMAN, Jorge. 1996. O autor aponta para esse tipo de mecanismo na forma de pagamento, como uma das estratégias de concentração de metal por parte dos grande comerciantes, negociantes com o ultramar. Os trabalhadores menos “especializados” recebiam pagamento em gêneros, ou apenas uma parte variável em metal. Enfim, na sociedade do período tais mecanismos acabavam por condicionar as possibilidades dos trabalhadores nas conjunturas do mercado platino.

qualidade dos recursos que disponibilizava nas redes sobre as quais estruturavam-se as empresas comerciais.

Não podemos tomar a descrição acima, formada a partir de um auto de confissão, como isenta ou muito fiel aos fatos. Entretanto, ela foi uma versão verossímil para a época, e aceita como plausível, indicando, senão os fatos, ao menos das possibilidades e estratégias utilizadas no período para a realização do contrabando

Ainda devemos acrescentar que muitas dessas travessias tinham como destinos os pequenos portos e desembarcadouros, abundantes na geografia das costas do Rio da Prata. Tanto em Colônia, com na costa de Buenos Aires, os particulares utilizavam como melhor lhes conviesse o interesse na utilização dos acidentes geográficos em suas propriedades²⁸⁴.

Essas eram, as formas mais evidentes de contato físico e transporte de mercadorias no Rio da Prata. Desde Colônia aos portos de Montevideu e Buenos Aires, e destes portos para Sacramento. Note-se que apesar das constantes ordens reais, e tentativas da Metrópole de conter a introdução de gêneros pelo comércio ilícito, a persistência ao longo do período das apreensões, a constante devolução de embarcações apreendidas, e envio de contrabandistas presos por autoridades portenhas de volta para a Colônia, revelam que as relações comerciais diretas eram estruturais, não apenas extemporâneas. Durante o período, uma autoridade espanhola escreveu à S. M. Católica afirmando que os vassalos daquelas terras eram “viciados” no contrabando.²⁸⁵

Os negócios do contrabando acabavam por ser notícia também na Corte. Em 1743, momento de maior repressão ao contrabando por ocasião do governo de Domingos Ortiz de Rosas, o Rei mandou tomar providências sobre o envolvimento de homens de negócios de Buenos Aires numa sociedade criada exclusivamente para negociar com Sacramento²⁸⁶. Até mesmo um Bando do Governador foi expedido transformando o comércio ilícito com a Colônia delito passível da pena de morte²⁸⁷.

²⁸⁴ MOURGOUKIAS, Zacarías. 1988. e JUMAR, Fernando. 2000 ressaltam a importância dos “desembarcederos *ad hoc*” tão utilizado pelos contrabandistas desde o século XVII.

²⁸⁵ AGN – Reales Ordenes. Sala IX 24.10.11. 14/V/1747. Sobre “lo viciado que estan esos vassalos en executar y abrigar el trato ylicito”.

²⁸⁶ AGN – Reales Ordenes. Sala IX 24.10.10. 18/X/1745. Sobre a Companhia para ilícito comércio com a Colônia, que mantinham Joseph Villanueva Pico, Antonio Fern e outros mercadores de Buenos Aires.

²⁸⁷ AGN – Bandos de Governadores e Vice-Reis. Sala IX 8.10.1. 15/IX/1743.

Tais questões, relativas ao comércio com os luso-brasileiros, permaneceram inabaladas após a saída de Rosas do poder. Ainda na década de 1740, os negócios de homens da Colônia em Buenos Aires, levou um grupo de mercadores espanhóis estabelecidos em Buenos Aires, a pleitear, por via de um procurador, a expulsão dos mercadores estrangeiros, especialmente os portugueses de Buenos Aires. Nessa ocasião o procurador afirmou que o contrabando com a Colônia era o responsável por desencaminhar “todo el dinero para la Colonia, Geneiro, Lisboa, se enriquece aquel Reyno empobreciendose este y el de Europa”²⁸⁸. Ao mesmo tempo, outro grupo de notáveis, incluindo pessoas próximas ao governador Andonaegui e autoridades militares, prestavam depoimentos e atuavam em favor de comerciantes portugueses.²⁸⁹ Ou seja, o problema parece menos uma questão de origem, ou localização geográfica do comerciante, do que algo vinculado aos circuitos de comércio e redes de relações nas quais comerciantes, autoridades, patrões de lancha e marinheiros estavam inseridos.

Ao que tudo indica, as relações comerciais entre portenhos e sacramentinos eram bastante fluidas e com relativa segurança, não obedecendo necessariamente às restrições dos tempos de guerra. Os enfrentamentos deviam-se principalmente a questões de acesso à campanha. Ou seja, os intercâmbios realizados pela via fluvial apresentaram uma relativa segurança ao longo de todo o período.

Cabe agora analisarmos com mais atenção os contatos comerciais da Colônia do Sacramento com o mercado atlântico. Para finalmente, tentarmos entender como se mantinham as redes e empresas que realizavam o comércio lícito e ilícito no estuário platino.

4.3 - Colônia e as Rotas Atlânticas: Rio de Janeiro, Lisboa e Inglaterra

Colônia possuía uma papel fundamental na estrutura do complexo portuário platino. Fernando Jumar já se deteve longamente sobre as expressivas quantidades de metal e qualidade dos produtos que passaram pela Colônia do Sacramento com destino ao

²⁸⁸ AGN – Tribunales. Sala IX 39.7.3 16/VII/1749. Exp. 07

²⁸⁹ AGN – Sucesiones 8411; Tribunales Sala IX 39.7.3 Exp. 07

ultramar. As conclusões a que Jumar chega permitem vislumbrar a grande representatividade do tráfico da Colônia no contexto platino como um todo. O autor conclui que no século XVIII, Colônia chega em determinado momento (1721-1736) a ser responsável por 75% dos total das exportações de couro do Rio da Prata.²⁹⁰ Ou seja, o comércio entre Buenos Aires e Sacramento possuía fortes vínculos locais devido à inserção que Sacramento possuía em rotas comerciais que movimentavam grandes recursos.

Quanto ao movimento naval de Sacramento, Jumar encontrou um promédio de cerca de 17 embarcações anuais no porto da Colônia entre 1722 e 1733. Após 1722, ano em que contaram 11 embarcações, nenhum outro registro da movimentação naval indicou menos de 19 embarcações de diferentes tamanhos, a cada 12 meses, no porto da Colônia.. Essas embarcações procediam de Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Lisboa, principalmente. O grosso da navegação entre Europa e Sacramento, fazia escala na costa brasileira²⁹¹.

Apesar da Colônia não possuir registros do movimento de Alfândega contínuos para a década de 1720, a partir de 1729, ano da instalação efetiva da Alfândega na Colônia²⁹², podemos verificar as cifras da dízima (imposto de 10% sobre mercadorias) com certa regularidade. Embora essas cifras sejam oficiais e não incluam as quantidades sonegadas e contrabandeadas, são ilustrativas do comércio de Sacramento. As dízimas cobradas antes de 1729 são representativas de navios que excepcionalmente deveriam pagar os tributos na Colônia, por não o terem feito em outros portos da costa brasileira.

²⁹⁰ JUMAR, Fernando. 2000. p 373. Para ver os couros exportados oficialmente pela via da Colônia, pelos quintos Reais, ver capítulo II deste estudo.

²⁹¹ JUMAR, Fernando. 2000. P 329.

²⁹² A Alfândega da Colônia foi instituída de forma definitiva tardiamente, em junho de 1728, devido a intenção da Coroa de estimular o comércio para a Praça. Não obstante, embarcações com dízimas pendentes (imposto de 10% sobre transporte de mercadorias), que não procediam de outros portos do Brasil eram eventualmente taxadas na Colônia. Existiam, desde 1722, casas destinadas à Alfândega e Armazém Real. Sabemos que em 1725 foi nomeado pelo governador para atuar como Juíz de Alfândega a Antônia Vilella Machado. Este ocupou o cargo até 1729. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento Docs. 145 e 211. Sobre a isenção fiscal como estímulo do comércio ver MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937. Tomo I.

Tabela 4.1 - Dízima da Alfândega Sacramento

1724	
1725	2:632933*
1726	6:127810**
1727	
1728	973249
1729	418667***
1730	569341
1731	3:958074
1732	1:571616
1733	3:561553

AHU Colônia do Sacramento, Docs. 145, 211, 215, *- Dízima da Nao Jesus Maria José de Alagoas, **- Dízima da Nao N. Sra. Penha da França, *** Até Julho de 1729, **** Até março de 1733.

Podemos verificar, a partir das informações que a cobrança de impostos nos fornece, que o movimento da alfândega da Colônia possuía uma certa inconstância. Entretanto devemos lembrar que alguns navios e embarcações possuíam isenções, ou já tinham pago tributo em outro porto do Império. Por exemplo, sabemos que nesses valores (pós 1729) estão excluídos os navios e embarcações provenientes da Bahia. Os contratadores da dízima daquele porto previam o pagamento deste imposto adiantado, uma vez que não havia Alfândega na Colônia. Entretanto tal prática custou a modificar-se, em função dos direitos que haviam constado no contrato.²⁹³ Ainda devemos considerar que, os números da dízima, evidentemente, não computam a fraude e o contrabando, que eram práticas costumeiras da região no período.²⁹⁴

Quanto às formas de fraude para a introdução de gêneros e exportação de produtos, sabemos que uma possibilidade era, após sair de Colônia, parar em portos como Montevideu, ou o porto natural de Maldonado, onde podia-se carregar mais couros, assim burlando a taxaço dos quintos dos couros. Parar em outro porto, ou numa enseada

²⁹³ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 124, menção à questão de não descarregar na Bahia um navio vindo de Lisboa com destino à Colônia, pois os contratadores forçavam a descarga para a taxaço do tributo. 1725. Além disso, AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 203, de 11/XI/1728, indica a questão da cobrança antecipada da dízima como prática dos contratadores de Salvador da Bahia.

²⁹⁴ O contrabando não era comum e cotidiano apenas nos portos do complexo portuário do Rio da Prata. Russel Wood alerta para a cotidianidade do contrabando também nos portos da costa brasileira, especialmente o porto de Parati, de onde desviava-se do sistema oficial parte da produção mineira a ser exportada. RUSSEL WOOD, A. J. R. 1998.

qualquer antes de chegar ao porto da Colônia também era uma alternativa para evitar o pagamento dos tributos. Nesse caso, sabemos que o porto de Maldonado era utilizado pelos homens da Colônia.²⁹⁵ Essas são as fraudes mais evidentes e que aparecem mencionadas nas cartas de autoridades. Entretanto, como veremos mais adiante, outras formas de contrabando existiam na Colônia, envolvendo de forma mais direta as autoridades. Era provável que esses casos de contrabando contassem com a conivência das autoridades responsáveis.

As informações acima são reveladoras da importância regional que Sacramento possuía enquanto porto Atlântico no Rio da Prata, mas cabe ainda indagar sobre o tipo de empresas e comerciantes que atuavam nos outros portos dessas rotas ligadas a Sacramento. Quem eram os comerciantes que desde Rio de Janeiro e Bahia, ou Lisboa mantinham interesses na Colônia? Além desses vínculos, devemos levar em conta a presença intermitente de navios ingleses, ou ainda, os navios com bandeiras de Portugal e Inglaterra²⁹⁶.

A leitura das fontes, indica que, o porto mais intimamente conectado à Colônia, no século XVIII, era o do Rio de Janeiro²⁹⁷. Ao longo da primeira metade do século, percebemos que, gradualmente, a menção a embarcações cariocas mantém-se freqüente, e as menções a embarcações da Bahia e de Pernambuco ficam mais raras. Lisboa, também surge relacionada diretamente a Sacramento, mas de forma eventual.

Não podemos deixar de mencionar que o principal da navegação entre o Velho Mundo e Sacramento, passava pelo porto fluminense, ou outros da costa brasileira. Essas escalas faziam com que as mercadorias destinadas à Colônia acabassem pagando tributos nesses portos. Assim, o comércio da Colônia era taxado em outros centros de poder mais estruturados do que a Colônia, especialmente até 1729. Tais percepções estão baseadas, principalmente, nas cartas dos governadores da Colônia²⁹⁸.

²⁹⁵ Sobre o descarregamento de mercadorias em em outros portos, o caso mais ilustrativo é o de Domingos Fernandes de Oliveira, que descarrega grande porção de gêneros em Maldonado para interna-los na campanha (rumo a Sacramento talvez). AGN – Montevideú. 2.1.4

²⁹⁶ Navios entravam no rio da Prata com dois capitães e duas bandeiras: luso e britânico ao mesmo tempo.

²⁹⁷ Fernando Jumar em seu trabalho vê também o predomínio dos contatos marítimos com o Rio de Janeiro, nomeando em segundo plano os contatos com Bahia e Pernambuco. Não obstante, CANABRAVA, Alice Pifer. 1942, e ΜΟΥΤΟΥΚΙΑΣ, Zacarias. 1988. demonstram que no século XVII o grosso do tráfico naval entre o Prata e os portos do Brasil tenha se dado com o porto da Bahia.

²⁹⁸ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 124. Requerimento para não se descarregar nos portos do Brasil cargas destinadas à Colônia, uma vez que os contratadores da dízima assim o exigiam para

Uma análise mais detida acerca dos negociantes que atuavam na rota platina desde os portos relacionados a Sacramento, especialmente Rio de Janeiro e Lisboa, pode ser reveladora das características dos negócios entre a América Portuguesa e o Prata²⁹⁹. Quem tinha acesso ao envio de mercadorias desde o Brasil ou Europa para vender em Sacramento? E desde Sacramento, quem podia exportar gêneros para o Brasil e Europa?

A comunidade de mercadores do Rio de Janeiro, bastante poderosa e com uma elite mercantil estruturada na primeira metade do XVIII, mantinha importantes relações com Sacramento. Segundo recente trabalho de Antonio Jucá de Sampaio, Sacramento ocupava um lugar de destaque nos negócios dos grandes comerciantes fluminenses³⁰⁰. Através das fianças de embarcações podemos ver as rotas de atuação dos homens de negócios do Rio de Janeiro, e sua respectiva participação no período entre 1724-1730³⁰¹. Segundo Jucá, o comércio com Sacramento era o que registrava maior participação relativa de Homens de Negócio. Do total de 50 fianças concedidas à embarcações que navegaram para a Colônia, 32 (64%) dessas fianças eram de grandes comerciantes – era rota do Rio de Janeiro que mais concentrava os grandes comerciantes dentre todas as outras que partiam dali para as demais regiões do Império Português. Em termos de participação de grandes comerciantes nas demais rotas originadas no Rio, a segunda com maior concentração era Angola, com 33 fianças, das quais 51% eram de grandes comerciantes. Finalmente Lisboa e Costa da Mina seguiam no terceiro posto, com 46 e 2 fianças concedidas respectivamente, e um percentual de 50% de participação de homens de negócio. Note-se que essas rotas com África e Europa, eram mais extensas, situadas a mais de 3.000 km distantes do Rio de Janeiro. Sacramento situa-se na faixa que o autor classificou entre 1.000 e 3.000 km. Nessa faixa de distância, o nível mais alto de concentração da participação de Homens de Negócio nas fianças, após os 64% de Sacramento, é a Bahia, com 110 fianças, das quais 48 (43,64%) eram de homens de negócios. Ou seja, Sacramento apresentava o maior índice

cobrança do tributo nos portos das costas do Brasil, especialmente da Bahia. Esta questão pode ter sido motivadora da concentração do tráfico com Colônia pelo Rio de Janeiro.

²⁹⁹ Devido à natureza institucional deste estudo, não foi possível obtermos informações e dados sobre Bahia e Pernambuco, devido ao escasso tempo do mestrado. Analisar a participação destes dois portos no comércio platino é ainda uma necessidade que este trabalho não pretende sanar.

³⁰⁰ SAMPAIO, Antonio Jucá de. IN FRAGOSO, João. GOUVEA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). *“O Antigo Regime nos Trópicos”* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. pp 72..

³⁰¹ Homem de Negócio assume o significado de “grande comerciante”, que atua no tráfico ultramarino: a elite mercantil do século XVIII. As fianças eram quantias que deveriam ser depositadas para a permissão do comércio e navegação. Assim, grandes cargas necessitavam um depósito junto à Fazenda Real para poder navegar.

de participação de grandes comerciantes dentre todas as rotas onde atuavam os comerciantes fluminenses, e o índice de concentração é surpreendentemente alto se considerarmos a distância existente. Outro dado instigante é que o total de fianças para a Colônia do Sacramento é superior ao total de fianças para Lisboa. Tal dado revela o interesse da comunidade mercantil carioca na rota que fazia entrar no Rio de Janeiro copiosas quantidades de prata e couros.

Note-se que o autor aponta para a importância do pequeno capital mercantil nas rotas marítimas curtas (abaixo de 1.000km), e nota a preponderância da concentração das rotas longas nas mãos de uma elite mercantil. Sacramento é a que apresenta maior concentração apesar de não situar-se no espectro de distância mais longínquo. Podemos inferir que a concentração estivesse relacionada também aos riscos envolvidos na navegação, embora os mares estivessem relativamente tranquilos no período, e Sacramento estivesse em desenvolvimento pacífico na Banda Oriental, a navegação do Prata, com seus traiçoeiros bancos de areia sempre fazia a empresa arriscada³⁰². Mas ao que parece, os lucros valiam os riscos: era uma via relativamente conhecida para se chegar ao metálico, e aos couros.

Os dados levantados por Jucá permitem inferir que o comércio com Sacramento, ao menos nas décadas de 1720 e 1730, era fortemente concentrado nas mãos de grandes comerciantes, ao menos no que diz respeito às articulações com o Rio de Janeiro.

É sintomático que no início da década de 1720, os governadores da Colônia do Sacramento em repetidas oportunidades solicitaram o envio de ao menos uma embarcação de grande porte (350 t) para dar conta da demanda de produtos que os particulares da Colônia tinham para exportar³⁰³. Vasconcellos, em sua carta, argumentava que desde o Rio de Janeiro, a primeira embarcação do ano deveria ser de capacidade de “350t para cima”, e que não se deveria permitir à particulares enviar outras embarcações menores enquanto essa grande não estivesse carregada. Essa proposta era para permitir o carregamento por parte de mercadores e particulares que não tinham cotas em outros navios, e principalmente para que essa embarcação abrisse espaços para os “pequenos”

³⁰² As referências ao acidentes envolvendo os bancos de areia eram constantes. Os práticos eram sobre valorizados na navegação do Prata. Por motivos de segurança Vasconcellos chegou a solicitar uma Real Ordem proibindo a navegação noturna no Prata devido aos bancos de areia. AHU-ACI.-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc 155, 157 (especialmente) e 165.

³⁰³ AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 75 22/V/1722 carta de Manoel Gomes Barbosa. E a carta de Vasconcellos é de XII/1722 – AIU-ACL-CU-012- Colônia do Sacramento. Doc. 89.

exportarem produtos da Colônia. O governador argumentava que tal medida faria aumentar as caçadas de touro e a exportação de couros. Ou seja, reconhecia-se a existência de pequenos e médios comerciantes, camponeses, e outros atores que tinham possibilidade de participação no comércio atlântico. As fontes nos dão conta da existência desses agentes, mas nos mostram justamente o conflito existente na participação destes nas rotas mercantis devido à alta concentração de homens de negócio que acabavam controlando preferencialmente o tráfico marítimo da Colônia com o restante do Império Português.

A falta de espaço nos barcos, como apontava Vasconcellos ao Conselho Ultramarino, não devia-se tanto a falta de embarcações, senão às estratégias dos homens de negócios que eram os que dispunham dos espaços nos navios. Era uma estratégia comercial da época: os responsáveis pelos negócios na Colônia não disponibilizavam a outros mercadores espaços para fretes nos navios. Este estratagema era utilizado quando da necessidade de retornar um navio com carga de couros rapidamente para a Europa. Dessa forma, reduzindo a possibilidade de exportação de couros para outros comerciantes, o grande negociante possuidor dos fretes dos navios, fazia com que os corretores de couro acabassem todos por vender a ele a mercadoria. Provavelmente tal estratégia influenciava no preço do produto, beneficiando o grande comerciante do Ultramar e/ou o homem de negócios estabelecido na Colônia.³⁰⁴

Podemos verificar que o problema de fretes permanece em pauta sucessivamente durante as décadas de 1720 e 1730, enfim, tal mercado continuava sendo estratégico para os negócios. Alguns anos após sua primeira intervenção na Corte relativa à essa questão, Vasconcellos sugeriu ao Conselho Ultramarino que a Real Fazenda devia manter uma galera (com capacidade de navegar em pouca água e suportasse carga de 14 mil couros), para fazer a rota Lisboa – Rio de Janeiro – Sacramento. Tal embarcação traria mantimentos e equipamentos para a Colônia, e carregaria além dos couros do Rei, dava oportunidade aos particulares de Lisboa enviar mercadorias diretamente para Sacramento, assim como seria rendoso ao Rei utilizar a embarcação para fazer fretes ultramarinos, pois, de acordo

³⁰⁴ As considerações sobre as estratégias para adquirir couros e a disponibilidade das embarcações são relatadas por Francisco Pinheiro em carta a seu comissário na Colônia, J. Meira da Rocha. LISANTI FILHO, L. *Negócios Coloniais*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda. 1973. Vol. I. P 441 e 442. Cartas de Lisboa. 3/VIII/1725.

com o governador não haveria homem de negócio que “deixe de carregar neste navio que certamente he mais seguro e servido que os mercantes”³⁰⁵

A atuação do governador e seu empenho em possibilitar a participação de uma gama mais diversificada de negociantes nos carregamentos sinaliza que viabilizar o acesso ao transporte podia ser uma forma de aumentar sua autoridade na própria Colônia, ao mesmo tempo em que angariava relações pessoais com os interessados na questão que ansiavam pelo sucesso dos pleitos do Governador. Tais episódios administrativos ilustram parte dos conflitos existentes nas empresas ultramarinas. Bem como revelam parte da arquitetura das redes e facções comerciais e pessoais que estendiam-se pelo Império Português.

Afinal, se o contato com os castelhanos via terrestre ou via canoa, parecia estar aberto à todos na Colônia, os contatos com o Brasil e Europa não eram de tão fácil acesso aos que não possuíam grandes capitais ou influentes relações.

Dentre os homens de negócio estabelecidos no Rio de Janeiro, e que por um longo período de tempo desempenharam importantes atividades em termos comerciais e militares na Colônia e nas campanhas da Banda Oriental, Domingos Fernandes pode ser um exemplar privilegiado de alguns tipos de possibilidades existentes naquela época para os envolvidos na empresa do Prata. O capitão Domingos Fernandes de Oliveira, homem de negócios do Rio de Janeiro, praça na qual estava radicado, atuava nas campanhas do sul desde fins da década de 1720. Em 1729, Domingos Fernandes, além de negócios na Colônia e na campanha da Banda Oriental, era proprietário de no mínimo uma chácara nos arrabaldes de Sacramento³⁰⁶.

Quanto às suas atividades, as autoridades espanholas de Montevideú, em 1730 relataram que ele, acompanhado de 24 homens haviam partido de Colônia rumo à Maldonado, levando 200 cavalos, e iam descarregar uma embarcação com gêneros, sob pretexto de fazer um reparo. Aproximadamente um ano antes, as mesmas patrulhas de Montevideú davam conta de um bergantim lusitano que também trocava cargas no porto

³⁰⁵ AIJU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 145. 24/VI/1725.

³⁰⁶ AGN – Montevideo. Ainda há menção às relações estreitas que mantinha com um tal Pinto, entre Rio Grande e Colônia. 21/XII/1729

natural de Maldonado³⁰⁷. Essa era uma das possibilidades de burlar a alfândega, e de acordo com as relações que cada comerciante mantinha com as autoridades locais e a forma como suas redes de influências e proteções pessoais estavam estruturadas podia se valer com maior ou menor amparo deste tipo de expediente.

Era do Rio de Janeiro e das demais Colônias brasileiras que provinha o açúcar, a cachaça, o fumo, os móveis de jacarandá, e parte dos escravos, comercializados no mercado hispano-americano³⁰⁸.

Christóvão Pereira era outro homem de negócios experimentado nas lides de Sacramento. Consta ter sido um dos primeiros arrematadores do contrato dos quintos dos couros da Colônia. Nas décadas de 1720 e 1730 estava atuando ativamente em Sacramento, sem descuidar de seus interesses que desde o Rio de Janeiro extendiam-se rumo a Sacramento passando por Curitiba, Viamão, Sorocaba e enfim as Minas. Christóvão Pereira, nesse período, além de dedicar-se à extração de couro diretamente da campanha de Buenos Aires, possuía negócios de compra de couros de negociantes de Buenos Aires. Fernando Jumar mostra que em 1729, Christóvão Pereira de Abreu pagou por couros ao castelhano Jerônimo de Escobar, os quais não foram entregues. O negociante luso-brasileiro, inconformado com o prejuízo, levou a dívida ao conhecimento do então governador de Buenos Aires, Mauricio de Zavala, denunciando o castelhano pelos seus negócios ilícitos, e doando a quantia envolvida ao tesouro Real da Magestade Católica. Um escrivão espanhol chegou a ir à Colônia para apurar as denúncias de Pereira de Abreu. Trata-se de um fato exemplar, denunciador da cotidianeidade do contrabando, e da importância das redes de relações pessoais na articulação dos negócios – a fim de evitar tais tipo de situação. E por fim, deixa claro o tipo de empresa que transacionava com grandes quantidades de couros para serem exportados por Sacramento. Os grandes negociantes podiam criar vias de desagravo para com o homem de negócios que havia rompido o acordo inicial. Enfim, a lógica das autoridades no período era definida pelos códigos das redes nas quais todos estavam inseridos de uma forma ou de outra. Os compromissos do contrabando eram controlados pelos próprios participantes das redes que,

³⁰⁷ AGN – Montevideo. Sala IX 2.1.4. 27/IX/1730 refere o caso de Domingos Fernandes, 22/XII/1729 sobre o bergantim, há também referencias à Domingos Fernandes. O mercador foi preso nessas mesmas campanhas em 1735.

³⁰⁸ AGN – Tribunales. Sala IX. 39.9.4. Exp 01. Além de Sala IX 11.1.5.

na impossibilidade de medidas oficiais, recorriam às solidariedades pessoais para o ressarcimento ou desagravo.

As autoridades da Colônia também era sensíveis às dívidas de comércio para com credores da outra banda. Vasconcellos em 1745, garantiu a execução e o pagamento de dívidas que Antonio Joam da Silva deixara após sua morte³⁰⁹.

Dentre os principais homens de negócios residentes na Colônia, encontramos também as principais autoridades na Colônia que possuíam seus negócios vinculados majoritariamente ao Rio de Janeiro. Manoel Pereira do Lago, foi cirurgião, capitão de ordenanças e foi por duas vezes Almojarife da Fazenda Real da Colônia. Ao longo dos anos 1730 e 1740 envolveu-se com a importação de doces, fazendas, armamentos para os militares do rei, além de enviar uma embarcação à Benguela trazer negros, pela via do Rio de Janeiro. Pereira do Lago foi um dos principais homens de negócio da Colônia enquanto Vasconcellos governou. Em 1749, transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, exercendo o ofício de Almojarife da referida cidade. Tal mudança ocorreu, justamente, na época da saída de Vasconcellos do posto mais alto de Sacramento.

Outro almojarife da Colônia, o já citado José da Costa Pereira, após atuar em empresas mercantis com seu primo estabelecido em Buenos Aires ao longo da década de 1740, também transferiu-se para o Rio de Janeiro, praça onde certamente seus contatos lhe permitiram uma melhor inserção social.

É revelador o fato de que esses negociantes, após terem deixado o Prata, desde o Rio de Janeiro continuaram a manter negócios na Colônia e em Buenos Aires. Tanto Pereira do Lago, quanto José da Costa Pereira mantiveram procuradores e comissários na Colônia após 1750. Alguns célebres negociantes e coronéis como Christóvão Pereira e o próprio Domingos Fernandes estiveram na Colônia, na qual mantinham ainda interesses e relações quando da expedição de Gomes Freire de Andrade.³¹⁰

Apesar de sua posição “estratégica” enquanto fronteira, Colônia do Sacramento não constituía um centro de poder. O Tratado de Madri confirmou isso. Podemos perceber um movimento de parte de alguns dos principais homens de negócio estabelecidos ao longo da

³⁰⁹ AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 397. 02/VII/1745.

³¹⁰ Christóvão Pereira, após conduzir paulistas para servirem à Expedição, compra burros em Buenos Aires, aonde era representado por Don Felipe de Menna AGN 3.4.1. Domingo Fernandes de Oliveira aparece na relação dos Homens de Negócio que ratearam a contribuição de 100 mil pesos imposta por Gomes Freire. Domingos Fernandes contribuiu com 1.200 pesos. AHRGS. Documentação Fazendária. Lata 01. Maço 03

primeira metade do século XVIII de mudarem para centros mais estáveis, e onde a vida econômica e social fosse mais ativa e com maior potencial. Enfim, muitos buscavam a proximidade com o poder.

Outro comerciante residente na Colônia e que atuava fortemente vinculado ao Rio de Janeiro foi José Ferreira de Brito, que foi capitão de ordenanças, e chegou a obter o “hábito de Christo”, em 1757 solicitou “tença”³¹¹ para cada uma das suas quatro filhas. Ao contrário dos demais, sua atuação na Colônia toma maior envergadura no princípio da década de 1750.

Já para a comunidade mercantil de Lisboa não encontramos estudos que contemplem informações sobre a Colônia do Sacramento para a primeira metade do século XVIII especificamente. O estudo de Jorge Pedreira sobre os homens de negócio da Praça de Lisboa a partir do período Pombalino³¹² fornece algumas informações sobre a comunidade mercantil e algumas características do comércio direto de Lisboa. Mas as relações com a Praça da Colônia ou com o Prata são praticamente ignoradas.

Ressaltamos que essa via de atuação, Lisboa – Colônia, não era a preferencial dos homens de negócio do reino, uma vez que o costume era a navegação de Colônia passar pelo Rio de Janeiro, na vinda, e na volta ir de Colônia encontrar a frota também no Rio. Os casos que encontramos, dos navios de Francisco Pinheiro, Manuel Velho da Costa, e outros que navegaram de Lisboa diretamente para a Colônia, normalmente, a volta passou pelo Rio de Janeiro para encontro da frota.

Apesar de não possuir uma estimativa estatística sobre a participação de comerciantes e homens de negócios lisboetas na rota platina, que podia confundir-se com os negócios do Rio de Janeiro de acordo com o tipo da empresa comercial, pode-se concentrar a atenção sobre os particulares que estabeleciam a rota direta entre Lisboa e Colônia. Desses, possuímos considerável documentação, uma vez que os trâmites de liberação de tal navegação passavam pelo Conselho Ultramarino. A partir de 1725, o Conselho aprovou resolução de um navio da Coroa navegar diretamente, uma vez por ano, para a Colônia, sem envolver exclusivamente particulares. Não sabemos se tais resoluções foram implementadas. Após essa data, entretanto, continuamos a encontrar embarcações de

³¹¹ Espécie de pensão paga pela Coroa em retribuição à serviços ou favores prestados por súditos.

³¹² PEDREIRA, J. M. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755 -- 1822)*. Universidade Nova de Lisboa. 1995.

particulares rumando para a Colônia, diretamente, ou com escalas no Rio de Janeiro. Sabemos que na primeira metade dos 1700, homens de negócio da Praça de Lisboa, como Francisco Pinheiro, Manoel Velho da Costa e Feliciano Velho Oldemberg possuíam interesses na Colônia. Esses grandes comerciantes lisboetas possuíam comissários em Sacramento e até mesmo em Buenos Aires. Lembramos que a análise dessa documentação tende a reduzir em demasia o quadro de agentes sociais envolvidos com o comércio, sendo necessário um aprofundamento do estudo da documentação notarial dos portos de Rio e Lisboa para tecermos um quadro mais preciso. Entretanto, a análise desses casos específicos, emblemáticos com certeza, podem nos fornecer informações sobre as formas possíveis de incorporar o Prata nas rotas do mercado Atlântico Português.

Esses homens de negócio, ao solicitar as licenças, normalmente proporcionavam algum favor em transporte ao Rei. Esses negociantes eram importantes o suficiente para terem comunicação direta com o Rei, para esperarem dele atenção, e uma recompensa pela oferta que oportunizavam.³¹³ Normalmente, em tempos de paz, um solicitação para navegar diretamente à Colônia, oportunizava o transporte de mercadorias e produtos sem o custo do frete à Coroa.³¹⁴ Esse tipo de episódio acaba por ilustrar uma das facetas das alianças entre a Coroa e homens de negócios envolvidos nas empresas do ultramar.

Feliciano Velho Oldemberg, era um dos principais negociantes estabelecidos em Lisboa, foi detentor do estanco do tabaco em Portugal. Pedreira, em seu estudo, ressalta a envergadura que em meados do século XVIII os negócios de Oldemberg assumiam. Além dos negócios do tabaco, envolvia-se também no transporte de imigrantes das ilhas Atlânticas para o sul da América portuguesa (como foi o caso dos casais que acabaram por povoar a atual cidade de Porto Alegre). Feliciano Oldemberg atuava também no Rio da Prata, e não apenas na Colônia do Sacramento, onde tinha um comissário. Entre 1748 e 1750, enquanto era o contratador geral dos Tabacos de Portugal, obteve licença, na corte de Madri, para enviar três Navios de Registro pelo porto de Cádiz para comerciar em Buenos Aires³¹⁵. Pode-se perceber que a empresa platina atraía a atenção de grandes comerciantes metropolitanos. O episódio também lança outra luz sobre a tradicional

³¹³ FURTADO, Júnia. *Homens de Negócio* São Paulo: Hucitec. 1999. “toda oferta espera uma recompensa”, é a racionalidade dos códigos de conduta que regiam a sociedade lusa do século XVIII. p 43

³¹⁴ Como é o caso de Francisco Pinheiro, que solicita a licença para navegar diretamente à Colônia carregando 100 moyos de sal para a Coroa.

³¹⁵ AGN – Tribunaes. Sala IX 41.9.1 Exp. 3. 1752. Bem como Tribunaes Sala IX 30.8.9 exp. 1. E Manuel Pedreira.

imagem do comerciante metropolitano. No caso de Feliciano Oldemberg, desde Lisboa, atuou oficialmente e no contrabando em ambas margens do Rio da Prata. Com certeza ele não era a regra, mas seus negócios nos mostram os espaços existentes dentro do sistema político e comercial dos Impérios Ibéricos nos anos que precedem o Tratado de Madri. As querelas jurídicas em que Feliciano e seu filho Martim envolveram-se em Buenos Aires podem infôrmar das possibilidades reais de atuação comercial do registro português em Buenos Aires. Em 1749 o procurador dos mercadores espanhóis de Buenos Aires denunciava que com a vinda dos navios de registro português, os mercadores portugueses davam cobertura a todo o tipo de comércio de “*generos q. introducen de la Colonia del Sacramento y usurpando con titulo de Dependentes de Registados Portugueses (...) el real derecho de alcavala*”³¹⁶. Feliciano Oldemberg mantinha uma via de comunicação que ligava Lisboa, via Colônia à Buenos Aires: o que por si só criava pretextos para seus comissários e caixeiros, estabelecidos em ambas as margens do Prata, trocassem bens e informações de forma articulada e eficiente, lícita ou não. Os pleitos judiciais movido pelo referido procurador em Buenos Aires nos deixa saber que o mercador português José Luis Salgado, estabelecido em Buenos Aires era considerado o principal introdutor de mercadorias da Colônia sob o pretexto de serem do Registro de Oldemberg. É relevante observarmos que dois negociantes portenhos saiam em auxílio de Salgado. Joseph de Vienne e Manuel de Oliveira Braga mantinham negócios em Buenos Aires e relações com o então governador Joseph de Andonaegui. Os caminhos do contrabando confundem-se em certa medida com as vias oficiais, com vínculo com autoridades. Fatores extra-comerciais importavam nas estratégias de atuação no mercado do Rio da Prata.

Já Francisco Pinheiro, outro importante homem de negócios lisboeta, portador do “Hábito de Cristo”, que possuía negócios em todo o Império Português, teve a correspondência mercantil de sua empresa publicada na década de 1970 por Lisanti Filho³¹⁷. Os negócios de Francisco Pinheiro em Sacramento foram detidamente analisados por Fernando Jumar em sua tese de doutoramento³¹⁸. Jumar identificou três formas de atuação de Francisco Pinheiro desde Lisboa na Colônia. A maior parte deles, envolvendo o homem de negócios estabelecido na Colônia Joseph Meira da Rocha e seu sócio Damião

³¹⁶ AGN – Tribunales. Sala IX 39.7.3. Exp. 07 19/VI/1749. Alcavala era o imposto de 10% sobre a circulação de mercadorias. O equivalente à dízima do Império português, em certos aspectos.

³¹⁷ LISANTI FILHO, L. 1973.

³¹⁸ JUMAR, F. 2000. 343 ss

Nunes Britto. O autor identifica a atuação de Francisco Pinheiro sendo possível na forma de associações com outros homens de negócios de Lisboa, enviando mercadorias pelas frotas via Rio de Janeiro. Outra forma que Pinheiro utilizou foi enviar mercadorias diretamente para Colônia, sob responsabilidade do próprio Joseph Meira da Rocha. A terceira possibilidade de negócios do comerciante lisboeta em Sacramento, que Jumar identificou, foi a associação do homem de negócios da Colônia com o de Lisboa, como se deu em uma proposta para tentarem montar um contrato de estanco de tabaco na Colônia (companhia para monopolizar o tabaco em Sacramento). Entretanto, tal negócio não se efetivou. É importante salientar que, mesmo não se concretizando, tal empresa dá idéia dos tipos de negócios e possibilidades que se podia dispor no período. Meira da Rocha, enquanto comerciante da Colônia, não constituía-se enquanto um simples comissário de mercador, sendo reputado até pelo mesmo pelo Governador Vasconcellos, que não lhe era simpático, como “homem de negócio” estabelecido. Jumar ainda questiona a existência de uma dependência exclusiva por parte de Meira em relação à Pinheiro. O autor salienta que o negociante estabelecido em Sacramento é que garantia o sucesso das vendas de Pinheiro no Prata. Não apenas pelas informações de mercado, que eram determinantes para a venda ou não dos produtos enviados, mas, principalmente, era o responsável pelo recebimento da prata e pelo acerto dos couros, que eram os produtos esperados como retorno dos negócios platino.

Enfim, o que percebe-se é uma certa relativização na posição periférica de Sacramento. A tal questionamento, pensamos ser útil somar algumas informações, que nos levem a pensarmos esse mercado fronteiriço com suas especificidades, compreendendo a existência de espaços no interior das rotas e sociedades coloniais do XVIII .

Note-se que ao reputar como homem de negócios, na sociedade fortemente hierarquizada do XVIII luso-brasileiro, Vasconcellos refere, implicitamente, que Meira pertence ao grupo dos comerciantes que atuam diretamente com o Ultramar.

Meira também possuía contatos e influências nos centros de poder, redes na qual estava inserido desde quando tivera negócios com outro homem de negócios de Lisboa, Manoel Velho da Costa, que na década de 1720, enviava navios diretamente de Lisboa para Sacramento (e sempre que possível solicitava o retorno direto para o reino, sem ter de

parar ou carregar mais carga na costa brasileira)³¹⁹. Velho da Costa, no princípio da década de 1730, chegou a apresentar um requerimento no Conselho Ultramarino, de parte de Meira da Rocha contra o Governador da Colônia do Sacramento – ação que Pinheiro negara-se a tomar. Tal fato é revelador de que desde Colônia, abriam-se mais de uma via de acesso de intervenção política através da comunidade mercantil. O que dava certa margem de opção para os estabelecidos no Prata. O mesmo pode-se dizer das redes comerciais. Meira, não tinha negócios exclusivamente com Pinheiro, o que lhe proporcionava certa autonomia. Na verdade, foi através da influência de Velho da Costa que Meira obteve uma ordem do Rei para que o Governador tomasse providências em relação aos conflitos pessoais, nos quais estava envolvido com os irmãos Macedo na Colônia³²⁰. Embora Vasconcellos não concordasse com Meira da Rocha, este possuía contatos e influências que, mesmo desde Colônia, permitia vincular-se à fonte do poder da sociedade lusa: o Rei. O comerciante era capaz de mobilizar recursos pessoais nos centros de poder (já havia conseguido uma ordem do Vice-Rei da Bahia para que cessassem os inconvenientes), conseguindo obter o acolhimento parcial de um requerimento na Corte. Enfim, era necessário possuir vínculos com alguns dos principais da sociedade Lusitana, estar inserido em alguma rede, vinculado à pessoas que matinham uma relação de reciprocidade, seja por laços de parentesco, amizade ou negócios. Os agentes sociais atuavam ocupando diferentes papéis em diversos momentos dentro dessas intrincadas redes de favorecimento. Em muitos casos eram os compromissos e interesses envolvidos nas complexas relações que acabava por influenciar a conduta das pessoas. Assim, apesar da autoridade investida pelo próprio Rei no Governador, e dos contatos dele com pessoas influentes do Conselho Ultramarino (nomeadamente o Presidente)³²¹, Meira da Rocha conseguiu obter uma disposição à seu favor na Corte. Um fato destes, nos códigos da

³¹⁹ AIU-ACI.-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 102. Solicita que a embarcação, assim como fora outra anteriormente, volte da Colônia direto para o Reino sem ter de parar para carregar açúcar ou tabaco nos portos do Brasil. Velho da Costa possuía negócios em sociedade com João Damásio, outro importante negociante da praça lisboeta que atuou na Colônia no período.

³²⁰ AIU-ACI.-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 159. Os irmãos João e Manoel de Macedo, atiçavam cães (filas) e coagiam Meira da Rocha a vender fiado e emprestar dinheiro. Lisanti Filho. Cartas da Colônia do Sacramento p 287. 29/V/1726.. Vasconcellos relata que o comerciante deveria relevar alguns fatos por não serem deveras graves, especialmente contra um “homem de negócios”. AHU-ACL-CU-012. Colonia do Sacramento. Doc. 159.

³²¹ Como Fernando Jumar bem observa, este é um fato determinante pelo qual Francisco Pinheiro temeu levar adiante as cartas de Vasconcellos diante do Conselho Ultramarino, e prejudicar seus interesses futuros. Francisco Pinheiro veio a pleitear futuramente o posto de capitão de mar e guerra da carreira da Índias. Alegava ter servido ao Rei na Colônia do Sacramento, motivo pelo qual esperava a retribuição do Monarca na forma do officio. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 394.

época, significava não apenas um reconhecimento sobre a causa, mas também um acréscimo de poder e distinção pessoal por ter obtido do Rei reconhecimento, atenção especial³²², e ainda, tornava público as forças dos vínculos pessoais para além da fronteira platina.³²³ Tais fatos contribuem para relativizarmos a suposta relação de dependência do negociante estabelecido no Prata. Desde Sacramento, Meira da Rocha conseguiu fazer representar sua proximidade com o poder, contando com certa autonomia frente ao parceiro metropolitano nos negócios. Meira da Rocha utilizou outros recursos que dispunha em defesa de seus interesses junto ao centro do poder. Através de Velho da Costa conseguiu que os seus agressores fossem publicamente admoestados. Tal autonomia de atuação mostra a importância de diversificar e manter as ligações nas redes de fidelidades pessoais nas quais estivera inserido.³²⁴

Pode-se perceber a partir da leitura das fontes oficiais e privadas do período, que o couro ocupa um papel privilegiado nos interesses dos homens de negócio que atuavam nas rotas platinas desde Lisboa (bem como aos ingleses, como veremos adiante). Nas solicitações ao Conselho Ultramarino para navegação direta desde Lisboa para Colônia há uma especial atenção aos couros, como parceiros do metal, nas cargas de retorno para o ultramar. Tal interesse nos dá conta da importância do produto no mercado europeu do segundo quartel do século XVIII. O couro chegava a aparecer, em alguns casos, como carga única de retorno em embarcações na rota Lisboa – Colônia. João Damásio e companhia, solicitou ao Conselho Ultramarino a licença para uma embarcação poder voltar ao reino sem ter de embarcar mais gêneros no Brasil quando de sua volta. Tal requerimento é relativo à preocupação com o total aproveitamento da embarcação para oportunizar o

³²² FURTADO, Júnia. 1999. A autora ressalta a importância desse tipo de código social na sociedade luso-brasileira do período. p 57.

³²³ LISANTI FILHO, L. 1973. Francisco Pinheiro alega à Meira da Rocha não ter encaminhado seu requerimento contra o governador no Conselho Ultramarino por saber ser prejudicial, em vista de ser Vasconcellos muito amigo do Presidente do Conselho. Francisco Pinheiro não sacrificou seus interesses pessoais em favor de Meira da Rocha, como bem observou JUMAR, Fernando. Entretanto Feliciano Velho da Costa, outro comerciante relacionado anteriormente a Meira da Rocha, intercede para que o requerimento chegue às mãos Reais. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc.159.

³²⁴ LISANTI FILHO, L. 1973. Cartas da Colônia. p 311 e 333. Estes fatos que analisamos corroboram a hipótese de Fernando Jumar quando identifica a relativização da questão hierárquica centro-periferia ao perceber a dependência do negociante metropolitano no que diz sobre a informação do mercado platino bem como no que diz respeito à honestidade das carregações de prata que eram daqui enviadas. Um exemplo sobre a questão da informação mercadológica é o caso da remessa de vinagre. Meira da Rocha reclama do comerciante metropolitano que enviara a mercadoria sem consultar-lhe. As cores dos tecidos também eram informações importantes para a comercialização mais rápida ou não.

envio da maior quantidade de couro possível sem comprometer o produto durante a travessia do Atlântico.³²⁵

Apesar do interesse dos lisboetas no couro, o Contrato dos Quintos dos Couros da Colônia, cujas cifras foram vistas no capítulo II deste estudo, a partir de 1729 foi arrematado pela Fazenda Real do Rio de Janeiro, e não na Metrópole. Este era o contrato de maior vulto dentre os que a Coroa lusitana mantinha na Colônia, e foi criado em 1699, incidindo sobre todos os couros exportados pelo porto de Sacramento. Em 1729 foi arrematado por um homem de negócios da praça do Rio de Janeiro, João Rodrigues da Costa.³²⁶

Quanto à questão das possibilidades de itinerário das embarcações, parecia agradar aos homens de negócio lisboetas a rota de Lisboa – Sacramento – Rio de Janeiro. O retorno ao Reino se dava desde o Rio, juntamente com a frota. Tais recorrências são notórias nas solicitações de envio de navios diretamente à Colônia³²⁷. Parece-nos pouco provável que tal preocupação com a companhia da frota fosse exclusivamente relacionada à segurança. Uma possibilidade era que os homens de negócios metropolitanos utilizassem essa rota interessados na especulação entre os mercados. O mercado do Prata possuía uma vantagem aos olhos dos negociantes do período: o acesso à prata era relativamente fácil. Após a escala na Colônia, voltando para a frota no Rio, se fosse o caso, se poderia revender alguma mercadoria no mercado do Rio de Janeiro, ou para as Minas, regiões onde o crédito possuía maior importância na forma de pagamento das Mercadorias.³²⁸ Tal rota, permitia ainda, uma certa autonomia do comerciante da Colônia frente a situações conjunturais do mercado para definir a estratégia de vendas para não ficar com mercadorias encalhadas sem vender. Meira da Rocha, por exemplo, em mais de um momento ele repassa para o

³²⁵ AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 102. O couro requeria diversos cuidados, como o batimento das peças, durante a viagem para evitar a ação de traças (*polilla*). Lisanti Filho. Cartas de Portugal. p 443.

³²⁶ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 13239 e 13240. Tal contrato era arrematado na praça fluminense. OSÓRIO, Helen. *As Elites Econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)*. IN: FRAGOSO, J. GOUVEA, M. BICALHO, M. F. (ORG.). 2001. Capítulo 3. Nesse trabalho a autora ressalta a arrematação dos contratos da Coroa como um dos negócios preferenciais de atuação dos homens de negócio, que atuavam fortemente nas terras meridionais do Império luso nas América.

³²⁷ O sistema de navegação em frotas era adotado no século XVIII por segurança na travessia oceânica. Chegavam a Lisboa anualmente, basicamente, três frotas da América: a da Bahia, do Rio de Janeiro e do Maranhão.

³²⁸ AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 102, 70 e 134 Falam da navegação direta para a Colônia. Quanto ao tipo de pagamento e crédito, voltaremos mais detidamente a questão. Citamos aqui a carta de Meira da Rocha. LISANTI FILHO, L. 1973. p 332. V/1732.

Rio de Janeiro têxteis e outros produtos, em função da presença da concorrência inglesa, que prejudica seu negócio. O que Meira lamenta entretanto, é que na praça fluminense as formas de pagamento não eram tão atraentes e seguras quanto na Colônia.³²⁹

Outra possibilidade era a de contrabando de porções de prata ou até mesmo de couro quando da viagem para o Rio de Janeiro.

Francisco Pinheiro também tinha negócios nas Minas, onde parentes seus administravam casas comerciais. A insegurança das rotas terrestres aumentavam sobremaneira o risco do comércio nas Minas. E ocorria sempre a dependência de dívidas, ou seja, o crédito era importante mecanismo nesse comércio regional.³³⁰ Meira da Rocha manifestava um certo desprezo pelos negócios do Brasil, comparando aos da Colônia do Sacramento.

“Sinto os impates q. V.M. experimenta pellos portos do Rio, Santos, São Paulo e Minas, (...) q. lhe sirva de regra no tempo prezente q. os negocios pa. o Brazil na primeira cara mostram aparencia de ouro isto he quando lhe propoem, e na segunda de prata, isto he qdo. Nessa se comessão a comprar as fazendas, a preparar os comissarioz; na terceira de chumbo, isto he quando os comissarioz chegão aos portos da America, despachão as fazendas, levão pa. caza, e comessão a vender fiado, a dinheiro, e de toda a sorte q. se lhe compra como eu muitaz vezes tenho visto, fiar a pessoas que nessa cidade não haveria quem lhe fiasse hum real, ca não so lhe fião mil cruzados senão contos e contos, e a 4^a. cara he de carvam isto sussede quando se vai a cobrar o fiado porq. O comissario gastou hua banda o devedor não pagou outro perdeu sse, e por ultimo remate os carregadores não colhem o seu principal, e ficão desconssolados depois de larga espera, e de todos quem fica melhor he sempre o comissario porq. Diz eu fihei a homens abonados a quem todos fiavão, e he por vossa conta a sua falha, e se o carregador aperta muito, tira huma attestação pellos demais comissarioz (a coal todos lhe assinão porq. sussede todos os dias e tãobem querem ter os mais promptoz pa. quando lhe for necessario) e com cla tapão a boca do mercador mostrando como os falidos cram abbonados sufficientez e a quem toda praça fiava ”.³³¹

Além da interessante analogia sobre as possibilidades e atrativos das empresas comerciais no Brasil, aos olhos de um comerciante na fronteira sul, Meira da Rocha fornece uma descrição das principais etapas de uma empresa comercial ultramarina. Identifica, ainda que de forma recriminante, que o mercador na América, (o comissário) era quem levava, ou poderia levar, a parte do leão da empresa colonial no Brasil. Meira da

³²⁹ LISANTI FILHO, L.1973. P.333. Fernando Jumar também tece considerações sobre a importância das informações de mercado e manobra de produtos que Meira da Rocha dispõe à favor dos seus negócios com Francisco Pinheiro.

³³⁰ FURTADO, Junia. 2000. P 129.

³³¹ LISANTI FILHO, L.1973. Carta de Meira da Rocha. Cartas da Colônia do Sacramento. 1728. p 315 e 316.

Rocha argumentava em prol do mercado da Colônia do Sacramento que as vendas ali, “ainda q. seja barato he com dinheiro na mão”³³², o que beneficiava os “carregadores”, ou seja, os responsáveis pelos envios das cargas desde o ultramar.

Os produtos que compunham os carregamentos que Pinheiro enviava às Minas e à Colônia eram semelhantes: facas flamengas, pesos de ferro, espingardas, panos diversos, chapéus, sapatos... enfim, uma variada sorte de gêneros manufaturados que se comerciava nas Minas e no Prata, desde uma mesma casa comercial metropolitana. Outro dado que parece consubstanciar a hipótese de maior segurança da rota platina, é o fato de que em Sacramento, o comissário de Pinheiro era um homem de negócio que vivia exclusivamente do comércio. Já nas Minas, sabemos que a estratégia de inserção dos homens encarregados dos negócios de Pinheiro, na sociedade local, era a compra de ofícios na burocracia da Coroa. Dessa forma granjeava-se prestígio, isenções e garantia um soldo mínimo. É relevante que, nas Minas, os negócios de Pinheiro estavam aos cuidados de um sobrinho. O que pode explicar a maior preocupação com o sucesso deste nas adversas condições. Mas por outro lado, também indica que a praça da Colônia era um mercado de atuação com relativa vigência dos códigos comerciais existentes dentro das redes de relações pessoais que unia homens de negócios dos diferentes portos do Império Luso. Enfim, o Prata era uma rota e um mercado seguros, onde o pagamento era em prata e couros. Por outro lado, a ausência de um ofício na burocracia Real, e as conseqüentes ligações com o poder que proporcionava ao homem na sociedade lusa, pode ter sido justamente um dos pontos que expliquem a exclusão, ou dificuldade de acesso de Meira da Rocha, no início dos anos 1730, a parte do mercado da Colônia – segundo seus próprios relatos, o movimento estava parado em sua loja. Entretanto, reconhecia que, para outros comerciantes que mantinham entendimentos com Vasconcellos, os negócios continuava a fluir, mesmo durante a presença de ingleses. Enfim, o fato de Meira da Rocha não possuir algum vínculo com o poder o deixava em posição mais suscetível de sentir os efeitos dos imprevistos da política e das relações pessoais sobre o mercado de Sacramento. Sem falar nos privilégios fiscais que, normalmente, acompanhavam os ofícios reais ou postos militares.³³³

Sabemos que alguns comerciantes de importância na praça, já em 1720, como Jerônimo de Ceuta e Manoel Botelho de Lacerda, permaneceram na Colônia mesmo após

³³² LISANTI FILHO, I. 1973. Cartas da Colônia do Sacramento. Abril de 1731, p 332.

³³³ FRAGOSO, J. 2001.

1750, ocupando ofícios Reais. Jerônimo de Ceuta, na década de 1740 é juiz de orfãos da Colônia e coronel. Manoel Botelho de Lacerda, que viera do Rio em 1717 para a Colônia, a partir de 1729 ocupou o ofício de juiz da alfândega na Colônia, além de ser coronel. Estes, foram alguns que permaneceram sediados na Colônia ao longo de todo o período entre 1717 e 1753. Estes homens possuíam redes que os conectavam ao Rio de Janeiro e à Lisboa, explorando as possibilidades de situar-se na fronteira

No período em questão, especialmente entre 1722 e 1749, época em que governou a Colônia Antônio Pedro de Vasconcellos, uma série de fatores extra-econômicos interferiam nas condições do mercado e nas possibilidades de cada comerciante obter sucesso nos negócios com a “outra banda”. José Meira da Rocha, já havia tido dias melhores no início dos anos 1720, quando atuou como comissário de Manoel Velho da Costa. Entretanto, à época de seus negócios com Francisco Pinheiro passou a enfrentar problemas, o principal foi a dificuldade de sua inserção no mercado do contrabando em épocas que navios ingleses atracavam no Rio da Prata. Daí decorreu o sério enfrentamento de Meira da Rocha com Vasconcellos. A desavença com o governador custou o sossego pessoal de Meira da Rocha na Colônia, assim como tornou mais difícil seu acesso ao mercado castelhano. A convivência das autoridades era sempre desejável na condução de grandes negócios comerciais. Especialmente numa cidade onde a autoridade do governador não encontrava contraponto, uma vez que nunca houve uma Câmara de fato instalada na Colônia. Assim, Vasconcellos, o juiz da alfândega e o Almojarifé da Fazenda Real eram as autoridades principais, especialmente no que referia-se a questões comerciais.

A presença de navios ingleses, e a forma como estes atuavam através de Sacramento era um desses fatores que fugiam às diretrizes oficiais. Para entendermos a presença dos ingleses e como funcionavam os esquemas de contrabando no Prata, é necessário nos servirmos de alguns casos concretos, para termos noção das práticas mais comuns que tais empresas efetuavam para realizar o comércio, e quem eram os interessados em ambas margens do Rio da Prata no negócio com os ingleses.

Se analisarmos a correspondência privada de mercadores juntamente com as cartas e requerimentos existentes no Arquivo Ultramarino podemos construir um quadro de informações que diz muito sobre a presença inglesa na Colônia do Sacramento e no Prata – assunto tão trabalhado pelas historiografias nacionalistas.

As cartas de Meira da Rocha indicam que, durante os períodos em que navios ingleses encontravam-se no estuário platino, seus negócios desaceleravam. As cartas que

enviava a Lisboa revelam sua progressiva indignação com o conflito que se estabelecia entre seus interesses e os do governador da Colônia e seus aliados. Meira da Rocha, desde o principio, busca atuar politicamente junto aos centros de poder visando a coibir a presença e o comércio dos ingleses. Entretanto, o governador da Colônia, amparando-se em pretextos legais ou não, acabava por permitir e acobertar a atuação dos britânicos no prata. Foi esse sentido contrário de interesses representados nos centros de poder, como Bahia, Rio e Lisboa, um dos móveis principais das polêmicas entre Vasconcellos e o homem de negócios.

Segundo Meira da Rocha, alguns navios ingleses que vinham destinados ao Assento da Inglaterra em Buenos Aires, aportavam no Prata, não obtendo licença para permanecer em Buenos Aires, dirigiam-se à Colônia. Uma vez ancorados próximos à Sacramento, os ingleses interceptavam com botes os barcos que iam até Colônia comprar gêneros. Como os preços ingleses eram por demais competitivos para Meira da Rocha, seu negócio não progredia.

“A cauza de não haver negocio nesta he por se achar hum navio inglez neste porto negociando com mais de 500\$ #os. q. dizem tem de fazendas, e posto fora de tiro de canham esta vendendo a lanchaz castelhanas, e se algua lancha lhe escapa e bem a esta praça logo o tal inglez manda o escale atras ella, e mesmo nesta praça em terra ajusta com os espanhoiz e os torna a levar a bordo (...), e recorrendo a este governador evita sse este damno (...) e o prejuizo q. cauzou ao ingles foi manda llo chamar e dar lhe de gentar em scu palácio, e desta sorte estou com tudo em ser sem vender couza alguma”³³⁴

Meira da Rocha acusava o Governador de beneficiar os ingleses, e que tal recepção se devia ao fato de Vasconcellos receber dinheiro dos capitães dos navios ingleses para suministrar mantimentos e propiciar a colocação dos gêneros no mercado platino. Meira da Rocha descrevia a atuação dos ingleses como captadores implacáveis de clientes, o que significava o prejuízo dele e de outros mercadores da Colônia. Entretanto, sabemos pelo próprio Meira da Rocha que enquanto “os ingleses continuarão a embaraçar os negócios, apenas se vão huns bem outros”³³⁵; referia-se aos particulares da praça que mantinham

³³⁴ LISANTI FILHO, L. *Cartas da Colônia*. p 274. Carta de 25/V/1726. Foi devido à esta descrição de a historiadora Maria Cecília Westphalen argumentou a pouca atratividade do mercado platino. A pesquisadora não contava à época com o conceitos de redes sociais, facções, ou autoridade negociada, que permite-nos relativizar essa descrição de Meira da Rocha. WESTPHALEN Cecília. *O comércio no Brasil Meridional São Paulo. Revista de Historia*. 1977.

³³⁵ LISANTI FILHO, L. 1973. *Cartas da Colônia do Sacramento*. p 304. 06/VII/1727.

acertos com Vasconcellos, no que dizia as conexões comerciais, ou ainda eram os responsáveis pela venda de couros para os ingleses.³³⁶

Dentre os homens de negócio que mantinham contatos com os ingleses, sabemos que Christóvão Pereira era um dos particulares que fornecia couro para carregar esses navios – os mesmo dos quais Meira da Rocha escrevia reclamando. Em 1728, soldados da Colônia realizaram a apreensão de mais de 300 couros de Christóvão Pereira e do frei carioca Sebastião Alves do Carmo, nas paragens de Rosário. Vasconcellos, entretanto, não levou adiante as investigações sobre o caso por ser Pereira de Abreu portador do Hábito de Cristo, portanto Vasconcellos só podia autua-lo em flagrante, como prerrogativa de sua pertença à uma ordem militar. Já contra o religioso, o motivo dele pertencer a uma ordem religiosa também eximia o governador de agir contra ele. Ao menos, esses eram os argumentos oficiais de Vasconcellos para não atuar contra os particulares contraventores³³⁷.

Igualmente denunciador dos vínculos entre portugueses e ingleses é a presença do homem de negócios britânico John Burrish, que desde 1743 era morador da praça, e casado com Rita Botelho – filha do Juiz da Alfândega Manoel Botelho de Lacerda. O que nos leva a pensar que de acordo com os contatos e as formas de inserção e atuação nas redes comerciais que integravam ambas margens do prata, o negócio com os ingleses podia ser vantajoso alguns comerciantes portugueses. Enfim, a presença britânica era também uma via de acesso à mercadorias a baixo custo. Sem falar, que nas transações em que o couro era usado como moeda de pagamento pelos gêneros de comércio.

A presença inglesa acabava por ser um diferencial da região platina. Uma circunstância que proporcionava às autoridades e mercadores da região uma situação peculiar, uma certa autonomia em relação aos circuitos oficiais ibéricos na conduta dos negócios.

Até o momento podemos ver que, as principais rotas atlânticas nas quais a Colônia estava inserida estavam intimamente conectadas, e que os homens de negócios e particulares que atuavam no Prata, e desde o prata, possuíam interesses também nos principais portos do Brasil e Portugal – centros de poder aos quais Colônia era subordinada

³³⁶ LISANTI FILHO, L. Cartas da Colônia, 4/III/1835. Além de 4/VII/1727, sobre os couros que homens da Colônia estavam fazendo em Maldonado para carregar um navio Inglês na Colônia. p 299.

³³⁷ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 195. 13/VI/1728. F: 11/VII/1729

politicamente. Dessa forma, parece que a localização geográfica importava menos aos negociantes do que as redes comerciais e políticas nas quais estavam inseridos. Enfim, não devia-se ao fato de ser um comerciante lusitano, carioca, ou platino que provocava as dificuldades de atuação de negociantes ou particulares na Colônia. Mas devia-se às relações mantidas com as autoridades locais e os contatos para além de Sacramento.

Para compreender o funcionamento e os móveis dos agentes sociais do período, parece-nos interessante investigarmos um pouco mais detidamente a relação entre as autoridades da Colônia e os negócios do contrabando, com ingleses, brasileiros e portenhos que, ao que tudo indica, eram fortemente influenciados e controlados pelo Governador e pelas autoridades a ele subordinadas em Sacramento.

4.4 - Autoridade e Comércio na Colônia do Sacramento: contrabando e facções locais

A historiografia platina produzida no último quartel do século XX deixou claro que, no Rio da Prata, autoridades, homens de negócio e contrabandistas confundiam-se. Os representantes do poder metropolitano necessitavam de apoio no seio da elite local, para lograr impor a autoridade Real – desenhava-se uma aliança que entre burocratas e comerciantes que só deu sinais de alteração após as reformas bourbônicas. Para o Prata do século XVIII, Susan Socolow e Zacarias Montoukias mostraram a aliança entre autoridades e comerciantes através de laços de parentesco, amizade ou negócios. Socolow ressaltou a importância dos “séquitos” de governadores e vice-reis: as pessoas leais vindas da Corte para assessorar a autoridade. Além disso, mostrou a importância dos cargos da burocracia local na estruturação das redes, que acabavam por mesclar autoridade e contrabando no estuário platino³³⁸. Essas relações passavam por redes pessoais, onde a influência das elites locais sobre o aparato de governo local fazia-se sentir. As demais autoridades subordinadas ao Governador em Buenos Aires, em geral funcionários vinculados à órgãos fazendários, possuíam interesses comerciais próprios (ou através de parentes e protegidos), e acabavam por envolverem-se em grandes negócios de

³³⁸ SOCOLOW, S. 1996.

contrabando.³³⁹ A integração do governador e seu séquito (ou os seus homens de confiança), com o patriciado local parecem pontos chaves nos mecanismos de funcionamento das estruturas formais de autoridade. Tal característica era marcante nas sociedades de antigo regime.

Buscando definir esse tipo de relação típica dos impérios da era moderna, Jack Greene desenvolveu o conceito de “autoridade negociada”³⁴⁰, o qual busca descrever, a partir de outras referências analíticas e históricas esse tipo de aliança entre a autoridade e os interesses locais. Russel-Wood busca aplicar ao Brasil o mesmo conceito desenvolvido por Greene. Dentro desse marco interpretativo João Fragoso³⁴¹ também desenvolve suas hipóteses e pesquisas sobre o processo formativo da elite senhorial fluminense. Dessa forma, podemos verificar que tal tipo de relações sociais, e vínculos entre as autoridades e as elites comerciantes e terratenentes locais eram característicos das sociedades de antigo regime nas Américas setecentista.

Montoukias trabalha detidamente um caso de enfrentamento entre facções de autoridades e negociantes em Buenos Aires da segunda metade do XVIII³⁴². Nesse estudo, o autor reafirma a importância de certos postos chaves na burocracia espanhola, como os oficiais da Real Fazenda, que juntamente com o governador eram os responsáveis pelo zelo para com o contrabando. Montoukias mostra como os conflitos entre as redes atuantes em Buenos Aires vinham à tona quando da mudança de governador. Com a saída de um grupo do poder, o outro apressava-se em apresentar acusações e ocupar o espaço vacante no mercado do complexo portuário rio-platense. Enfim, o mercado do Rio da Prata, além de ser determinado, em grande medida, por questões políticas, estava dividido em facções. Estas definiam-se em função das alianças entre elementos das redes de fidelidades pessoais. Tais alianças eram variáveis³⁴³.

³³⁹ MOUTOUKIAS. 1992.

³⁴⁰ GREENE, Jack. 1984.

³⁴¹ FRAGOSO, J. A Formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). IN: FRAGOSO, J. GOUVEA, M. BICALHO, M. F. (ORG.). 2001.

³⁴² MOUTOUKIAS. 1992.

³⁴³ Moutoukias alerta, que a posição que cada indivíduo ocupa dentro da rede é variável. Tal variação define-se pelos recursos que a pessoa pode disponibilizar. MOUTOUKIAS. 1992. p 6. Jumar também tece considerações sobre os grupos em oposição no comércio Buenairenc. JUMAR. 2000. Cap. IV. Para a América portuguesa, FRAGOSO, João. 2001 confirma o mesmo tipo de conflito e estruturação no mercado fluminense, definindo-o como “dominado por Bandos”. O autor ressalta ainda que tal característica também prevalecia em outras partes do Império luso no ultramar, como na Ásia. Esses bandos, chefiados por fidalgos, disputavam a supremacia e o controle do comércio e da política coloniais. P 57 e 61.

Em princípios da década de 1730, em Buenos Aires, há a substituição do governador Bruno Maurício de Zavala (que governava as províncias do Prata desde princípios da década de 1720), por Miguel de Salcedo (que iria ser responsável pelo sítio da Colônia entre 1735 e 1737). Nem bem saíra o antigo Governador, os Oficiais da Fazenda Real – responsáveis pela cobrança dos direitos, e responsáveis pelas inspeções nas mercadorias que chegassem ao porto da cidade - que trabalhavam com Zavala foram presos. As acusações lançadas por Francisco de Alzaybar, detendor de navios de registro no Prata e licença para curso e repressão ao contrabando no estuário platino, relacionava os oficiais D. Diego de Sorarte, e Alonzo de Arce y Arcos³⁴⁴ a uma série de empresas de contrabando, especialmente com os Ingleses e luso-brasileiros da Colônia do Sacramento.

O esquema denunciado dizia que os Oficiais Reais, e o antigo governador mantinham intensas relações com os Ingleses. Em troca de faustosos jantares, recepções e festas na feitoria do Assento da *South Sea Company*, os oficiais faziam “vista grossa” ao contrabando. Eram acusados ainda de receber quantias próximas de 6.000 pesos para permitir que navios vinculados à *South Sea Company* adentrassem no porto de Buenos Aires. O juiz metropolitano que investigava as denúncias dizia que os oficiais reais demoravam entre um e três dias para realizar a visita a bordo do navio. Este tempo seria suficiente para descarregar nas ilhas do rio, temporariamente, ou armazenar na Colônia ou Banda Oriental, gêneros para comerciar. Dessa forma, quando os oficiais Reais fossem inspecionar o navio, não haveria contrabando à bordo.

Não bastassem essas acusações, outras mostravam que a empresa do contrabando era ainda mais articulada e complexa. O genro de Diego de Sorarte, Adrian Pedro Warnes, era um homem de negócios de Buenos Aires que, após o casamento com Savina Sorarte, progrediu na carreira na cidade a qual havia chegado durante a década de 1720. Warnes era acusado de estar envolvido na introdução de diversos gêneros de contrabando, dos quais muitos eram comercializados por um outro comerciante, em Buenos Aires, Juan de Mosqueria. Este último, possuía uma venda célebre por oferecer todo tipo de artigos de contrabando, e por isso cognominada “arca de noé”. Esse grupo centrado em Diego de

³⁴⁴ Diego de Sorarte havia sido contador da Reais Caixas no princípio do século XVIII, tendo sido afastado por envolvimento no Contrabando. Alonzo de Arce y Arcos, era filho de um ex-governador das Províncias do Rio da Prata, também do início do século. AGN – Tribunales Sala IX 39.9.4 Exp. 01

Sorarte, e sua filha Savina, vão originar um dos principais clãs de comerciantes da Buenos Aires vice-reinal³⁴⁵.

Neste momento, na Colônia do Sacramento, as relações entre Vasconcellos e alguns comerciantes, especialmente Joseph Meira da Rocha, estão começando a tornarem-se conflitivas, configurando-se num enfrentamento de bandos similar ao que estava desenrolando-se em Buenos Aires. Vejamos o que nos diz Meira da Rocha.

“Neste mes chegaram a Buenos Aires os navios do assento da Inglaterra, e juntamente, o rezisto em q. veio o novo governador, e ministros para aquella cidade os quais tem feito suas reformas nos officiais antigos achando-se ja alguns prezos; e com os benz confiscados, o que tem cauzado seus azedumes, de bocca a esta praça ou aos ministros della na concideração de q. algum dia succeda por ca o mesmo q. não falta em q.”³⁴⁶

Meira refere-se às investigações que culminaram com a prisões e embargo de bens de Diego de Sorarte e Alozo de Arce y Arcos: os oficiais reais encarregados pela fiscalização fazendária. Meira da Rocha insinua que os oficiais da Colônia do Sacramento sentiram temor de que, algum dia, investigações e processos semelhantes viessem a ocorrer na Colônia. Tal passagem é um índice denunciador da estrutura das alianças entre o Governador e seus oficiais. As acusações de Meira da Rocha, na verdade, centrara-se em Vasconcellos por ele ser a parte mais visível do esquema, a figura mais proeminente do bando que atuava no complexo portuário do Prata a partir de Sacramento.

As denúncias de Meira da Rocha contra Vasconcellos passavam pela revelação aos centros de poder, nomeadamente Lisboa, dos negócios extra-oficiais com os ingleses. Segundo o comerciante, o governador e seus oficiais recebiam expressivas somas de dinheiro, como 4:800\$000 réis, para permitir a presença de navios ingleses nas cercanias. Além disso, Meira denuncia com grande escândalo os numerosos jantares e banquetes onde participavam os principais comerciantes e autoridades vinculadas a Vasconcellos e os britânicos. Não bastassem essas acusações, o comerciante culpava as atitudes do Governador pelo mau andamento de seus negócios, pois ao contrário de outras casas comerciais estabelecidas na Colônia, a Meira era “*a mais bem livrada q. ha nessa praça de*

³⁴⁵ Socolow, 1996.

³⁴⁶ LISANTI FILHO, L. 1973. Cartas da Colônia do Sacramento. P 337. 14/III/1734.

donde elle não pode tirar o dinheiro”³⁴⁷. Vasconcellos acobertaria ainda, a cobrança ilegal de selos na alfândega de Sacramento, pois teria relações pessoais de amizade com o Selador da Alfândega. Essas eram as acusações que Meira da Rocha enumerava em diferentes cartas para seu correspondente em Portugal, e com base nisso solicitava a Pinheiro empenho na representação de um requerimento ao Conselho Ultramarino para que se “*apeie ou mude tal governador*”³⁴⁸, o qual veio a designar como um “*comilão de autoridade*”³⁴⁹.

Como já vimos anteriormente, Francisco Pinheiro, em Portugal, não se empenhou na representação do requerimento de Meira da Rocha. Considerou tal atitude como perigosa para seus interesses na Corte, uma vez que Vasconcellos contava com fortes relações com o Presidente do Conselho Ultramarino. Sabemos que Meira da Rocha obteve um despacho favorável no que dizia respeito a sua querela com os irmãos João e Manoel de Macedo. Uma ordem vinda do Reino fez com que os irmãos fossem presos e admoestados publicamente quanto à conduta para com Meira da Rocha. Entretanto, as demais denúncias não surtiram resultados práticos tão visíveis. Não obstante, as autoridades ficaram sabendo das denúncias que pairavam sobre a figura de Vasconcellos. Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro, e das províncias do Sul, mandou realizar uma investigação discreta acerca dos negócios do governador da Colônia.

O resultado do inquérito apurou que “*tem padecido a fazenda de V. Mag. grande descaminho ou pelo Governador, ou por sua dicimulação e premissão dado ao M. de Campo q. he Juiz de Alfândega*”,³⁵⁰ e que o governador era de fato responsável pela movimentação de “*grossas quantias*” através da Companhia de Jesus da Colônia e do Rio de Janeiro. Entretanto, Gomes Freire não aconselhava a tomada de nenhuma resolução prejudicial a Vasconcellos, em vista de que poderia gerar desordens e falta de autoridade na Colônia,

³⁴⁷ LISANTI FILHO, L. 1973.. Cartas da Colônia do Sacramento. P 385. 04/III/1735. Meira da Rocha escreve ainda, um mês depois para Francisco Pinheiro: “isto ca não esta para negocios e não repare VM. nas informações, e aparentes luzimentos de outros orgulhozos comerciantes”. p 386. 25/IV/1735.

³⁴⁸ LISANTI FILHO, L. 1973. p 299 20/V/1728.

³⁴⁹ LISANTI FILHO. L. 1973.p 383. 4/III/1735.

³⁵⁰ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 16844, 25/II/1737. Agradeço a Fernando Jumar a indicação deste documento.

que acabariam por trazer maiores prejuízos aos interesses do Rei. Afinal, a situação na Colônia era delicada no ano de 1737, quando do Grande Sítio pelos caselhanos.³⁵¹

As acusações de Meira da Rocha e o resultado das investigações levadas a cabo na época, parecem indicar o mesmo tipo de atividades de comércio lícito e ilícito, envolvendo as autoridades locais e os comerciantes, num mercado onde as disputas se davam entre as diferentes facções. O Governador era o principal chefe, e o segundo na ordem hierárquica da empresa era o Mestre-de-Campo³⁵² e Juiz de Alfândega Manoel Botelho de Lacerda. O Governador movimentava os grandes proventos das atividades extra-oficiais pela via discreta da Companhia de Jesus, especialmente no que dizia respeito ao movimento entre Sacramento – Rio – Portugal. Já o Juiz da Alfândega e seus dependentes, eram reputados como deveras abastados, condição proporcionada pelos negócios do contrabando.

Apesar de tudo, o Governador da Colônia não foi removido de seu cargo até 1749, quando foi trocado por Luis Garcia de Bivar no controle da cidade lusitana, em função do Tratado de Madri. Durante esse período, apenas por curtos períodos de tempo, devido à enfermidades, Antônio Pedro não esteve à frente do mando em Sacramento. Manoel Botelho de Lacerda continuou durante todo o período como o Mestre-de-Campo do terço da Colônia, e seus parentes permaneceram, até mesmo após a saída de Vasconcellos, intimamente ligados ao poder local.

Pela natureza da documentação que foi utilizada na realização dessa pesquisa, optamos por analisar mais detidamente os negócios, interesses e atividades de Antônio Pedro de Vasconcellos, Manoel Botelho de Lacerda, e demais autoridades e homens de negócio que identificamos atuar vinculados ao Governador e ao Mestre-de-Campo. A figura Almojarife da Fazenda Real parece ser um posto chave dentro do esquema de contrabando, uma vez que era obrigação deste, juntamente com o Juiz da Alfândega, realizar as inspeções dos navios para a cobrança dos direitos Reais.

Temos ainda, que, devido a distância entre Sacramento e o Rio de Janeiro, os gastos realizados pelo Governador por conta da Fazenda Real eram somas adiantadas pelos homens de negócios da Colônia, os quais recebiam letras da Coroa para serem pagas pela Fazenda Real no Rio de Janeiro. Ou seja, Vasconcellos tinha uma relativa dependência

³⁵¹ Tais recomendações sobre a presença de Vasconcellos e o estado da Colônia são fundadas nos relatos de José da Silva Pais. AHU-ACL-CU-Rio de Janeiro. Doc. 16844.

³⁵² Patente transformada na de “Coronel” na segunda metade do século XVIII. Era muito disputada pelo status que portava.

financeira em relação aos grandes comerciantes de Sacramento³⁵³. O próprio governador ressaltava a importância de que, na Fazenda Real do Rio de Janeiro, era necessário o pronto pagamento das dívidas, pois senão, os comerciantes não adiantariam o dinheiro, causando dificuldades de manutenção na Colônia. Os atrasos de soldos eram apontados, pelos mandatários da Colônia, como a principal causa das deserções. Nessa gestão, o governador atuava junto a Lisboa diretamente, explicitando os vínculos com o poder que investiam sua autoridade: *“athé aqui não supunha que o Gov. da Colonia era subalterno ao do Rio de Janeiro, [...] pois o juramento q. dá obrigação de responder somente a V. Mag”*³⁵⁴. Os vínculos diretos com o Rei e o Conselho Ultramarino era a base de poder de Vasconcellos, bem como era a garantia de certa autonomia de autoridade e poder da Colônia.

Os empréstimos dos homens de negócio da praça à Fazenda Real era também um ponto chave na construção e estruturação do arranjo de poder de Vasconcellos e seus aliados locais. Logo em seguida do acerto com os homens de negócio para o adiantamento de valores à Fazenda da praça, a quantia já chegava à soma expressiva de 20:288\$193rs, os quais deveriam ser reembolsados aos procuradores cariocas dos comerciantes Sacramento³⁵⁵. Tais transações continuaram, mas em certos momentos, houve resistência ao pagamento dos títulos por parte da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Tais episódios ocorriam quando mudavam as autoridades, e conseqüentemente, as relações entre as autoridades da Colônia e do Rio de Janeiro³⁵⁶. Essas relações permitem inferir que, sendo o Almojarife da Colônia o responsável pelo lançamento das letras sobre o Rio de Janeiro, constituía atributo importante, neste posto, manter boas relações com autoridades e homens de negócios fluminenses.

³⁵³ O adiantamento de somas na Colônia por negociantes que recebiam créditos na Fazenda Carioca já ocorria desde 1719, quando Jeronimo de Ceuta adiantou 8:000\$000rs para o então Governador Manoel Gomes Barbosa. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc.54. 18/X/1719. Vasconcellos quando de sua chegada em 1722 ajustou que “e que para haver promptos os pagamentos do dito regimento(...), ajustarse com os homens de negocio dessa Praça darem na Colônia todo dinheiro que necessitar, e serem delle satisfeitos por letras sacadas sobre a Fazenda Real”. AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 71. 03/V/1722.

³⁵⁴ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 94.

³⁵⁵ AHU-ACL-CU-012 - Colônia do Sacramento. Doc. 81. 18/X/1722.

³⁵⁶ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 92. Segundo Vasconcellos: “enquanto foi provedor Manoel Correa Vasques foram com alcuidado pagas [as letras], porém com achegada de Bartolomeu Sequieira Cordovil (...) foram raros os que conseguiram pagamento”.

4.5 - O Governador e seus aliados: o núcleo do poder em Sacramento

Antonio Pedro Vasconcelos chegou à Colônia, em 1722, investido do o poder do Rei. Contituía-se no segundo governador da Colônia após sua refundação e tinha como missão reestruturar a cidadela, incentivar a povoação, e fazer cessar as deserções. Nesse momento, pesavam contra o antigo Governador, Manoel Gomes Barbosa, denúncias por parte de particulares da Colônia sobre o monopólio do acesso à campanha e do comércio com o Rio de Janeiro³⁵⁷. O Conselho Ultramarino tomou resolução para que tais abusos cessassem. Menos de dois anos depois, chegava a Sacramento um novo Governador: Antonio Pedro de Vasconcellos. Ele tinha a missão de modificar, em algum sentido, a relação da autoridade com os grupos da elite local, visando a promover o crescimento do comércio e da povoação no estuário platino. Havia recebido as incumbências do cargo do próprio monarca, o qual havia lhe assegurado que Sacramento era uma das partes do Império Português, que tanto interesse despertava, não a trocaria com Castella por nenhum equivalente, nem o mais vantajoso.³⁵⁸

Quando Antônio Pedro de Vasconcellos chegou para assumir o governo da Nova Colônia do Sacramento, em 1722, Manuel Botelho de Lacerda já servia como sargento-mor do terço de infantaria da Colônia. Botelho de Lacerda era, na hierarquia militar, um dos principais homens na Colônia e já atuava nas carreiras do comércio atlântico. Em 1720, há registros de que enviou cargas de sebo e charque para o Rio de Janeiro, numa embarcação que naufragou na saída do estuário platino.³⁵⁹

Manuel Botelho de Lacerda era natural da vila da Murça. Serviu, em 1705, na fronteira do Reino, e, nos anos seguintes, realizou troca de prisioneiros com Espanha, e voltou à Portugal com mais de 600 homens. Em 1712, era sargento-mor da Fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro. Ainda no Rio trocou de posto para sargento-mor do terço de infantaria de Manoel de Almeida, com o qual passou a Colônia do Sacramento em 1718.

³⁵⁷ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento Doc. 66. Além dessas acusações de privar acesso à campanha e às embarcações de comércio, um pároco havia instigado os fiéis à sonegar a dízima, devido às arbitrariedades de Manoel Gomes Barbosa AHU-ACL-CU-012- Colônia do Sacramento. Doc. 64. Tal fato ilustra o grau do conflito estabelecido em Sacramento no princípio dos anos 1720.

³⁵⁸ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. T. II. p 140.

³⁵⁹ JUMAR, Fernando. 2000. p. 308.

Nos dois primeiros anos após sua instalação na Colônia, supriu com dois mil cruzados de sua fazenda a compra de farinhas e os soldos de sua guarnição.

O sargento-mor era o responsável, desde 1720, pelos contatos oficiais entre os governos de Colônia e Buenos Aires. No citado ano, Manoel Botelho já havia ido por dois meses à outra Banda tratar da restituição de uma porção de prata portuguesa apreendida quando do naufrágio da nau Caravela. Em 1729, retornou oficialmente a Buenos Aires, sob ordens de Vasconcellos, mesmo ano em que foi indicado como Juiz da Alfândega da Colônia. É importante salientar que, dessa forma, Botelho de Lacerda accedeu a postos-chaves. Como autoridade militar, possuía poder, prestígio, isenções e franquezas que o permitiam atuar de forma mais desimpedida quanto às suas atividades econômicas. Tal sucesso, entretanto, estava vinculado às suas ligações em Buenos Aires, e seu progressivo acúmulo de prestígio social: um papel que lhe permitiu posicionar-se de forma privilegiada dentro das redes pessoais nas quais estava vinculado.

Em 1725, Botelho de Lacerda viajou para o reino, passando pelo Rio de Janeiro. Ou seja, seus interesses não estavam restritos ao complexo portuário rio-platense, mas justamente, sua atuação na Colônia era a de fazer a ligação da região ao Atlântico Português, e suas atividades dependiam dos vínculos estabelecidos desde Colônia rumo ao Rio de Janeiro e Lisboa.

Quando da chegada de Vasconcellos, Manuel Botelho de Lacerda, constituiu-se em um dos principais articuladores do poder do novo governador. Foi o responsável por integra-lo às redes de contrabando local, e auxiliá-lo com sua experiência nos negócios do Prata. De braço direito militar, constituiu-se também no braço direito administrativo do governador. Ao longo do período, as trajetórias de Vasconcellos e Botelho de Lacerda vão permanecer intimamente ligadas. A carreira ascendente de Manuel Botelho de Lacerda no quadro hierárquico da Colônia seguiu pelas décadas de 1730 e 1740. Durante o “Grande Sítio”, em 1735, assumiu interinamente o governo da Colônia, além de ter prestado favores à Coroa de sua própria fazenda, assim angariando também mais prestígio junto ao Rei. Nos anos que se seguem, é promovido a mestre-de-campo do Terço da Colônia³⁶⁰, não obstante as denúncias que pesaram nessa época contra sua figura e a do Governador.

³⁶⁰ As patentes de Mestre de Campo tornaram-se, na segunda metade do século XVIII, patentes de Coronel. Sempre foram muito disputadas pelo prestígio que reputava.

Em 1743, durante um impedimento de Vasconcelos, governou a praça por meio ano. Foi nesse mesmo ano que sua filha, Rita Botelho Trindade casou-se com um inglês, homem de negócios chamado João Burrish³⁶¹, que passou a residir em Sacramento. Dessa forma, Botelho de Lacerda incorporava um genro com vínculos profundos com os britânicos, tão polêmicos freqüentadores dos portos do Rio da Prata. Sabendo dos negócios que em meados dos anos 1730 realizava Manoel Botelho, juntamente com o governador, parece que o casamento de Rita constituiu-se em uma estratégica aliança. João Burrish inseria-se numas das principais (senão a principal) famílias de notáveis da Colônia. Ao passo que a naturalidade de Burrish, no mínimo, facilitava o trato com os ingleses.

Botelho de Lacerda contiuiu-se no segundo homem em distinção na Colônia do Sacramento. Sua condição social e política, permitia assegurar posições privilegiadas para os membros de suas famílias. Seu filho, Constantino Botelho, foi indicado como capitão do terço do qual Botelho de Lacerda era mestre-de-campo.³⁶² Sabemos que tais postos militares não significavam apenas prestígio e status social, mas também liberdades e isenções comerciais. Os outros dois filhos de Botelho de Lacerda, José e Antônio, foram dispensados dos postos subalternos do serviço militar, também pelas considerações devidas aos préstimos do pai.

Residia na Colônia também, o irmão de Manoel Botelho, o capitão de artilharia Pedro Lobo Botelho. Este capitão, em fins da década de 1740, era reputado pelo governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui como “*persona que por sus loables circunstancias as mereze la mas distinguida estimación*”, ao mesmo tempo que era constituído como o interlocutor das ordens entre os governadores de Colônia e Buenos Aires.³⁶³ Tal inserção nos circuitos de poder permaneceram até 1753, quando da ocasião da visita e Gomes Freire, quando foi considerado o “capitão embaixador” da Colônia em Buenos Aires.³⁶⁴

Ao longo dos 27 anos, durante os quais Antonio Pedro foi o governador da Colônia, a família de Botelho de Lacerda contituiu-se numa das mais influentes e poderosas de Sacramento. Mesmo após a saída do governador, e a incapacidade física de Manoel

³⁶¹ AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 460. 1752.

³⁶² AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 430. 1748. Vasconcellos indica Constantino pelo seu bom desempenho e pelos préstimos inúmeros de seu pai, Manoel Botelho, à Coroa.

³⁶³ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 12/III/1749.

³⁶⁴ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 27/VII/1753.

Botelho, devido à velhice, Pedro Lobo Botelho seguiu a frente nos negócios, e foi o responsável pela inserção do novo governador, Garcia de Bivar, nas transações com a outra banda.

Mas cabe analisar, ainda mais detidamente, os negócios de Vasconcellos ao longo desse período de governo. Nessas quase três décadas, o governador constiuu-se no maior potentado local, amparado politicamente na autoridade de Botelho de Lacerda (maior autoridade militar após o governador, e Juiz de Alfândega), e na de homens de negócios e capitães que ocuparam o cargo de Almojarife da Colônia. Ao longo do período, Vasconcellos, progressivamente, enraizou interesses e alianças com os poderosos locais. Assim, a construção do poder tanto do governador, quanto dos homens de negócio da Colônia baseou-se em uma articulação duradoura. Em 1749, era difícil, senão impossível, perceber o governador da Colônia como uma autoridade externa, ou com interesses distintos dos principais da elite local. Estes, por sua vez, deviam, em parte, a construção de seu *status* e o acesso aos cargos chaves e prestigiosos na sociedade local, justamente a essa aliança com a principal autoridade de Sacramento.

Sabemos que o cargo de Almojarife era um cargo chave para os esquemas de contrabando (assim como o juiz de Alfândega). Além disso, através de correspondências, sabemos que quando da saída de Vasconcellos da Colônia do Sacramento, em 1749, o governador ficou com créditos pendentes nas bandas castelhanas. Portanto, deixou justamente o Almojarife da Colônia, então José da Costa Pereira, como seu procurador para a integralização da dívida por parte de um militar castelhano Barnabé Latorre.³⁶⁵ A dívida de Vasconcellos, era procedente de um adiantamento que o governador havia feitos ao mercador e capitão-mor Simão da Silva Ge. Entretanto, Barnabé Latorre não honrou os compromissos extra-oficiais que firmara com Vasconcellos³⁶⁶.

Mais que informar sobre o tipo e a forma de negócios que o próprio Governador da Colônia do Sacramento envolvia-se com os castelhanos, o episódio nos mostra a íntima conexão e confiança existente entre o governador e as principais autoridades da Colônia, não apenas o Juiz de Alfândega, mas neste caso, especificamente os Almojarifes da Fazenda Real.

³⁶⁵ AGN. Colônia do Sacramento. Sala IX . 3.8.2. 15/IV/1751 .

³⁶⁶ Barnabé Latorre era devedor da quantia de 1.800 pesos a Vasconcellos. AGN – Colônia do Sacramento. 07/VII/1752. O capitão-mor Simão da Silva, em 1753 foi taxado em 1.600 pesos, no ratico da contribuição dos 100 mil pesos para a expedição de Gomes Freire na Colônia do Sacramento. AIIRGS. Lata 01 maço 02.

Embora não tenha sido localizada nenhuma denúncia ou algum documento que revelasse claramente o envolvimento de Almojarifes em negócios escusos, a análise de alguns casos pessoais, específicos, podem ser reveladores. Através das ligações e favorecimentos entre o Governador e seus oficiais, podemos vislumbrar os tipos de negócios e estratégias que os comerciantes desenvolviam no mercado platino, bem como da utilização da autoridade para incrementar seus negócios.

O citado Almojarife José da Costa Pereira, ocupou o cargo de capitão da Companhia de Ordenanças dos Moços Solteiros na Colônia. Tal posto garantia status, isenções, privilégios e franquezas – o que auxiliava os negócios de Costa Pereira. Após seu período como Almojarife (era um cargo com mandato trienal), foi indicado por Vasconcellos como selador da Alfândega da Colônia. Cargo que também permitia auferir lucros e manter-se intimamente conectado ao funcionamento da burocracia alfandegária, e, principalmente, manteve-se vinculado ao poder de forma direta.³⁶⁷

O Almojarife que mais prestígio logrou na Colônia, ocupando duas vezes o cargo, foi Manoel Pereira do Lago, que em 1749 transferiu-se para o Rio de Janeiro como Almojarife daquela cidade “pelo abonado de capitais” e “boa conta” que fez do Almojarifado da Colônia. Sua trajetória, assim como a de Botelho de Lacerda, foi intimamente ligada a Vasconcellos. Pereira do Lago, entretanto parece ter criado vínculos mais sólidos junto aos centros de poder do Império luso, especialmente Rio de Janeiro.

Manoel Pereira do Lago foi para a Colônia do Sacramento em princípios da década de 1720, pouco depois de Antonio Pedro de Vasconcelos chegar. Tinha ofício de cirurgião. Sabemos que os médicos sempre gozaram de prestígio e tinham facilidades de enriquecimento. Não demorou muito para tal reconhecimento tornar-se oficial. Pereira do Lago sentou praça como soldado voluntário, com arreios e farda de sua própria conta. Pereira do Lago dedicava-se também ao comércio na Colônia. Em 1730, enviou couros para o Reino, e seguiu para Lisboa em função de assuntos particulares. No ano seguinte, logo após seu regresso, pleiteou e obteve o posto de Almojarife e Tesoureiro da Alfândega da Colônia³⁶⁸, tendo sido respaldado para tanto pelo Governador Vasconcellos. Exerceu tal função de 1733 até 1735. Nesse momento pediu equiparação salarial com o almojarife do Rio de Janeiro, o que para além do benefício pecuniário, representava um aumento do

³⁶⁷ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 398.

³⁶⁸ Na Colônia o cargo de Almojarife da Fazenda Real e de Tesoureiro da Alfândega eram integrados.

reconhecimento de sua hierarquia e poder, igualando de forma oficial o valor de seu ofício na Colônia do Sacramento com o da praça fluminense. Em 1731, tornou-se, por indicação do governador, Capitão de Ordenanças, mais uma condição política e social que lhe beneficiava nos negócios, com as isenções, franquezas e privilégios que as patentes outorgavam à seus portadores.

A partir e durante o Grande Sítio de 1735-1737, Pereira do Lago prestou favores de grande importância à Coroa, o que nos permite perceber mais claramente, pela natureza das fontes consultadas, os negócios nos quais Manoel Pereira estava envolvido.

Após o armistício de 1737, Pereira do Lago era credor de uma dívida de 9:849\$143rs junto a Fazenda Real. Esta soma devia ser paga na Praça do Rio de Janeiro a seu procurador João Duarte Fi[ll]gueira (relacionado numa lista de moedeiros da cidade)³⁶⁹. Restou também uma lista de favores prestados a Coroa durante o sítio, incluindo desde busca de mantimentos e fardamentos em Santa Catarina, até missões para obtenção de lenhas na campanha, e principalmente, comprou e conduziu gados na campanha, desde o Rio Grande até a Colônia³⁷⁰.

Em 1744, sabemos que havia um navio seu em Lisboa, o qual voltou à Colônia pela via da Bahia e do Rio de Janeiro, onde iria carregar fardas, mantimentos e munições, por conta da Fazenda Real, além de gêneros para comércio em seu nome³⁷¹. Observa-se que somado ao comércio, ou visando facilita-lo, Pereira do Lago continuava prestando favores ao Rei, e assim obtendo as licenças que pleiteava para realizar seus negócios. Vasconcellos foi sempre um dos interlocutores de Pereira do Lago junto à Coroa.

Mais ainda, em 1747, Pereira do Lago obteve permissão para o envio, pelo Rio de Janeiro, de uma embarcação sua à costa da África, a Benguela ou Angola trazer negros³⁷². É intrigante e revelador que, meses antes, Vasconcellos estivesse empenhado em representar junto ao Conselho Ultramarino sobre a retirada de um imposto de 10 pesos

³⁶⁹ AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Docs . 8612 e 10913. [1739]

³⁷⁰ Para maiores detalhes dos préstimos de Pereira do Lago ver parte 3.5 deste estudo, referente ao "Grande Sítio".

³⁷¹ AIU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 408. 1746.

³⁷² AHU-ACL-CU-Rio de Janeiro. Doc. 13818. 1747. Manoel Pereira obtém a licença.

(7\$500rs) para introdução de escravos na outra banda, que o Brigadeiro Silva Pais havia instituído à revelia da opinião dos homens de negócio da praça³⁷³.

Ainda no ano de 1747, Pereira do Lago obtém sua segunda nomeação para o cargo de Almojarife da Colônia e Tesoueiro da Alfândega. E é ainda no exercício dessa função que logo após a saída de Vasconcellos do governo da Colônia, ele pleiteia e obtém a transferência para o Rio de Janeiro, ocupando o mesmo posto: Almojarife da Fazenda Real. O donativo pago cobria 6 anos no ofício.³⁷⁴

Sua transferência para o Rio de Janeiro não significou que tivesse abandonado seus negócios na Colônia. Continuou a manter interesses em Sacramento, como indica uma questão sobre a isenção que pretendia obter para 200 barris de doce que foram para a Colônia. Por seus vínculos pessoais, garantiu que o juiz da Alfândega da Colônia desse uma informação favorável a sua causa.³⁷⁵

Finalmente, sabemos que em 1752, por ocasião da chegada de Gomes Freire a Colônia, realizou-se uma chamada de contribuição de 100 mil pesos a ser paga pelos homens de negócio da Colônia. Manoel Gonçalves Machado, negociante com casa estabelecida, comissário ou sócio de Manuel Pereira do Lago, pagou a quantia de aproximadamente 5:000\$000 de réis por conta de Lago.³⁷⁶

Através da trajetória de Manoel Pereira do Lago ficam claros os vínculos entre sua carreira, enquanto autoridade real e servidor fiel a El Rey e seus importantes interesses enquanto homem de negócios. Pereira do Lago soube conjugar suas atividades e orientar seus recursos pessoais e financeiros com a finalidade de atuar e explorar os espaços e as possibilidades que o sistema colonial do Império Português permitia. Desde Colônia do Sacramento, Manoel Pereira atuou em Lisboa, Bahia, Rio de Janeiro, e costa da África. Apesar de sua localização periférica em relação aos centros de poder, seu conhecimento e relações no mercado platino, permitiam que utilizasse os contatos extra-oficiais para obter um diferencial frente ao demais homens de negócio que atuavam desde outras praças do

³⁷³ AHU-ACL-CU-012 – Colônia do Sacramento. Doc. 409. 18/VII/1746. O Brigadeiro Silva Pais governou a praça interinamente, por alguns meses em 1743, quando Antônio Pedro de Vasconcellos esteve impedido de governar por doença.

³⁷⁴ AIU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 14555. 06/X/1749.

³⁷⁵ AIU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 16714. 1751.

³⁷⁶ AIIRGS. Documentação Fazendária. Lata 01. Maço 03. [1752]

Império. Assim, utilizou de suas redes de fidelidades pessoais na Colônia de Sacramento, conjugando postos de autoridade e negócios, adquiriu prestígio, cabedais e condições para aceder ao centro da Colônia em uma situação privilegiada.

A saída de Vasconcellos em 1749, parece ter sido um impulso à muitos dos principais homens de negócio da Colônia mudarem de cidade. Após sua saída, os homens mais próximos a ele, como os antigos Almoxarifes de Sacramento, Pereira do Lago e José da Costa Pereira (que ficou como procurador de Vasconcellos neste ínterim), solicitaram transferência para o Rio de Janeiro ou Lisboa. Enfim, buscavam utilizar o capital e as influências acumuladas na Colônia do Sacramento para buscar a melhor inserção possível nos centros de poder aos quais estavam vinculados no Império Português.

Se junto com o fim do governo Vasconcellos, muito dos antigos poderosos buscaram novas colocações na sociedade Colonial, tal não foi o caso das famílias do Coronel Manoel Botelho de Lacerda. Com a chegada, em 1749, de Luis Garcia de Bivar, novamente se estruturou uma aliança entre os Botelhos e o Governador. Agora a principal figura já não era Manoel Botelho³⁷⁷, mas seu irmão, Pedro Lobo Botelho, que mantinha com o Governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui, excelentes relações pessoais³⁷⁸.

Em pouco tempo o “capitão embaixador” Pedro Lobo Botelho estabeleceu o contato entre os governadores. A partir de então, surgiu uma relação de troca de presentes e cordialidades. “*Piñitas de plata virgen*”, escritanias e lenços de lã de vicunha eram retribuições à licores de caracas, chocolates e jogos de mesa de porcelanas, nas trocas de presentes entre os Governadores de Buenos Aires e Colônia, respectivamente³⁷⁹. Estabelecia-se, conjuntamente, os acordos para permitir as liberações, por parte do governador da Colônia, dos passaportes falsos para embarcações buscarem de “gêneros de abastecimento” em Buenos Aires, ou Montevideú.

³⁷⁷ Segundo observação de Gomes Freire, em 1754 o “coronel estava muito velho e cheio de achaques que lhe prometem pouca vida”. Manoel Botelho de Lacerda morreu no mesmo ano. AHU-ACL-CU- Rio de Janeiro. Doc. 19292. IV/1754.

³⁷⁸ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2. 12/III/1749, 15/IV/1749, 27/III/1749, 02/IV/1749. Além de por repetidas cartas Andonaegui ressaltar a honra e distinção do capitão Pedro Lobo Lacerda, este quando escreve a Andonaegui chega a mandar lembranças a “Pepezito”, filho de Andonaegui, e das brincadeiras que chegara a ter com o garoto algumas noites em Buenos Aires. Tal fato corriqueiro e familiar é denunciador da estreita relação pessoal de amizade entre Lobo e Andonaegui.

Pedro Lobo Botelho, manteve sua condição de principal interlocutor em Buenos Aires durante o tempo em que a expedição de Gomes Freire de Andrade passou pela Colônia. Ocupava uma posição de destaque na sociedade local. A permanência da família desde os primórdios da reocupação portuguesa de 1717, as patentes militares, e as alianças duradouras com autoridades e homens de negócio em Buenos Aires, bem como a incorporação de um homem de negócios inglês, foram instrumentos que permitiram aos irmãos Botelho acumularem prestígio e riquezas que consolidaram uma posição social de destaque e influência política na Colônia, mesmo depois da saída de Vasconcellos. Ao contrário de Pereira do Lago e José da Costa Pereira, Botelho de Lacerda e seu irmão, Pedro Lobo Botelho, mantiveram-se na Colônia ao longo da década de 1750. Talvez, a inserção da família nas redes comerciais e de relações pessoais estivesse muito vinculada ao Prata. Talvez fossem justamente os fortes vínculos mantidos com as autoridades portenhas que constituíssem os recursos e contatos que eram a base do poder da família. Enfim, Manoel Botelho de Lacerda, ao longo dos mais de trinta anos de atuação no complexo portuário platino, possuía todo o tipo de experiência em atividades comerciais lícitas e ilícitas. Sua família mantinha contatos e vínculos de reciprocidade com importantes figuras da sociedade buenairense, e o genro era homem de negócios inglês. Enfim, em outra localidade, os recursos e possibilidades de atuação da família Botelho não seriam tão vantajosas como em Sacramento. Afinal, além de todos os vínculos, a antigüidade da família na cidade constituía certamente um fator de nobilitação na sociedade local. Entretanto, a partir da década de 1750 o futuro de Sacramento enquanto uma cidade portuguesa viu-se definitivamente ameaçado.

Ao considerarmos a trajetória do Governador Vasconcellos e a dos homens que foram os principais sustentáculos políticos de seu poder, podemos ver indícios de que cada um ocupe um papel determinado em relação às redes sociais e articulações com os centros de poder. Manuel Botelho de Lacerda, construiu uma família que poderíamos considerar totalmente adaptada às redes comerciais e sociais do Rio da Prata, criando vínculos pessoais com autoridades de Buenos Aires, e incorporando um negociante inglês à família. Construiu aí a base de seus recursos e redes pessoais. Antônio Pedro de Vasconcellos, era a parte mais visível da organização. Era o detentor do maior cargo hierárquico em Sacramento. Seu poder emanava dos vínculos diretos que possuía com Lisboa: tanto como Governador investido pelo Rei, como por suas relações pessoais com o Presidente do

³⁷⁹ AGN – Colônia do Sacramento. Sala IX 3.8.2 23/VII/1749 e 12/VIII/1749.

Conselho Ultramarino. Manoel Pereira do Lago e José da Costa Pereira, dois homens que serviram em distintos momentos como Almojarifes da Fazenda Real e outros cargos fazendários na Colônia, eram fortemente vinculados ao Rio de Janeiro. Se considerarmos que a Fazenda da Colônia do Sacramento estava submetida à do Rio de Janeiro, e que era o Almojarife o responsável por lançar as letra sobre a fazenda do Rio de Janeiro, parece realmente importante que a pessoas que ocupassem tal posto tivessem vínculos seguros na praça carioca. Manoel Pereira do Lago construiu tais conexões, e conseguiu, desde Sacramento, acumular recursos suficientes para inserir-se de forma privilegiada no centro de poder e comércio, junto ao qual mais atuou durante seus anos no Prata. José da Costa Pereira foi também Almojarife da Fazenda Real e Selador da Alfândega, transferindo-se para o Rio de Janeiro após a saída de Vasconcellos.

Enfim, desde a Colônia, o Governador e seus oficiais aliados, através de fortes relações de reciprocidade, vinculavam-se aos principais centros de poder no Império luso aos quais Colônia estava ligada. Simultaneamente a associação com Botelho de Lacerda assegurava contatos em Buenos Aires e era facilitador dos contatos com os ingleses. Tal tipo de articulação representa uma das possibilidades de associação e articulação das redes de relações pessoais, comerciais e políticas, na Colônia do Sacramento na primeira metade do século XVIII.

É com a saída de Vasconcellos que essa tripla associação de poder entre o Governador e os seus oficiais desarticula-se. O tratado de Madri provocara a substituição de Vasconcellos. Talvez com temor da realização de alguma devassa, ou buscando garantir uma posição mais segura dentro do Império português, Manoel Pereira do Lago e José da Costa Pereira transferem-se para o Rio. E sabemos qual foi a opção da família Botelho. Com o tratado de Madri e as políticas pombalinas, a realidade da Colônia e do Prata sofreu profundas alterações.

A partir desse momento começava a se estruturar novas conjunturas internacionais e formar-se um novo cenário da região platina. As relações entre Espanha e Portugal durante a expedição demarcadora dos limites na Banda Oriental, e a conseqüente eclosão da Guerra Guaranítica alteraram *modus operandi* no complexo portuário do Rio da Prata, especialmente no tocante às relações dos luso-brasileiros com os castelhanos. Ocorreram momentos de maior fluidez, e subsequentes momentos de hostilidades.

As medidas Pombalinas vão também contribuir para o início de mudanças políticas e sociais mais profundas, que alteraram fortemente o comércio e a realidade da região platina nas décadas seguintes.

5. - Comentários Finais

A Colônia do Sacramento na primeira metade do século XVIII, antes de assemelhar-se a um “ninho de contrabandistas”, seria melhor representada pela imagem de uma cidade de comerciantes. O contrabando na região platina era estrutural. Autoridades e comerciantes confundiam-se com os contraventores. Sacramento, enquanto ponto de conexão das rotas do Império Português no estuário platino, constituiu-se em uma cidade com uma população razoável para a região. Integrada ao complexo portuário rio-platense, e fortemente vinculada ao comércio com portos da costa do Brasil, Sacramento reproduziu localmente os valores e mecanismos das sociedades ibéricas de Antigo Regime.

As relações entre os luso-brasileiros e castelhanos, especialmente no que tange à exploração das campanhas da Banda Oriental, sofreram importantes variações durante o período. Na primeira metade do século XVIII, foi quando, desde São Paulo, por terra e do Rio de Janeiro, por mar, incorporou-se os territórios situados ao Sul de São Vicente até o rio da Prata. Desde o Rio fundou-se Sacramento, e devido ao equilíbrio das forças na região, na disputa pelo controle dos rebanhos, fundou-se o forte de Rio Grande, com suas guardas avançadas no Chuí e em São Miguel. Estas visavam a garantia e o controle da região de Castilhos, que era pródiga em rebanhos. Desde São Paulo, o avanço para o sul deu-se por terra, resultando na fundação de Laguna, na abertura de estradas conectando o Rio da Prata com as povoações do Brasil. A abertura da estrada Viamão – Curitiba, fez com que os principais homens de negócio e autoridades de Laguna direcionassem suas atenções para Viamão. A fundação de Rio Grande e das guardas adjacentes, representou um ponto de coincidência de interesses entre as duas frentes de expansão para o sul.

O desenvolvimento da Colônia do Sacramento enquanto núcleo urbano foi marcado por duas fases distintas. Entre 1717 e 1735, a Colônia desenvolveu-se rapidamente e de forma integrada na campanha da Banda Oriental. Os luso-brasileiros possuíam estâncias, quintas e chácaras nas cercanias da Colônia, assim como léguas adentro na Banda Oriental. Nessa região desenvolveu-se uma forte produção pecuária e agrícola, concentrando um expressivo contingente populacional, que abarcava portugueses, castelhanos, jesuítas e índios tape, além dos minuanos. Os luso-americanos atuavam também enquanto mercadores e exploradores dos recursos naturais em todo o território entre a barra do Rio

Grande e o Rio da Prata. Após 1737, a cidade da Colônia do Sacramento perde o principal de sua área agrícola, e muitos interesses luso-brasileiros vinculados aos recursos pecuários, especialmente os rebanhos de gado, são transferidos para Rio Grande. A partir de então, Sacramento já não dava suporte a tais atividades em virtude do estabelecimento do Campo de Bloqueio.

Entretanto, apesar da perda territorial, Sacramento continuou sendo um ativo centro comercial na Banda Oriental. Apesar das tentativas de controle de acesso à cidade, com o Campo de Bloqueio dos castelhanos, os contatos ilícitos mantinham Sacramento conectada ao Rio Grande e ao restante da Banda Oriental. Esses contatos eram também pretextos, por parte dos luso-brasileiros, para o acesso às terras e rebanhos da franja norte do atual Estado do Uruguai.

Os contatos comerciais com os castelhanos não sofreram o mesmo impacto dos fatos desenrolados após 1737. O que mudou nessas relações entre portenhos e sacramentinos foi que o couro, a partir de então, podia ser obtido quase que exclusivamente através dos castelhanos, uma vez que o bloqueio sustentado pelo patriciado portenho impedia a livre exploração da Banda Oriental desde Sacramento. Entretanto, isso não impedia que durante a década de 1740 pilhas de couros ficassem acumuladas nas ruas da cidade à espera do embarque rumo ao Brasil e Portugal. O abastecimento da Colônia também ficou mais dependente do comércio. Embora tenha perdido grande parte de sua população dedicada às lides agrícolas, a Colônia manteve um alto contingente populacional vivendo na área urbana, vinculada especialmente ao comércio no Prata e com o mercado Atlântico.

Apesar das modificações no que se referia às condições de abastecimento da cidade, o comércio não sofreu uma mudança de ritmo. O que verificou-se foi uma maior utilização de pretextos oficiais para justificar os contatos entre os habitantes de Colônia e Buenos Aires, que agora estavam mais ligados através do Rio da Prata. Licenças falsas para buscar viveres nos portos de Buenos Aires e Montevideu foram os principais artificios utilizados para justificar os contatos entre os súditos das duas Coroas.

Assim como o comércio, o jogo de forças políticas dentro da Colônia do Sacramento foi bastante estável ao longo do período. Durante 27 anos, Antônio Pedro de Vasconcellos, governou Sacramento, entre 1722 e 1749. Tal estabilidade política deu suporte à intensas relações entre habitantes da Colônia e Buenos Aires. O comércio entre ambas margens do Prata era realizado baseado muitas vezes no crédito. Dívidas procedentes dos negócios entre comerciantes portenhos e de Sacramento chegavam a ser

asseguradas pelas próprias autoridades da Colônia e de Buenos Aires - por vias legais ou não.

O governador, juntamente com os oficiais da Fazenda Real da Colônia controlavam as principais vias de acesso do contrabando, tanto com os portenhos, quanto com os ingleses, que intermitentemente freqüentavam o Prata.

A presença de navios ingleses nas proximidades da Colônia contava com a conivência das autoridades. O governador e seus oficiais de alfândega eram acusados de receber benefícios pessoais para permitir tal presença. Mas também importantes homens de negócio de Sacramento tinham seus interesses vinculados à presença inglesa na Colônia.

As importantes conexões que o Governador, o Mestre de Campo e Juiz da Alfândega, e o Almojarife e Tesoureiro da Alfândega, em diferentes centros de poder, propiciaram uma associação de recursos e influências que manteve o controle dos circuitos de comércio da Colônia durante a maior parte do período. Centrada no Governador, com seus importantes vínculos ao centro do poder na Metrópole, estruturou-se uma rede de influências que controlou o mercado de Sacramento. Os contatos da família Botelho de Lacerda com os portenhos e ingleses garantiam os contatos no interior do estuário platino. Os almojarifes da Colônia, por sua vez mantinham as relações e vínculos com o Rio de Janeiro, cidade à qual o ofício de Almojarife estava intrinsecamente ligado, uma vez da dependência da Fazenda Real da Colônia em relação à do Rio de Janeiro. Dentre os Almojarifes que estiveram vinculados à Vasconcellos, o mais célebre e que ocupou mais vezes o posto foi Manoel Pereira do Lago.

A articulação desses elementos, e o somatório dos recursos que cada um deles aportava ao esquema de poder na Colônia do Sacramento era ao mesmo tempo responsável pela manutenção desse grupo no poder na cidade. Assim como era a própria fonte da reiteração dos valores e da autoridade lusa na Colônia. Dessa forma, as múltiplas possibilidades existentes no complexo portuário platino, e os diversos fatores envolvidos dentro e fora do Império português eram características peculiares de Sacramento. A aliança estabelecida pelo Governador com os notáveis de Sacramento constituiu a estratégia de um grupo da elite para manter-se no poder, explorando os espaços e possibilidades que se apresentavam no Prata setecentista. A grande distância em relação aos centros de poder, assim como a inexistência de uma câmara e de magistrados, na Colônia, favorecia tais arranjos entre o Governador e seus aliados.

Assim, se por um lado a Colônia do Sacramento teve sua história marcada por guerras, avanços e recuos territoriais significativos, especialmente ao longo desse período.

Por outro lado, o comércio não apresentou semelhante instabilidade. Se por um lado habitar Sacramento e suas adjacências pode ter sido inseguro, especialmente no que se refere à exploração direta da campanha, por outro, o comércio manteve-se como uma atividade sem grande exposição à riscos.

Finalmente, lembramos que Sacramento encontrava-se inserida e articulada às rotas do comércio atlântico do Brasil, Lisboa e África. O papel que Colônia possuía enquanto porta de entrada da prata na economia colonial, bem como de couros, e o mercado que representava a Colônia, transcendia em muito às cifras oficiais disponíveis até o momento. Também devemos levar em conta os diferentes fatores extra-econômico que condicionavam o mercado e os diferentes objetivos e ideais de prosperidade que regiam as sociedade de antigo regime, num mundo onde os valores liberais ainda não predominavam.

O presente estudo não pretende esgotar a temática acerca da Colônia do Sacramento, do comércio platino, das sociedade que ali se estruturaram e dos vínculos entre o Prata e a América Portuguesa. Estudos referentes à participação da Bahia e de Pernambuco precisam ser realizados. Bem como uma investigação mais profunda nos arquivos coloniais do Uruguai. A documentação notarial da cidade do Rio de Janeiro também deve trazer à luz muitos dados sobre as sociedades e companhias comerciais que atuaram na Colônia. Essas são algumas questões que deixo indicadas e, creio, merecem atenção futura por parte dos pesquisadores da história platina.

ANEXOS

Seguem transcritos alguns documentos que consideramos importantes e reveladores das relações sociais e comerciais no Prata do século XVIII.

Anexo 1.

Carta de Pedro Lobo Lacerda José de Andonaegui.

15 de Abril de 1749.

Meu Sr. Mio, o grande carinho comque Vs. Me lançou me permitir a de hir os pes de Vs todo [...] de afecto ofresendo lhe minha fiel excravidaõ com a mays rendida obediencia, sendo todo o meu maior dezejo hua felis saude na pessoa de Vs e q a Sma. Governadora mto. Minha sra. nao tenha a mays minima molestia e o sr. Don Pepezinho tenha todas as felisidades q. merece a sua lindeza e perfeysao pa. Q. Vas. Sas. Logrem com mto. Gosto a sua espreteza, pois a mim me tem lembrado os briquedos q. com hele tive alguas noytes; nao quero ser mais inoportuno por que sey q o seu grande governo nao permite imbrasos [...] D.G. a pessoa se Vsa. Por mto. Ann. Hoje Colonia 15 de Abril de 1749.

Pedro Lobo Botelho de Lacerda

Sr. Don José de Andonaegui

(AGN – Colonia del Sacramento. Sala IX 3.8.2)

Anexo 2.

Carta de José da Costa Pereira à Joseph de Andonaegui

Mui señor mio, havendo chegado a ocazião de seguir viagem a corte de Lizboa pello Ryo de Naeyro como a V.S. tenho manifestado, seme faz percizo antes de o executar, pedir a V.S. lizença pa. paçar a essa cidade. Por trez ou coatro dias, a procurar as ultimas ordens de V.S., e junamente a despedirme de mis amigos e de meu primo José de Araujo Gomes

Quando a minha pertença na[o] incontre avontade de V.S., com seu abizo procurarey na ocazião daz vespervas de minha partida chegar e voltar combrevidade, pois nem o tempo me permite demora; e sendo cazo q o hir eu publico lhe sirva a V.S. de alguma objeção, não terey duvida hir oculto e de capa e no aparesser sino de noute aos meus amigos, porem de nenhua forma sem lizenca de V.S., porq. No me bem hir oposto a que me façam algum dezayres, sendo o quanto por ora semeofersse dezir a V.m. q D. g. m. a. Colonia 10 de Nov. de 1749

Se le negó. (verso)

(AGN – Colonia del Sacramento. Sala IX 3.8.2)

Anexo 3.

Passaporte para compra de víveres

Passaporte -

Esta lancha de q. he Patrão Manoel Rodrigues por ordem minha no serviço de S. Mag. Portugueza a comprar viveres ao Riacholo na forma da cappitulações entre as duas Coroas [...] e leva licença somente para seis siaz, e findos estes, pesso logo aos senhores governadores e comandantes dos portos de S.M. Catholica a fação seguir sua viagem para esta Praça, e se por algum accidente do tempo for aribada a algunz dos Portos do referido Sres. Pesso e de preco aos mesmo senhores [...] lhe deem todo favor, auxilio socorro e ajuda, para que possa conseguir a deligencia de que vai encarregado [..]

22 de 7bro de 1749

Luis Garcia de Bivar.

Anexo 4.

Carta de Joseph de Andonaegui para Luis Garcia de Bivar

Mui Senhor mio en carta de 13 de agosto proximo pasado exprese a V.S. los justos sentimientos que tenia por los desarreglados procedimientos de las gente de las embarcaciones que vienen se esa plaza a esta (en via delas convenciones) a buscar viveres, siendo hechos constantes lod de haver herido en dos ocasiones aun guarda, y a un soldado ordenanza, por que les embarazaban sus disignios, y como cadadia toco commais fuerza la falta de los tratados en que no combenimos, me persuado hazen mui poco efecto en V.S. mis quexas, y parece sein otros motibos que los de surtir de viveres a esa Plaza, los que traen la embarcaciones de ella a este Puerto pues quando V.S. deviera dedicarse a cumplir lo acordado con la religiosidad y fe prometida hallo que no lo executa, ni aun estimulado de mis repetidas instancias, por que de cumplirlo V.S. no vinieran las embarcaciones como vienen arrojando de si negros y efectos de ilícito Comercio, lo que se evidencia por lo que se ha comisado llegando el atrevimiento de la gente a saltar en tierra antes de tomar el Puerto con una irreverente transgresion delas orns. Que les tengo prevenidas: asi lo conozera V.S. en el hecho de tres marineros que alas ocho dela noche se arrojaron en tierra sin aguardar entrase la embarcación en el Riachuelo, y por que vea V.S. mi sufrimiento y tolerancia selos remito con el Patrón Francisco de los Santos para que les mande enseñar a obedecer, y les imponga el castigo correspondiente a su enmienda, estando V.S. en la inteligencia que sino se sirve poner la exactitud devida sobre lo pactado enlas combenciones para evitar el ilícito comercio y remediar los excesos que pueden alterar el sosego delos dos Governos y la buena amistad de Nros. Soberanos me vere precisado a tomar las resoluciones correspondientes para evitarlo como lo tengo manifestado a V.S> en la de 13 de agosto citada, y asi espero de la buena conducta y eficacia de V.S. el remedio delos males que llevo referidos, que experimentandolo yo en lo subcesibo no me quedara otro arbitrio que el de permanecer en la perfecta observancia de lo combenido como hasta

aquí y el de servir a V.S. enquanto sea de su obsequio. D.G.V.S.M.A., 3 de octubre de 1749

Posdata:

Mui Sr. Mio suplico a V.S. me haga la honra de contener esta gente de sus embarcaciones para que no tengamos disgustos y así mismo ruego a V.S. no permita vengan en dichas embarcaciones pasajeros ni frailes y clérigos, esta fineza he de merecer a V.S. que le sere muy reconocido. D.G.V.S. su más fiel servo = Joseph de Andonaegui.

(AGN – Colonia do Sacramento. Sala IX 3.8.2)

Anexo 5.

Real Cédula em Favor de Francisco de Alzaybar

Junio, 13 de 1740

Consejo, Justicia y Regimiento de la muy noble y muy leal ciudad de la trinidad y Puerto de Buenos Ayres, en las Provincias del Rio de la Plata, haviendome representado Dn. Francisco de Alzaybar, el ningún motivo que tuvo Dn. Joseph Zenzano, Ministro del Tribunal de la Casa de la Contratación a las Indias que reside en Cadiz, para haver incluido en la causa que se le cometió contra el Governador de essa ciudad, y puerto de Buenos Ayres, Dn. Nicolas Geraldín, pasando con notorio defecto de Jurisdicción, a hacer cargos, sobre supuestos excesos, de ilícito Comercio, con Portugueses, e Ingleses, y que aunque su inocencia se hallaba, calificada con la determinación, que en vista de los autos avia tomado mi consejo de las Indias, de alzarle, y quitarle la Carzelaria que guardó en Madrid, y sus Arrabales, y que se le desembarguen sus bienes, para usar de ellos, como le combiniera, no obstante la fianza de quatro mil pesos, con que al mismo tiempo se lo gravó, de presentarse quando se le ordenase, le era de sumo perjuicio, así por que lo que podia retraherle esta causa de sus graves negocios, como por que ignorandose en el publico las circunstancias de su inculpabilidad, y contemplandole implicado en una causa criminal, padeceria notablemente, su buen credito, sin que huviera quien continuara en su confianza, de que depende el todo de qualquier Comercio, pidiendo que en atencion a lo referido, y al valor, y desinterés con que se portó en la expedición de la Colonia del Sacramento, y al servicio que ha hecho de diez y seis mil escudos de Vellon, (que ha entregado en la Thesorería de la Fabrica de mi Real Palacio) me dignara mandar no se inquiriese de su persona, en los Articulos que se contienen en el Interrogatorio de dicha causa, ni en los demas que se huviesen formado, como resulta de ella, borrándose para que ahora, ni en tiempo alguno se puedan subscribir, imponiendo en todos ellos perpetuos silencio, iteniendo presente que de los testigos examinados por el referido Juez, no se ha justificado cargo alguno, quando se le ha levantado sus bienes, y que la fianza, de los quatro mil pesos, solo puede mirar aprecaver algún remoto cargo que pueda resultar, en essa referida ciudad, y puerto de Buenos Aires, que nunca se ha podido estimar de consideración segun la naturaleza y cantidad de la fianza, como también el merito que hizo en la citada expedición, perdiendo uno de sus navios, y cediendo las presas en favor de mi Real

Hazienda, he venido por mi Real Decreto de dos del presente me de Julio, informado de todo en condescender a su instancia, y en su consecuencia, he mandado que el referido Dn. Francisco de Alzaybar quede libre de la fianza de los quatro mil pesos, y cancelados los autos, y articulos que puedan mirar directa o indirectamente contra su persona y sin efecto alguno, imponiendo en ellos perpetuo silencio, como tambien a los delatores, sin que a ora, ni en tiempo alguno a su instancia, ni de officio de juez, se puedan subcitar tanto en Espeña, como en esa ciudad y puerto de Buenos Ayres, por lo tocante a la causa principal, y en las incidencias de los Interrogatorios, nuevamente despachados por el mencionado mi Consejo de Indias, de resulta de la expresada Causa, principal, sobre sus comercios, y demas, por lo respectivo a lo pasado, pues le declaro por libre de todo lo que se le ha imputado, y por bueno y fiel ministro; de todo lo qual o participo para que (como os lo mando) en la parte que os pertenciere, deis efectivo cumplimiento a esta mi Real Resolución dandome cuenta de quedar en esta inteligencia en las primeras ocasiones que se ofrezcan. De Buen Retiro a 13 de julio de 1740

Yo el Rey

Por mdo. Del Rey N.S.

Dn. Miguel de Villanueva

(AGN – Reales Cédulas. Tomo 15.SALA IX 24.7.9 Foja 245)

Anexo 6.

Carta (cópia de capítulo) de [comerciante da Nova Colônia] ao presidente do Conselho Ultramarino, protestando contra os irmãos Manuel de Macedo Pereira e João de Macedo Pereira. Capítulo de uma Carta da 03 de junho de 1724

Vejome oprimido nesta Praça com um Manoel de Macedo Pereira e João de Macedo Pereira irmão um do outro sendo o primeiro Cap. de Infantaria os quais por eu lhe não querer fiar fazenda e emprestar dinheiro me quizerão Largar fogo as cazas sendo acostumados a outros absurdo e o mesmo fizerão desta compa. que do Rio de Janeiro aqui estava se acabou tendo o governador passado Manoel Gomes Barboza remetido prezo para o Rio por amotinador desta Praça ao João de Macedo Pereira fazendo o mesmo Gov. este excesso por ser interessado em tal compa. Do Rio de Janeiro porém este queychandome ou sabendo ele o que os taes macedos intentarão fazer fazer nenhum cazo fez disso, o que notavelmente senti porque como elles veem q o governador p'oy cobro neste absurdo procurarão. Caminho deo concluir sendo estes macedos tao prejudiciais que costumão botar cain's de filla aos soldados / os quais logo desertam para Buenos Aires / e também o fazem am.as mais pessoas particulares. Quando a V.Mercê lhe não seja possível alcançar de[...] Conselho de Ultramar alguma carta de reprehensão ao Governador sobre esta matéria não será pouco acertado que isto bastará para que eles tremão e certamente não se atreverão a intender comigo mais o mesmo pavor, efeito fará uma do secretario de Estado que esta a meu favor sempre eu quis trazer vendo o Gov. desta praça não hera ou tinha algum lucro nesta Companhia e quando seja fácil o fazer-se maior prejuizo aps mesmos macedos desterrando-os daqui para fora a[ss]ima digo fez o outro governador será serviço de Deos por ficar a praça quieta e não fugirão tantos soldados della.

(AHU – Colônia do Sacramento. Documento 125.)

Anexo 7.

Requerimento de João Burrish [1752]

Diz João burrish, nação bertanica, homem de negócio, morador na Praça da Colonia do Sacramento onde he cazado com Dona Rita Joanna Botelha da Trindade, filha do Mestre de Campo daquele terço, Manoel Botelho de Lacerda, da qual tem já tres filhos, e vive nela ha mais de onze anos, dezobrigado na Igreja Matriz da mesma Praça e porque deseja ser natural deste Reyno, por ter já sentado Domicilio nelle so quer estar debaixo da proteção e sugeyto as leys de V. Mag. e empregarse em tudo o que for do Real Serviço, D.G.V.M muitos annos.

(AHU – Colônia do Sacramento. Doc. 460.)

Anexo 8.

Lista dos mercadores que contribuíram nos 100 mil pesos para a Expedição de Gomes Freire de Andrade. (Documento Incompleto)

Rateyo que se fez aos Mercadores desta Praça para a Contribuição dos Cem mil pezos.

1 – Don Diogo Gon. Lima	1\$000 +
2 – Capitão-mor Simão da Silva Ge[...]	1\$600 +
3 – Capitão – mor Francisco de Campos Lima	1\$500 +
4 – Domingos da Costa de Almeida	2\$500 +
5 – João da Silva Ryos	2\$500 +
6 – Sag.-mor Francisco de Almeida	2\$200 +
7 – Antônio da Rocha Silva	1\$200 +
8 – Vicente José de Melo	\$800 +
9 – Antônio de Azevedo Souza	1\$200 +
10 – José Joaquim da Luz	2\$200 +
11 – José de Azevedo Marquez	1\$900 +
12 – João Francisco Vianna e Companhia	3\$080 +
13 – Cap-mor Bartolomeu Nogueira	\$600 +
14 – Thome Barboza	1\$000 +
15 – José Francisco Carval[haes]	\$300 +
16 – Manoel Gon. Machado e Companhia	2\$800 +
17 – Manoel Luis L[a]ma[r]	2\$900 +
18 – João [Ivo] dos Santos	\$800 +
[soma]	30\$[...]

Verso:

Soma

30\$880

19 – Manoel da Cunha [Ne]ves	1\$800 +
20 – Paulo Ferreira da Cruz	1\$500 +
21 – Francisco Martins [Lenhão]	1\$500 +
22 – José da Costa Bandeira	2\$200 +
23 – Agostinho Alvares de Araujo	1\$200 +
24 – Euzebio de Araujo e comp.	2\$300 +
25 – Cap.-mor Antonio da Costa Quintão	1\$200 +
26 – Antônio Francisco dos Reys	\$900 +
27 – Costodio da Costa Nogueira	\$300 +
28 – João Reys Lima	\$250 +
29 – Manoel Coelho Roza	2\$500 +
30 – João Alvarez Penna	\$900 +
31 – José de S. Luis	1\$200 +
32 – José Pereyra de Carvalho	\$600 +
33 – Domingos Fernandes [...] e comp.	1\$200 +
34 – José [...] Bernardes	\$200 +
35 – Brás Baptista de crasto e comp.	1\$700 +
36 - José Gomes Barboza e comp.	1\$700 +
37 – Francisco Alvarez Lima	1\$[5]00 +
[soma]	55\$330

(AHRS – Documentação Fazendária. Lata 01. Maço 02)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, Porto Alegre.

RoI de Confessados de Viamão, 1757.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.
Documentação Fazendária: Lata 01

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio de Janeiro.

Mapoteca: Colônia do Sacramento.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Lisboa.

Manuscritos Avulsos sobre a Colônia do Sacramento (Microfilmes Projeto Resgate)

Documentos 01 a 461

Manuscritos Avulsos sobre a Capitania do Rio de Janeiro, Coleção Castro Almeida/Projeto Resgate (CD-ROM)

ARQUIVO GENERAL DE LA NACIÓN ARGENTINA. Buenos Aires.

Reales Ordenes

Libro 1	Sala IX 24.10.9
Libro 2	Sala IX 24.10.10
Libro 3	Sala IX 24.10.11
Libro 4	Sala IX 24.10.12

Reales Cédulas Provisiones y Decretos

Sala IX	Tomo 12	24.7.6
	Tomo 13	24.7.7
	Tomo 14	24.7.8
	Tomo 15	24.7.9
	Tomo 16	24.7.10
	Tomo 17	24.7.11

Montevideo - Sala IX Legajo 2.1.4

Comerciales – Sala IX Legajo 30.8.6

Bandos de Gobernadores y Virreyes del Rio de la Plata -

Sala IX 8.10.1

8.10.2

Tribunales

Sala IX

Legajos: 39.9.4

39.9.6

39.7.3

41.1.8

41.1.6

42.2.02

Tribunales, V-3 Expedientes 1 e 3*Tribunales* Z-1 Expediente 8*Tribunales* L-2 Expediente 14*Tribunales* L-3 Expediente 4*Tribunales* R-9 Expedientes 6,8 e 9*Tribunales* Legajo 113 Exp. 22*Tribunales* B-1 Expediente 27*Tribunales* Legajo 02 Exp. 6*Archivo do Cabildo*

19.1.8 (1729-34)

19.2.2 (1739-46)

Buenos Ayres – Correspondência com Espanha y Varios

21.1.8

21.1.1

Escribanías

José de Esquivel Reg. 3 Tomo I

Francisco Merlo Reg. 2 Tomo I

Cartas Cuentas de los Oficiales Reales

1.3.4

Sucessões

4344

3860

8411

8417

8410

Campo de Bloqueio na Banda Oriental

Sala IX 4.3.1

Fondo Gobierno Colonial -Colônia do Sacramento

Sala IX

Legajos 3.8.2

3.8.3

3.8.4

Expedicion a la Colonia contra Portugueses

Sala IX 4.4.2

4.4.3

4.4.4

4.4.5

Contrabando y Comisos

Sala IX 11.1.5

11.1.8

Contaduría de Buenos Ayres Borrador de Cartas

Sala XIII 42 .2. 23

Registros de Navios

Sala XIII 43 .1. 4

Arquivo Andrés Lamas

Sala VII Legajos: 22, 28, 31, 37, 39,42, 44, 45, 46, 48, 52, 75

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro.

Coleção Instituto Histórico e Geográfico

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

ABREU, Cristóvão Pereira de. "2ª Prática - Que dá ao P. M. Diogo Soares, o Capitão Cristóvão Pereira, sobre as Campanhas da nova Colônia, e Rio Grande ou Porto de S. Pedro". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v. 69 (1), 1908. Rio de Janeiro.

ABREU, Cristóvão Pereira de. "3ª Prática - Notícia dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. Me. Diogo Soares". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v. 69 (1), 1908. Rio de Janeiro.

- ARQUIVO NACIONAL. *Documentos Históricos: Provedoria da Fazenda de Santos - leis, provisões alvarás, cartas e ordens reaes*. Coleção nº 445, v. XIII - XX. Vol. II. Rio de Janeiro: Braggio & Reis, 1928.
- BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. *Documentos sobre a Colônia do Sacramento, códice 467 do Fundo Geral Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa - separata nº 99 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial / IHGRGS, 1945.
- BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. *Documentos sobre a Colônia do Sacramento. códice 467 do Fundo Geral Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa - separata nº 104 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Continente / IHGRGS, 1946.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: UERJ, s.d. [CD-ROM] [1717].
- CABRAL, Sebastião da Veiga. *Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento [1713]*. Montevideu: Imprensa Nacional. Apartado da Revista do Inst. Histórico e Geográfico do Uruguai, 1965. T. XXIV.
- FARIA, Francisco de Souza e. "Notícia - 1ª Prática Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor do dito Caminho". In: *RIHGB* Tomo LXIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- LISANTI FILHO, Luis. *Negócios Coloniais* Rio de Janeiro: Casa da Moeda. 1973.
- PAUCKE, Floriam. *El Silberfluss, Montevideo y la Colonia del Sacramento (1750)* IN: Barros-Lemez (comp.) *V Centenario en el Rio de la Plata* Montevideo: Monte-Sexto. 1992
- RIBEIRO, Francisco. *Informação*. [1703] Sala Abeillard Barreto - Biblioteca Rio-Grandense.
- SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS/Martins Livreiro, 1987. [1851].
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. "Alguns documentos para a história da Colônia do Sacramento". In: *Estudos Históricos* nºs 13 e 14. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras, 1974-1975.
- SILVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da nova Colônia do Sacramento*. São Paulo. 1977. [1748]
- VASCONCELLOS, Antônio Pedro de. *Breve Relación que dá un Tronco*. 1732. Biblioteca Rio-Grandense

LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES, ARTIGOS E PUBLICAÇÕES DIGITAIS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Luis Ferrand. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1973.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidade imaginadas* México: Fondo de Cultura Económica. 1997.
- Anuário do IEHS*, No. 2. Universidad Nacional del Centro. Tandil. 1987.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. El sistema de la economía Colonial – mercado interno, regiones y espacio economico. *Lima: Instituto de Estudios Peruanos*. 1982.
- BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BAUZÁ, Francisco. A Independência Nacional. IN: DEVOTO, Pível. *A questão da Independência Nacional*, Montevideo: Col. Classicos Uruguaios
- BEDARRIDA, François. As Responsabilidades do Historiador Expert IN: BOUTIER, Jean. *Passados Recompuestos* Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1998.
- BELLOTO, Heloísa. O espaço missioneiro e a geopolítica pombalina, IN: *Anais do V simpósio de Estudos Missioneiros*. Sta. Rosa: Fac. Dom Bosco. 1983
- BENTANCOUR, Arturo. *Contrabando y Contrabandistas, Historias Coloniales*. Montevideú: Arca. 1982.
- BOMENY, Helena *Encontro Suspeito: História e Ficção*. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro 33 (1), 1990.
- BOXER, Charles R. *A Idade do Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 (3ª ed.).
- CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: USP, 1984 [1942].
- CANEDO, Mariana. “Colonización temprana y producción ganadera de la campaña bonaerense. ‘Los Arroyos’ a mediados del siglo XVIII”. In: Garavaglia, Juan Carlos y José Luis Moreno (comp.). *Población, Sociedad, Familia y Migración en el Espacio Rioplatense - siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Ed, Cántoro, 1993b.
- CESAR, Guilhermino. *Os Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul - 1605-1891*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. [1969]
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo, *Estudos Avançados* 11(5), jan/abr 1991. p 184.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- FALCON, Francisco História e Poder IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1998.

- FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação de Rio Grande*. RIHGRS. Porto Alegre. 1933.
- FRAGOSO, João, e FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como Projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. [4a ed. revista e ampliada]
- FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: *TOPÓI, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ* – nº. 1, 2000.
- FRAGOSO, João. GOUVEA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). “*O Antigo Regime nos Trópicos*” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- FURTADO, Júnia. *Homens de Negócio* São Paulo: Hucitec. 1999
- GALVÃO. Manoel Nascimento Fonseca. *Notas Geographicas e historicas sobre a Laguna*. Florianópolis [Desterro]: Tip. De J.J. Lopes. 1884.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Ecosistemas y Tecnologia Agraria: Elementos Para una Historia Social de Los Ecosistemas Agrarios Rioplatenses (1700-1830) Desarrollo Económico v 28 No. 112. Enero-Marzo de 1989*.
- GARCIA, Elisa Frühauf. *A Utilização da Mão-de-Obra Indígena no Rio Grande de São Pedro (1737-1755)*, Porto Alegre: dactiloscrito, 2000.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva. 1993.
- GELMAN, Jorge. *De mercanchifle a Gran Comerciante los caminos del ascenso en el Rio de la Plata Colonial*. La Rabida: Universidad Internacional de Andalucia. Sede Iberoamericana de La Rabida. 1996.
- GELMAN, Jorge. *Estancieros y Campesinos*. Buenos Aires: Libros del Riel. 1998.
- GIL, Tiago Luís. *A Produção de Gado Muar no Rio Grande de São Pedro: o caso dos criadores da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Jesus do Triunfo*. Porto Alegre: dactiloscrito, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES NETO, Alvaro de Souza. *Expansão Portuguesa na Região Oriental do Prata*. Porto Alegre: PUC-RS, 1997 (Dissertação inédita).
- GREENE, Jack P. “Negotiated Authorities”. In: *Essays in Colonial Political and Constitutional History*. The University Press of Virginia, 1994.
- GRUZINSKY, Serge. *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi: Revista de História* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em ciências sociais da UFRJ/7 Letras. 2001
- GUTFRIEND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1998, (2ª. ed). [1992].

- HAMEISTER, Martha Daisson. *Continente do Rio Grande de São Pedro: um risco calculado - aspectos da ascensão social na estremadura sul da América Lusa na primeira metade do século XVIII, a partir da trajetória do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu*. Rio de Janeiro: 2000a [dactiloscrito].
- HERRERO, Pedro Perez. *Comércio y Mercado en América Latina*. Madri: Mapaze. 1992.
- HESPANHA, Antonio Manuel "Arquitetura político-administrativa de um império oceânico". Artigo na Internet, Revista "Tempo Brasileiro", <http://www.ceveh.com.br/biblioteca/revistas/tb/tb-p-r-arquitetura.htm>, 30 de abril de 1999. [Site consultado em setembro de 2001].
- HOBSBAWN, Eric *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra. 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1995.
- JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlanique Au Rio de la Plata*. Paris: École des Hautes Études en Science Sociales. 2000. Tese de Doutorado
- KÜHN, Fábio. "A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII". In: *Estudos Ibero-Americanos XXV* (2). Porto Alegre: PUCRS, 1999.
- KÜHN, Fábio. *Rio grande do sul colonial: população e sociedade em meados do século XVIII*. Porto Alegre: dactiloscrito, 2001.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MINISTERIO de Educacion Cultura y Deporte *As relações Luso Espanholas no Brasil durante os séculos XVI ao XVIII*. Espanha: 2001.
- MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: administração pública no Período Colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2000.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. [obra em 2 volumes].
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul (1763 – 1777)* In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração de Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v.4 [1936].
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1988.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Redes Personales y Autoridad Colonial*. 1992. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* Paris, mai-juin. 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola. Universidade de Buenos Aires. Facultad de Filosofia y Letras.1998.
- NEUMANN, Eduardo. "Frontera y identidad: conflictos luso-guaraníes en la Banda Oriental – 1680/1757". *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, dez 2000.

- NEUMANN, Eduardo. *A fronteira tripartida: índios, espanhóis e lusitanos na formação do Continente do Rio Grande*. Niterói: XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2001
- NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- OLIVEN, Ruben. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes. 1992
- OSÓRIO, Helen. *Apropriação de Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPG-História, 1990.
- OSÓRIO, Helen. *As Elites Econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)*. IN: FRAGOSO, J. GOUVEA, M. BICALHO, M. F. (ORG.). *O Antigo Regime no Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001. Capítulo 3.
- OSÓRIO, Helen. *O espaço Platino: a fronteira colonial no século XVIII*. In: CASTELLO, Iara; SOUZA, Susana, et alii (orgs.) *Práticas de Integração nas Fronteiras*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ Goethe Institut. 1995.
- PAREDES, Isabel. *Comercio y Contrabando entre Colonia do Sacramento y Buenos Aires en el periodo entre 1739 – 1762*. Buenos Aires. 2001 [dactiloescrito].
- PEDREIRA, J. M. *Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755 – 1822)*. Universidade Nova de Lisboa. 1995.
- PEREGALLI, Enrique. *O recrutamento no Brasil colonial*. São Paulo: UNICAMP, 1986.
- PONT, Raul. *Campos Realengos – formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 1986. 2ª ed. (obra em 2 volumes) [1983].
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach. 1954.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1733*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.
- RAMINELLI, Ronald. *História Urbana*. IN: CARDOSO, Ciro e VAINFAS Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. 1997.
- RAMINELLI, Ronald. *Simbolismos do Espaço Urbano Colonial*. IN: VAINFAS, Ronaldo (org.) *América em Tempos de Conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.
- REINGHANTZ, Carlos. “Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia de Sacramento”. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- REIS, N. Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP.2000
- REVISTA OCEANOS. N. 28 – outubro/dezembro.Lisboa .1996.
- ROMERO, José Luis. *Latinoamerica: las ciudades y las ideas* Mexico: Siglo XXI, 1976.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R., *O Brasil Colonial: o ciclo do ouro*. IN BETHEL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro,1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*. v. 18 nº 36. São Paulo, 1988. Publicada na Internet no site www.scielo.br. [site consultado em 21 de setembro de 2001]

- SAMPAIO, Antonio Jucá de. IN FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). *"O Antigo Regime nos Trópicos"* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva. 1979.
- SHWARTZ, Stuart. "Estruturas Econômicas e Sociais: O Brasil Colonial". In: BETHHEL, Leslie (org.) *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador: relações entre os poderes privado e público em Rio Grande do Sul de São Pedro*. Porto Alegre: PPG-HIS/IFCH/UFRGS, 1999. (dissertação de mestrado).
- SIQUEIRA, Sônia. A Presença da Inquisição na Colônia do Sacramento. IN: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1979.
- SMITH, Anthony. *La Identidad Nacional*. Buenos Aires: Rama. 1991.
- SOCOLOW, S. e JOHNSON, L. Poblacion y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. *Desarrollo Economico*. V. 20. N. 19. 1980.
- SOCOLOW, Susan e HOBERMAN, Louise (comp.) *Ciudades y sociedad en Latinoamérica colonial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1993.
- SOCOLOW, Susan. *Los Mercaderes de Buenos Aires Virreinal*. Buenos Aires, Ed. De la Flor. 1991.
- SOCOLOW, Susan. *The Bureaucrtas of Buenos Aires: Amor al Real Servicio*. Durham: Duke University Press. 1996.
- SOUZA, Susana Bleil, CASTELLO, Iára, HAUSEN, Ênio et alii (org.). *Práticas de Integração nas Fronteira: Temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA. 1995.
- TORRES REVELLO, José. *Historia de la Academia*. V. 3
- TULA, Aníbal Riveros. *Historia de la Colonia del Sacramento*. IHGU. Montevideo. s/d
- VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo/UFRGS, 1975 [1973].
- YOUNG, Erik Van. *Haciendo Historia Regional. Anuario do IEHS* N. 2 Tandil:1987.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS DAS FIGURAS

- Figura 1.** Rio Grande em 1750. IN: REIS, N. Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP. 2000. P 231.
- Figura 2.** Vida Interna da Colônia. Gravado de Leoni Mathis de Villar, 1735. Los Barrios de Montevieo. IMM. IN: MOREIRA, Omar. *La Colonia Portuguesa*. Montevideo/Colonia. Intendencia Municipal de Colonia. 1999. p.60.
- Figura 3.** Prospecto da Cidade. Detalhe da *Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento*, Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.
- Figura 4.** Alfândega. Detalhe da *Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento*, Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.
- Figura 5.** Palácio do Governador. Detalhe da *Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento*, Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca
- Figura 6.** Igreja Matriz. Detalhe da *Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento*, Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.
- Figura 7.** Colégio da Companhia de Jesus. Detalhe da *Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento*, Pe. Diogo Soares. 1731. AHEX – Mapoteca.

REFERÊNCIAS DOS MAPAS

- Mapa 1.** Mapa do Povoamento Luso na costa Atlântica Meridional –1738.
- Mapa 2.** *Mapa da ilhas de São Gabriel, situadas no Rio da Prata distando do porto de Buenos Aires sete léguas rumbo N e SO, e também se descreve a terra povoada pelos portugueses e a fortaleza que fizeram denominada Colônia do Sacramento, até este Ano de 1692.* IN: *As relações Luso Espanholas no Brasil durante os séculos XVI ao XVIII*. Madrid: Ministerio de Educacion Cultura y Deporte. 2001. P 73.
- Mapa 3.** *Carta Topographica da Colonia e Cidade do Sacramento*, Pe. Diogo Soares. 1731. Cópia realizada a partir da reprodução em MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento. 1680-1777*. Porto Alegre: Editora Globo. 1937.
- Mapa 4.** Colônia do Sacramento. Mapa Anônimo.s/d [anterior à 1735) (Detalhe) AHEX – Mapoteca
- Mapa 5.** Planta da Nova Colonia do Sacramento e do seu Territorio elevada Ano de 1752. (Detalhe). IN: *Revista Oceanos*. N. 28 – outubro/dezembro. Lisboa .1996. p 83

BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Archivo General de la Nación Argentina – Capital Federal – Buenos Aires – Argentina

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – Porto Alegre, RS, Brasil

Arquivo Histórico do Exército Brasileiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Arquivo Regional de Colonia – Colonia, Uruguai.

Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil.

Biblioteca do Instituto de História Argentina e Americana Emílio Ragnani – Buenos Aires - Capital Federal – Argentina

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Biblioteca Nacional - Montevidéo, Uruguai.

Biblioteca Rio-Grandense – Rio Grande, RS, Brasil

Biblioteca Setorial de Ciências Humanas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS – Porto Alegre, RS, Brasil

Centro de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, RS, Brasil

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.